

UnB



UFPB



UFPE



UFRN

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UnB)
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB)
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE (UFRN)

Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de
Pós-Graduação em Ciências Contábeis

ANARDINO JOSÉ CANCIO

**A ESTABILIDADE NA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS
PROGRAMAS SOCIAIS DO GOVERNO FEDERAL BRASILEIRO:
análise empírica no período de 2000 a 2002**

Orientador: Professor Doutor César Augusto Tibúrcio Silva

Brasília

2004

ANARDINO JOSÉ CANCIO

**A ESTABILIDADE NA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS
PROGRAMAS SOCIAIS DO GOVERNO FEDERAL BRASILEIRO:
análise empírica no período de 2000 a 2002**

Dissertação apresentada ao Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade de Brasília, da Universidade Federal da Paraíba, da Universidade Federal de Pernambuco e da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis.

Orientador: Professor Doutor César Augusto Tibúrcio Silva

Brasília

2004

Cancio, Anardino José

A Estabilidade na Execução Orçamentária dos Programas Sociais do Governo Federal Brasileiro: análise empírica no período de 2000 a 2002/ Anardino José Cancio. Brasília: UnB, 2004.

207 p.

Dissertação – Mestrado

Bibliografia

1. Programas Sociais.
2. *Accountability*.
3. Despesa Executada.
4. Estabilidade.
5. Sazonalidade.

ANARDINO JOSÉ CANCIO

**A ESTABILIDADE NA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS
PROGRAMAS SOCIAIS DO GOVERNO FEDERAL BRASILEIRO:
análise empírica no período de 2000 a 2002.**

Dissertação apresentada como requisito à obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis do Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade de Brasília (UnB), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), para a seguinte comissão examinadora:

Professor Doutor César Augusto Tibúrcio Silva

Programa Multiinstitucional e Inter-regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da UnB, UFPB, UFPE e UFRN - Orientador

Professor Doutor José Antônio Gomes de Pinho

UFBA - Examinador Externo

Professor Doutor Jorge Abrahão de Castro

Programa Multiinstitucional e Inter-regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da UnB, UFPB, UFPE e UFRN - Examinador Interno

Brasília, 29 de novembro de 2004

AGRADECIMENTOS

Registro minha eterna gratidão, primeiramente e acima de tudo, a Deus, Ser supremo e soberano, do qual tudo procede e que me concedeu a oportunidade de alcançar o objetivo de realizar este Mestrado.

Aos meus saudosos pais, *in memoriam*, que souberam me transmitir valores fundamentais que integram meu caráter e filosofia de vida.

Aos meus filhos queridos, pela força que sempre me deram, especialmente, minha filha Abigail pela valiosa ajuda na tabulação dos dados da pesquisa.

À minha esposa, Andréia, pela compreensão e apoio.

Ao meu orientador, Professor Doutor César Augusto Tibúrcio Silva, pela prontidão e sabedoria com que me orientou.

Aos Professores do Programa, pelo apoio e ajuda constante, com destaque para o Professor Doutor Jorge Abrahão de Castro, pela disponibilização de parte dos dados utilizados na pesquisa e pelas valiosas sugestões.

Aos meus colegas do Curso de Mestrado, pela ajuda e companheirismo durante os estudos, em especial a Francisco Glauber Lima Mota, Patrícia de Souza Costa, João Henrique Pederiva, José Reynaldo de Almeida Furlani, Cecílio Elias Daher, Ricardo Augusto dos Santos Ribeiro e Uverlan Rodrigues Primo, cujas contribuições foram essenciais para a elaboração desta dissertação.

Aos meus colegas no Tribunal Superior do Trabalho, pela paciência e cooperação que tiveram para comigo nesta jornada que finda, em especial aos meus superiores imediatos, Gilvan Nogueira do Nascimento e Marcelo Magalhães de Lacerda, que me proporcionaram todas as condições para que este trabalho chegasse a bom termo.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar a execução orçamentária de alguns programas sociais do Governo Federal brasileiro, com vistas a verificar se existe ou não estabilidade ao longo do tempo e se existem variações sazonais. O governo brasileiro tem anunciado sua opção por um novo modelo de administração pública, abandonando o antigo paradigma burocrático focado no processo e adotando conceitos preconizados por um moderno modelo gerencial, focado no resultado, em que se destacam conceitos e mecanismos de *accountability* e *disclosure*. Nesse contexto, onde o cidadão é visto como “cliente”, os programas sociais do Governo não deveriam ser submetidos às políticas de contingenciamento. A liberação de verbas orçamentárias destinadas à área social não deveria sofrer variações sazonais. Para verificar se existe estabilidade na execução dos programas sociais, bem como para identificar a presença de flutuações sazonais, este estudo analisa a despesa executada em vinte e quatro programas sociais pertencentes aos três principais Ministérios sociais do Governo brasileiro, Educação, Saúde e Previdência Social, durante o período de 2000 a 2002. Os resultados demonstram que a execução dos programas sociais, em sua maioria, é constante ao longo do tempo, porém que existem variações sazonais na liberação de verbas sociais no orçamento federal brasileiro.

Palavras-chave: Programas Sociais. *Accountability*. Despesa Executada. Estabilidade. Sazonalidade.

ABSTRACT

This survey has its goal the analysis of the budgetary execution of some of the social projects of the Brazilian federal government, in order to establish if they are stable or not and to verify their seasonal nature. Brazilian government has announced its option for a new public management model, renouncing the ancient bureaucratic paradigm which focused on the process of obtaining results and adopting concepts professed by a modern management model focused on the results obtained, in which new concepts and mechanisms about accountability and disclosure are emphasized. In this context, in which the citizen has the status of a “customer”, the government's social programs should not be subject to contingency politics. The release of federal funds to the social field should not be subject to seasonality. To verify the constancy and the seasonality in the social projects' actual figures this study analyses the actual expenditures of twenty four social programs selected from the budgets of three main social ministries of Brazilian government: The Ministry of Education, The Ministry of Health and The Ministry of Welfare from 2000 to 2002. Results demonstrate that the social programs' execution, in majority, is constant but that there are seasonal fluctuations in the funding of projects in the Brazilian federal budgeting.

Key words: Social Programs. Accountability. Actual Expenditure. Stability. Seasonal Variation.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Distribuição Orçamentária do MEC - Em R\$ de Dezembro de 2002.	38
Quadro 2 - Distribuição Orçamentária do MS - Em R\$ de Dezembro de 2002.	38
Quadro 3 - Distribuição Orçamentária do MPAS - Em R\$ de Dezembro de 2002.	38
Quadro 4 - Programas Sociais Selecionados para Análise Empírica.....	42

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Resultados obtidos nas regressões do Modelo 1.....	95
Tabela 2 - Resultados obtidos com os Modelos 2 e 3 e na Análise de Correlação.....	96
Tabela 3 - Resultados obtidos nas regressões do Modelo 4.....	97
Tabela 4 - Testes do Programa Saúde da Família.....	98
Tabela 5 - Testes do Programa Prevenção, Controle e Assistência aos Portadores de Doenças.....	100
Tabela 6 - Testes do Programa Assistência Farmacêutica.....	101
Tabela 7 - Testes do Programa Alimentação Saudável	102
Tabela 8 - Testes do Programa Atendimento Ambulatorial, Emergencial e Hospitalar.....	103
Tabela 9 - Testes do Programa Toda Criança na Escola	105
Tabela 10 - Testes do Programa Desenvolvimento do Ensino de Graduação	106
Tabela 11 - Testes do Programa Escola de Qualidade para Todos.....	107
Tabela 12 - Testes do Programa Desenvolvimento do Ensino de Pós-Graduação.....	108
Tabela 13 - Testes do Programa Desenvolvimento da Educação do Profissional	110
Tabela 14 - Testes do Programa Desenvolvimento do Ensino Médio.....	111
Tabela 15 - Testes do Programa Hospitais de Ensino.....	112
Tabela 16 - Testes do Programa Educação de Jovens e Adultos.....	113
Tabela 17 - Testes do Programa Atenção à Pessoa Portadora de Deficiência.....	114
Tabela 18 - Testes do Programa Valorização e Saúde do Idoso.....	115
Tabela 19 - Testes do Programa Atenção à Criança	116
Tabela 20 - Testes do Programa Erradicação do Trabalho Infantil	118
Tabela 21 - Testes do Programa Previdência Social Básica.....	119
Tabela 22 - Testes do Programa Indenizações e Pensões Especiais de Responsabilidade da União.....	120

Tabela 23 - Testes do Programa Previdência de Inativos e Pensionistas da União	122
Tabela 24 - Testes do Programa Assistência ao Trabalhador	123
Tabela 25 - Testes do Programa Saneamento Básico	125
Tabela 26 - Testes do Programa Valorização do Servidor Público	126
Tabela 27 - Testes do Programa Enfrentamento à Pobreza	127

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ANS	Agência Nacional de Saúde Suplementar
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
AR	Processos Auto Regressivos
CAPES	Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
FNAS	Fundo Nacional de Assistência Social
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FNS	Fundo Nacional de Saúde
FPM	Fundo de Participação Municipal
FRGPS	Fundo do Regime Geral de Previdência Social
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
FUNDEF	Fundo de Desenv. do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
GSF	Gasto Social Federal
GSP	Gasto Social Público
IBGE	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e de Combate à Fome
MPAS	Ministério da Previdência e Assistência Social
MTO-02	Manual Técnico do Orçamento
NPM	New Public Management – Nova Administração Pública
OGU	Orçamento Geral da União
OLS	Ordinary Least Squares – Mínimos Quadrados Ordinários
ONGS	Organizações Não-Governamentais
PIB	Produto Interno Bruto

PPA	Plano Plurianual de Ações
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIDOR	Sistema Integrado de Dados Orçamentários
SNIPC	Sistema Nacional de Preços ao Consumidor
SOF	Secretaria de Orçamento Federal
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
SUS	Sistema Único de Saúde
UG	Unidade Gestora
UO	Unidade Orçamentária

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
1.1	O Problema	19
1.2	Hipótese	20
1.3	Relevância do Trabalho	20
1.4	Educação	22
1.4.1	<i>Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)</i>	23
1.4.2	<i>Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)</i>	23
1.4.3	<i>Demais Unidades Orçamentárias do MEC</i>	24
1.5	Saúde	24
1.5.1	<i>Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ)</i>	27
1.5.2	<i>Fundação Nacional de Saúde (FUNASA)</i>	28
1.5.3	<i>Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)</i>	29
1.5.4	<i>Fundo Nacional de Saúde (FNS)</i>	30
1.6	Previdência e Assistência Social	30
1.6.1	<i>Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)</i>	34
1.6.2	<i>Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS)</i>	35
1.7	Delimitação do Trabalho	36
1.7.1	<i>Análise da Despesa Executada por Modalidade de Aplicação</i>	39
1.7.2	<i>Análise da Despesa Executada por Grupo de Despesa (GND)</i>	40
1.7.3	<i>Análise da Despesa Executada por Função</i>	41
1.7.4	<i>Análise da Despesa Executada por Subfunção</i>	41
1.7.5	<i>Análise da Despesa Executada por Programa</i>	41
1.8	Objetivos	43
1.9	Metodologia	43
1.9.1	<i>Fonte de Dados</i>	44
1.9.2	<i>Análise Preliminar da distribuição orçamentária dos Ministérios</i>	44
1.9.3	<i>Testes Estatísticos</i>	45
1.9.3.1	A Estatística <i>t</i> de “ <i>Student</i> ”	47
1.9.3.2	O Teste <i>F</i> de Snedecor	48
1.9.3.3	O Teste de Raiz Unitária para Detectar Estacionariedade	49
1.9.3.4	Análise de Sazonalidade	50
1.9.4	<i>Índice de Inflação Utilizado</i>	51

1.10	Estrutura do Trabalho.....	53
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	54
2.1	Conceito de <i>Accountability</i>.....	54
2.2	<i>Accountability</i> no Gasto Social Público (GSP).....	60
2.2.1	<i>A Política de Educação no Brasil.....</i>	65
2.2.2	<i>A Política de Saúde no Brasil.....</i>	67
2.2.3	<i>As Políticas de Previdência e Assistência Social no Brasil.....</i>	68
2.3	O Impacto da Lei de Responsabilidade Fiscal.....	71
2.4	O Controle Interno como Instrumento de <i>Accountability</i>	72
2.5	Os Processos Orçamentário e Financeiro no Brasil.....	78
3	RESULTADOS DA PESQUISA	79
3.1	Análise da Composição do Gasto nos Três Ministérios Sociais	79
3.1.1	<i>Ministério da Educação (MEC).....</i>	79
3.1.1.1	Ministério	80
3.1.1.2	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)	81
3.1.1.3	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).....	82
3.1.1.4	Demais Unidades Orçamentárias do MEC	83
3.1.2	<i>Ministério da Saúde (MS).....</i>	84
3.1.2.1	Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ)	85
3.1.2.2	Fundação Nacional da Saúde (FUNASA).....	86
3.1.2.3	Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).....	87
3.1.2.4	Fundo Nacional de Saúde (FNS).....	87
3.1.2.5	Demais Unidades do Ministério da Saúde	88
3.1.3	<i>Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS).....</i>	89
3.1.3.1	Ministério	90
3.1.3.2	Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)	90
3.1.3.3	Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS)	91
3.1.3.4	Demais Unidades Orçamentárias Subordinadas ao MPAS.....	92
3.2	Análise dos Testes Empíricos	92
3.2.1	<i>Tabelas com os resultados de todos os testes.....</i>	94
3.2.2	<i>Análise individual dos resultados obtidos em cada programa social.....</i>	98
3.2.2.1	Programa 0001 - Saúde da Família	98
3.2.2.2	Programa 0003 – Prevenção, Controle e Assistência aos Portadores de Doenças	99
3.2.2.3	Programa 0005 - Assistência Farmacêutica	101

3.2.2.4	Programa 0008 - Alimentação Saudável	102
3.2.2.5	Programa 0023 - Atendimento Ambulatorial, Emergencial e Hospitalar ..	103
3.2.2.6	Programa 0040 - Toda Criança na Escola.....	104
3.2.2.7	Programa 0041 – Desenvolvimento do Ensino de Graduação.....	105
3.2.2.8	Programa 0042 - Escola de Qualidade para Todos	107
3.2.2.9	Programa 0043 – Desenvolvimento do Ensino de Pós-Graduação.....	108
3.2.2.10	Programa 0044 – Desenvolvimento da Educação do Profissional.....	109
3.2.2.11	Programa 0045 – Desenvolvimento do Ensino Médio	111
3.2.2.12	Programa 0046 - Hospitais de Ensino	112
3.2.2.13	Programa 0047 - Educação de Jovens e Adultos	113
3.2.2.14	Programa 0065 - Atenção à Pessoa Portadora de Deficiência	114
3.2.2.15	Programa 0066 - Valorização e Saúde do Idoso	115
3.2.2.16	Programa 0067 - Atenção à Criança	116
3.2.2.17	Programa 0068 - Erradicação do Trabalho Infantil.....	117
3.2.2.18	Programa 0083 - Previdência Social Básica	119
3.2.2.19	Programa 0088 – Indenizações e Pensões Especiais de Responsabilidade da União	120
3.2.2.20	Programa 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União.....	121
3.2.2.21	Programa 0100 - Assistência ao Trabalhador	123
3.2.2.22	Programa 0119 - Saneamento Básico	124
3.2.2.23	Programa 0791 - Valorização do Servidor Público.....	126
3.2.2.24	Programa 0809 - Enfrentamento à Pobreza	127
3.3	Conclusões da Pesquisa Empírica.....	128
4	CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	130
	APÊNDICES.....	138
	APÊNDICE A - Consolidação das Despesas Realizadas dos Ministérios da Educação, da Saúde e da Previdência e Assistência Social.....	139
	APÊNDICE B - MEC – Despesa Realizada Consolidada no período de 2000 a 2002	143
	APÊNDICE C - MEC – Despesa Realizada, Dotação Autorizada e Percentuais de Execução e de Participação no período de 2000 a 2002	145
	APÊNDICE D - CAPES – Despesa Realizada, Dotação Autorizada e Percentuais de Execução e de Participação no período de 2000 a 2002	147
	APÊNDICE E - FNDE – Despesa Realizada, Dotação Autorizada e Percentuais de Execução e de Participação no período de 2000 a 2002	148
	APÊNDICE F - Despesa Realizada, Dotação Autorizada e Percentuais de Execução e de Participação no período de 2000 a 2002	150

APÊNDICE G - MS – Despesa Realizada Consolidada no período de 2000 a 2002	152
APÊNDICE H - FIOCRUZ – Despesa Realizada, Dotação Autorizada e Percentuais de Execução e de Participação no período de 2000 a 2002	155
APÊNDICE I - FUNASA – Despesa Realizada, Dotação Autorizada e Percentuais de Execução e de Participação no período de 2000 a 2002	157
APÊNDICE J - ANVISA – Despesa Realizada, Dotação Autorizada e Percentuais de Execução e de Participação no período de 2000 a 2002	159
APÊNDICE K - FNS – Despesa Realizada, Dotação Autorizada e Percentuais de Execução e de Participação no período de 2000 a 2002	160
APÊNDICE L - Demais UO do MS – Despesa Realizada, Dotação Autorizada e Percentuais de Execução e de Participação no período de 2000 a 2002	162
APÊNDICE M - MPAS - Despesa Realizada Consolidada no período de 2000 a 2002.....	163
APÊNDICE N - MINISTÉRIO – UO 33101 – Despesa Realizada, Dotação Autorizada e Percentuais de Execução e de Participação no período de 2000 a 2002	165
APÊNDICE O - INSS – Despesa Realizada, Dotação Autorizada e Percentuais de Execução e de Participação no período de 2000 a 2002	167
APÊNDICE P - FNAS – Despesa Realizada, Dotação Autorizada e Percentuais de Execução e de Participação no período de 2000 a 2002	169
APÊNDICE Q - Demais UO do MPAS – Despesa Realizada, Dotação Autorizada e Percentuais de Execução e de Participação no período de 2000 a 2002	170
APÊNDICE R - Programas Seleccionados – Desp. Realizada e Gasto Total no período de 2000 a 2002	171
APÊNDICE S - Programas Seleccionados – Gasto Total de 2000 a 2002	172
ANEXOS	173
ANEXO A - Demais Unidades Orçamentárias do MEC, exceto o Ministério (UO 26101), a CAPES, e o FNDE	174
ANEXO B - Gráficos de Distribuição dos Desvios Padrões	177
ANEXO C - Correlogramas	186
ANEXO D - Resultados obtidos nas Regressões do Modelo 1	198
ANEXO E - IPCA mensal no período de janeiro de 2000 a dezembro de 2002	207

1 INTRODUÇÃO

Quando se fala em prestação de contas do gestor público, não se pode deixar de considerar a importância do orçamento e de sua execução, vez que o ordenamento jurídico vigente impõe a orçamentação de praticamente todas as ações do Governo. Dessa forma, os relatórios orçamentários e de execução orçamentária constituem peças indispensáveis nos processos de prestação de contas e de fiscalização e controle da administração pública. A própria sociedade pode, sob a égide na nova legislação que impôs a obrigatoriedade de divulgação ampla do orçamento público e de sua execução consolidada na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)¹, exercer diretamente o controle social dos atos do Governo, otimizando, por essa via, a implementação de conceitos fundamentais de administração gerencial como transparência, responsabilização dos agentes públicos pelos atos que praticam, e avaliação da eficiência, eficácia e efetividade governamentais.

Além disso, considerando-se a relevante participação do Governo na economia e o volume de recursos financeiros envolvidos, o orçamento público e sua execução funcionam como importantes instrumentos de inclusão social, haja vista que, no afã de desincumbir-se de sua missão por excelência - promover o bem estar da sociedade - o Governo exerce, segundo vários autores da área pública, como, por exemplo, Giacomoni (1998) e Rezende (2001), três funções fiscais: alocativa, distributiva e estabilizadora. A importância do orçamento público é tanta no que tange à política fiscal do Governo que Giacomoni (1998) chega a chamá-las de “funções orçamentárias”.

No exercício da função alocativa, segundo Giacomoni (1998), o Governo se preocupa em alocar recursos de forma a suprir as falhas de mercado. Ou seja, preencher lacunas na

¹ Lei Complementar de nº 101/2000.

economia ocasionadas pelo desinteresse do setor privado em investir em bens e serviços que não lhe possibilitem o retorno ou lucratividade que deseja. Acontece que a provisão de tais bens e serviços, quase sempre, é essencial e imprescindível ao desenvolvimento e à satisfação das demandas da sociedade. Esse é o caso, por exemplo, da provisão dos bens de infraestrutura e dos chamados bens públicos, puros ou semipúblicos. Os investimentos em infraestrutura, por exigirem capital inicial vultoso cujo retorno é de longo prazo, não são, via de regra, atrativos para o setor privado. Não se pode negar, porém, que tais investimentos são indispensáveis em qualquer sociedade moderna.

Na definição de Giacomoni (1998), os bens públicos são aqueles que têm características especiais que os tornam igualmente desinteressantes ao empresário do setor privado, quais sejam: consumo não-rival, não-excludência, e benefícios estendidos a todos. A não rivalidade no consumo pressupõe que o consumo por um indivíduo qualquer não impede o consumo simultâneo por outro indivíduo. A não-excludência, significa que é impossível excluir do consumo de tais bens o consumidor *free-rider* (indivíduo que consome sem pagar). A oferta de um bem público, por fim, beneficia a todos os indivíduos das adjacências. Como exemplos de bens públicos puros típicos, pode-se citar a iluminação pública e a defesa nacional.

Os bens semipúblicos ou mistos, também denominados de meritórios por causarem externalidades desejáveis na sociedade, são aqueles que eventualmente são lucrativos e, portanto, interessantes ao setor privado, mas que, no entanto, não produz a quantidade suficiente desses bens para atender à sociedade. Nesse caso, como a provisão desses bens gera uma série de efeitos agradáveis para a sociedade, o Governo precisa alocar recursos orçamentários para completar a parte não disponibilizada pelo mercado. Os exemplos mais completos desses bens, segundo Giacomoni (1998), são saúde e educação. Não restam dúvidas de que tanto um como o outro atraem investimentos do setor privado. Contudo, tais

investimentos estão longe de suprir toda a demanda da população por tais bens. Como se trata de bens que possuem vários efeitos benéficos para o país, o Governo deve se encarregar de provê-los em quantidade suficiente para atender a parcela da população não atendida pelo setor privado.

No exercício da função distributiva, informa Rezende (2001), o Governo utiliza-se das políticas públicas para diminuir a concentração de renda e promover uma distribuição mais equitativa da riqueza nacional. Os principais instrumentos utilizados para este mister são a progressividade na tributação e a política de gastos governamentais. A tributação progressiva é caracterizada pela cobrança de tributos de acordo com o critério da capacidade de pagamento do contribuinte – quem auferir mais renda paga mais tributo –, o que possibilita ao Governo tributar com alíquotas maiores os cidadãos mais ricos e cobrar menos tributos ou, em alguns casos, até mesmo isentar do pagamento aqueles que têm menor poder aquisitivo. Por meio de sua política de gastos, o Governo também distribui renda, na medida em que cria programas que transferem riqueza para as classes menos privilegiadas da sociedade.

A função estabilizadora, ressalta Giacomoni (1998) caracteriza a ação do Governo sobre a demanda agregada visando a promover a estabilização econômica. As principais ferramentas utilizadas no exercício dessa função são: o controle da taxa de emprego/desemprego da economia; o controle do nível de preços (inflação); o equilíbrio no balanço de pagamentos; e a garantia de um crescimento razoável da economia (PIB). A ação do Governo sobre essas variáveis envolve o uso de diversas políticas: tributária, monetária, cambial, creditícia, entre outras. Qualquer uma das quatro variáveis mencionadas pode, se não controlada no curto prazo, provocar desequilíbrios ou distúrbios na economia que podem, inclusive, comprometer a governabilidade e a governança. A história tem demonstrado que taxas de desemprego crescentes e total descontrole de preços são fatores de destabilização. O

mesmo ocorre quando há desequilíbrio no balanço de pagamentos, ou quando se verifica uma economia em queda ou mesmo estagnada e sem crescimento.

1.1 O Problema

Verifica-se, assim, que no desempenho das três funções orçamentárias mencionadas na seção 1 sobressai a ação do Governo no combate ao desnível social. A filosofia implícita em todas as formas de ação do Governo é a melhoria do bem estar social, o atendimento das demandas da população, especialmente daqueles menos favorecidos. Um governo que exerce de forma balanceada e criteriosa essas três funções fiscais estará, certamente, utilizando o orçamento como eficiente instrumento de inclusão social.

Acrescente-se, ainda, que, dado o grande volume de recursos envolvidos, tanto o orçamento público quanto sua execução podem funcionar como poderosa arma de manobra no processo de negociação política, principalmente nas negociações entre os Poderes Executivo e Legislativo. Considerando-se, porém, que o governo existe, acima de tudo, para atender as demandas da sociedade e para proporcionar o bem estar social da população, os programas sociais desenvolvidos pelo governo não deveriam ser afetados por tal política.

Entretanto, apesar de existirem rumores de que nem mesmo os programas de reconhecido mérito social ficam ilesos diante dessa prática, não se tem notícia de estudo acadêmico que avalie a fidedignidade dessa assertiva.

Assim, o problema que irá nortear este trabalho, com base no estudo da execução orçamentária de alguns programas sociais selecionados no período de 2000 a 2002, é: a execução orçamentária dos programas sociais do Governo Federal brasileiro é estável ao longo do tempo ou a liberação de verbas orçamentárias assume um comportamento aleatório?

1.2 Hipótese

A hipótese preliminar deste estudo é a de que a execução orçamentária dos programas sociais do Governo Federal brasileiro é estável ao longo do tempo e que, de modo geral, não há represamento de verbas orçamentárias destinadas às áreas sociais.

1.3 Relevância do Trabalho

O tema em foco é relevante, considerando-se que freqüentemente a mídia nacional veicula a informação, não comprovada empiricamente, de que existe certo represamento de verbas orçamentárias por parte do Governo Federal, hipótese que, se confirmada, poderia caracterizar desvio de finalidade. Acredita-se que, se é que existe tal política – o que se pretende averiguar no desenvolvimento do trabalho –, os programas sociais, dada a sua própria essência, não deveriam ser afetados. Além disso, considerando o reconhecido esforço que tem sido feito pelo Governo do Brasil no sentido de incrementar a inserção do País no cenário internacional, é fundamental ressaltar, como o fazem Tanzi (1997) e Rezende (2001) entre outros, que o sucesso de qualquer país no contexto internacional moderno demanda, *a priori*, uma administração pública moderna, enxuta e flexível às mudanças conjunturais. Essa exigência, segundo esses autores, tem tornado impositiva a mudança de paradigma administrativo, abandonando-se o antigo modelo que consiste em uma administração burocrática e focada no processo, para adotar-se uma administração gerencial, focada no resultado.

A proposta deste estudo, portanto, é investigar e identificar aspectos do orçamento público e de sua execução, especialmente no que tange aos programas sociais selecionados, sob a ótica do moderno conceito preconizado pela nova administração pública, a *Accountability*. A importância e a razão da escolha dos programas sociais escolhidos para fins

deste estudo explicam-se pela necessidade de se observar se há compromisso social na atuação do Governo Federal para com esses programas.

Como já mencionado na seção 1, assume-se que o papel fundamental do Estado é proporcionar o bem-estar social da população. Assim, o orçamento público – peça que reúne a grande maioria dos recursos utilizados pela gestão pública – contém grande quantidade de programas ditos como sociais. Para a realização deste trabalho, optou-se por selecionar alguns desses programas, com a finalidade de investigar se existe ou não retenção na liberação de verbas orçamentárias no período estudado.

Preliminarmente, vale dizer que os dados e estatísticas mencionados nesta seção, em que se explica a razão da escolha dos programas sociais estudados, foram obtidos em *sites* oficiais do Governo Federal, bem como em diversos bancos de dados de credibilidade reconhecida, tais como a Fundação Brasileira de Geografia e Estatística (IBGE) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), entre outros.

Para se ter uma idéia da importância dos programas sociais do Governo para a economia brasileira cita-se a declaração do atual Presidente da República, Silva (2003), de que, entre 1995 e 2001, o número de famílias pobres passou de 8,3 para quase 10 milhões de famílias, principalmente nas regiões metropolitanas do Brasil, fruto em parte do desemprego e da queda dos rendimentos dos trabalhadores.

Em cenário semelhante, o papel do Governo como promotor do combate à desigualdade social por meio da política de gastos presente nos programas sociais - função distributiva - é importante, tendo em vista o impacto social provocado pela execução desses programas.

Para responder a esses desafios, o Governo procura atuar em várias frentes. No orçamento público, por exemplo, diversos são os programas voltados para a área social. No propósito de investigar a política de liberação de verbas por parte do Governo resolveu-se

selecionar alguns dos mais importantes desses programas, no âmbito dos três Ministérios que caracterizam o núcleo duro da área social do governo, os Ministérios da Educação (MEC), da Saúde (MS) e da Previdência e Assistência Social (MPAS). Assim, se descreve, nas seções 1.4, 1.5 e 1.6, as características de cada uma dessas áreas de atuação do Estado.

1.4 Educação

Conforme destacam Giacomoni (1998) e Rezende (2001), entre outros, a implementação de ações voltadas para a educação da população apresenta um incontestável impacto positivo para toda a sociedade, considerando o grande número de externalidades positivas que provocam. Entretanto, apesar de existirem alguns poucos centros de excelência nessa área, salta aos olhos a extrema carência de atuação institucional do Governo brasileiro.

Corroborando esse raciocínio, basta mencionar um dado do MEC destacado na mensagem do atual Presidente da República, Silva (2003), que denuncia a existência no país de 7,7 milhões de analfabetos entre as pessoas de famílias pobres, abrangendo 4,4 milhões de famílias. Destaque-se, ainda, que esses números estão subestimados, vez que correspondem às pessoas de sete anos ou mais de idade que efetivamente declararam “não saber ler nem escrever”. Na realidade, afirma Silva (2003), ao considerar-se as pessoas com menos de um ano de escolaridade, ou que simplesmente “assinam o próprio nome”, o número de analfabetos é ainda maior.

A execução orçamentária do MEC, neste trabalho, foi segmentada em quatro grupos. Os três primeiros grupos tratam-se do próprio Ministério, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE). O último bloco consolida as despesas executadas por todas as demais Unidades Orçamentárias (UO) subordinadas ou vinculadas ao MEC, elencadas no quadro constante do Anexo A.

A seguir, nas seções 1.4.1, 1.4.2 e 1.4.3, faz-se um breve comentário de cada um dos segmentos analisados.

1.4.1 Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

A CAPES é o órgão do MEC encarregado das ações relacionadas ao ensino de Pós-Graduação. Entre as competências da CAPES, elencadas no *site* do MEC (2004), destacam-se as seguintes:

- Elaborar e encaminhar ao Ministro da Educação a proposta do Plano Nacional de Pós-Graduação;
- Coordenar e propor critérios e procedimentos para o acompanhamento e a avaliação de cursos e instituições de pós-graduação;
- Acompanhar e propor o aperfeiçoamento dos cursos de pós-graduação;
- Elaborar estudos de divulgação científica de dados sobre a pós-graduação;
- Firmar convênios, contratos, acordos e ajustes com órgãos da Administração Pública Federal direta e indireta, fundações e entidades nacionais, estrangeiras ou internacionais, observada a legislação específica;
- Contratar consultores e organizar comissões técnicas para a realização de estudos e elaboração de pareceres, de acordo com suas necessidades específicas, em consonância com a legislação em vigor;
- Coordenar, estabelecer critérios, quotas, prioridades e procedimentos para a concessão de bolsas de estudos e auxílios institucionais e individuais, fixando os seus respectivos valores, de acordo com a legislação pertinente, em atendimento à política de fomento ao ensino de pós-graduação;
- Fomentar a formação de recursos humanos de alto nível para o país.

1.4.2 Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), autarquia vinculada ao MEC, foi criado por intermédio da Lei n.º 5.537, de 21 de novembro de 1968, tendo como finalidade precípua, original, a de captar recursos financeiros e canalizá-los para o financiamento de projetos de ensino e pesquisa, inclusive alimentação escolar e bolsas de estudos. É o órgão responsável pela captação e distribuição de recursos financeiros a vários programas e projetos do Ensino Fundamental, com o principal objetivo de garantir que todas as crianças e jovens entre 7 e 14 anos, e aqueles com idade acima de 14 anos, que não tiveram acesso à escola em época apropriada, possam concluir o Ensino Fundamental.

Os recursos são canalizados para Governos Estaduais, Distrito Federal, Prefeituras Municipais e Organizações Não-Governamentais (ONGs), para atendimento às escolas públicas do Ensino Fundamental, de acordo com a estratégia educacional definida pelo MEC.

O FNDE dispõe, também, de uma linha de financiamento para projetos educacionais direcionados ao Ensino Fundamental. Estão contemplados, nesse segmento, os projetos voltados para a Educação Pré-Escolar, Educação de Jovens e Adultos, Educação Indígena, Educação Especial, Aceleração da Aprendizagem, Cultura Afro-Brasileira, Áreas Remanescentes de Quilombos e Paz nas Escolas. Os recursos são dirigidos para ações, como construção, ampliação, reforma e conclusão de unidades escolares, capacitação e formação continuada de professores, aquisição de equipamentos e adaptação de escolas, além da produção e impressão de material didático-pedagógico.

1.4.3 Demais Unidades Orçamentárias do MEC

As demais UO subordinadas ou vinculadas ao MEC, constantes do Anexo A, foram analisadas em um só bloco que aglutina a dotação orçamentária e a despesa executada por diversas entidades - espalhadas por todo o território nacional - que recebem recursos orçamentários para executar diversos tipos de programas relacionados às políticas públicas de Educação.

1.5 Saúde

A Constituição de 1988 tornou a garantia do acesso à saúde um dever do Estado e um direito incontestável de todo cidadão. Para assegurar esse direito, criou-se o Sistema Único de Saúde (SUS), dirigido pelas três esferas de governo (federal, estadual e municipal) de forma descentralizada, hierarquizada e regionalizada, com acesso universal, oferecendo atenção

integral sob o princípio da equidade. Conforme informação obtida no *site* do MS (2004), na estrutura do SUS, é fundamental a participação dos Conselhos de Saúde, organizados em cada esfera de governo, com a finalidade de aprovar as políticas e diretrizes que regulamentam as ações e serviços de saúde. Os Conselhos devem seguir recomendações oriundas das Conferências de Saúde, realizadas nas três esferas de governo, com ampla participação da população, para avaliar a situação de saúde e propor diretrizes para a formulação das políticas de saúde.

O SUS, informa a página eletrônica do MS (2004), baliza-se em princípios que apontam para a democratização nas ações e nos serviços de saúde, que deixam de ser restritos e passam a ser universais, deixam de ser centralizados e passam a nortear-se pela descentralização. O objetivo, com isso, é capacitar os municípios a assumir suas responsabilidades e prerrogativas diante do SUS, bem como a desenvolver ações que dêem prioridade à prevenção e à promoção da saúde.

A Lei Orgânica da Saúde² detalha o funcionamento do SUS e implementa profundas mudanças na Saúde Pública brasileira que exigiram, para sua implantação e funcionamento, o aprimoramento do sistema de informação em saúde.

O sistema de saúde brasileiro conta, além do SUS, com um sistema de atenção médica supletiva e a compra direta de serviços pelos usuários, vinculada, principalmente, aos planos e seguros privados contratados por meio das empresas em que trabalham, segmento fortemente concentrado na Região Sudeste. Segundo o *site* do MS (2004), esse sistema respondia, em 2001, pelo atendimento a cerca de 28,9 milhões de pessoas, aproximadamente 16,7% da população brasileira, com forte variação regional. Entretanto, vale destacar que a rede ambulatorial, bem como os procedimentos de maior custo e maior complexidade, continuam a ser preponderantemente públicos, representando 75,6% dos estabelecimentos.

² Lei nº 8.080, de 19/09/90.

Conforme informações veiculadas no *site* oficial do MS (2004), as funções do Ministério, a partir das novas disposições legais³ exigem que o Ministério disponha de todas as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, reduzindo as enfermidades, controlando as doenças endêmicas e parasitárias, melhorando a vigilância à saúde e dando qualidade de vida ao cidadão brasileiro. Para tanto, conforme veicula o *site* oficial do MS (2004), compete ao Ministério:

- política nacional de saúde;
- coordenação e fiscalização do Sistema Único de Saúde;
- saúde ambiental e ações de promoção, proteção e recuperação da saúde individual e coletiva, inclusive a dos trabalhadores e dos índios;
- informações de saúde;
- insumos críticos para a saúde;
- ação preventiva em geral, vigilância e controle sanitário de fronteiras e de portos marítimos, fluviais e aéreos;
- vigilância de saúde, especialmente drogas, medicamentos e alimentos;
- pesquisa científica e tecnologia na área de saúde.

O impacto da ação governamental na área de saúde pode ser avaliado mediante a leitura dos indicadores da situação de saúde no País. Segundo informam os *sites* do IPEA (2004) e do IBGE (2004), a mortalidade infantil – que é um indicador básico para essa análise – mostra uma tendência consistente de redução em todas as regiões brasileiras, que reflete a melhoria nas condições de vida, o declínio da fecundidade e o efeito de intervenções públicas da União, dos Estados e dos Municípios nas áreas de saúde, saneamento e educação, entre outros aspectos.

Por outro lado, as taxas de mortalidade por grupos de causas definidas mostram uma situação desafiadora ao SUS. Mais de 50% dos óbitos informados no País em 1999, segundo dados disponíveis no *site* do MS (2004), foram devidos a três grupos de causas: doenças do aparelho circulatório (32,3%), causas externas (14,7%) e neoplasias (14,5%), com pequenas variações em relação aos valores de 1991. Esses valores e os dados absolutos que lhes dão origem, informa ainda o MS (2004), expressam um aspecto importante da realidade sanitária

³ Leis de nº 8.080/90 e 8.142/90.

do País, que vem tendo como causas de óbitos as doenças crônico-degenerativas, mais comuns em países com melhores condições de saúde. Os registros de notificação, segundo o MS (2004), mostram a alta incidência de doenças transmissíveis (dengue, cólera, tétano neonatal, AIDS e outras), algumas vezes em escala crescente. Embora com uma qualidade de registros cada vez melhor, indicada, entre outros, pela progressiva diminuição da proporção de óbitos por causas mal definidas (18,2% em 1991 e 15,1% em 1999), a qualificação e a ampliação do atendimento ofertado aos cidadãos ainda são um desafio ao SUS.

Para este trabalho, preferiu-se, inicialmente, analisar o orçamento do MS em cinco blocos. Os primeiros quatro tratam da despesa executada pelas principais UO vinculadas ao Ministério, mencionadas no Manual Técnico do Orçamento - MTO-02 (Brasil, 2001), quais sejam, a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e o Fundo Nacional de Saúde (FNS). O último bloco, sob o título de Demais UO vinculadas ao MS, consolida a despesa realizada residual do MS e refere-se, basicamente, aos gastos da UO 36213 - Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Faz-se, nas seções 1.5.1, 1.5.2, 1.5.3, e 1.5.4, breve apresentação das características e atribuições dessas entidades.

1.5.1 Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ)

A FIOCRUZ, segundo informações obtidas no *site* do MS (2004), é uma Fundação Pública vinculada ao MS, que desenvolve ações na área da ciência e tecnologia em saúde, incluindo atividades de pesquisa básica e aplicada, ensino, assistência hospitalar e ambulatorial de referência, formulação de estratégias de saúde pública, informação e difusão, formação de recursos humanos, produção de vacinas, medicamentos, kits de diagnósticos e reagentes, controle de qualidade e desenvolvimento de tecnologias para a saúde.

A FIOCRUZ possui um complexo organizacional abrangente e diversificado, cuja missão, divulgada na página eletrônica do MS (2004), consiste em:

gerar, absorver e difundir conhecimentos científicos e tecnológicos em saúde pelo desenvolvimento integrado das atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, ensino, produção de bens, prestação de serviços de referência e informação, com a finalidade de proporcionar apoio estratégico ao SUS e contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população e para o exercício pleno da cidadania.

1.5.2 Fundação Nacional de Saúde (FUNASA)

A FUNASA, conforme informações disponíveis no *site* do MS (2004), é uma das instituições do Governo Federal responsável por promover a inclusão social por meio de ações de saneamento, atuando com base em indicadores sanitários, epidemiológicos, ambientais e sociais e na prevenção e controle de doenças e agravos ocasionados pela falta ou inadequação nas condições de saneamento básico em áreas de interesse especial, como assentamentos, remanescentes de quilombos e reservas extrativistas.

Nesse sentido, informa o *site* do MS (2004), a FUNASA presta apoio técnico e/ou financeiro no combate, controle e redução da mortalidade infantil e da incidência de doenças de veiculação hídrica ou causadas pela falta de saneamento básico e ambiental. Os investimentos realizados pela Fundação visam intervir no meio ambiente, na infra-estrutura dos municípios de até 30 mil habitantes, prioritariamente, e nas condições de vida de populações vulneráveis.

A FUNASA é também a instituição governamental responsável pela promoção e proteção à saúde dos povos indígenas, tendo a atribuição de gerir o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, articulada com o SUS. Conforme informa o *site* do MS (2004), a FUNASA atende, atualmente, a uma população de cerca de 400 mil índios, pertencentes a 210 povos em todos os Estados, exceto Piauí e Rio Grande do Norte. Possui 34 Distritos Sanitários Especiais

Indígenas (DSEI), que são divididos levando-se em consideração diferentes aspectos geográficos, socioculturais, econômicos e epidemiológicos.

1.5.3 Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)

Segundo informa o *site* do MS (2004), a ANVISA⁴ é uma autarquia sob regime especial, ou seja, uma agência reguladora caracterizada pela independência administrativa, estabilidade de seus dirigentes durante o período de mandato e autonomia financeira. Na estrutura da Administração Pública Federal, a Agência está vinculada ao MS, sendo que este relacionamento é regulado por Contrato de Gestão. A gestão da ANVISA é responsabilidade de uma Diretoria Colegiada, composta por cinco membros.

A finalidade institucional da Agência, informada na *home page* do MS (2004), é promover a proteção da saúde da população por intermédio do controle sanitário da produção e da comercialização de produtos e serviços submetidos à vigilância sanitária, inclusive dos ambientes, dos processos, dos insumos e das tecnologias a eles relacionados. Além disso, a Agência exerce o controle de portos, aeroportos e fronteiras e a interlocução junto ao Ministério das Relações Exteriores e instituições estrangeiras para tratar de assuntos internacionais na área de vigilância sanitária.

A missão da Agência, constante de sua página no *site* do MS (2004) – "Proteger e promover a saúde da população garantindo a segurança sanitária de produtos e serviços e participando da construção de seu acesso" – demonstra sua importância para o aspecto social do gasto público. Esse papel torna-se, também, evidente no contexto da frase (ou *slogan*) utilizada no *site* para definir a visão da ANVISA: "Ser agente da transformação do sistema descentralizado de vigilância sanitária em uma rede, ocupando um espaço diferenciado e legitimado pela população, como reguladora e promotora do bem-estar social".

1.5.4 Fundo Nacional de Saúde (FNS)

Conforme informações obtidas em sua página eletrônica, acessada por intermédio do *site* do MS (2004), o FNS⁵ é o atual gestor financeiro, na esfera federal, dos recursos do SUS, e tem como missão "contribuir para o fortalecimento da cidadania, mediante a melhoria contínua do financiamento das ações de saúde".

Os recursos geridos pelo FNS, informa o *site* do MS (2004), destinam-se a prover, nos termos do artigo 2.º da lei n.º 8.142, de 28 de dezembro de 1990, as despesas do MS, de seus órgãos e entidades da administração indireta, bem como as despesas de transferência para a cobertura de ações e serviços de saúde a serem executados pelos Municípios, Estados e Distrito Federal.

As principais ações desenvolvidas pelo FNS referem-se às transferências de recursos por meio dos Fundos Estaduais e Municipais de Saúde e a celebração de convênios com Órgãos e Entidades. Além disso, o FNS viabiliza o financiamento das ações de saúde para os governos Estaduais e Municipais, Entidades Filantrópicas, Universidades e outras Instituições, além de consolidar as atividades de acompanhamento e prestação de contas dos convênios celebrados.

1.6 Previdência e Assistência Social

Na *home page* do Ministério da Previdência (2004) define-se Previdência Social como um sistema de proteção social que assegura o sustento do trabalhador(a) e de sua família, quando ele(a) não pode trabalhar por causa de doença, acidente, gravidez, prisão, morte ou velhice, ou seja, é o seguro social para a pessoa que contribui. Em resumo, é uma instituição

⁴ A ANVISA foi criada pela Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999.

⁵ O FNS é uma instituição criada pelo Decreto-Lei nº 701, de 24 de julho de 1969.

pública que tem como objetivo reconhecer e conceder direitos aos seus segurados. A renda transferida pela Previdência Social é utilizada para substituir a renda do trabalhador contribuinte, quando ele perde a capacidade de trabalho, seja pela doença, invalidez, idade avançada, morte e desemprego involuntário, ou mesmo a maternidade e a reclusão.

No Brasil, de acordo com o *site*, a Previdência Social tem um papel importante na transferência da renda da área urbana para a área rural. As conquistas sociais no campo estão intimamente associadas à expansão da Previdência, cujos pagamentos auxiliam as famílias que vivem em economia de subsistência, dinamizam o comércio local, ajudam no financiamento de pequenas produções, reduzem a migração das áreas rurais para as grandes cidades e garantem renda na época da entressafra.

A partir de 16 anos os cidadãos brasileiros podem fazer inscrição na Previdência Social devendo manter as contribuições em dia para assegurar os seus direitos e proteção à sua família. Os empregados e os trabalhadores avulsos, com carteira de trabalho assinada, já estão automaticamente inscritos. O sistema admite, também, a participação dos trabalhadores que trabalham por conta própria, que podem contribuir como contribuinte individual.

Informa o *site* do Ministério da Previdência (2004) ainda, que a Previdência Social brasileira mantém dez benefícios diferentes, incluindo aposentadorias, pensão por morte, salário-maternidade e auxílio-doença. Quando o trabalhador fica doente, é a Previdência Social que paga o seu salário até que ele recupere as condições de exercer suas atividades. A Previdência Social também é responsável pelo salário-maternidade nos 120 dias de licença-gestante das trabalhadoras.

Conforme destaca Draíbe (2002) quase a metade do Gasto Social Público (GSP) brasileiro destina-se à Previdência Social, nos seus dois ramos – o dos segurados do setor privado e dos funcionários públicos dos três níveis de governo – alcançando aproximadamente 32 milhões de segurados e envolvendo gastos da ordem de 11% do PIB.

A Constituição de 88, lembra Draibe (2002), trouxe importantes inovações e mudanças para a área social, destacando-se o estabelecimento do conceito de Seguridade Social (abrangendo Previdência, Saúde e Assistência) como fundamento do sistema; a redução da desigualdade entre segurados urbanos e rurais; o estabelecimento de piso mínimo para benefícios previdenciários (1 salário mínimo), afrouxando os vínculos contributivos; a introdução do princípio da seletividade, com o objetivo de reforçar a proteção aos segmentos de menores rendas, entre os segurados; a especialização da folha de pagamentos como base para as contribuições exclusivas da previdência; e a diversificação de fontes para outras áreas da Seguridade Social (Saúde e Assistência).

As novas disposições constitucionais causaram expansão nos gastos com Previdência Social, o que veio a ser, segundo Draibe (2002), fundamental para a redução da pobreza no Brasil nos últimos anos. A expansão do pagamento de aposentadorias e pensões verifica-se tanto na quantidade de beneficiários quanto no aumento do valor médio dos benefícios pagos. A Previdência Social, assim, chega a cumprir, sem que essa tivesse sido sua finalidade originária, uma função importante no reequilíbrio e desenvolvimento regional.

O art. 194 da Constituição Federal (BRASIL, 1988) definiu Seguridade Social como um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à Saúde, à Previdência e à Assistência Social. Importante ressaltar que, apesar de, atualmente, serem áreas diferentes, no período em análise as ações de Previdência e de Assistência Social estavam sob a responsabilidade do mesmo Ministério, o Ministério de Previdência e Assistência Social (MPAS). No atual governo, essas áreas foram separadas, tendo sido criado um Ministério específico para a área de Assistência Social.

Em Mensagem Presidencial, Silva (2003), consta que em 2002 a Previdência Social atingiu a marca histórica de 21,1 milhões de benefícios pagos mensalmente. Ressalte-se que, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para cada

beneficiário direto há 2,5 pessoas que se beneficiam indiretamente, sendo que os pagamentos da Previdência foram efetuados a 74 milhões de pessoas. Isso representa 42,3% da população brasileira, isto é, de cada dez brasileiros, quatro foram beneficiados direta ou indiretamente pela Previdência Social em 2002. Essas dimensões colocam a Previdência como um dos pilares da estabilidade social no Brasil. Trata-se de transferência de recursos para a população que ajuda a reduzir a pobreza, principalmente nas áreas rurais, que distribui 6,9 milhões de benefícios anuais para os trabalhadores que vivem em regime de economia familiar e que caracteriza, de acordo com o atual Presidente da República, Silva (2003), o maior programa de transferência de renda do País.

De acordo com a Mensagem Presidencial, Silva (2003), diversos municípios brasileiros, especialmente aqueles localizados no Norte e no Nordeste do País, dependem dos recursos pagos pela Previdência Social aos seus munícipes. Em alguns desses municípios, o que de fato sustenta a economia local – abstraindo-se as transferências constitucionais do Fundo de Participação Municipal (FPM) – são os benefícios da Previdência que injeta recursos na economia local e viabiliza o comércio e demais negócios do município. Em seis de cada dez municípios brasileiros, afirma o Presidente, Silva (2003), a renda proveniente da Previdência Social supera o FPM. Nessas cidades, segundo o Presidente, Silva (2003), as famílias com idosos têm renda 15% maior do que as famílias sem idosos. Vem da Previdência a maior parte da renda dos idosos, que participam com R\$ 67 em cada R\$ 100 de renda de suas famílias.

Conforme ressalta, ainda, a Mensagem Presidencial, Silva (2003), as aposentadorias e pensões pagas pela Previdência são mais importantes onde o Brasil é mais pobre, como no Nordeste “da seca”, onde representam 19,6% da renda das famílias. Em outras áreas, como o Nordeste “fora da seca”, chegam a 11,4% e, no resto do Brasil, 9,7%.

Quanto às ações de Assistência Social, que no período analisado estavam sob a tutela do MPAS, visam a inclusão social dos milhões de famílias brasileiras marginalizadas associada a um redirecionamento econômico voltado para um desenvolvimento sustentável do País. A importância dos programas voltados para assistência social pode ser aferida ao considerar-se a excessiva proporção da população brasileira que vive em situação de pobreza perante a relativa riqueza do País.

A Constituição de 1988, nos seus artigos 203 e 204, regulamentados pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), instituída em 7 de dezembro de 1993, estabelece que as ações de assistência se desenvolvam de forma descentralizada e participativa, com efetiva partilha de poder, clara definição das competências de cada esfera de governo, prática da cidadania por meio dos Conselhos de Assistência Social e transferência da responsabilidade pela coordenação, execução e co-financiamento das ações para os Estados e Municípios.

O orçamento do MPAS foi segmentado neste trabalho em quatro grupos. As despesas executadas pelo próprio Ministério foram separadas do orçamento do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS). O último grupo, intitulado Demais UO vinculadas ao MPAS, aglutina as despesas executadas Pela UO 33904 - Fundo do Regime Geral de Previdência Social (FRGPS).

A seguir, nas seções 1.6.1 e 1.6.2 discutem-se as principais características do INSS e do FNAS, entidades analisadas isoladamente:

1.6.1 Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)

O INSS é uma autarquia federal vinculada ao MPAS, que desenvolve boa parte dos programas do Ministério relacionados à Previdência Social.

Conforme Draíbe (2002) o INSS é o gestor do Regime Geral da Previdência Social (RGPS) e opera à base do regime de repartição simples e contribuição definida. Em 1999,

passou por importante reforma administrativa-gerencial, efetuada por meio do Decreto nº 3.081, de 10/06/99, em que foram criadas 102 gerências executivas, espalhadas por todo o território nacional, nas quais foram redesenhadas e gerencialmente fundidas as antigas estruturas do IAPAS (que era o órgão arrecadador do ex-Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (SINPAS) vigente de 1977 a 1990) e INPS (órgão concessor e gestor de benefícios do ex-SINPAS).

1.6.2 Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS)

O FNAS⁶ tem por objetivo, conforme informações obtidas em sua página acessada pelo *site* do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) (2004), proporcionar recursos e meios para financiar o benefício de prestação continuada e apoiar serviços, programas e projetos de Assistência Social. Vale lembrar que durante o Governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), em que está compreendido nosso período de análise, essa entidade estava subordinada ao MPAS. No Governo atual, porém, o FNAS é gerido pelo MDS, criado em 23 de janeiro de 2004 como órgão responsável pela coordenação da Política Nacional de Assistência Social, sob orientação e controle do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS).

O FNAS, segundo informa sua página no *site* do MDS (2004), é o principal órgão governamental que atua na área de Assistência Social, Política da Seguridade Social não contributiva, que provê mínimos sociais e que é realizada por intermédio de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade para garantir o atendimento às necessidades básicas dos cidadãos. Seus programas e ações são voltados para a inclusão social, para o combate à fome, e para a erradicação da pobreza e das desigualdades sociais.

⁶ Fundo instituído pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

Vale lembrar que, de acordo com as disposições constitucionais vigentes, a Assistência Social é direito do cidadão e dever do Estado.

Informações obtidas no *site* do FNAS – acessado a partir da página do MDS (2004) – dão conta de que as ações na área da Assistência Social são organizadas em sistema descentralizado e participativo, tendo as esferas de governo as seguintes competências:

Compete à União responder pela concessão dos benefícios de prestação continuada, dando apoio técnico e financeiro para os serviços e programas de enfrentamento da pobreza em âmbito nacional, bem como atender, juntamente com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios às ações assistenciais de caráter de emergência.

Compete aos Estados destinar, a título de participação, recursos financeiros aos municípios para pagamento de auxílios natalidade e funeral, mediante critérios estabelecidos pelos Conselhos Estaduais de Assistência Social e apoiar técnica e financeiramente os serviços e programas de enfrentamento da pobreza em âmbito regional e local, bem como atender, juntamente com os municípios, às ações assistenciais de caráter de emergência.

Compete ao Distrito Federal e aos Municípios destinar recursos financeiros para custeio do pagamento dos auxílios natalidade e funeral, mediante critérios estabelecidos pelos Conselhos de Assistência Social e executar projetos de enfrentamento da pobreza, incluindo parcerias com organizações da sociedade civil, atender às ações assistenciais de caráter de emergência e prestar serviços de assistência social.

1.7 Delimitação do Trabalho

O foco deste trabalho é a análise da execução da despesa orçamentária dos três Ministérios que constituem o núcleo duro da área social do Governo Federal brasileiro no período de 2000 a 2002, especialmente no que tange aos programas sociais mais relevantes – em termos de participação no orçamento – com a finalidade de verificar se existe descontinuidade na liberação de verbas orçamentárias relativas a tais programas governamentais, ou seja, visa a constatar se a execução orçamentária desses programas é estável ao longo do tempo ou se assume um comportamento aleatório e não regular.

Parte-se da premissa de que o Governo brasileiro tem anunciado a mudança de paradigma administrativo no âmbito da gestão pública no Brasil, mediante a implementação

de modernos mecanismos de *Accountability* e de *Disclosure*, conceitos fundamentais no *modus operandis* da administração pública gerencial focada no resultado que caracteriza o novo paradigma administrativo que se quer implementar em substituição ao antigo modelo burocrático centrado no processo.

Primeiramente, a opção por restringir a série temporal aos anos 2000, 2001 e 2002, deveu-se à dificuldade de obtenção dos dados e à consideração de que houve uma mudança significativa, implementada a partir do orçamento de 2000, na classificação orçamentária. O processo de planejamento e orçamento da Administração Pública Federal do Plano Plurianual de Ações (PPA) 2000-2003 passou por mudanças importantes, principalmente no que concerne ao surgimento da figura do programa, que assumiu o papel de elemento integrador dos processos de planejamento e de orçamento. Até então, utilizava-se a classificação funcional programática. A partir do orçamento de 2000, essa classificação foi dividida em duas: classificação funcional e classificação programática. A nova classificação orçamentária originou as categorias de programação subfunção e ação e promoveu o respectivo desaparecimento das categorias subprograma e projeto/atividade utilizadas na classificação anterior. Por conta dessas modificações, como ressaltam Castro et al. (2003), a característica de continuidade que vinha sendo observada nos projetos/atividades ao longo dos anos 1990 deixou de existir; ou seja, as ações de governo criadas no bojo do PPA 2000-2003 não guardam uma correspondência com aquele nível de detalhamento da execução orçamentária, seja em termos de código, seja de descritor. Assim, para efetuar a análise completa dos dois períodos do governo FHC, seria necessário, *a priori*, identificar no novo orçamento as ações que correspondem aos antigos projetos/atividades considerados sociais executados até 1999 pela sistemática anterior. Sem isso, ficariam extremamente prejudicadas a comparabilidade dos dados e sua consolidação no período.

Em segundo lugar, em vez de analisar o universo dos programas sociais do Governo Federal, preferiu-se trabalhar com o chamado “núcleo duro” da área social do Governo, que consiste em apenas três Ministérios - Saúde, Educação e Previdência e Assistência Social. De acordo com Castro et al. (2003), o orçamento desses três Ministérios responde por cerca de 87% do montante do gasto social do Governo Federal.

Assim, como mencionado nas seções 1.4, 1.5 e 1.6, os valores relativos à execução orçamentária desses três Ministérios foram agrupados, para fins dessa análise, na forma constante dos Quadros 1, 2 e 3.

UO	UNIDADE	DESPESA EXECUTADA DE 2000 A 2002	PARTICIPAÇÃO
26101	Ministério	7.100.416.881	13,90%
26291	CAPES	1.682.016.256	3,29%
26298	FNDE	9.665.978.907	18,92%
	Demais UO (Anexo A)	32.635.439.984	63,89%
	Total do MEC	51.083.852.028	100,00%

Quadro 1 - Distribuição Orçamentária do MEC - Em R\$ de Dezembro de 2002.

Fonte: Elaboração própria.

UO	UNIDADE	DESPESA EXECUTADA DE 2000 A 2002	PARTICIPAÇÃO
36201	FIOCRUZ	1.224.439.804	1,38%
36211	FUNASA	10.442.884.675	11,79%
36212	ANVISA	574.821.526	0,65%
36901	FNS	76.149.951.488	86,01%
	Demais UO (ANS)	145.914.812	0,16%
	Total do MS	88.538.012.305	100,00%

Quadro 2 - Distribuição Orçamentária do MS - Em R\$ de Dezembro de 2002.

Fonte: Elaboração própria.

UO	UNIDADE	DESPESA EXECUTADA DE 2000 A 2002	PARTICIPAÇÃO
33101	Ministério	500.270.187	0,17%
33201	INSS	103.071.264.937	34,91%
33903	FNAS	12.540.448.947	4,25%
	Demais UO (FRGPS)	179.096.075.437	60,67%
	Total do MPAS	295.208.059.508	100,00%

Quadro 3 - Distribuição Orçamentária do MPAS - Em R\$ de Dezembro de 2002

Fonte: Elaboração própria.

Os dados relativos à execução mensal da despesa de cada uma dessas Unidades Orçamentárias (UO), ou grupos de UO, foram tabulados de acordo com cinco critérios de programação orçamentária distintos: modalidade de aplicação, grupo de despesa, função, subfunção e programa. Cada uma dessas programações permite um ângulo de visão diferenciado acerca da execução orçamentária dos órgãos pesquisados, conforme explicitado nas seções 1.7.1, 1.7.2, 1.7.3, 1.7.4 e 1.7.5.

1.7.1 Análise da Despesa Executada por Modalidade de Aplicação

A análise por modalidade de aplicação permite identificar se a despesa foi realizada diretamente por unidades orçamentárias integrantes do orçamento fiscal e do orçamento da seguridade social, ou, indiretamente, mediante transferência de recursos financeiros a outro organismo ou entidade não integrante dos referidos orçamentos. As modalidades de aplicação constantes do MTO-02 (BRASIL, 2001, p. 231 a 233) são as seguintes:

- 15 – Transferências Intragovernamentais a Entidades não Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social** – Despesas realizadas mediante transferência de recursos financeiros a entidades não integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social, dentro da mesma esfera de Governo;
- 20 - Transferências à União** – Despesas realizadas mediante transferência de recursos financeiros à União pelos Estados, Municípios ou pelo Distrito Federal;
- 30 - Transferências a Estados e ao Distrito Federal** – Despesas realizadas mediante transferência de recursos financeiros da União ou dos Municípios aos Estados e ao Distrito Federal;
- 40 - Transferências a Municípios** – Despesas realizadas mediante transferência de recursos financeiros da União ou dos Estados aos Municípios;
- 50 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos** – Despesas realizadas mediante transferência de recursos financeiros a entidades sem fins lucrativos que não tenham vínculo com a Administração Pública;
- 60 - Transferências a Instituições Multigovernamentais** – Despesas realizadas mediante transferência de recursos financeiros a entidades criadas e mantidas por dois ou mais níveis de Governo;
- 71 - Transferências ao Exterior – Governos** – Despesas realizadas mediante transferência de recursos financeiros a órgãos e entidades governamentais pertencentes a outros países;

72 - Transferências ao Exterior – Organismos Internacionais – Despesas realizadas mediante transferência de recursos financeiros a Organismos Internacionais, decorrente de compromissos firmados anteriormente, inclusive aqueles que tenham sede ou recebam os recursos no Brasil;

73 - Transferências ao Exterior – Fundos Internacionais – Despesas realizadas mediante transferência de recursos financeiros a fundos instituídos por diversos países, em decorrência de lei específica; e

90 - Aplicações Diretas – Aplicações dos créditos orçamentários realizadas diretamente pela unidade orçamentária detentora do crédito orçamentário, ou mediante descentralização a outras entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social, no âmbito da mesma esfera de Governo.

1.7.2 Análise da Despesa Executada por Grupo de Despesa (GND)

A análise por grupo de despesa (GND), permite identificar a qual grupo pertence a despesa em análise. O MTO-02 (BRASIL, 2001, p. 230) classifica a despesa em seis grupos distintos, na forma seguinte:

1 - Pessoal e Encargos Sociais – Despesas de natureza salarial decorrentes do efetivo exercício de cargo, emprego ou função de confiança no setor público, do pagamento de aposentadorias, reformas e pensões, das obrigações trabalhistas de responsabilidade do empregador, incidentes sobre a folha de salários;

2 - Juros e Encargos da Dívida – Despesas com o pagamento de juros, comissões e outros encargos de operações de crédito internas e externas contratadas, bem como da dívida pública mobiliária federal;

3 - Outras Despesas Correntes – Despesas com material de consumo, pagamento de serviços prestados por pessoa física sem vínculo empregatício ou pessoa jurídica, independentemente da forma contratual, e outras da categoria econômica “Despesas Correntes” não classificáveis nos grupos anteriores;

4 - Investimentos – Despesas com o planejamento e execução de obras, inclusive com a aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, bem assim com os programas especiais de trabalho (regime de execução especial) e com a aquisição de instalações, equipamentos e material permanente;

5 - Inversões Financeiras – Despesas com a aquisição de imóveis ou bens de capital já em utilização; aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento do capital; e com a constituição ou aumento do capital de empresas; e

6 - Amortização da Dívida – Despesas com o pagamento e/ou refinanciamento do principal e da atualização monetária ou cambial da dívida pública interna e externa, contratual ou mobiliária.

1.7.3 Análise da Despesa Executada por Função

A análise por Função permite visualizar a despesa no maior nível de agregação das diversas áreas de despesa que competem ao setor público. Conforme definição do MTO-02 (BRASIL, 2001), a função “Encargos Especiais” engloba as despesas em relação às quais não se possa associar um bem ou serviço a ser gerado no processo produtivo corrente, tais como: dívidas, ressarcimentos, indenizações e outras afins, representando, portanto, uma agregação neutra.

1.7.4 Análise da Despesa Executada por Subfunção

A análise por subfunção, permite identificar a natureza básica das ações que se aglutinam em torno das funções. Na nova classificação orçamentária, estabelecida a partir do orçamento de 2000, a subfunção representa uma partição da função e visa agregar determinado subconjunto de despesas do setor público.

1.7.5 Análise da Despesa Executada por Programa

A análise da despesa agrupada por Programa, permite identificar em que projetos e atividades estão sendo aplicados os recursos públicos. Segundo o MTO-02 (BRASIL, 2001), o programa é o instrumento de organização da atuação governamental que articula um conjunto de ações que concorrem para um objetivo comum preestabelecido, mensurado por indicadores estabelecidos no PPA, visando à solução de um problema ou ao atendimento de uma necessidade demandada pela sociedade. Funciona como módulo integrador entre o planejamento de longo prazo – PPA – e o orçamento anual. Cada programa contém, no

mínimo, objetivo definido; indicador que quantifica a situação que tem por fim modificar e os produtos (bens e serviços) necessários para atingir o objetivo.

Feita a tabulação dos dados de acordo com os critérios de programação descritos nas seções 1.7.1 a 1.7.5, os números foram consolidados, conforme a Tabela constante do Apêndice A, a fim de proceder-se a escolha dos 24 programas sociais que formaram a série histórica analisada neste estudo. Os critérios para seleção dos programas foi o cunho social desses programas e a sua participação percentual no orçamento total do período, em moeda constante. Dessa forma, os programas selecionados foram os que estão elencados no Quadro 4:

CODIGO	PROGRAMA
0001	SAÚDE DA FAMÍLIA
0003	PREVENÇÃO, CONTROLE E ASSISTÊNCIA AOS PORTADORES DE DOENÇAS
0005	ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA
0008	ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL
0023	ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR
0040	TODA CRIANÇA NA ESCOLA
0041	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUAÇÃO
0042	ESCOLA DE QUALIDADE PARA TODOS
0043	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
0044	DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
0045	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO MÉDIO
0046	HOSPITAIS DE ENSINO
0047	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
0065	ATENÇÃO À PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA
0066	VALORIZAÇÃO E SAÚDE DO IDOSO
0067	ATENÇÃO À CRIANÇA
0068	ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL
0083	PREVIDÊNCIA SOCIAL BÁSICA
0088	INDENIZAÇÕES E PENSÕES ESPECIAIS DE RESPONSABILIDADE DA UNIÃO
0089	PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO
0100	ASSISTÊNCIA AO TRABALHADOR
0119	SANEAMENTO BÁSICO
0791	VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO
0809	ENFRENTAMENTO A POBREZA

Quadro 4 - Programas Sociais Selecionados para Análise Empírica

Fonte: Elaboração própria.

1.8 Objetivos

O objetivo geral deste trabalho é comprovar se existe ou não represamento de verbas orçamentárias consignadas aos principais programas sociais do Governo Federal, com base no exame da execução orçamentária no período de 2000 a 2002, ou seja, verificar se a execução orçamentária de tais programas é estável ao longo do tempo.

Para o alcance do objetivo geral são necessários os seguintes objetivos específicos:

- a. identificar alguns dos principais programas sociais do Governo Federal brasileiro no âmbito do núcleo duro da área social, qual seja, os Ministérios da Educação, da Saúde e da Previdência e Assistência Social, e a forma como se procedeu à execução desses programas no período de 2000 a 2002;
- b. analisar a distribuição do orçamento entre as diversas UO que estão subordinadas aos três Ministérios;
- c. identificar se existe a prática de represamento orçamentário e de sazonalidade na liberação de verbas dos programas sociais selecionados para o estudo.

1.9 Metodologia

Esta seção trata da metodologia adotada nesta pesquisa. Aborda as fontes onde foram coletados os dados nominais; a análise preliminar da distribuição orçamentária dos Ministérios da Saúde, Educação e Previdência e Assistência Social nos três anos estudados; os testes estatísticos aplicados nas séries temporais dos programas selecionados para o estudo e, por fim, a metodologia utilizada para desindexar os valores nominais e transformá-los em valores constantes (moeda de dezembro de 2002).

1.9.1 Fonte de Dados

Para os objetivos deste trabalho, foram utilizadas, basicamente, duas fontes de dados. A primeira consiste na base de dados disponibilizada pela Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento (SOF/MP), a partir de um arquivo de dados gerado pelo Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda (STN/MF). Essa base contém, para cada ano, a execução do Orçamento Federal (Fiscal e da Seguridade Social), realizada mês a mês, em nível de despesa liquidada, tanto pela administração direta como por autarquias, fundações e fundos. A segunda é a própria base de dados do SIAFI, acessada por meio do aplicativo SIAFI Gerencial. Por meio desse *software*, foram obtidos os dados concernentes à dotação autorizada dos órgãos que compuseram este estudo no período referenciado. Dessas duas bases, portanto, foram retirados os dados empíricos utilizados na pesquisa – dotação orçamentária autorizada e execução mensal da despesa orçamentária no período de 2000 a 2002 do MEC, do MS e do MPAS e de alguns dos principais programas sociais desses Ministérios. Esses dados são públicos e podem ser importados para um *software* estatístico⁷.

1.9.2 Análise Preliminar da distribuição orçamentária dos Ministérios

Preliminarmente, foi realizada uma análise da forma de distribuição do orçamento dos Ministérios da Educação, Saúde e Previdência e Assistência Social, determinando a participação de cada UO, ou grupo de UO, no gasto total do período e o percentual de realização (despesa executada/dotação autorizada).

Após a consolidação de toda a despesa do período, nos cinco critérios de programação descritos das seções 1.7.1 a 1.7.5, foram selecionados os 24 programas sociais mais relevantes

para a verificação da existência ou não de repesamento e de sazonalidade nas respectivas execuções. Foram analisados os dados mensais relativos à despesa executada (empenho liquidado) desses programas sociais, cujo montante corresponde, conforme demonstrado na última coluna da Tabela do Apêndice A, a mais de 90% da execução orçamentária dos três Ministérios estudados, no período de 2000, 2001 e 2002, formando, assim, uma série histórica de 864⁸ observações.

1.9.3 Testes Estatísticos

A próxima etapa tratou do Teste da Hipótese. Como o objetivo é determinar se os gastos sociais assumem uma estabilidade no tempo, optou-se por utilizar análise de séries temporais, definidas como uma série de observações feitas sequencialmente no tempo.

Dentro da análise de série temporais, aplicou-se o *univariate processes*⁹ com raiz unitária (HAMILTON, 1994). Foram aplicados os quatro casos descritos por Hamilton (1994) para verificar se a série histórica assume a característica de *random walk*¹⁰.

→ Primeiro Caso

No primeiro caso testou-se uma regressão auto-regressiva (AR) conforme a especificação (1):

$$y_t = \rho y_{t-1} + u_t \quad (1)$$

⁷ Foi utilizado para as regressões o *software* STATA - versão 7.0.

⁸ 24 programas x 12 meses x 3 anos

⁹ Metodologia econométrica em que utilizam-se equações com apenas uma variável explicativa.

¹⁰ Caminho ou comportamento aleatório. Teoria defendida pela primeira vez em 1900 pelo matemático Louis Bachelier. Baseia-se na premissa da inutilidade dos valores passados para a previsão dos valores futuros. Segundo essa teoria, os preços atuais refletem as reações às informações que chegam ao mercado aleatoriamente e portanto, não são previsíveis com exatidão. É muito questionada pelos defensores da análise técnica (Technical Analysis), que afirmam que os gráficos dos preços passados possibilitam a previsão dos movimentos dos preços futuros (DOWNES E GOODMAN, 1993, p. 421).

onde u possui média zero e variância σ^2 . Após o cálculo da regressão foi utilizada como H_0 : $\rho = 1$. O teste estatístico realizado foi o de *Dickey-Fuller* para raiz unitária, utilizando-se os valores críticos do teste Z de *Phillips-Perron* baseado na estimativa do coeficiente autorregressivo da *Ordinary Least Square (OLS)*. Aceitando-se a hipótese nula, pode-se concluir que os dados descrevem um *random walk*.

→ Segundo Caso

No segundo caso, foi testada a especificação (2):

$$y_t = \alpha + y_{t-1} + u_t \quad (2)$$

Da mesma forma que os demais casos, foi utilizado o teste de *Dickey-Fuller* para verificar a hipótese nula da raiz unitária, ou seja, $\rho = 1$. Se o valor obtido for menor que o valor tabelado, a hipótese nula é rejeitada. Calculou-se, também, a estatística t para OLS, sendo que, se o valor tabelado para 95%, com 35 observações, for menor que o valor encontrado, rejeita-se a hipótese nula. O teste anterior (primeiro caso) baseia-se na hipótese de que $\alpha = 0$. Um teste mais natural, segundo Hamilton (1994), é verificar tanto que $\alpha = 0$ e $\rho = 1$.

→ Terceiro Caso

O terceiro caso foi o teste com a inclusão de uma constante e a inexistência de tendência temporal. Ou seja,

$$y_t = \alpha + \rho y_{t-1} + u_t \quad (3)$$

Esse teste foi realizado com os valores usuais de t e de F , comparando com as tabelas padrões. Se os valores calculados para t e F forem significativos, isso indica que os valores de y_t dependem dos valores do período anterior.

→ Quarto Caso

Finalmente, o quarto modelo consistiu em testar a mesma regressão com a inclusão de uma tendência temporal

$$y_t = \alpha + \rho y_{t-1} + \delta t + u_t \quad (4)$$

Os testes t , F e de raiz unitária, aplicados nos quatro modelos descritos acima, utilizaram-se, sinteticamente, dos conceitos expostos nas seções 1.9.3.1; 1.9.3.2; 1.9.3.3 e 1.9.3.4.

1.9.3.1 A Estatística t de “Student”

Calculou-se o teste t com o objetivo de testar os parâmetros estimados individualmente, relacionando cada variável explicativa X_i com a variável dependente Y_i .

- Hipótese nula $H_0: \beta_i = 0$ o parâmetro não é estatisticamente significativo.
- Hipótese alternativa $H_1: \beta_i \neq 0$ o parâmetro é estatisticamente significativo.

Para a hipótese alternativa “não é igual a”, aplicou-se um teste bilateral e rejeitou-se H_0 se o valor t calculado (t_c) em módulo é no mínimo igual ao valor tabelado (t_t). Nesse teste, é importante rejeitar a hipótese H_0 , indicando que a variável independente X_i exerce

influência sobre a variável dependente. Mas, a análise não pode ser feita de forma “mecânica”. Caso seja verificada, estatisticamente, que a influência de alguma variável independente sobre Y seja nula, isto não prova a não existência de relação entre as duas variáveis.

O teste t (*Student*) verifica o grau de significância das variáveis independentes e mostra qual dessas variáveis influenciam individualmente no modelo. Se $|t_c| > |t_t|$ rejeita-se H_0 em favor de H_1 ao nível de significância adotado. Observando-se os valores da estatística t (em duas caudas – bilateral) para cada variável explicativa.

1.9.3.2 O Teste F de *Snedecor*

O teste F é usado para testar hipóteses acerca da igualdade de variâncias ou da igualdade de mais de duas médias. Quando significativo, esse teste indica que pelo menos uma das variáveis independentes está influenciando na regressão, permitindo saber o grau de validade da mesma. Se o valor de F não for significativo, pode-se admitir que não está havendo influência das variáveis explicativas na regressão, o que implica na rejeição do módulo.

Para realizar o teste F , compara-se o $F_{\text{calculado}}$ (F_c) com o F_{tabelado} (F_t). O conjunto das variáveis e coeficientes do modelo é considerado estatisticamente significativo quando o valor do $F_c > F_t$. O F_{tabelado} é definido por consulta, e o $F_{\text{calculado}}$ é obtido por meio da fórmula 5:

$$F_c = \frac{\text{QMReg}}{\text{QMRes}} \Rightarrow \text{QMReg} = \text{quadrado médio da regressão e} \quad (5)$$

QMRes = quadrado médio do resíduo.

onde:

se $F_c > F_t$ - rejeita-se H_0 em favor de H_1 ao nível de significância adotada

se $F_c < F_t$ - aceita-se H_0 .

Hipótese nula H_0 : $\beta_i = 0$ o modelo agregado não é estatisticamente significativo.

Hipótese alternativa H_1 : $\beta_i \neq 0$ o modelo agregado é estatisticamente significativo.

1.9.3.3 O Teste de Raiz Unitária para Detectar Estacionariedade¹¹

Para verificar a existência ou não de raiz unitária, utilizou-se o teste de *Dickey-Fuller* para raiz unitária, utilizando-se os valores críticos do teste Z de *Phillips-Perron* baseado na estimativa do coeficiente auto-regressivo da *OLS*. A rejeição de H_0 nesse teste significa que o programa testado não é estacionário, ou seja, constata-se a existência de raiz unitária na série histórica.

Admite-se, nesse teste, a hipótese nula $\rho = 1$. Se o coeficiente de Y_{t-1} for de fato igual a 1, têm-se o problema conhecido como o da raiz unitária, isto é, uma situação de não-estacionariedade. Se $\rho = 1$, diz-se então que a variável estocástica Y tem uma raiz unitária. Uma série temporal com raiz unitária é conhecida como uma de caminho aleatório. É um exemplo de uma série temporal não-estacionária.

Sob a hipótese nula $\rho = 1$, a estatística t calculada de modo convencional é conhecida como estatística τ [(tau: *Dickey-Fuller* (DF))].

Se o valor absoluto calculado da estatística τ (isto é, $|\tau|$) excede os valores absolutos τ de DF ou *MacKinnon-DF*, então não se rejeita a hipótese de que a dada série temporal seja estacionária. Se, por outro, ele for menor que o valor crítico, a série temporal é não-estacionária.

¹¹ Diz-se que determinada série histórica é estacionária quando está em equilíbrio estatístico, ou seja, quando não contém tendência alguma. Uma série é não estacionária quando suas propriedades mudam com o tempo.

1.9.3.4 Análise de Sazonalidade¹²

A existência, ou não, de sazonalidade nas séries temporais dos programas sociais foi determinada pelos gráficos da distribuição dos resíduos, constantes do Anexo B, e dos “correlogramas”, constantes do Anexo C. O correlograma é um gráfico elaborado pelo *software* STATA 7.0 com base na análise de correlação entre as variáveis das regressões, mediante a utilização da função autocorrelação (FAC) – A FAC na defasagem k , indicada por ρ_k , conforme indicado na fórmula 6.

$$\rho_k = \frac{\gamma_k}{\gamma_0} = \frac{\text{Covariância na defasagem } k}{\text{Variância}} \quad (6)$$

Como tanto a covariância quanto a variância são medidas nas mesmas unidades de medida, ρ_k é um número sem unidade, ou puro. Fica entre -1 e +1, como qualquer coeficiente de correlação. Representando-se graficamente ρ_k contra k , obtém-se o gráfico conhecido como correlograma da população.

Dessa forma, as variações sazonais, positivas ou negativas, são detectadas nos testes realizados em cada programa social do Governo e indicadas nos referidos gráficos. Neste trabalho classificou-se a sazonalidade em moderada (ou branda) e forte. A sazonalidade é moderada no mês em que aparece apenas um sinal no correlograma e é forte quando aparecem dois ou mais sinais.

Destaque-se que os resultados, como pode ser constatado no Anexo C, não são apresentados para todos os meses da série, limitando-se a 26, e, em alguns casos a 30 meses,

¹² Movimentos em uma variável que se repetem em períodos determinados. Atividade desproporcional em determinadas épocas do ano ou do período. Diz respeito ao comportamento repetido de oscilação dos valores da variável. Segundo Downes e Goodman (1993), são variações nos negócios ou na atividade econômica que se repetem com regularidade devido a mudanças climáticas, feriados e férias, por exemplo, e que, quando se consideram ou planejam dados financeiros ou econômicos, devem ser ajustadas por meio de provisões.

devido a limitação do *software* (*lags*). A obtenção da análise de sazonalidade por um número de meses maior, demandaria uma série histórica maior.

1.9.4 Índice de Inflação Utilizado

A fim de se evitar distorções na interpretação dos dados relativos à execução orçamentária dos programas escolhidos para a análise, preferiu-se trabalhar com valores reais, traduzindo-se os valores nominais mensais para a moeda do último mês do período analisado, dezembro de 2002. O índice escolhido para efetuar essa atualização foi o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), aplicado mês a mês, para deflacionar as séries da despesa executada e da dotação autorizada, mediante a utilização dos números índices constantes do Anexo E, que apresenta um quadro com o IPCA mensal para o período da pesquisa – Janeiro de 2000 a Dezembro de 2002.

A escolha da correção mês a mês em detrimento da opção pela correção via média anual segue a metodologia utilizada por Castro et al. (2003), que justificam essa escolha em virtude das seguintes constatações:

- algumas áreas de atuação apresentam cronogramas de dispêndios irregulares ao longo do ano, com tendência de a despesa se concentrar nos últimos meses do ano em observação;
- a correção pela média anual pode resultar em distorções graves para valores constantes, as quais tendem a invalidar comparações com outros anos de uma mesma série, em virtude de ela não captar uma variância acentuada nas taxas inflacionárias mensais e/ou em períodos de aceleração inflacionária, nos quais a execução mensal do orçamento aprovado é corroída pela inflação.

Conforme informações extraídas do *site* do IBGE (2004), o IPCA é o índice utilizado pelo Banco Central do Brasil para o acompanhamento dos objetivos estabelecidos no sistema

de metas de inflação, adotado a partir de julho de 1999, para o balizamento da política monetária. Esse índice é produzido pelo IBGE desde 1980 e mede as variações de preços ao consumidor ocorridas nas regiões metropolitanas de Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre, além de Brasília e Goiânia. O IPCA reflete a variação dos preços das cestas de consumo das famílias com recebimento mensal de 1 a 40 salários mínimos, qualquer que seja a fonte, e tem sido o índice preferido pela SOF/MP para corrigir os valores orçamentários. A seguir, faz-se uma rápida descrição da metodologia de construção do IPCA, conforme informações do IBGE (2004).

Informa a página eletrônica do IBGE (2004) que o IPCA é elaborado pelo Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor (SNIPC), que consiste em uma combinação de processos destinados a produzir índices de preços ao consumidor, com o objetivo de acompanhar a variação de preços de um conjunto de produtos e serviços consumidos pelas famílias.

Assim, a sistemática aplicada para correção dos valores relativos à despesa executada, bem como à dotação autorizada, foi a seguinte: os valores mensais do somatório dos empenhos liquidados em cada categoria de programação analisada, foram indexados para o final do período, dividindo-se cada valor mensal pelo índice mensal respectivo e multiplicando-se o resultado pelo índice de dezembro de 2002. O mesmo procedimento foi adotado para correção da dotação orçamentária consignada em cada categoria. Assim, tanto a dotação inicial, como cada alteração promovida durante a execução orçamentária (dotação adicional, cancelamentos e remanejamentos de dotações) foram corrigidas para dezembro de 2002.

1.10 Estrutura do Trabalho

Este trabalho foi elaborado e estruturado em quatro capítulos, que abordam os seguintes aspectos:

- Capítulo 1: Introdução - apresenta o tema, o problema e o contexto em que estão inseridos. Além da hipótese, relevância, delimitação do estudo, objetivos e metodologia.
- Capítulo 2 – Referencial Teórico - aborda os fundamentos lógicos da pesquisa e a pesquisa bibliográfica que dá sustentação teórica ao estudo.
- Capítulo 3 – Pesquisa Empírica - apresenta os resultados da pesquisa realizada acerca da composição do orçamento dos Ministérios da Educação, Saúde e Previdência e Assistência Social e da execução dos programas sociais mais relevantes desses Ministérios no período de 2000 a 2002, evidenciando o comportamento da execução da despesa e verificando se as séries históricas são estáveis no tempo.
- Capítulo 4 – Conclusões e Recomendações – contém as considerações finais do assunto pesquisado e as recomendações para futuras pesquisas.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

É por intermédio da administração pública que o Estado dispõe dos elementos necessários para implementar as prioridades do Governo. Assim, assume-se que é relevante o estudo acerca das ações empreendidas pelo gestor da coisa pública, destacando especial atenção ao grau de aderência de seus atos ao interesse público (efetividade). É nesse contexto que assume importância o estudo da aplicação e impacto dos mecanismos de *accountability* no âmbito do serviço público.

Por determinação legal, a grande maioria dos recursos aplicados na área governamental tem de passar, obrigatoriamente, pelo orçamento público. Daí a importância desta peça quando se analisa o impacto das ações do Governo e o seu grau de aderência às modernas práticas de administração.

2.1 Conceito de *Accountability*

A palavra *accountability* é um termo de origem inglesa. Para Peixe (2002), o termo pode ser traduzido por responsabilidade, ou seja, pela obrigação de que alguém responda pelo que faz. Representa, assim, a obrigação que a organização tem de prestar contas dos resultados obtidos, em função das responsabilidades que decorrem de uma delegação de poder. Significa a obrigação que o gestor tem de prestar contas dos resultados conseguidos em função da posição que assume e do poder que detém. Assim, na área pública, o termo refere-se à obrigação dos agentes do Estado em responder por suas decisões, ações e omissões.

Na tentativa de conceituar “responsabilidade administrativa”, Bertelli e Lynn Jr (2003) preconizam que a administração pública deve ser conduzida de acordo com o que designam “preceitos de responsabilidade administrativa”, que envolve quatro elementos interrelacionados derivados da literatura clássica de administração pública: julgamento,

accountability, balanço e racionalidade. Segundo esses autores, a aplicação desses preceitos resolve a maioria dos problemas teóricos da administração pública pela definição do papel para os agentes administrativos que conforma-se completamente com o esquema de instituições separadas - legislativo, executivo e judiciário - compartilhando o poder.

Em sua pesquisa sobre as práticas de *accountability* nas administrações municipais nos Estados Unidos, Wang (2002) descobriu que essa esfera de governo utiliza uma grande variedade de ferramentas políticas e legais de *accountability*. Esse estudo comprovou que a responsabilidade, o consenso público e a confiança dos *stakeholder* aumentam quando a administração utiliza boas práticas de *accountability*.

Para Mulgan (2000), a análise da *accountability* pública tende a concentrar-se nas instituições do setor público. Por outro lado o aumento da utilização do setor privado na provisão de serviços públicos aponta para a necessidade de comparação entre os dois setores. Embora as entidades do setor privado (lucrativas) sejam mais responsáveis, os requisitos de *accountability* no setor público são geralmente mais rigorosos, especialmente com referência ao processo e à política em geral.

Ao analisar as interações e relacionamentos entre a política, a administração e o mercado, os autores Klinger, Nalbandian e Romzek (2002) concluem que esses três setores possuem diferentes formas de pensamento – como perspectivas de tomada de decisões – que produzem uma variedade de expectativas de *accountability* sempre diferentes. Os autores realizaram um estudo sobre a contratação de serviços particulares de adoção de crianças em Kansas, nos Estados Unidos da América, para ilustrar essas perspectivas competitivas e examinar como os desafios baseados no mercado para política tradicional e as perspectivas administrativas complicam as expectativas de *accountability*. O resultado é uma situação em que o desafio de acomodação dessas três expectativas de *accountability* torna o já complexo trabalho da administração pública muito mais difícil.

Para Young (2002), o teste conclusivo de *accountability* para organizações não lucrativas é a verificação se sua liderança pode representá-las responsabilmente e promover honesta e energicamente sua missão, mesmo quando o ambiente, os *stakeholder* e as pressões da governança tornam outros caminhos mais confortáveis e seguros. Para esse autor existe o risco real de que os líderes de entidades não lucrativas contemporâneas – sob pressões sociais e financeiras e ansiosos para tornar suas instituições economicamente viáveis – sejam guiados, talvez inadvertidamente, a comprometer suas missões.

Kluvers (2003), a partir de pesquisa realizada em governos locais de Vitória, na Austrália, conclui que, entre outras razões, a assimetria de informações entre os *stakeholder* e os administradores afeta o uso da *accountability* como instrumento de melhoria na performance organizacional.

Segundo Roberts (2002), os paradoxos e patologias dos mecanismos tradicionais de *accountability* podem ser contornados com a intensificação do diálogo. Para a autora, o diálogo não demonstra apenas a administração inteligente de motivos e forças contraditórias, mas também pode resolver o paradoxo da *accountability* e evitar a atrofia da responsabilidade pessoal e da autoridade política. A autora sugere que a vantagem do diálogo está acima de seu custo como um mecanismo de *accountability* sob uma série particular de condições: Quando os agentes públicos deparam-se com graves problemas que os desafiam para encontrar a definição ou solução, e quando os métodos tradicionais de resolver problemas falham evitando, dessa forma, que um grupo qualquer imponha aos outros grupos sua definição ou sua solução do problema.

O sistema de *accountability* não se detém somente na preocupação com a probidade dos gestores públicos. Na visão de Peixe (2002), o sistema de *accountability* deve estabelecer e reforçar a confiança pública no desempenho governamental, além de outras formas para envolver os cidadãos, uma vez que são esses que necessitam de um melhor desempenho de

seu governo. A visão de administração pública, em *accountability*, está diretamente ligada à descentralização de responsabilidades, atribuindo poder à base da administração, à sociedade organizada em empresas sem fins lucrativos, tais como associações, cooperativas, organizações não-governamentais, enfim a sociedade civil organizada em busca da cidadania.

A transparência se impõe como fundamental para substituir controles burocráticos por controles sociais. Se a administração pública se torna acessível, faz-se necessário dar maior publicidade às suas ações para poder controlar o bom uso dos recursos utilizados, além de estimular a concorrência entre os fornecedores e a participação da sociedade no processo decisório, dando mais legitimidade à ação estatal.

A *accountability* requer o acesso do cidadão à informação e à documentação relativas aos atos públicos e às formas pelas quais seus governantes estão decidindo em seu nome ou gastando o dinheiro que lhes foi entregue sob forma de tributos, portanto, a qualidade da democracia praticada na sociedade depende do grau de transparência das ações governamentais.

De acordo com Stirton e Lodge (2001), as mudanças recentes nos padrões de provisão de serviços públicos, algumas vezes associadas com o "Estado Regulador", têm sido apontadas como causadoras de erosão na cidadania e como redutoras de *accountability*. Os autores afirmam que esses desafios têm de ser enfrentados com o auxílio de quatro mecanismos de transparência - informação, escolha, representação e voz - como métodos alternativos que podem ser construídos dentro da arquitetura dos regimes de serviço público, para aumentar o grau de *accountability*. A utilização desses critérios diferenciados para transparência e *accountability* promovem uma resposta mais efetiva para assegurar maior responsabilização no serviço público do que as mais estreitas noções tradicionais de *accountability* governamental.

Barberis (1998) afirma que tem havido disparidades entre a prática e a doutrina de *accountability* no governo central britânico. Afirma esse autor, com base no exame dos pontos de apoio do arcabouço teórico da Nova Administração Pública (NPM) – preconizada pela onda de reformas estruturais desencadeada em diversos países do mundo, e a partir de um breve estudo de caso da Agência de Proteção à Criança e do Serviço Penitenciário – que apesar da NPM não ser a raiz de tais disparidades, ela tem, não obstante, certa parcela de responsabilidade pela prática de exagerar ou de não evidenciar suas falhas.

Considini e Lewis (2003) afirmam que as teorias dos governos democráticos tradicionalmente têm confiado em um modelo de organização em que os agentes agem imparcialmente, aceitam claras linhas de *accountability* e de supervisão e definem suas atividades do dia a dia de acordo com regras, procedimentos e liberdade de ação restrita. Segundo eles, contudo, tem sido posto um sério desafio a esse ideal por críticos e reformadores que favorecem o mercado, a rede, ou os modelos de economia mista. Os autores estimam a extensão em que esses novos modelos têm influenciado o trabalho de orientação do *staff* de linha de frente utilizando três tipos de serviços alternativos - corporativo, de mercado e de rede - ao passo que propõem modelo tradicional de procedimentos da burocracia pública. Utilizando as avaliações de administradores de linha de frente em quatro países em que a revolução em idéias tem sido acompanhada pela revolução nos métodos para organização dos serviços governamentais, eles medem o grau em que os novos modelos estão operando como normas de serviço de expedição. Um novo mercado corporativo híbrido (chamado governança empresarial) e um novo tipo de rede têm se transformado em significantes modelos para a organização do trabalho de linha de frente em programas públicos.

Haque (2001) argumenta que, apesar de existir um aparente conflito no discurso concernente a publicidade ou qualidade pública dos serviços públicos, a recente transição para um modelo dirigido pelo mercado de governança tem criado um sério desafio para tal

publicidade. Mais especificamente, as metódicas mudanças contemporâneas nos objetivos, estrutura, funções, normas e usuários de serviços públicos, tendem a reduzir sua publicidade por conta de sua atual tendência de erodir a distinção entre público e privado, reduzindo o papel socioeconômico, estreitando a composição de recipientes de serviço, piorando as condições de *accountability* e diminuindo o nível de confiança pública. Baseado em estudos existentes, descobertas empíricas e experiência dos países, o autor delinea o critério básico determinando a publicidade de serviços públicos, usa esse critério para demonstrar como a recente onda de reforma tem levado à erosão de tal publicidade e faz recomendações para o revigoramento da qualidade da publicidade no serviço público.

Outro importante mas negligenciado aspecto dos mecanismos de governança corporativa, segundo Scott (2002), é a regulação de organismos do setor público por organizações não estatais. Alguns reguladores privados derivam tanto sua autoridade quanto seu poder de um mandato legal para suas atividades. O poder estatutário é exercido por reguladores privados, ou por delegação ou por contratação.

Segundo Scott (2002), o poder contratual toma formas coletivas (por exemplo autorregulatórias) e individuais. Mas, a outro grupo de reguladores privados, que opera nacional e internacionalmente, falta um mandato legal e ainda têm a capacidade de exercer considerável poder em constranger o Governo e agências públicas. Segundo esse autor, em grande número de casos, os reguladores privados operam sistemas de regulação mais completos (no sentido de controle de sistemas de padrões, monitoramento, e elementos de sanção) do que os verdadeiros reguladores públicos. Enquanto os reguladores privados podem aumentar o escrutínio dado aos organismos públicos (e dessa forma aumentar os sistemas de controle e de *accountability*) sua existência sugere uma necessidade de identificar as condições sob as quais semelhante poder privado é legitimamente possuído e utilizado. Uma condição semelhante é a existência de mecanismos apropriados para controle. Esses controles podem assumir a forma

clássica de supervisão pública, mas podem igualmente ser identificados nos controles exercidos pela participação nas comunidades ou mercados.

2.2 *Accountability* no Gasto Social Público (GSP)

Segundo Draíbe (2002) as reformas implementadas no aparelho do Estado, especialmente ao longo dos anos 80, trouxeram importantes melhorias na efetividade e eficácia do gasto social, além de se pautarem, no plano institucional, por ampliação de descentralização, maior transparência e *accountability* dos processos decisórios, acompanhados do reforço da participação social - grandes idéias-força que fechavam o círculo da democratização do Estado.

Essa mesma autora afirma que a agenda de reformas sociais desenvolvidas nos dois períodos do governo de FHC, 1995 a 2002, trouxe significativos avanços no sentido de melhorar e reforçar as instituições públicas da política social, principalmente nos serviços universais de saúde e de educação, com resultados sociais importantes. Segundo a autora, apesar do arrojado plano de ajustamento fiscal e das reformas liberais iniciadas em 1994 sob o signo do Plano Real e implementadas ao longo dos dois mandatos – que provocaram modestíssimas taxas de crescimento, crescimento explosivo das dívidas externa e interna e das despesas com juros, e crescentes taxas de desemprego – é notória a preocupação institucional do Governo em prol da política social, verificando-se no período a manutenção e até o crescimento do gasto social, mesmo durante os piores anos do ajustamento fiscal.

Nesse período de ajustamento fiscal, conforme Draíbe (2002), houve crescimento significativo na área previdenciária, enquanto nas outras áreas sociais verificou-se ou a preservação do patamar do gasto ou, pelo menos, modestas quedas. Para ela, isso mostra que o ajustamento fiscal brasileiro não se fez às custas do gasto social, mesmo quando tenha exercido forte pressão sobre o mesmo.

A despeito disso, continua Draíbe (2002), o GSP demonstrou fragilidade frente à política econômica, não porque foi mantido mas por se mostrar incapaz de compensar efetivamente os impactos sociais negativos do desemprego e da queda de renda das famílias, provocados pelo ajustamento, pela reestruturação econômica e pelas decisões macroeconômicas predominantes no período.

Destaca a autora que o período de 1980-2000 foi crítico para a pobreza e a indigência no Brasil. Apesar de a modernização no país ter sido caracterizada pelo surgimento de bolsões estruturais de pobreza, concentrados principalmente nas regiões Nordeste e Norte – nas áreas rurais e, mais recentemente, nas periferias das grandes regiões metropolitanas –, desde os anos 40, e ao longo do período de industrialização, as taxas de pobreza vinham caindo sistematicamente. Nesses 20 anos, ressalta a autora, essa tendência foi revertida.

Draíbe (2002) menciona como características que distinguem o financiamento e o gasto com programas sociais públicos no Brasil: o forte peso relativo das contribuições, fundos sociais e receitas vinculadas, frente aos recursos fiscais na composição dos recursos; a acentuada centralização de recursos e poder decisório no Governo Federal, no que concerne à gestão e à execução; e, os resultados decorrentes do impacto redistributivo do gasto, incapaz, segundo essa autora, de afetar os níveis de desigualdade social e de pobreza.

Segundo Draíbe (2002), o GSP tem, historicamente, enfrentado três problemas: a baixa efetividade, o baixo impacto redistributivo e o caráter pró-cíclico. A baixa efetividade é resultante principalmente da distorção do foco do gasto, ou seja, a sua maior apropriação relativa por segmentos menos necessitados da população. Segundo ela, há evidências de que, nos anos 90, tenha aumentado essa efetividade e também a eficiência do gasto, devido principalmente a melhoras institucionais e de gestão.

O baixo impacto redistributivo, segundo Draíbe (2002), fica evidente na medida em que constata-se que o GSP brasileiro não tem logrado alterar a estrutura de oportunidades,

nem a reduzir o grau de desigualdade imperantes no País. Segundo ela, a desigualdade da distribuição da riqueza parece operar como limite superior ao impacto social do gasto público, impondo críticas perdidas ao esforço que o País vem fazendo nesse campo.

O terceiro problema mencionado por Draíbe (2002), o caráter pró-cíclico do gasto social, é revelado principalmente nos períodos recessivos da economia. Ao longo do período de 1980-2000, estudado por ela, o GSP experimentou dois episódios de forte contração, ocorridos nos primeiros anos da década dos 80 e nos primeiros anos dos 90, coincidindo, exatamente, com os períodos de contração da economia.

De acordo com estudo do IPEA desenvolvido por Castro et al. (2003) em 2000, o aumento do nível de ocupação, ligeiramente superior à ampliação da População Economicamente Ativa (PEA), resultou na queda do nível de desemprego, o que foi decisivo para o crescimento econômico do país, que foi superior a 4%. Outro aspecto importante a ser considerado nesse ano, destaca esse estudo do IPEA, é a taxa de inflação, que ficou abaixo da meta de 6%, a despeito da continuidade do ajustamento fiscal, da consolidação dos regimes de metas de inflação e de taxas de câmbio flutuantes. Além disso, a Carga Tributária Bruta chegou a 32,9% do PIB, por conta do aumento significativo da arrecadação tributária, beneficiada, sobretudo, pelo ótimo desempenho das contribuições sociais. Esse cenário possibilitou, segundo o IPEA, que o Gasto Social Federal (GSF) voltasse à sua trajetória ascendente, crescendo 1,3% em relação a 1999.

O ano de 2001 – destacam Castro et al. (2003) – foi o ano do racionamento de energia elétrica, motivado, basicamente, pela redução acentuada dos níveis dos reservatórios das regiões Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste, áreas de concentração de consumo de energia. Os indicadores de emprego apresentaram comportamento favorável ao longo do ano, refletindo, com menor intensidade, os efeitos das diversas crises que afetaram a trajetória do nível de atividade. A evolução dos preços em 2001 foi influenciada pelos choques econômicos,

sobretudo os de origem externa, que exerceram fortes pressões sobre o câmbio e tiveram repercussões diretas no comportamento dos preços administrados e dos preços livres. Lembram, ainda, Castro et al. (2003) que o crescimento econômico de cerca de 1,5% ocorrido na economia brasileira em 2001, mesmo tendo sido inferior ao de 2000 e à média de 2% verificada na década de 1990, superou os registrados em 1998 e 1999, anos em que o nível de atividade foi negativamente impactado por crises da economia mundial. Ainda de acordo com esse estudo do IPEA, o GSF teve, no ano de 2001, pequeno crescimento – cerca de 1%, em relação a 2000 –, em virtude, principalmente, da criação do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, que levou consigo uma parcela de recursos para a área social.

O estudo de Castro et al. (2003) – que analisou os GSFs pela ótica das áreas de atuação no período de 1995 a 2001 – evidenciou que há uma definição de prioridades e de ênfase que delimita fronteiras bastante definidas para o gasto em áreas sociais. De acordo com esses autores, as quatro áreas que constituem o núcleo do gasto social brasileiro – Previdência Social; Benefícios a Servidores (predominantemente Encargos Previdenciários da União); Saúde; e Educação – absorveram algo em torno de 87,5% do total dos gastos públicos federais aplicados na política social brasileira durante os dois períodos do governo de FHC. Castro et al. (2003) mostram, ainda, que os gastos com Previdência Social foram os mais expressivos em termos quantitativos, pois corresponderam a 45,9% do total do GSF, seguidos pelos Benefícios a Servidores Públicos – 20,5% –, que se destinaram em quase sua totalidade às despesas com encargos previdenciários dos servidores públicos. Juntas, essas duas áreas responderam por mais da metade dos gastos sociais (66,4%). Ou seja, mais de 60% do GSF foi destinado aos encargos previdenciários do regime geral e do setor público. Na outra metade, estão os gastos em Saúde (14,1%) e Educação (7,0%), que absorveram 21,1% do GSF de 1995 a 2001. Assim, demonstrou-se que o GSF foi um dos elementos responsáveis

pelo fato de que pobreza e desigualdade não aumentaram, tendo em vista o quadro social do período.

O conceito de gasto público social federal adotado neste trabalho segue a mesma linha adotada por Castro et al. (2003), cujo estudo define GSP como um montante que compreende os recursos financeiros brutos empregados pelo setor público no atendimento de necessidades e direitos sociais e que corresponde ao pagamento dos custos de bens e serviços – inclusive bens de capital – e transferências, sem deduzir o valor de recuperação (depreciação e amortização dos investimentos em estoque, ou recuperação do principal de empréstimos anteriormente concedidos). Para esses autores, GSF, derivado do conceito do GSP, envolve os dispêndios diretamente efetuados pelo Governo Federal, bem como a transferência negociada de recursos aos governos estaduais e municipais ou a instituições privadas, referentes a programas e ações (projetos/ atividades) desenvolvidos nas áreas de atuação social.

A política social do Estado, de acordo com a definição de Castro et al. (2003), deve ser entendida como um conjunto de programas e ações do Estado, em geral de forma continuada no tempo, que tem como objetivo o atendimento de necessidades e direitos sociais fundamentais que afetam vários dos elementos que compõem as condições básicas de vida da população, principalmente aqueles que dizem respeito à pobreza e à desigualdade.

Segundo Castro et al. (2003), consideram-se como diretamente efetuados os gastos com manutenção, conservação e expansão dos serviços prestados (tais como escolas e hospitais públicos), mais as transferências de numerário a pessoas/famílias (aposentadorias, pensões, bolsas de estudo, auxílios previdenciários e assistenciais).

Há dois tipos de transferências governamentais, as voluntárias e as obrigatórias. As transferências obrigatórias são aquelas que decorrem de determinação constitucional, consistindo em transferências de recursos para Estados, Distrito Federal e Municípios.

Conforme ressaltam Castro et al. (2003), tais recursos não são considerados como gasto da esfera arrecadadora que realiza a descentralização, como é o caso da Cota-Parte dos Estados e Distrito Federal no Salário Educação, que não é incluída como gasto da União.

Por seu turno, as transferências negociadas ou voluntárias, conforme os mesmos autores mencionados no parágrafo anterior, traduzem uma política governamental de descentralização de ações, quer seja na direção de outros níveis de governo, quer sejam destinadas ao setor privado.

Para Castro et al. (2003), a divisão do GSF por áreas de atuação procura alocar as ações sociais em grupos diferenciados de acordo com atendimento às necessidades e aos direitos sociais, a fim de facilitar a leitura e a compreensão dos rumos das políticas sociais adotadas no Brasil.

2.2.1 A Política de Educação no Brasil

Segundo Draibe (2002), o sistema educacional brasileiro abrigava, em 2002, mais de 50 milhões de estudantes, em todos os seus níveis de ensino e nos segmentos público e privado, sendo organizado em três níveis hierárquicos:

- Educação Fundamental - de 8 anos, referente à faixa etária de 7-14 anos, dividida em dois ciclos: Ciclo 1: 1ª – 4ª séries e Ciclo 2: 5ª- 8ª séries;
- Educação Média - 3 anos de duração, referente ao grupo de 15-17 anos;
- Educação Superior - organizada em dois níveis: graduação (de 4 a 6 anos) e pós graduação (mestrado e doutorado) .

Entre os países mais desenvolvidos da América Latina, afirma Draibe (2002), o Brasil é o que tem a menor exigência de escolaridade mínima. A educação média é também gratuitamente oferecida, mas não obrigatória. A educação infantil (creche e pré-escola), não requerida como entrada ao sistema, atende ao grupo etário abaixo de 7 anos. Jovens e adultos

que não terminaram seus estudos regulares podem fazer estudos e exames supletivos para adquirir seus diplomas de ensino fundamental ou médio (ensino supletivo).

Afirma Draíbe (2002) que o sistema é altamente fragmentado, exatamente em função da mencionada descentralização e da ampla autonomia de todos os entes federativos assegurada pela Constituição de 1988. O resultado é a convivência, no País, de 26 sistemas estaduais e 5.561 sistemas municipais de ensino, além do sistema educacional do Distrito Federal. Apesar de tal descentralização, é ainda forte o poder regulatório do Governo Federal, por meio do Ministério da Educação, sobre as regras e funcionamento do sistema educacional. Mais recentemente, coube ao Governo Federal assumir estrategicamente, mediante assistência técnica e financeira aos Estados e Municípios, um novo papel de corte mais redistributivo e supletivo, buscando garantir a equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino.

O estudo de Draíbe (2002) mostra que o financiamento do gasto educacional público apresenta auto grau de descentralização federativa, vez que as três esferas de Governo, União, Estados e Municípios partilham do dispêndio com a área. Tais recursos, frisa a autora, advêm basicamente de duas fontes: impostos gerais e salário-educação. No caso das receitas de impostos, a constituição federal determina que no mínimo 18% no caso da União e 25% no caso de Estados e Municípios das receitas disponíveis dessas três esferas de governo, sejam dispendidos com educação básica. Quanto ao salário-educação, trata-se de uma contribuição compulsória das empresas, na proporção de 2,5% sobre a folha de pagamento.

Segundo o estudo de Draíbe (2002) é no nível fundamental de ensino, de 8 anos, que é obrigatório e gratuito, que se concentra o gasto público com educação, seguido do nível superior. A autora mostra que, do ponto de vista da partilha federativa, enquanto o gasto da União concentra-se no ensino superior, o dos Estados e Municípios concentra-se nos níveis fundamental e médio de ensino.

O grande passo da reforma educacional no Brasil, segundo Draíbe (2002), foi a criação, em 1996, do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), com o objetivo de disciplinar a distribuição dos recursos entre os entes federativos, introduzir progressividade na sua alocação e estimular a valorização salarial dos docentes.

Para Draíbe (2002), os maiores efeitos do FUNDEF se dão sobretudo nos planos da elevação do gasto educacional e na redução das desigualdades regionais e entre redes de ensino. A nova legislação alterou o sistema de partilha federativa no financiamento do ensino fundamental: 60% do total de recursos constitucionalmente destinados à educação por Estados e Municípios - ou 15% das receitas e transferências fiscais disponíveis – foram centralizados, em cada Estado, em fundo estadual a ser redistribuído ao próprio Estado e aos Municípios, em valores proporcionais ao número de alunos de primeiro grau efetivamente matriculados nas suas respectivas redes, segundo o parâmetro de US\$300 por aluno/ano. Além disso, lembra Draíbe (2002), pelo menos 60% dos recursos totais do fundo devem ser destinados à remuneração dos docentes de nível fundamental e cabe à União complementar os fundos estaduais que, por insuficiência de recursos, não atinjam o patamar mínimo de gasto.

2.2.2 A Política de Saúde no Brasil

Conforme destacam Ferreira et al. (2003), a Emenda Constitucional n° 29, aprovada em 2002, promoveu a vinculação de recursos para a saúde nos orçamentos das três esferas de governo, assegurando um patamar mínimo de recursos da União, Estados e Municípios. A União foi obrigada a destinar à saúde, em 2000, 5% a mais do que despendeu em 1999 e para os anos seguintes, o valor apurado no ano anterior deve ser corrigido pela variação nominal do PIB. Quanto aos Estados e Municípios, passaram a ser obrigados a alocar, a partir de 2000, pelo menos 7% das receitas resultantes de impostos e transferências constitucionais para a

área da saúde. Esse percentual deve crescer gradualmente até atingir 12% para Estados e 15% para Municípios até 2004.

Para Draíbe (2002), a criação e implementação do SUS, pode ser considerado o mais bem sucedido empreendimento reformista no campo das políticas sociais públicas brasileiras.

Nos anos recentes, de acordo com Draíbe (2002), o gasto com saúde se viu pressionado por dois fatores: de um lado, a eliminação dos recursos da Seguridade Social, posteriormente substituídos pela CPMF; e de 1994 em diante, pelas restrições do ajustamento fiscal. Segundo a autora, houve, então, um declínio do gasto com pessoal, estagnação do gasto com investimento e elevação dos gastos financeiros (amortização de dívidas). No mesmo período, ainda segundo Draíbe (2002), verifica-se um esforço pela sustentação do gasto com assistência médica e um substancial crescimento das transferências voluntárias para as administrações estaduais e municipais.

2.2.3 As Políticas de Previdência e Assistência Social no Brasil

Segundo Ferreira et al. (2003) a consolidação do conceito constitucional denominado Seguridade Social, no qual se incluem as áreas de Saúde, Assistência Social e Previdência Social, não foi implementada no período FHC. As três áreas, afirmam eles, permaneceram estanques e sem sincronismo. Segundo eles, o próprio Orçamento da Seguridade Social, previsto constitucionalmente, jamais se consolidou como instrumento de ação integrada, sendo unicamente um quadro demonstrativo das despesas governamentais em Saúde, Assistência e Previdência Social, respectivamente. Esse quadro foi agravado, ainda mais, pela extinção formal, em 1999 – por meio de medida provisória – do Conselho Nacional de Seguridade Social (CNSS), órgão que, na concepção constitucional, deveria atuar como o principal instrumento institucional de integração da ação governamental na perspectiva da Seguridade Social.

Contudo, ressaltam Ferreira et al. (2003), a despeito das sucessivas e profundas crises fiscais por que tem passado o Governo brasileiro, o sistema previdenciário, por meio do INSS, tem cumprido pontualmente com o pagamento mensal de benefícios para mais de 20 milhões de segurados, desempenhando, dessa forma, um papel importante no combate à pobreza que atinge os segmentos mais carentes da população.

Segundo Ferreira et al. (2003), o Orçamento da Seguridade idealizado pelo texto constitucional seria uma peça autônoma (art. 165, § 5º - III); elaborado de forma integrada pelos órgãos responsáveis pela saúde, previdência e assistência social (art. 195, § 2º); e contaria com recursos vinculados, abrangendo a folha de salários (patrão e empregado), a receita ou o faturamento das empresas e o lucro (art. 195, I-V), além da receita de prognósticos (art. 195, III) e da contribuição rural (art. 195, § 8º).

Ainda de acordo com Ferreira et al. (2003) a destinação dos recursos do Orçamento da Seguridade Social, demonstra que esse orçamento não resolve o conflito distributivo, vez que uma parte é desviada para o “superávit-primário”, e outra parcela é destinada pela LRF a financiar os encargos previdenciários da União no Regime Jurídico Único (RJU). Em 2001, ressaltam Ferreira et al. (2003), esses gastos somados consumiram 1/3 dos recursos – cerca de R\$ 50 bilhões.

Para Ferreira et al. (2003), pode-se compreender previdência em sentido lato como um conjunto bastante amplo de políticas voltadas para garantir a reposição de rendimentos do cidadão no caso de ocorrência de alguns dos riscos sociais tradicionais previstos na Convenção 102 da Organização Internacional do Trabalho (datada de 1952), entre eles, idade avançada, invalidez, morte, maternidade, doença, acidente de trabalho, encargos familiares.

Conforme ressaltam Ferreira et al. (2003), a forma atual de financiamento da Previdência Rural contém vício distributivo porquanto remete aos trabalhadores e empregadores do setor urbano a responsabilidade fiscal de prover financiamento dos direitos

sociais dos trabalhadores rurais muito pobres, o que configura um sistema de transferência de renda da população urbana para a rural. Pelo conceito constitucional da Seguridade Social, contido no art. 195, lembram Ferreira et al. (2003), quem deveria assumir essa responsabilidade é o conjunto da sociedade, principalmente no que se refere às contribuições de natureza tributária, que cumprem o papel de financiar os serviços não autofinanciáveis de Previdência, Saúde e Assistência Social.

Quanto aos programas sociais federais, como menciona Draíbe (2002), são variados e estão presentes em distintas áreas do Governo. Vale lembrar que, no período do estudo da autora e deste trabalho, a Assistência Social, apesar de institucionalmente localizada no Ministério de Previdência e Assistência Social, tinha programas ou ações em diversos outros ministérios ou órgãos do Governo, tais como Educação, Saúde, Trabalho e Desenvolvimento Agrário, Programa Comunidade Solidária e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Para Draíbe, essa fragmentação institucional da área de Assistência Social tende a comprometer a eficácia dos programas.

Em período recente, destaca Draíbe (2002), o Governo tem preferido – na área de Assistência Social – os programas de transferências monetárias diretas às famílias ou pessoas, e programas de crédito.

Registram-se, nos 20 anos estudados por Draíbe (2002) – (1980-2000) –, uma série de resultados positivos das mudanças e inflexões da política assistencial e de combate à pobreza: a maior densidade da política; a amplitude da cobertura e a atenção ao maior número de categorias sociais; razoável redução do clientelismo e dos mecanismos de corrupção; a introdução da cultura da avaliação e das práticas de *accountability* etc. Porém, ressalta a autora, os sistemas de controle não se revelam ainda suficientes para inibir plenamente as práticas clientelistas, principalmente na ponta das operações dos programas descentralizados. Dessa forma, para ela, a ampliação do gasto social com a área de Assistência Social, a

densificação e integração das redes de proteção social e o maior controle constituem ainda os temas predominantes na agenda setorial do Governo nessa área.

2.3 O Impacto da Lei de Responsabilidade Fiscal

A promulgação da Lei Complementar de nº 101 de maio de 2000, denominada de Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), conforme ressalta o Conselho Federal de Contabilidade (CFC, 2000), caracteriza-se como marco regulatório de fundamental importância concernentemente aos mecanismos de *accountability* no setor governamental brasileiro. Essa norma tem o objetivo de incorporar aos costumes político-administrativos a preocupação com os limites de gastos pelos administradores públicos municipais, estaduais e federais. A Lei veio regulamentar o artigo 163 da Constituição Federal, introduzindo o conceito de gestão fiscal responsável e constituindo-se como um conjunto de padrões de conduta no tratamento da coisa pública. Nesse contexto, segundo o CFC (2000), tem provocado forte impacto quanto ao controle global da arrecadação e à execução dos orçamentos públicos.

Ainda conforme o CFC (2000), a idéia que deu origem a essa lei foi apresentada pelo Governo Federal no auge da crise fiscal brasileira, em novembro de 1997. Seus dispositivos visam a assegurar que todos os orçamentos públicos apresentem superávit primário – que vem a ser o resultado positivo apurado antes do pagamento dos juros da dívida. Dessa forma, acredita o CFC (2000), espera-se que os ciclos históricos de déficits nos orçamentos públicos sejam definitivamente interrompidos, em razão desse novo sistema de monitoramento e responsabilização dos agentes públicos pelos atos que praticarem enquanto gestores de recursos públicos.

Para Motta (2001), o impacto causado pela LRF, desde sua proposição, encarece o princípio jurídico da eficiência quando focaliza o estrito liame que deve existir entre a fixação e a execução de metas fiscais, enfatizando o controle do percurso para consecução de

resultados. Além disso, segundo esse autor, esse impacto torna concreto e palpável o princípio da economicidade, pela conceituação mais exata de gestão orçamentária e fiscal; reaviva a noção de continuidade administrativa, até então pouco explorada pelo ordenamento legislativo e mesmo pela doutrina nacional; e desenvolve, sobretudo, o princípio fundamental da responsividade ("*accountability*"), correlato a todos os demais descritos no art. 37 da Carta Magna (BRASIL, 1988).

A LRF (BRASIL, 2000) introduziu novas responsabilidades para o administrador público com relação aos orçamentos da União, dos Estados e Municípios, como limite de gastos com pessoal, proibição de criar despesas de duração continuada sem uma fonte segura de receitas, entre outros. Introduziu também a restrição orçamentária na legislação brasileira e tornou impositiva a disciplina fiscal para os três poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário.

O segundo período de governo de FHC, de acordo com Ferreira et al. (2003), foi caracterizado por uma conjuntura econômica que explicitou a fragilidade da economia nacional, sobretudo em face do ambiente de crise internacional, com a alta do câmbio e o conseqüente aumento da pressão sobre a dívida pública. Diante desse cenário, ressaltam os autores, o Governo optou pela reorientação da ação do Estado, adotando, internamente, políticas de cunho mais restritivo, capitaneadas pela adoção de alguns mecanismos legais, como a LRF, e pela busca de superávit nas contas públicas para fazer frente aos crescentes compromissos externos. Conforme destacam Ferreira et al. (2003, p. 7), “a perspectiva neoliberal, que preconiza um Estado menor e uma política social focalizada no combate à pobreza, ganha espaço em detrimento de grande parcela dos avanços sociais pós-1988”.

2.4 O Controle Interno como Instrumento de *Accountability*

O objetivo principal do controle interno é o de possuir ação preventiva antes que ações ilícitas, incorretas ou impróprias possam atentar contra os princípios da Constituição da

República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988), principalmente o art. 37, seus incisos e parágrafos.

Segundo Gomes e Salas (1999), um sistema de controle compreende a estrutura e o processo de controle. A estrutura de controle deve ser desenhada em função das variáveis-chave que derivam do contexto social e da estratégia da organização, além de levar em consideração as responsabilidades de cada administrador ou encarregado por centros de competência. A estrutura contém, ainda, o sistema de indicadores de informações e de incentivos.

Para Gomes e Salas (1999), sem controle não há nem poderia haver, em termos realistas, responsabilidade pública. A responsabilidade pública depende de uma fiscalização eficaz dos atos do Estado. Dessa forma, o controle interno opera na organização, compreendendo o planejamento e a orçamentação dos meios, a execução das atividades planejadas e a avaliação periódica da atuação.

O controle é instrumento eficaz de gestão e não é novidade do ordenamento jurídico brasileiro. Seu principal embasamento legal encontra-se na Constituição Federal Brasileira (BRASIL, 1988) que assim dispõe sobre o assunto:

Art. 70: A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta, indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada poder.

Art. 71: O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União.

Art. 74: Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno [...].

Outro fundamento do controle interno na administração pública está no art. 76 da Lei nº 4.320 (BRASIL, 1964), o qual estabelece que o Poder Executivo exercerá os três tipos de controle da execução orçamentária: 1) legalidade dos atos que resultem arrecadação da receita ou a realização da despesa, o nascimento ou a extinção de direitos e obrigações; 2) a fidelidade funcional dos agentes da administração responsáveis por bens e valores públicos;

3) o cumprimento do programa de trabalho expresso em termos monetários e em termos de realização de obras e prestação de serviços. A Lei nº 4.320/64 inovou ao consagrar os princípios de planejamento, do orçamento e do controle, estabelecendo novas técnicas orçamentárias para a eficácia dos gastos públicos.

Com relação aos custos dos bens e serviços, tanto a Lei 4.320/64 (art. 85), quanto o Decreto-Lei 200 (BRASIL, 1967), no art. 25, IX e no art. 79, estabeleceram que a contabilidade deveria apurá-los, a fim de buscar uma prestação de serviços econômica e evidenciar os resultados da gestão. Contudo, mais de 30 anos se passaram sem aplicação prática desse dispositivo. A recente LRF (BRASIL, 2000) voltou a exigir a apuração dos custos no âmbito da administração pública, entretanto, salvo algumas iniciativas pontuais, tal medida ainda não foi introduzida nas práticas e sistemas de contabilidade e controle utilizados no setor público.

Por centrar atenção à ética na condução da *res publica*, o controle interno na administração pública caracteriza-se como um instrumento fundamental de *accountability*. Deve, sobretudo, possibilitar ao cidadão informações que confirmam transparência à gestão da coisa pública. Dessa forma, o sistema integrado de controle interno deve servir como agência de *accountability*, agência de transparência, de responsividade e prestação de contas de recursos públicos.

De acordo com Gomes e Salas (1999), os mecanismos de controle se situam em duas esferas interdependentes de ação: os mecanismos de *accountability* verticais — da sociedade em relação ao Estado — e os de *accountability* horizontais, isto é, de um setor a outro da esfera pública. Para esses autores, a *accountability* vertical é, principalmente, embora de forma não exclusiva, a dimensão eleitoral, o que significa premiar ou punir um governante nas eleições. Essa dimensão requer a existência de liberdade de opinião, de associação e de imprensa, assim como de diversos mecanismos que permitam tanto reivindicar demandas

diversas como denunciar certos atos das autoridades públicas. Já a *accountability* horizontal, afirmam os mesmos autores, implica a existência de agências e instituições estatais possuidoras de poder legal e de fato para realizar ações que vão desde a supervisão de rotina até sanções legais contra atos delituosos de seus congêneres do Estado.

Os controles horizontais, que são considerados mecanismos essenciais de transparência e promoção da ética na gestão pública, podem ser classificados, segundo Gomes e Salas (1999), em quatro tipos principais: 1) os controles administrativos, caracterizados como autocontrole, vez que exercidos pelos próprios poderes sobre seus atos e agentes; 2) os controles legislativos, que são representados pelo apoio ou rejeição às iniciativas do poder executivo (trata-se aqui de um controle político); 3) os controles de contas, que são essencialmente técnicos, pois têm a função de controlar as contas públicas, subsidiando os legislativos; 4) os controles judiciários, que objetivam coibir abusos do patrimônio público e do exercício do poder por parte das autoridades.

Os "controles administrativos", de acordo com Gomes e Salas (1999), são denominados genericamente de "controles internos". Fazem parte da estrutura administrativa de cada poder, tendo por função acompanhar a execução dos seus atos, indicando, em caráter opinativo, preventivo ou corretivo, ações a serem desempenhadas com vistas ao atendimento da legislação. Já em relação ao poder executivo, os poderes que o controlam são os controles legislativos e de contas, denominados "controles externos", ou seja, são órgãos independentes da administração, não participando, portanto, dos atos por ela praticados, pois cabe a eles exercer a fiscalização. Esse conjunto de controles horizontais, internos e externos, é formalmente institucionalizado por uma rede de órgãos autônomos.

Ainda conforme Gomes e Salas (1999), o sistema de controle interno da administração pública deve estar consolidado no compromisso do trinômio da moralidade, cidadania e justiça social ao atingir o processo de democratização do Poder ao verdadeiro cliente

(cidadão) que, como ressaltam os autores mencionados, já não suporta ver tanto desperdício e malversação de recursos públicos. Daí decorre a idéia de um sistema de controle interno, pautado nos fundamentos da *accountability*, o que reflete integridade e representa um passo importante no estabelecimento de uma política consistente de controle sustentável da corrupção.

Para os autores Schwartz e Sulitzeanu-Kenan (2002), a função de auditoria interna nas organizações do setor público parece deter o maior potencial para promover a *accountability* e aumentar o desempenho do Governo. Segundo esses autores, as normas profissionais de auditoria interna e os observadores acadêmicos enfatizam que a auditoria interna, além de ser uma ferramenta de administração que auxilia a administração superior, também funciona como uma ferramenta de *accountability* interna. Segundo os citados autores, com base em estudo realizado em Israel, a extensão em que as descobertas da auditoria interna são utilizadas para *accountability* externa tem sido uma questão central nas políticas adjacentes à institucionalização da auditoria interna.

Os principais problemas detectados pelos autores mencionados no parágrafo anterior, com base na análise das experiências dos Estados Unidos, Austrália e Canadá, incluem: cobertura inadequada da auditoria, particularmente de áreas de maior significância e alto risco; uma tendência a focalizar a auditoria sobre conformidade e regularidade em detrimento de auditoria de desempenho da economia, eficiência e eficácia; pouca atenção da alta administração para as descobertas dos auditores de dentro das agências. Os relatórios australianos e canadenses revelam, além disso, deficiências nas qualificações profissionais do *staff* de auditoria e no envolvimento da alta administração no planejamento de auditoria.

Já no caso específico de Israel, estudado com mais profundidade por Schwartz e Sulitzeanu-Kenan (2002), constatou-se que os representantes políticos, oficiais nomeados, administradores e trabalhadores têm boas razões para oferecer resistência às tentativas de

expor seu trabalho ao escrutínio. Seus interesses na estabilidade organizacional, na maximização do orçamento e na promoção de imagem favorável, contribuem para o desejo geral de opor-se aos mecanismos de *accountability* que podem retratar deficiências em seu trabalho. Autoridades políticas do Executivo, afirmam esses autores, tendem ser interessadas em caricaturas politicamente populares em vez de plataformas que atrelem seus nomes a programas fracassados. Para os autores, a preponderância de nomeações políticas nos altos níveis da agência e o curto mandato dos oficiais da alta administração desviam a atenção para oportunidades de curto prazo e prejudicam a evidenciação, na medida em que incentivam iniciativas que visam a evitar que as falhas da administração se tornem de conhecimento público. Isso parece sugerir, segundo esses autores, que as autoridades executivas eleitas representativamente e os oficiais da alta administração são quase que obrigados a desfavorecer políticas que apontem para o incremento de *accountability*.

No que se refere ao Poder Legislativo, os estudos de Schwartz e Sulitzeanu-Kenan (2002) indicam que esse Poder tende a dar baixa prioridade para a procura de *accountability* em geral e a prestar pouca atenção à auditoria e a relatórios de avaliação de programas em particular, isso porque, segundo eles, com algumas exceções para situações extremas, os legisladores perceberam que o investimento em trabalhos de *accountability* rende baixos retornos políticos. Os autores concluem, baseando-se também nas teorias de políticas de *accountability*, que as iniciativas de políticas de aumento de *accountability* encontrarão resistência dentro do Executivo e provocarão um pequeno entusiasmo dentro do Legislativo.

Por outro lado, para Schwartz e Sulitzeanu-Kenan (2002), as experiências recentes em alguns países, especialmente aqueles que integram o Reino Unido, indicam um incremento da utilização de mecanismos de *accountability* em relação a vários serviços públicos, decretando uma abundância de mecanismos de auditoria, métodos quase-mercado e sistemas de relatórios de desempenho.

2.5 Os Processos Orçamentário e Financeiro no Brasil

No Brasil, a Secretaria de Orçamento Federal (SOF) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão é o órgão incumbido de coordenar e centralizar o processo orçamentário. Cada Ministério ou órgão superior dos demais Poderes da República possui em sua estrutura uma Subsecretaria de Programação Orçamentária e de Administração (SPOA) que é o setor encarregado de consolidar o orçamento no âmbito daquele órgão, bem como de negociar junto à SOF todas as ações relativas à proposta orçamentária e às alterações no orçamento (créditos adicionais).

A programação financeira, por outro lado, é de responsabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) do Ministério da Fazenda. É essa Secretaria que administra e gerencia o SIAFI, bem como a conta única do Governo Federal. Da mesma forma que no processo orçamentário, cada Ministério ou órgão superior dos demais Poderes tem uma setorial financeira que é responsável pela solicitação de recursos financeiros, via proposta de programação financeira, e pelo sub-repasse desses recursos às unidades gestoras daquele órgão ou Ministério.

Essa é, portanto, a estrutura governamental voltada para a elaboração e execução das programações orçamentária e financeira. Da mesma forma que os demais órgãos do Governo Federal, os Ministérios aqui estudados assim procedem para realizar os atos relativos à tramitação de seus recursos orçamentários e financeiros.

Na seqüência, a seção 3 discute os resultados obtidos nesta pesquisa. Preliminarmente e de acordo com os critérios já mencionados nas seções 1.7.1 a 1.7.5, faz-se a análise da execução orçamentária dos três Ministérios estudados no período de 2000 a 2002 e, por fim, demonstram-se os resultados obtidos com a aplicação dos testes empíricos nos programas sociais selecionados para o estudo.

3 RESULTADOS DA PESQUISA

Este capítulo apresentará, em três seções, os resultados obtidos a partir da análise dos dados relativos à despesa executada pelos três Ministérios durante o período do estudo. Na seção 3.1. faz-se uma análise da composição do gasto, ou seja, de que forma o orçamento total foi distribuído e executado entre as diversas unidades componentes dos Ministérios. Compara-se, ainda, a dotação consignada com a realização da despesa (empenho liquidado) e os percentuais de execução para cada grupo, em cinco categorias de programação distintas, modalidade de aplicação, grupo da despesa, função, subfunção e programa. A seção 3.2 apresenta e comenta os resultados obtidos nos testes estatísticos aplicados nas séries históricas dos vinte e quatro programas sociais selecionados para a pesquisa. A seção 3.3, por fim, apresenta as considerações finais do capítulo.

3.1 Análise da Composição do Gasto nos Três Ministérios Sociais

Faz-se, preliminarmente, nas seções 3.1.1, 3.2.2 e 3.3.3, a análise da dotação e da execução orçamentárias para cada segmento constante das seções 1.4, 1.5 e 1.6, considerando cinco categorias de programação distintas, na forma exposta da seção 1.7.1 à 1.7.5. No âmbito de cada Ministério comenta-se, primeiramente, a execução orçamentária consolidada, para, então, discutir-se a dotação, execução e percentuais de realização de cada segmento.

3.1.1 Ministério da Educação (MEC)

A Tabela do Apêndice B demonstra a execução orçamentária consolidada do MEC no período estudado, que, em moeda de dezembro de 2002, montou a R\$ 51,08 bilhões. Verifica-se que mais de 80% do orçamento foi aplicado diretamente, enquanto que cerca de 17,5% foi

transferido para outras esferas da Federação. Mais da metade da despesa executada pelo Ministério no período do estudo, 52,07%, refere-se a despesas com Pessoal e 36,3% a despesas de Custeio.

Quanto à distribuição do orçamento por função, a Tabela constante do Anexo B mostra que quase 80% foram aplicados na função finalística do Ministério, a Educação, e pouco mais de 17% na função Previdência Social, subfunção Previdência do Regime Estatutário, programa Previdência de Inativos e Pensionistas da União. Nota-se, ainda, que as duas principais subfunções finalísticas foram Ensino Superior e Ensino Fundamental, em que foram aplicados, respectivamente, 44,29% e 10,28% da despesa realizada consolidada do MEC no período de 2000 a 2002.

A análise da despesa executada por programas, evidencia que os dois programas que se destacam dos demais, com 40,46% e 19,68% dos recursos aplicados no período, foram, respectivamente, os programas Desenvolvimento do Ensino de Graduação e Toda Criança na Escola. Como dito na seção 1.4, a despesa do MEC, para os fins deste estudo, foi aglutinada em quatro grupos: 1) Ministério (UO 26101); 2) CAPES (UO 26291); 3) FNDE (UO 26298); e 4) Demais UO vinculadas ao MEC (elencadas no Anexo A). A execução dos grupos tratados isoladamente é comentada nos parágrafos seguintes.

3.1.1.1 Ministério

A Tabela constante do Apêndice C mostra a dotação consignada diretamente ao próprio Ministério (UO 26101), isto é, sem considerar os demais órgãos vinculados ou subordinados, no Orçamento Geral da União (OGU) no período de 2000 a 2002; a despesa liquidada no período; e os percentuais de execução da despesa e de participação no orçamento consolidado do MEC. O Ministério efetuou um gasto de R\$ 7,1 bilhões, sendo que 78,31% foram executados diretamente e 18,69% foram transferidos para Estados e Distrito Federal.

Mais da metade dos recursos, 52,88%, foi aplicada em despesas de Custeio. Os outros grupos de despesa que receberam maior volume de recursos foram, pela ordem, Investimentos, com 25,4%, Amortização e Refinanciamento da Dívida – 7,67% e Pessoal e Encargos Sociais, com 6,59%.

O Ministério aplicou 83,87% de seu orçamento na função Educação, 11,72% em Encargos Especiais e apenas 4,41% em Previdência Social com encargos previdenciários de inativos e pensionistas da União. As subfunções que receberam mais recursos foram Assistência à Criança e ao Adolescente, Ensino Superior, Ensino Médio e Serviço da Dívida Externa, com os percentuais de participação na execução da despesa de, respectivamente, 31,42%, 19,74%, 17,10% e 11,66%.

A análise do gasto por programas revela que os principais programas executados no período, com uma participação percentual de 33,09%, 17,58%, 17,31% e 11,66%, respectivamente, foram os programas Toda Criança na Escola, Desenvolvimento do Ensino de Graduação, Desenvolvimento do Ensino Médio e Serviço da Dívida Externa.

O Ministério (UO 26101) aplicou 68,12% da dotação orçamentária a ele consignada no período, e teve participação de 13,9% na despesa total executada pelo MEC.

3.1.1.2 Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

A Tabela constante do Apêndice D contém a dotação consignada à CAPES no OGU no período de 2000 a 2002; a despesa liquidada no período; e os percentuais de execução da despesa e de participação no orçamento consolidado do MEC.

A distribuição do gasto por modalidade de aplicação evidencia que os maiores percentuais referem-se a recursos aplicados diretamente pela unidade, 73,92%; transferências para Estados e para o Distrito Federal, 18,52%; e transferências para instituições privadas, 7,43%. A CAPES aplicou quase a totalidade dos recursos, mais de 96%, em despesas de

Custeio. 99,45% foram gastos na função Educação, sendo 96,31% na subfunção Ensino Superior, no programa Desenvolvimento do Ensino de Pós-Graduação.

O montante de R\$ 1,68 bilhão executado pela CAPES corresponde a 3,29% da despesa executada por todo o MEC e importa em percentual de realização de 95,37% da dotação orçamentária consignada a essa UO no período estudado.

3.1.1.3 Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)

A Tabela que consta do Apêndice E evidencia a dotação consignada ao FNDE no OGU no período de 2000 a 2002; a despesa liquidada no período; e os percentuais de execução da despesa e de participação no orçamento consolidado do MEC.

Ao contrário das outras UO do MEC, os maiores percentuais de aplicação dos recursos no FNDE referem-se a transferências para outras esferas da Federação, sendo 47,27% para os Municípios e 28,04% para Estados e DF. Apenas 19,21% foram aplicados diretamente. O FNDE aplicou 93,28% em despesas de Custeio. O critério da classificação funcional mostra que 99,17% foram gastos na função Educação. As subfunções que se destacam são, por ordem de participação, Ensino Fundamental, 53,66%; Alimentação e Nutrição, 32,04%; e Educação de Jovens e Adultos, 8,49%. Os programas mais relevantes, em termos de recursos aplicados, foram Toda Criança na Escola, 79,68%; Educação de Jovens e Adultos, 8,79%; e Escola de Qualidade para Todos, 7,58%.

O FNDE executou um total de R\$ 9,66 bilhões que correspondem a 83,43% dos recursos orçamentários que recebeu no período de 2000 a 2002 e significam participação de 18,92% na despesa total executada pelo MEC.

3.1.1.4 Demais Unidades Orçamentárias do MEC

Este grupo aglutina a despesa executada por todas as demais UO do MEC, com exceção das UO 26101, 26291 e 26298, analisadas nas seções 3.1.1.1, 3.1.1.2 e 3.1.1.3. Tratam-se de valores consolidados das dotações, execuções e percentuais de diversas entidades (Fundações, Universidades, Escolas Técnicas, Escolas Agrotécnicas, Centros Federais de Educação Tecnológica e outras) espalhadas por todo o território nacional, conforme relação constante do Anexo A.

A Tabela constante do Apêndice F, portanto, evidencia a dotação consignada a essas unidades no OGU no período de 2000 a 2002; a despesa liquidada no período; e os percentuais de execução da despesa e de participação no orçamento consolidado do MEC.

A despesa total executada no período de 2000 a 2002 por essas unidades montou a R\$ 32,63 bilhões, que correspondem a 63,89% do orçamento total do MEC e representam um percentual de 76,58% de realização (execução/dotação).

Quase a totalidade do orçamento, 99,91%, foi executado diretamente pelas unidades. Grande parte dos recursos, 79,67%, foi aplicada em despesa com Pessoal e 12,69%, em despesas de Custeio. 71,84% dos recursos foram aplicados na função Educação e 25,62% na função Previdência Social, no programa relativo aos gastos com inativos e pensionistas. A subfunção Ensino Superior recebeu 60,07% dos recursos desse grupo. A distribuição por programas demonstra que o programa de maior destaque, Desenvolvimento do Ensino de Graduação, responde por 59,5% do gasto total. Abstraindo-se a participação desse programa e dos gastos previdenciários com inativos e pensionistas, os programas mais relevantes foram Desenvolvimento da Educação Profissional, 5,30%; Cumprimento de Sentenças Judiciais (Precatórios), 2,48%; e Hospitais de Ensino, 2%.

3.1.2 *Ministério da Saúde (MS)*

A Tabela do Apêndice G mostra a despesa executada consolidada pelo MS no período de 2000 a 2002, que montou, em valores corrigidos para dezembro de 2002, em R\$ 88,53 bilhões, dos quais, 52,56% refere-se à despesa executada diretamente pelos órgãos do Ministério; 33,72%, às transferências para Municípios; e 10,09%, às transferências para Estados e Distrito Federal.

Pelo critério de Grupo de Despesa, percebe-se que a maior parte do gasto, 72,70% ocorreu em despesas de Custeio. Os outros grupos de despesa que se destacam é Pessoal, com 19,84% e Investimentos, com 6,49%. Pelo critério funcional, as duas funções que mais receberam recursos foram, respectivamente, Saúde, com 89,66% e Previdência Social, com 9,10%. As subfunções finalísticas da área de saúde que se destacam, em termos de percentuais de participação, são: Assistência Hospitalar e Ambulatorial – 51,40%; Atenção Básica – 11,95%; e Suporte Profilático e Terapêutico – 6,09%.

Mais da metade do orçamento consolidado do MS foi aplicado nos programas finalísticos, Atendimento Ambulatorial, Emergencial e Hospitalar – 47,08%; Saúde da Família – 10,83%. Para visualizar a composição orçamentária do MS, analisou-se a distribuição do gasto entre as diversas UO ligadas ao Ministério. Assim, conforme anunciado na seção 1.5, a despesa total foi dividida em cinco grupos: FIOCRUZ, FUNASA, ANVISA, FNS e o último grupo é o que aglutina a despesa residual do MS executada pela ANS (UO 36213).

3.1.2.1 Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ)

A Tabela do Apêndice H evidencia a dotação consignada à FIOCRUZ no OGU no período de 2000 a 2002; a despesa liquidada nesse período; e os percentuais de execução da despesa e de participação no orçamento consolidado do MS.

A despesa total da FIOCRUZ, R\$ 1,22 bilhão, representa 1,38% do orçamento da Saúde e, quando comparada com a dotação, significa um percentual de realização de 90,80%.

A FIOCRUZ aplicou 94,15% dos recursos diretamente. O restante refere-se a transferências, destacando-se, entre essas, os 4,89% transferidos para instituições privadas. A distribuição por grupo de despesas mostra uma maior participação das despesas com Pessoal e Encargos Sociais – 59,08% e despesas de Custeio – 32,48%. Sob a ótica funcional, o gasto da FIOCRUZ foi canalizado, principalmente, para as funções Saúde e Previdência Social, com participações de 87,64% e 10,23%, respectivamente. A análise por subfunções mostra um alto gasto com despesas administrativas – 52,21% e com previdência de servidores públicos – 10,23%. Na atividade-fim da entidade, as subfunções mais relevantes foram: Desenvolvimento Científico e Suporte Profilático e Terapêutico, que participaram, respectivamente, com 17,27% e 5,14% do gasto total.

Abstraindo-se a grande participação, já mencionada, das despesas administrativas e previdenciárias, a análise dos programas mostra que os programas finalísticos que lideraram a participação percentual no gasto total da FIOCRUZ foram Pesquisa e Desenvolvimento em Saúde, com 26,89% e Assistência Farmacêutica, com 4,31%.

3.1.2.2 Fundação Nacional da Saúde (FUNASA)

A Tabela constante do Apêndice I demonstra a dotação consignada à FUNASA no OGU no período de 2000 a 2002; a despesa liquidada no período; e os percentuais de execução da despesa e de participação no orçamento consolidado do MS.

A FUNASA executou um total de R\$ 10,4 bilhões no período, que representam 11,79% do orçamento total da Saúde e importam percentual de realização de 83,91%.

Vê-se que 63,51% do orçamento da FUNASA foi executado diretamente pelo órgão. Quanto aos recursos transferidos, lideram as transferências para Municípios – 14,95% e para Estados e DF – 10,73%.

O gasto, sob a ótica do grupo de despesa, foi efetuado em três grupos, Pessoal e Encargos Sociais, Outras Despesas Correntes (Custeio), e Investimentos, com participações recíprocas de, 42,83%, 29,43% e 27,74%. As funções Saúde e Previdência Social, com participações de 84,66% e 13,26% no gasto total, foram as que mais receberam recursos no período. A distribuição por subfunções revela um grande volume de recursos gastos com despesas administrativas – 29,32% do gasto total. Os gastos finalísticos da Entidade foram alocados, principalmente, às subfunções Saneamento Básico Rural, Suporte Profilático e Terapêutico e Vigilância Epidemiológica, cujas participações no gasto total da FUNASA foram, respectivamente, de 25,06%, 11,87% e de 7,92%.

Os programas ligados à atividade-fim da FUNASA de maior participação no gasto total do período foram, por ordem de participação percentual: Saneamento Básico – 21,60%; Proágua – 10,37% e Prevenção e Controle das Doenças Imunopreveníveis – 7,36%.

3.1.2.3 Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)

A Tabela do Apêndice J demonstra a dotação consignada à ANVISA no OGU no período de 2000 a 2002; a despesa liquidada no período; e os percentuais de execução da despesa e de participação no orçamento consolidado do MS.

A despesa executada pela ANVISA, no montante de R\$ 574,8 milhões no período analisado, representa apenas 0,65% do orçamento consolidado da saúde. Houve no período uma realização de 88,74% da dotação consignada à Entidade.

Verifica-se que 60,94% dos recursos foram aplicados diretamente, destacando-se, entre os valores transferidos, as transferências realizadas para Estados e Distrito Federal – 16,24% e para organismos internacionais – 10,34%. Grande parte do gasto, 68,97%, foi despendido com despesas de Custeio, 23,35% com Pessoal e apenas 7,68% com Investimentos. A Entidade classifica suas despesas, pelo critério funcional, em apenas duas funções, Saúde e Previdência Social, sendo que a primeira responde por mais de 99% do gasto total. Na principal subfunção finalística da ANVISA, Vigilância Sanitária, foram aplicados 56,63% dos recursos. A segunda subfunção com maior participação foi Administração Geral – 36,38%. Os três programas finalísticos em que mais se gastou no período foram Vigilância Sanitária; Vigilância Sanitária de Portos, Aeroportos e Fronteiras; e Qualidade do Sangue, que tiveram, reciprocamente, as participações percentuais de 52,25%, 4,29% e 2,46%.

3.1.2.4 Fundo Nacional de Saúde (FNS)

A Tabela do Apêndice K demonstra a dotação consignada ao FNS no OGU no período de 2000 a 2002; a despesa liquidada no período; e os percentuais de execução da despesa e de participação no orçamento consolidado do MS.

O FNS, gestor do SUS, responde por 86,01% do orçamento total do MS, com um montante executado no período, em moeda real, de R\$ 76,15 bilhões, que, quando comparado com a dotação consignada a essa entidade, representa um percentual de 93,77% de realização.

Analisando-se a Tabela do Apêndice K, verifica-se que cerca de 50% das despesas do FNS foram executadas diretamente. A maior parte dos recursos transferidos foi destinada para Municípios – 37,16% e para Estados e DF – 10,12%. As despesas de Custeio e de Pessoal, com participações de 79,31% e 16,03%, receberam a maior parte dos recursos. A distribuição do gasto por funções mostra uma alta participação da função Saúde – 90,28%, seguida de Previdência Social – 8,59% e Encargos Especiais – 1,13%. A análise por subfunções e por programas demonstra que o FNS realizou a maior parte de seus gastos no período com atividades finalísticas. Entre as subfunções, merecem destaque: Assistência Hospitalar e Ambulatorial – 59,36%, Atenção Básica – 13,43%, e Suporte Profilático e Terapêutico – 5,37%. Sob a ótica dos programas, destacam-se: Atendimento Ambulatorial, Emergencial e Hospitalar – 54,74%; Saúde da Família – 12,59%; e Qualidade e Eficiência do SUS – 4,04%.

3.1.2.5 Demais Unidades do Ministério da Saúde

A Tabela do Apêndice L demonstra os valores residuais da dotação, da despesa liquidada no período; e dos percentuais de execução da despesa e de participação no orçamento consolidado do MS, no período de 2000 a 2002, relativos à ANS.

Com um gasto total de R\$ 145,9 milhões, esse segmento responde por apenas 0,16% do orçamento total da Saúde, e obteve, no período, um percentual de 66,21% de realização de sua dotação orçamentária.

Quase que a totalidade do orçamento, mais de 99%, foi executada diretamente ou transferida para o exterior. Menos de 10% foi aplicado em Investimentos, o restante foi gasto com despesas de Custeio – 71,03% e Pessoal – 19,58%. Praticamente 100% do orçamento foi

gasto com a função Saúde. A distribuição funcional evidencia alto percentual de gasto com atividades administrativas – cerca de 46%. Além disso merecem destaque as funções Normatização e Fiscalização, e Tecnologia da Informação – com 37,92% e 12,95%, respectivamente. O programa finalístico que recebeu maior aporte de recursos no período, foi Saúde Suplementar, cuja participação percentual foi de aproximadamente 39% do gasto total.

3.1.3 Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS)

A Tabela constante do Apêndice M mostra a despesa executada consolidada pelo MPAS no período de 2000 a 2002, que montou, em valores corrigidos para dezembro de 2002, em R\$ 295,2 bilhões. A maior parte desses recursos, (98,89%), foi executada diretamente, com despesas de Custeio (94,8%), na função Previdência Social (93,05%).

A análise por subfunções mostra que as finalísticas tiveram maior participação no gasto do período, merecendo especial destaque a Previdência Básica, com 58,60%, e a Previdência do Regime Estatutário, com 30,23%. O programa mais importante no período no âmbito do orçamento consolidado do MPAS foi a Previdência Social Básica, com 87,33% de participação no gasto total. Outros programas finalísticos que tiveram maiores percentuais de participação no gasto total, porém em um patamar bastante inferior foram: Atenção à Pessoa Portadora de Deficiência – 3,33%; Previdência de Inativos e Pensionistas da União – 2,44%; e Valorização e Saúde do Idoso – 1,83%.

Para permitir melhor compreensão do gasto do MPAS, conforme anunciou-se na seção 1.6, a despesa executada foi agrupada em quatro segmentos distintos: as executadas pelo próprio Ministério – UO 33101; as do INSS; as do FNAS; e as executadas pelas demais UO ligadas ao MPAS, o que refere-se, basicamente, ao FRGPS.

3.1.3.1 Ministério

A Tabela que consta do Apêndice N demonstra a dotação consignada diretamente ao próprio Ministério – UO 33101 – no OGU no período de 2000 a 2002; a despesa liquidada; e os percentuais de execução da despesa e de participação no orçamento consolidado do MPAS.

O valor de R\$ 500,27 milhões executado pela Unidade representa um percentual de apenas 0,17% do gasto total do MPAS e indica percentual de 89,35% de realização da dotação orçamentária consignada no período.

Nota-se que 95,44% da despesa foi executada diretamente pelo Ministério. Entre os valores transferidos, os que obtiveram maior participação foram os destinados para organismos internacionais e para o exterior, que juntos totalizaram mais de 4% de participação no gasto total.

As despesas de Pessoal, com 67,06% e as despesas de Custeio, com 31,84%, lideram a participação no gasto por grupo de despesa. Sob a ótica funcional, a função de participação majoritária foi a função Previdência Social, com 94,76%, seguida por Assistência Social, com 5,01% e Encargos Especiais, com apenas 0,23% de participação.

A subfunção Previdência do Regime Estatutário, programa Previdência de Inativos e Pensionistas, com mais de 46%, é o grande destaque do gasto realizado pelo Ministério. Merece destaque, ainda, a elevada participação das despesas administrativas no gasto total da Unidade, cerca de 38,51%.

3.1.3.2 Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)

A Tabela constante do Apêndice O mostra a dotação consignada ao INSS no OGU no período de 2000 a 2002; a despesa liquidada no período; e os percentuais de execução da despesa e de participação no orçamento consolidado do MPAS.

O gasto total do INSS somou R\$ 103,07 bilhões, representando 34,91% da despesa total do MPAS e implicando em percentual de 97,28% de realização orçamentária. O orçamento do INSS praticamente todo, 99,95%, foi aplicado diretamente pelo órgão. A maior parte do gasto refere-se a despesas de Custeio, 85,83%, seguida pelas despesas com Pessoal, 14,13%. Mais de 97% dos gastos foram realizados na função institucional do INSS, Previdência Social. Entre os programas, destaca-se Previdência Social Básica, com 81,25%, seguido por Previdência de Inativos e Pensionistas da União, com 6,76%.

3.1.3.3 Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS)

A Tabela do Apêndice P apresenta a dotação consignada ao FNAS no OGU no período de 2000 a 2002; a despesa liquidada no período; e os percentuais de execução da despesa e de participação no orçamento consolidado do MPAS.

O montante de R\$ 12,54 bilhões executado pelo FNAS representa 4,25% do orçamento consolidado do MPAS e indica percentual de realização de 92,40% da dotação consignada ao órgão no período estudado.

Observa-se que 74,42% dos recursos foram aplicados diretamente. Dos valores transferidos pela Entidade, 19,30% referem-se a transferências para Municípios e 5,72% para Estados e DF. O FNAS aplicou 97,67% em despesas de Custeio e o restante, 2,33%, em Investimentos. A única função utilizada para alocação dos recursos foi a função Assistência Social. As subfunções mais relevantes, em termos de participação, foram: Assistência ao Portador de Deficiência – 50,16%; Assistência ao Idoso – 26,42%; Assistência à Criança e ao Adolescente – 19,21%; e Assistência Comunitária – 2,72%.

Os programas de maior representatividade na execução da despesa foram, por ordem de participação, Atenção à Pessoa Portadora de Deficiência – 50,78%; Valorização e Saúde do Idoso – 26,77%; Erradicação do Trabalho Infantil – 9,08%; e Atenção à Criança – 7,43%.

3.1.3.4 Demais Unidades Orçamentárias Subordinadas ao MPAS

A Tabela que consta do Apêndice Q, demonstra a dotação consignada às demais UO existentes na estrutura organizacional do MPAS no OGU no período de 2000 a 2002; a despesa liquidada no período; e os percentuais de execução da despesa e de participação no orçamento consolidado do MPAS. Esse grupo compreende as despesas do FRGPS (UO 33904), criado a partir de 2001.

A execução de 179,1 bilhões implica participação de 60,67% no orçamento total do MPAS, e indica que foram realizados 93,30% dos recursos orçamentários consignados no período.

O volume total de recursos foi aplicado diretamente em despesas de Custeio. A função Previdência Social aglutinou 97,18% dos recursos, seguida das funções Assistência Social, com 2,03% e Encargos Especiais, com 0,78% de participação. A subfunção Previdência do Regime Estatutário, programa Previdência Social Básica, com 97,18% de participação, é o grande destaque, seguida pela subfunção Assistência ao Portador de Deficiência, no programa Atenção à Pessoal Portadora de Deficiência, cuja participação chegou a 1,29%.

3.2 Análise dos Testes Empíricos

Realizadas as regressões, vale dizer, preliminarmente, que, dos quatro casos sugeridos por Hamilton (1994) aplicados nesta pesquisa, o caso 1 - regressão sem a constante - mostrou-se como o melhor estimador, apresentando resultados estatisticamente significantes em quase todos os programas e indicando que os recursos atuais são dependentes dos anteriores. O modelo AR, portanto, é estacionário e os erros observados são normais, características essas que credenciam o modelo 1 como o mais apropriado para a realização de previsões. Como

esse modelo tem maior poder explicativo que os demais, optou-se por juntar os resultados obtidos nas regressões no Anexo D deste trabalho.

Inferiu-se, com base nos resultados obtidos, que os demais modelos de regressão sugeridos por Hamilton (1994) provavelmente obteriam resultados estatisticamente mais significativos aumentando-se o tamanho da série temporal. Para a série de três anos utilizada neste estudo, o acréscimo das variáveis temporal e constante na regressão (modelos 2, 3 e 4) não apresentou resultados, individual ou agregadamente, relevantes estatisticamente.

Utilizou-se como valores tabelados (LEVINE et al., 2000) para efeito de comparação com as estatísticas calculadas os seguintes valores:

→ Estatística t

Modelo 1 = t tabelado para 35 graus de liberdade a 0,025 = 2,0301

Modelos 2 e 3 = t tabelado para 34 graus de liberdade a 0,025 = 2,0322

Modelo 4 = t tabelado para 33 graus de liberdade a 0,025 = 2,0345

→ Estatística F

Modelos 1, 2 e 3 = F tabelado (1, 30 gl) a 0,05 = 4,17

Modelo 4 = F tabelado (2, 30 gl) a 0,05 = 3,32

→ Estatística τ

Todos os modelos = Limites críticos do teste Z de *Phillips-Perron* a 1% = -3.689;
a 5% = -2.975 e a 10% = -2.619

Dessa forma, apresenta-se nas duas seções seguintes, 3.2.1 e 3.2.2, os resultados dos testes aplicados nas séries temporais dos vinte e quatro programas. A seção 3.2.1 traz as tabelas com os resultados obtidos nos quatro modelos de regressão testados. A seção 3.2.2, traz o resultado e os comentários pertinentes a cada programa social.

3.2.1 Tabelas com os resultados de todos os testes

As Tabelas 1, 2 e 3 mostram os resultados das regressões obtidos no *software* STATA 7.0. A Tabela 1 apresenta os resultados obtidos nas regressões do modelo 1 – na primeira coluna, consta o código orçamentário de cada um dos programas sociais selecionados para a análise; na coluna 2, o coeficiente da regressão; na coluna 3, o desvio padrão e nas demais colunas, os resultados obtidos nos testes t , F e τ (os valores calculados e os resultados dos respectivos testes das Hipóteses).

A Tabela 2, apresenta os resultados obtidos com as regressões dos modelos 2 e 3 e com a análise de correlação. A primeira coluna elenca os programas sociais selecionados para a análise; as colunas 2 e 3 mostram os valores do coeficiente e do erro padrão da variável defasada (L1); as colunas 4 e 5 mostram os valores do coeficiente e do erro padrão da constante; as colunas 6 a 9 trazem os valores calculados e o resultado dos respectivos testes das Hipóteses para os testes t das duas variáveis do modelo, L1 e constante; as colunas 10 e 11, apresentam o valor calculado e o resultado do teste da Hipótese para o teste F ; as colunas 12, 13 e 14, mostram resultados obtidos no teste de raiz unitária, teste τ , compreendendo os valores calculados e grau de significância em que rejeitou-se a hipótese nula. No caso do teste τ , são apresentados os resultados obtidos nos dois testes, *Dickley-Fuller* (DF) e *Phillips-Perron* (PP). A última coluna da Tabela 2, apresenta os meses em que o correlograma – gráfico que identifica a correlação entre as variáveis, por meio da função autocorrelação do *software* utilizado, constante do Anexo C –, indicou a presença de variações sazonais. A indicação de apenas um traço no gráfico, indica variação sazonal moderada ou fraca, dois traços ou mais indicam sazonalidade mais acentuada. Os números constantes da Tabela 2 e do correlograma têm o seguinte significado: 1 a 12, referem-se aos meses do primeiro ano da

análise, 2000; 13 a 24, aos meses de 2001; e 25 a 36, aos meses de 2002. O sinal – indica variação sazonal negativa, o sinal + indica variação positiva.

A Tabela 3 traz os resultados das regressões do modelo 4. A primeira coluna elenca os programas sociais selecionados para a análise; as colunas 2 a 7 mostram, respectivamente, os valores dos coeficientes e do erros padrões das variáveis que integram o modelo: variável defasada (L1), variável temporal e constante; as colunas 8 a 13 trazem os valores calculados e o resultado dos respectivos testes das Hipóteses nos testes t das três variáveis mencionadas; as colunas 14 e 15 trazem os valores calculados e o resultado do teste da Hipótese para o teste F .

Tabela 1 - Resultados obtidos nas regressões do Modelo 1

Programa	Coeficiente	Erro Padrão	Estatística t		Estatística F		Estatística $\tau - Z (t)$	
			t calc	H_0	F calc	H_0	τ_{calc}	Grau de Significância
0001	.503	.151	3,32	Rejeitada	11.01	Rejeitada	-9393	1%
0003	.601	.176	3,41	Rejeitada	11.65	Rejeitada	-6534	1%
0005	.672	.137	4.89	Rejeitada	23.91	Rejeitada	-5478	1%
0008	.416	.157	2.66	Rejeitada	7.05	Rejeitada	-7511	1%
0023	.502	.149	3.36	Rejeitada	11.27	Rejeitada	-7719	1%
0040	.865	.098	8.78	Rejeitada	77.06	Rejeitada	-4280	1%
0041	.988	.104	9.43	Rejeitada	88.88	Rejeitada	-4740	1%
0042	.661	.174	3.79	Rejeitada	14.39	Rejeitada	-3590	5%
0043	.596	.165	3.61	Rejeitada	13.06	Rejeitada	-7500	1%
0044	.778	.137	5.68	Rejeitada	32.29	Rejeitada	-5407	1%
0045	.202	.182	1.11	Não rejeitada	1.23	Não rejeitada	-5278	1%
0046	.890	.110	8.03	Rejeitada	64.43	Rejeitada	-6643	1%
0047	.553	.143	3.85	Rejeitada	14.82	Rejeitada	-4705	1%
0065	.939	.068	13.76	Rejeitada	189.22	Rejeitada	-5745	1%
0066	.922	.085	10.85	Rejeitada	117.71	Rejeitada	-4877	1%
0067	.627	.162	3.85	Rejeitada	14.84	Rejeitada	-8143	1%
0068	.383	.164	2.33	Rejeitada	5.42	Rejeitada	-6350	1%
0083	.945	.065	14.38	Rejeitada	206.89	Rejeitada	-6330	1%
0088	.771	.123	6.23	Rejeitada	38.85	Rejeitada	-7741	1%
0089	.979	.041	23.74	Rejeitada	563.76	Rejeitada	-4319	1%
0100	.910	.080	11.32	Rejeitada	128.23	Rejeitada	-2276	-
0119	.011	.173	0.06	Não rejeitada	0.00	Não rejeitada	-5939	1%
0791	.875	.079	11.00	Rejeitada	121.00	Rejeitada	-1532	-
0809	.082	.207	0.40	Não rejeitada	0.16	Não rejeitada	-5740	1%

Fonte: Elaboração própria.

Tabela 2 - Resultados obtidos com os Modelos 2 e 3 e na Análise de Correlação

Prog	L1		Constante		Estatística t				Estatística F		Estatística $\tau - Z (t)$			Correlograma
	Coef	Erro pad	Coef	Erro pad	L1		Constante		F_{calc}	H_0	τ_{calc}			
					t_{calc}	H_0	t_{calc}	H_0			MOD.1 - DF	MOD.2 - PP	SIGNIF.	
0001	-.288	.163	3.50	5.57	-1.77	Não rejeitada	6.28	Rejeitada	3.12	Não rejeitada	-6302	-9.393	1%	(+)=5; 10; 11; 21; (-)=1; 2; 3; 8; 9; 13; 19; 20; 24
0003	-.187	.224	7.94	1.76	-0.84	Não rejeitada	4.50	Rejeitada	0.70	Não rejeitada	-4479	-6.534	1%	(+)=2; 13; 16; (++)=4; (-)=3; 6; 7; 8; 22; 26; (--)=10
0005	.086	.176	3.26	758	0.49	Não rejeitada	4.30	Rejeitada	0.24	Não rejeitada	-5637	-5.478	1%	(+)=6; 7; 11; 13; 18; 20; (-)=1; 8; 10; 12; 16; 23
0008	-.270	.164	2.36	411	-1.64	Não rejeitada	5.73	Rejeitada	2.69	Não rejeitada	-5899	-7.511	1%	(+)=5; 23; (-)=2; 7; 8; (--)=3
0023	-.254	.164	1.48	2.49	-1.55	Não rejeitada	5.97	Rejeitada	2.39	Não rejeitada	-	-7.719	-, 1%	(+)=6; 19; 24; (++)=25; (-)=8; e 15 (--)=9
0040	.284	.173	2.05	5.38	1.64	Não rejeitada	3.82	Rejeitada	2.68	Não rejeitada	-5485	-4.280	1%	(+)=4; 6; 8; 14; 22; (++)=2; 10; 12; (-)=3; 13; 15; 19; 21; (--)=1; 5; 7; 9
0041	.244	.282	4.48	1.60	0.86	Não rejeitada	2.80	Rejeitada	0.75	Não rejeitada	-3260	-4.740	5%; 1%	(++)=12; (-)=1
0042	.520	.188	1.66	962	2.76	Rejeitada	1.72	Não rejeitada	7.64	Rejeitada	-6.523	-3.590	1%; 5%	(+)=2; 12; 14; (-)=1; 5; 9
0043	-.255	.198	6.59	1.21	-1.29	Não rejeitada	5.43	Rejeitada	1.66	Não rejeitada	-4916	-7.500	1%	(+)=3; 8; 13; (+++)=5; (-)=1; 4; 14; 24; (--)=9
0044	.059	.207	5.70	1.38	0.29	Não rejeitada	4.12	Rejeitada	0.08	Não rejeitada	-4718	-5.407	1%	(+)=6; 23; (++)=9; (-)=5; 11; 13; 25
0045	.045	.185	3.92	1.72	0.25	Não rejeitada	2.28	Rejeitada	0.06	Não rejeitada	-5300	-5.278	1%	(+)=12; 23; 26; (-)=8; 9; 19
0046	-.058	.220	2.25	481	-0.27	Não rejeitada	4.68	Rejeitada	0.07	Não rejeitada	-4426	-6.643	1%	(+)=1; 6; 10; 16; (-)=9; 24; (--)=8
0047	.202	.168	1.95	611	1.20	Não rejeitada	3.19	Rejeitada	1.45	Não rejeitada	-5890	-4.705	1%	(+)=2; 12; 16; (++)=4; (-)=7; 9; 11; 13; 15; 21
0065	-.238	.182	3.38	5.05	-1.31	Não rejeitada	6.68	Rejeitada	1.72	Não rejeitada	-5416	-5.745	1%	(+)=3; 22; e 25; (-)=4; 7; 9; 18 21; 26; (--)=1
0066	-.116	.201	1.73	3.20	-0.58	Não rejeitada	5.42	Rejeitada	0.33	Não rejeitada	-5017	-4.877	1%	(+)=2; 3; 8; 13; (-)=20; 22; 27
0067	-.201	.201	3.55	684	-1.00	Não rejeitada	5.19	Rejeitada	1.00	Não rejeitada	-5212	-8.143	1%	(+)=9; 13; 22; (-)=1; 2; 7; 12; 15; 16; 29
0068	-.105	.174	3.58	824	-0.60	Não rejeitada	4.34	Rejeitada	0.37	Não rejeitada	-5711	-6.350	1%	(+)=11; 13; 15; (++)=4; 19; (-)=3; 14; 16; 18; (--)=1; 5; 12
0083	-.123	.184	8.04	1.34	-0.67	Não rejeitada	6.00	Rejeitada	0.45	Não rejeitada	-	-6.330	-, 1%	(+)=3; 7; 15; (-)=9; 16; 20; 21; 23; (--)=13
0088	-.292	.185	8.56	1.33	-1.58	Não rejeitada	6.44	Rejeitada	2.49	Não rejeitada	-5477	-7.741	1%	(+)=3; 5; 9; (-)=1; 10; 19; 22; 24
0089	.210	.172	5.28	1.16	1.22	Não rejeitada	4.54	Rejeitada	1.49	Não rejeitada	-5222	-5222	1%	(+)=5; 10; 15; 25; (-)=1; 11; 16; 21; 26; 28
0100	.723	.117	1.37	652	6.16	Rejeitada	2.10	Rejeitada	37.94	Rejeitada	-5.966	-2.276	1%; 10%	(+)=6; 7; 11; 13; 18; 20; (-)=1; 8; 10; 12; 16; 23
0119	-.051	.175	7.40	4.78	-0.29	Não rejeitada	1.55	Não rejeitada	0.09	Não rejeitada	-5645	-5.925	1%	(+)=5; 10; 11; 21; 28; (-)=1; 2; 3; 8; 9; 13; 19; 20; 24
0791	.823	.099	355	401	8.29	Rejeitada	0.88	Não rejeitada	68.78	Rejeitada	-7485	-1.532	1%; 10%	(+)=2; 13; 16; (++)=4; (-)=3; 6; 7; 8; 22; 26; (--)=10
0809	-.014	.207	693	381	-0.07	Não rejeitada	1.82	Não rejeitada	0.01	Não rejeitada	-4758	-5.740	1%	(+)=5; 23; (-)=2; 7; 8; (--)=3

Fonte: Elaboração própria.

Tabela 3 - Resultados obtidos nas regressões do Modelo 4

Prog	L1		Var Temporal		Constante		Estatística t						Estatística F	
	Coef	Erro pad	Coef	Erro pad	coef	Erro pad	L1		Var. Temporal		Constante		F_{calc}	H_0
							t_{calc}	H_0	t_{calc}	H_0	t_{calc}	H_0		
0001	-.288	.165	-430	356	3.58	8.78	-1.74	Não rejeitada	-0.12	Não rejeitada	4.08	Rejeitada	1.52	Não rejeitada
0003	-.198	.222	144	108	5.26	2.66	-0.89	Não rejeitada	1.33	Não rejeitada	1.98	Não rejeitada	1.25	Não rejeitada
0005	.085	.178	-663	484	3.39	1.22	0.48	Não rejeitada	-0.14	Não rejeitada	2.78	Rejeitada	0.13	Não rejeitada
0008	-.271	.166	-139	282	2.63	683	-1.63	Não rejeitada	-0.49	Não rejeitada	3.84	Rejeitada	1.44	Não rejeitada
0023	-.257	.167	348	1.60	1.42	3.84	-1.54	Não rejeitada	0.22	Não rejeitada	3.71	Rejeitada	1.18	Não rejeitada
0040	.275	.178	-874	262	2.24	7.91	1.54	Não rejeitada	-0.33	Não rejeitada	2.84	Rejeitada	1.36	Não rejeitada
0041	.234	.279	710	529	3.18	1.85	0.84	Não rejeitada	1.34	Não rejeitada	1.72	Não rejeitada	1.28	Não rejeitada
0042	.202	.200	271	912	-2.78	1.73	1.01	Não rejeitada	2.97	Rejeitada	-1.61	Não rejeitada	9.14	Rejeitada
0043	-.276	.198	885	734	5.01	1.78	-1.40	Não rejeitada	1.21	Não rejeitada	2.81	Rejeitada	1.57	Não rejeitada
0044	.049	.207	778	744	4.28	1.94	0.24	Não rejeitada	1.05	Não rejeitada	2.21	Rejeitada	0.59	Não rejeitada
0045	.046	.187	637	159	2.70	3.51	0.25	Não rejeitada	0.40	Não rejeitada	0.77	Não rejeitada	0.11	Não rejeitada
0046	-.121	.217	324	185	1.76	545	-0.56	Não rejeitada	1.75	Não rejeitada	3.24	Rejeitada	1.57	Não rejeitada
0047	.029	.170	-118	462	4.61	1.18	0.17	Não rejeitada	-2.56	Rejeitada	3.89	Rejeitada	4.12	Rejeitada
0065	-.353	.186	-233	127	4.13	6.39	-1.89	Não rejeitada	-1.83	Não rejeitada	6.47	Rejeitada	2.60	Não rejeitada
0066	-.244	.216	-157	105	2.23	4.56	-1.13	Não rejeitada	-1.49	Não rejeitada	4.88	Rejeitada	1.28	Não rejeitada
0067	-.294	.196	847	402	2.19	918	-1.50	Não rejeitada	2.10	Rejeitada	2.39	Rejeitada	2.77	Não rejeitada
0068	-.140	.177	-685	632	4.99	1.54	-0.79	Não rejeitada	-1.08	Não rejeitada	3.24	Rejeitada	0.77	Não rejeitada
0083	-.128	.188	-725	3.40	8.21	1.58	-0.68	Não rejeitada	-0.21	Não rejeitada	5.18	Rejeitada	0.24	Não rejeitada
0088	-.368	.178	125	573	6.66	1.53	-2.06	Rejeitada	2.18	Rejeitada	4.36	Rejeitada	3.77	Rejeitada
0089	.210	.175	312	222	5.22	1.26	1.20	Não rejeitada	0.14	Não rejeitada	4.15	Rejeitada	0.73	Não rejeitada
0100	.485	.155	122	558	522	863	3.12	Rejeitada	2.19	Rejeitada	0.06	Não rejeitada	23.54	Rejeitada
0119	-.056	.177	224	467	3.16	1.01	-0.32	Não rejeitada	0.48	Não rejeitada	0.31	Não rejeitada	0.16	Não rejeitada
0791	.566	.143	-108	462	3.04	1.20	3.95	Rejeitada	-2.36	Rejeitada	2.53	Rejeitada	41.90	Rejeitada
0809	-.058	.205	559	360	-348	768	-0.28	Não rejeitada	1.55	Não rejeitada	-0.45	Não rejeitada	1.21	Não rejeitada

Fonte: Elaboração própria.

3.2.2 Análise individual dos resultados obtidos em cada programa social

Assim, faz-se, a partir da seção 3.2.2.1 até a seção 3.2.2.24, a análise dos testes efetuados em cada um dos programas selecionados. Antes dessa análise, porém, informa-se que a série formada pelo somatório dos 24 programas foi também testada com a regressão do modelo de maior poder explicativo, modelo 1, tendo os testes apresentado valores não significativos estatisticamente a 5%, tanto na estatística t ($t_c = 1,84$) quanto na estatística F ($F_c = 3,39$). Além disso, assim como a maioria das séries individuais dos programas, a série do somatório deles também é estacionária, não se comportando, pois, como *random walk*.

Além das Tabelas 1, 2 e 3, apresentadas na seção 3.2.1, foram utilizadas, também, na análise individual de cada programa social selecionado, as Tabelas dos Apêndices R e S.

3.2.2.1 Programa 0001 - Saúde da Família

Conforme se verifica nas Tabelas dos Apêndices R e S, esse programa, executado integralmente pelo MS, correspondeu a 2,39% do total gasto em 2000, 2001 e 2002 pelo MS, pelo MEC e pelo MPAS nos 24 programas selecionados para a pesquisa.

A Tabela 4 apresenta os resultados dos testes desse programa social nos quatro modelos adotados neste estudo.

Tabela 4 - Testes do Programa Saúde da Família

Modelos	Teste t				Teste F		Teste τ
	Valores tabelados (t_t)	Valores calculados (t_c)			F_t	F_c	Parâmetros: a 1% = -3,689; a 5% = -2,975 e a 10% = -2,619
		L1	Temporal	Constante			
1	2,0301	3,32	-	-	4,17	11,01	-9393
2	2,0322	-1,77	-	6,28	4,17	3,12	-6302
3	2,0322	-1,77	-	6,28	4,17	3,12	-9393
4	2,0345	-1,74	-0,12	4,08	3,32	1,52	-

Fonte: Elaboração própria.

Verifica-se que, no primeiro modelo os resultados apontam para a rejeição das hipóteses nulas nas estatísticas t e F , vez que os valores calculados se mostraram maiores que os valores tabelados a 5%. Quanto ao teste τ , comprovou-se a 1% de significância a inexistência de raiz unitária na série. No caso dos modelos 2 e 3, H_0 não foi rejeitada na estatística t da variável defasada ou explicativa e na estatística F ; e quanto ao modelo 4, a hipótese nula só foi rejeitada para o teste t da constante, sendo não rejeitada para os testes t das variáveis defasada (L1) e temporal e para o teste F .

As análises do correlograma (Anexo C) e do gráfico da distribuição dos erros (Anexo B), indicam que houve sazonalidade moderada na execução desse programa. Houve sazonalidade positiva nos meses de maio, outubro e novembro de 2000 e no mês de setembro de 2001. Houve sazonalidade negativa nos meses de janeiro, fevereiro, março, agosto, e setembro de 2000 e nos meses de janeiro, julho, agosto e dezembro de 2001.

Assim, os resultados obtidos nos testes permitem concluir que as variáveis, tanto individual quanto em conjunto, são estatisticamente relevantes, salvo quanto às exceções mencionadas. A ausência de raiz unitária indica que a série é estacionária, ou, em outras palavras, que o programa Saúde da Família – no período da análise e considerando-se as limitações e critérios assumidos neste estudo – não assume a característica de *random walk*.

3.2.2.2 Programa 0003 – Prevenção, Controle e Assistência aos Portadores de Doenças

Como mostram as Tabelas constantes dos Apêndices R e S, esse programa, também executado integralmente pelo MS, respondeu por 0,61% do somatório da despesa executada nos 24 programas sociais pelos três Ministérios durante o período da análise.

A Tabela 5 elenca os resultados obtidos para esse programa social nos quatro modelos adotados neste estudo.

Tabela 5 - Testes do Programa Prevenção, Controle e Assistência aos Portadores de Doenças

Modelos	Valores tabelados (t_t)	Teste t			Teste F		Teste τ
		Valores calculados (t_c)			F_t	F_c	Parâmetros: a 1% = -3,689; a 5% = -2,975 e a 10% = -2,619
		L1	Temporal	Constante			
1	2,0301	3,41	-	-	4,17	11,65	-6354
2	2,0322	-0,84	-	4,50	4,17	0,70	-4479
3	2,0322	-0,84	-	4,50	4,17	0,70	-6534
4	2,0345	-0,89	1,33	1,98	3,32	1,25	-

Fonte: Elaboração própria.

Os resultados obtidos nas regressões deste programa demonstram que apenas no modelo 1 as estatísticas são estatisticamente significativas. Nos modelos 2 e 3, as estatísticas t da variável defasada e F não se mostraram estatisticamente relevantes a 5%. Nos demais testes, rejeitou-se a hipótese nula. No modelo 4, em todas as estatísticas não rejeitou-se H_0 , demonstrando a não significância do modelo para essa série.

A análise de correlação, realizada por meio do gráfico dos desvios (Anexo B) e do correlograma (Anexo C), mostrou a existência de sazonalidade positiva, sendo moderada nos meses de fevereiro de 2000 e janeiro e abril de 2001 e forte no mês de abril de 2000. Existiu, ainda, sazonalidade negativa, sendo moderada nos meses de março, junho, julho e agosto de 2000, e nos meses de outubro de 2001 e fevereiro de 2002, e forte no mês de outubro de 2000.

Assim, os resultados obtidos nos testes permitem concluir que as variáveis, tanto individual quanto em conjunto, são estatisticamente relevantes, salvo quanto às exceções mencionadas. A ausência de raiz unitária indica que a série é estacionária e que, portanto, o programa Prevenção, Controle e Assistência aos Portadores de Doença – no período analisado e considerando-se as limitações e critérios assumidos neste estudo – não assume a característica de *random walk*.

3.2.2.3 Programa 0005 - Assistência Farmacêutica

Esse programa, conforme demonstrado nas Tabelas constantes dos Apêndices R e S, representou 0,31% do gasto total dos programas selecionados no âmbito dos três Ministérios durante o período estudado. Do total dos recursos orçamentários dispendidos pela União nesse programa, 99,60% pertenceram aos orçamentos dos Ministérios da Saúde e da Educação, e apenas 0,40% foi executado pelo Ministério da Defesa.

Os resultados obtidos para este programa social nos quatro modelos adotados neste estudo são os que constam da Tabela 6.

Tabela 6 - Testes do Programa Assistência Farmacêutica

Modelos	Valores tabelados (t_t)	Teste t			Teste F		Teste τ
		L1	Temporal	Constante	F_t	F_c	Parâmetros: a 1% = -3,689; a 5% = -2,975 e a 10% = -2,619
1	2,0301	4,89	-	-	4,17	23,91	-5478
2	2,0322	0,49	-	4,30	4,17	0,24	-5637
3	2,0322	0,49	-	4,30	4,17	0,24	-5478
4	2,0345	0,48	-0,14	2,78	3,32	0,13	-

Fonte: Elaboração própria.

Os valores obtidos mostraram-se relevantes apenas no modelo 1, em que rejeita-se a hipótese nula em todas as estatísticas. Nos modelos 2 e 3, H_0 foi rejeitada para a estatística t da constante e para a estatística τ , não tendo sido rejeitada para as estatísticas t da variável defasada e para a estatística F . Nesse caso, as variáveis, tanto individual quanto agregadamente, não têm significância estatística. No modelo 4, vê-se que o resultado se repete, rejeitando-se H_0 apenas para a estatística t da constante e não rejeitando para os demais testes.

As análises do gráfico dos desvios (Anexo B) e do correlograma (Anexo C) mostraram a existência de sazonalidade moderada, sendo essa variação positiva nos meses de junho, julho e novembro de 2000; nos meses de janeiro, junho e agosto de 2001. Houve sazonalidade

negativa nos meses de janeiro, agosto, outubro e dezembro de 2000 e nos meses de abril e novembro de 2001.

Com base nos resultados dos testes, pode-se concluir que as variáveis são estatisticamente relevantes, salvo quanto às exceções mencionadas. Como a série é estacionária, conclui-se – dentro das limitações e critérios assumidos neste estudo – que o programa Assistência Farmacêutica não assume a característica de *random walk*.

3.2.2.4 Programa 0008 - Alimentação Saudável

Como mostram as Tabelas constantes dos Apêndices R e S, esse programa do Ministério da Saúde representa 0,16% do gasto total do período.

A Tabela 7 relaciona os resultados obtidos para esse programa social nos quatro modelos adotados neste estudo.

Tabela 7 - Testes do Programa Alimentação Saudável

Modelos	Teste t			Teste F		Teste τ	
	Valores tabelados (t_t)	Valores calculados (t_c)			F_t	F_c	Parâmetros: a 1% = -3,689; a 5% = -2,975 e a 10% = -2,619
		L1	Temporal	Constante			
1	2,0301	2,66	-	-	4,17	7,05	-7511
2	2,0322	-1,64	-	5,73	4,17	2,69	-5899
3	2,0322	-1,64	-	5,73	4,17	2,69	-7511
4	2,0345	-1,63	-0,49	3,84	3,32	1,44	-

Fonte: Elaboração própria.

Como se vê pelos números acima, os resultados mostraram-se estatisticamente significativos apenas no modelo 1, em que rejeitou-se a hipótese nula em todas as estatísticas. Nos modelos 2 e 3, H_0 foi rejeitada para as estatísticas t da constante e τ , não tendo sido rejeitada para as estatísticas t da variável defasada, e para a estatística F . No modelo 4 esses resultados repetem-se. Assim, rejeita-se H_0 apenas para a estatística t da constante, aceitando-se a hipótese nula para os demais testes t , da variável defasada e da variável temporal, e para o

teste F . Isso demonstra que as variáveis desses modelos, salvo no caso do modelo 1, não têm significância estatística, tanto individual quanto agregadamente.

A análise de correlação entre as variáveis, com base no gráfico dos desvios (Anexo B) e no correlograma (Anexo C), mostrou que houve sazonalidade na execução desse programa, sendo positiva moderada nos meses de maio de 2000 e novembro de 2001; negativa moderada nos meses de fevereiro, julho, e agosto de 2000; e negativa forte no mês de março de 2000.

Os resultados obtidos nos testes permitem concluir que as variáveis, tanto individual quanto em conjunto, são estatisticamente relevantes, salvo quanto às exceções mencionadas. A ausência de raiz unitária indica que a série é estacionária e, portanto, que o programa Alimentação Saudável – no período da análise e considerando-se as limitações e critérios assumidos neste estudo – não assume a característica de *random walk*.

3.2.2.5 Programa 0023 - Atendimento Ambulatorial, Emergencial e Hospitalar

Verifica-se nas Tabelas constantes dos Apêndices R e S que esse é um programa do MS, cujo gasto total nos três anos estudados correspondeu a 10,39% da despesa total dos três Ministérios com os programas selecionados.

Na Tabela 8 constam os resultados dos testes aplicados nesse programa social nos quatro modelos adotados neste estudo.

Tabela 8 - Testes do Programa Atendimento Ambulatorial, Emergencial e Hospitalar

Modelos	Teste t			Teste F		Teste τ Parâmetros: a 1% = -3,689; a 5% = -2,975 e a 10% = -2,619	
	Valores tabelados (t_t)	Valores calculados (t_c) L1 Temporal Constante		F_t	F_c		
1	2,0301	3,36	-	-	4,17	11,27	-7719
2	2,0322	-1,55	-	5,97	4,17	2,39	-
3	2,0322	-1,55	-	5,97	4,17	2,39	-7,719
4	2,0345	-1,54	0,22	3,71	3,32	1,18	-

Fonte: Elaboração própria.

Como se vê, o comportamento desse programa também se mostrou estatisticamente significativo em todas as variáveis para as regressões do modelo 1. Quando testados os modelos 2 e 3, H_0 foi rejeitada para as estatísticas t da constante e τ , não tendo sido rejeitada para as demais variáveis. Registre-se que, nesses modelos um dos testes de raiz unitária, o teste de *Dickey-Fuller*, não apresentou resultado. Porém quando se utiliza os valores críticos do teste Z de *Phillips-Perron*, H_0 é rejeitada. Os resultados do modelo 4 indicam a rejeição da hipótese nula somente para a constante, sendo não rejeitada para os demais testes.

O gráfico dos desvios (Anexo B) e o correlograma (Anexo C) constataram a existência de sazonalidade moderada, sendo positiva nos meses de junho de 2000, julho e dezembro de 2001 e negativa nos meses de agosto de 2000 e março de 2001. Constata-se ainda a presença de sazonalidade forte, sendo positiva no mês de janeiro de 2002 e negativa no mês de setembro de 2000.

Os resultados dos testes, portanto, possibilitam a conclusão de que – ressaltando-se os casos em não se rejeitou a hipótese nula nos modelos 2, 3 e 4 - as variáveis são estatisticamente relevantes, tanto isoladamente quanto no modelo agregado. A ausência de raiz unitária indica que a série é estacionária, ou, em outras palavras, que o programa Atendimento Ambulatorial, Emergencial e Hospitalar – considerando-se as limitações e critérios assumidos neste estudo – não assume a característica de *random walk*.

3.2.2.6 Programa 0040 - Toda Criança na Escola

A despesa total executada nos três anos nesse programa do MEC, representa 2,50% do gasto total dos três ministérios nos 24 programas, como indicam as Tabelas constantes dos Apêndices R e S.

A Tabela 9 traz os resultados dos testes desse programa social nos quatro modelos adotados neste estudo.

Tabela 9 - Testes do Programa Toda Criança na Escola

Modelos	Valores tabelados (t_t)	Teste t			Teste F		Teste τ
		Valores calculados (t_c)			F_t	F_c	Parâmetros: a 1% = -3,689; a 5% = -2,975 e a 10% = -2,619
		L1	Temporal	Constante			
1	2,0301	8,78	-	-	4,17	77,06	-4280
2	2,0322	1,64	-	3,82	4,17	2,68	-5485
3	2,0322	1,64	-	3,82	4,17	2,68	-4280
4	2,0345	1,54	-0,33	2,84	3,32	1,36	-

Fonte: Elaboração própria.

Nota-se que também nesse programa, apenas no modelo 1 rejeitou-se H_0 em todas as estatísticas. Nos demais modelos, apenas nos teste t da constante e τ rejeitou-se a hipótese nula, sendo essa hipótese não rejeitada nos demais testes.

Com fulcro nas análises do gráfico dos desvios (Anexo B) e do correlograma (Anexo C), verifica-se que houve sazonalidade moderada, sendo positiva nos meses de abril, junho e agosto de 2000 e nos meses de fevereiro e outubro de 2001 e negativa nos meses de março de 2000 e janeiro, março, julho e setembro de 2001. Houve, também, movimento sazonal forte no ano de 2000, sendo essa sazonalidade positiva nos meses de fevereiro, outubro e dezembro e negativa nos meses de janeiro, maio, julho e setembro.

Assim, os resultados indicam que - excepcionando-se os casos em que H_0 não foi rejeitada (modelos 2, 3 e 4) - as variáveis são estatisticamente significativas, tanto individual quanto em conjunto. O teste τ indica que a série é estacionária, donde se conclui que o programa Toda Criança na Escola - no período da análise e considerando-se as limitações e critérios assumidos neste estudo - não assume a característica de *random walk*.

3.2.2.7 Programa 0041 - Desenvolvimento do Ensino de Graduação

Como mostram as Tabelas dos Apêndices R e S, esse é um programa do MEC, cujo gasto total nos três anos estudados correspondeu a 5,15% da despesa dos três Ministérios com

os programas selecionados. Vale registrar que apenas 0,0015% do gasto total realizado nesse programa no período ocorreram fora do MEC, no Ministério do Planejamento.

A Tabela 10 elenca os resultados obtidos para esse programa social nos quatro modelos adotados neste estudo.

Tabela 10 - Testes do Programa Desenvolvimento do Ensino de Graduação

Modelos	Valores tabelados (t_t)	Teste t			Teste F		Teste τ
		Valores calculados (t_c)	L1	Temporal	Constante	F_t	F_c
1	2,0301	9,43	-	-	4,17	88,88	-4740
2	2,0322	0,86	-	2,80	4,17	0,75	-3260
3	2,0322	0,86	-	2,80	4,17	0,75	-4740
4	2,0345	0,84	1,34	1,72	3,32	1,28	-

Fonte: Elaboração própria.

As regressões demonstraram que, apenas no modelo 1, todas as estatísticas são estatisticamente significantes, rejeitando-se H_0 em todos os testes. Nos modelos 2 e 3, H_0 só foi rejeitada para o teste t da constante. Ressalte-se que, como mostra a Tabela 10, houve pequena divergência de resultados entre os modelos 2 e 3 quanto ao teste τ , vez que o primeiro valor encontrado, $\tau_c = -3260$, só se mostrou significativo ao valor crítico de 5% de significância do teste Z de *Phillips-Perron*. As estatísticas do modelo 4, por fim, indicaram a não rejeição da hipótese nula em todos os testes, o que demonstra a insignificância estatística desse modelo para a série desse programa.

Conforme indicam o gráfico dos desvios (Anexo B) e o correlograma (Anexo C), esse programa apresentou sazonalidade apenas nos meses de janeiro e dezembro de 2000, sendo moderada e negativa no primeiro e positiva forte no último.

Conclui-se, com base nos resultados encontrados, que as variáveis, isolada e agregadamente, são estatisticamente relevantes, salvo quanto às exceções mencionadas. O teste τ indicou que, ao nível de significância utilizado, a série é estacionária. Assim, o

programa Desenvolvimento do Ensino de Graduação – no período da análise e considerando-se as limitações e critérios assumidos neste estudo – não se comporta como *random walk*.

3.2.2.8 Programa 0042 - Escola de Qualidade para Todos

As Tabelas constantes dos Apêndices R e S demonstram que esse programa, executado conjuntamente pelo MEC e pelo MPAS, importou em 0,25% do gasto total dos 24 programas no orçamento dos três Ministérios.

A Tabela 11 indica os resultados obtidos para esse programa social nos quatro modelos adotados neste estudo.

Tabela 11 - Testes do Programa Escola de Qualidade para Todos

Modelos	Teste t			Teste F		Teste τ	
	Valores tabelados (t_t)	Valores calculados (t_c)			F_t	F_c	Parâmetros: a 1% = -3,689; a 5% = -2,975 e a 10% = -2,619
		L1	Temporal	Constante			
1	2,0301	3,79	-	-	4,17	14,39	-3590
2	2,0322	2,76	-	1,72	4,17	7,64	-6523
3	2,0322	2,76	-	1,72	4,17	7,64	-3590
4	2,0345	1,01	2,97	-1,61	3,32	9,14	-

Fonte: Elaboração própria.

Vê-se que todos os testes se mostraram significativos quando testado o modelo 1, rejeitando-se as hipóteses nulas em todos eles. Entretanto, no caso do teste τ , H_0 só foi rejeitada ao valor crítico de 5% de significância, estando menor do que o valor crítico a 1%. Os resultados obtidos pelos modelos 2 e 3 apontam para a rejeição de H_0 para a estatística t da variável defasada e para a variável F . A estatística t da constante indica a não rejeição da hipótese nula, o que indica a irrelevância estatística dessa variável. Quanto à estatística τ , vale ressaltar que observou-se, tal como no programa anterior (041), pequena diferença entre os dois valores calculados pelo STATA 7.0, posto que no segundo valor encontrado, -3590, H_0 só foi rejeitada a 5%. Os números obtidos com o modelo 4, demonstram a rejeição de H_0

apenas para a estatística t da variável temporal e para a estatística F , sendo essa hipótese não rejeitada nos demais testes.

A análise de correlação com base no correlograma (Anexo C) e o comportamento da distribuição dos desvios padrões (Anexo B) confirmaram a existência de sazonalidade moderada, sendo positiva nos meses de fevereiro e dezembro de 2000 e fevereiro de 2001, e negativa nos meses de janeiro, maio e setembro de 2000.

Assim, os resultados obtidos nos testes permitem concluir que as variáveis, tanto individual quanto em conjunto, são estatisticamente relevantes, salvo quanto às exceções mencionadas. A ausência de raiz unitária indica que a série é estacionária ao nível de significância de 5%. Nesse nível, portanto, pode-se afirmar que o programa Escola de Qualidade para Todos – no período da análise e considerando-se as limitações e critérios assumidos neste estudo – não assume a característica de *random walk*.

3.2.2.9 Programa 0043 – Desenvolvimento do Ensino de Pós-Graduação

Esse programa é executado quase que integralmente (99,96%) pelo MEC – apenas 0,04% foram gastos por outros Ministérios – e representou 0,47% do gasto total dos três Ministérios sociais com os 24 programas, como mostram as Tabelas dos Apêndices R e S.

A Tabela 12 aponta os resultados dos testes nos quatro modelos adotados neste estudo.

Tabela 12 - Testes do Programa Desenvolvimento do Ensino de Pós-Graduação

Modelos	Valores tabelados (t_t)	Teste t			Teste F		Teste τ
		Valores calculados (t_c)	F_t	F_c	Parâmetros: a 1% = -3,689; a 5% = -2,975 e a 10% = -2,619		
		L1	Temporal	Constante			
1	2,0301	3,61	-	-	4,17	13,06	-7500
2	2,0322	-1,29	-	5,43	4,17	1,66	-4916
3	2,0322	-1,29	-	5,43	4,17	1,66	-7500
4	2,0345	-1,40	1,21	2,81	3,32	1,57	-

Fonte: Elaboração própria.

Como se vê, os testes aplicados a esse programa mostram a rejeição de H_0 em todas as estatísticas no caso do modelo 1. De acordo com os resultados obtidos nas regressões dos demais modelos, a hipótese nula é rejeitada apenas em dois testes: a estatística t da constante e o teste τ . Nos demais testes, H_0 não é rejeitada, o que mostra que os valores encontrados não são significativos estatisticamente.

O correlograma (Anexo C) e o gráfico da distribuição dos desvios padrões (Anexo B) evidenciam que houve sazonalidade positiva nos meses de março, maio e agosto de 2000 e no mês de janeiro de 2001. Ressalte-se que em maio de 2000 essa variação foi de maior intensidade que nos demais meses. Verifica-se, ainda, a existência de sazonalidade negativa nos meses de janeiro, abril e setembro de 2000 e nos meses de fevereiro e dezembro de 2001, tendo essa sazonalidade negativa apresentado-se mais forte no mês de setembro de 2000.

Os testes indicam, portanto, que, salvo quanto às exceções mencionadas, as variáveis são estatisticamente relevantes, individualmente e no modelo agregado. Quanto ao teste τ , indica que a série é estacionária, o que significa que o programa Desenvolvimento do Ensino de Pós-Graduação – nas condições do estudo – não assume a característica de *random walk*.

3.2.2.10 Programa 0044 – Desenvolvimento da Educação do Profissional

Esse programa pertencente ao MEC, indicam as Tabelas dos Apêndices R e S, respondeu por 97,38% do montante gasto, sendo os 2,62% restantes executados pelos Ministérios do Planejamento e do Trabalho e Emprego. O volume de recursos gastos nesse programa nos anos de 2000, 2001 e 2002 representou 0,54% do gasto total dos três Ministérios sociais com os programas analisados.

A Tabela 13 elenca os resultados das regressões obtidos para esse programa social por meio dos quatro modelos testados neste estudo.

Tabela 13 - Testes do Programa Desenvolvimento da Educação do Profissional

Modelos	Valores tabelados (t_t)	Teste t			Teste F		Teste τ
		Valores calculados (t_c) L1	Temporal	Constante	F_t	F_c	Parâmetros: a 1% = -3,689; a 5% = -2.975 e a 10% = -2.619
1	2,0301	5,68	-	-	4,17	32,29	-5407
2	2,0322	0,29	-	4,12	4,17	0,08	-4718
3	2,0322	0,29	-	4,12	4,17	0,08	-5407
4	2,0345	0,24	1,05	2,21	3,32	0,59	-

Fonte: Elaboração própria.

Observa-se que os testes t , F e τ desse programa apresentaram os mesmos resultados obtidos para o programa anterior (0043) nos quatro modelos testados, ou seja, rejeição de H_0 em todas os testes do modelo 1 e, quanto aos outros modelos, a hipótese nula é rejeitada apenas em dois testes: a estatística t da constante e o teste τ , sendo que nos demais testes, H_0 não é rejeitada, mostrando que os valores encontrados não são significativos estatisticamente.

Nesse programa, verificou-se, com base nas análises do correlograma (Anexo C) e do gráfico da distribuição dos desvios padrões (Anexo B), que houve sazonalidade positiva moderada nos meses de junho de 2000 e novembro de 2001 e forte no mês de setembro de 2000. Constatou-se, também, sazonalidade negativa moderada nos meses de maio e novembro de 2000, janeiro de 2001 e janeiro de 2002.

Com base nos resultados dos testes obtidos no modelo 1, pode-se concluir que as variáveis são estatisticamente relevantes, tanto individual quanto em conjunto. A ausência de raiz unitária, indica que a série é estacionária. Dessa forma, o programa Desenvolvimento da Educação do Profissional – no período da análise e considerando-se as limitações e critérios assumidos neste estudo – não assume a característica de *random walk*.

3.2.2.11 Programa 0045 – Desenvolvimento do Ensino Médio

O programa 0045, como evidenciam as Tabelas dos Apêndices R e S, é um programa do MEC, cuja participação no gasto total dos três Ministérios com os programas estudados chegou a 0,36% no período.

A Tabela 14 elenca os resultados dos testes desse programa social nos quatro modelos adotados neste estudo.

Tabela 14 - Testes do Programa Desenvolvimento do Ensino Médio

Modelos	Valores tabelados (t_t)	Teste t			Teste F		Teste τ
		Valores calculados (t_c)	F_t	F_c	Parâmetros: a 1% = -3,689; a 5% = -2,975 e a 10% = -2,619		
		L1	Temporal	Constante			
1	2,0301	1,11	-	-	4,17	1,23	-5278
2	2,0322	0,25	-	2,28	4,17	0,06	-5300
3	2,0322	0,25	-	2,28	4,17	0,06	-5278
4	2,0345	0,25	0,40	0,77	3,32	0,11	-

Fonte: Elaboração própria.

Nesse programa, H_0 só foi rejeitada para o teste t da constante nos modelos 2 e 3 e para o teste τ nos modelos 1, 2 e 3. Como se verifica, em todos os outros testes, H_0 não foi rejeitada, o que mostra que os valores obtidos não são estatisticamente significativos, nem para as variáveis individualmente, nem tampouco para os modelos agregados.

A verificação de correlação entre as variáveis, conforme indicam o correlograma (Anexo C) e o gráfico da distribuição dos desvios padrões (Anexo B), atestou a existência de variações sazonais moderadas, sendo positiva nos meses de dezembro de 2000, novembro de 2001 e fevereiro de 2002; e negativa nos meses de agosto e setembro de 2000 e julho de 2001.

Os resultados dos testes, portanto, indicam que em todos os modelos testados as variáveis, tanto individual quanto em conjunto, não são estatisticamente significativas. Contudo, os resultados do teste τ indicam que a série é estacionária e que o programa Desenvolvimento do Ensino Médio – nas condições assumidas – não é *random walk*.

3.2.2.12 Programa 0046 - Hospitais de Ensino

Trata-se de programa do MEC, cuja participação no gasto total dos três Ministérios com os programas estudados chegou a 0,19% no período, como mostram as Tabelas constantes dos Apêndices R e S.

A Tabela 15 apresenta os resultados dos testes aplicados na série histórica desse programa social por meio dos quatro modelos adotados nesta pesquisa.

Tabela 15 - Testes do Programa Hospitais de Ensino

Modelos	Valores tabelados (t_t)	Teste t			Teste F		Teste τ
		Valores calculados (t_c)	F_t	F_c	Parâmetros: a 1% = -3,689; a 5% = -2,975 e a 10% = -2,619		
		L1	Temporal	Constante			
1	2,0301	8,03	-	-	4,17	64,43	-6643
2	2,0322	-0,27	-	4,68	4,17	0,07	-4426
3	2,0322	-0,27	-	4,68	4,17	0,07	-6643
4	2,0345	-0,56	1,75	3,24	3,32	1,57	-

Fonte: Elaboração própria.

Nota-se que os testes relativos a esse programa indicaram a rejeição de H_0 para todas variáveis apenas no modelo 1, sinalizando, nesse caso, significância estatística das variáveis e do modelo. De acordo com os resultados encontrados nos demais modelos utilizados, H_0 só é rejeitada nos testes t da constante e τ .

O correlograma (Anexo C) e o gráfico da distribuição dos desvios padrões (Anexo B) indicam a presença de sazonalidade sendo positiva e moderada nos meses de janeiro, junho e outubro de 2000 e abril de 2001; negativa moderada nos meses de setembro de 2000 e dezembro de 2001; e negativa forte no mês de agosto de 2000.

Dessa forma, com exceção dos testes em que não se rejeitou H_0 nos modelos 2, 3 e 4, os resultados atestam que as variáveis são, individual e no modelo agregado, estatisticamente relevantes. A ausência de raiz unitária na série indica que o programa Hospitais de Ensino – dentro das delimitações deste trabalho – não assume a característica de *random walk*.

3.2.2.13 Programa 0047 - Educação de Jovens e Adultos

Como mostram as Tabelas constantes dos Apêndices R e S, esse programa, que respondeu por 0,21% do gasto, foi executado, quase que integralmente (97,68%) pelo MEC. Os 2,32% restantes ocorreram no orçamento do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

A Tabela 16 apresenta os resultados obtidos para esse programa social nos testes aplicados por meio dos quatro modelos adotados neste estudo.

Tabela 16 - Testes do Programa Educação de Jovens e Adultos

Modelos	Valores tabelados (t_t)	Teste t			Teste F		Teste τ
		Valores calculados (t_c)	F_t	F_c	Parâmetros: a 1% = -3,689; a 5% = -2,975 e a 10% = -2,619		
		L1	Temporal	Constante			
1	2,0301	3,85	-	-	4,17	14,82	-4705
2	2,0322	1,20	-	3,19	4,17	1,45	-5890
3	2,0322	1,20	-	3,19	4,17	1,45	-4705
4	2,0345	0,17	-2,56	3,89	3,32	4,12	-

Fonte: Elaboração própria.

Percebe-se que no modelo 1, rejeita-se H_0 para todos os testes. Entretanto, nos modelos 2 e 3 os resultados indicam a rejeição de H_0 somente para o testes t da constante e τ ; e no modelo 4, H_0 é rejeitada para as estatísticas t das variáveis temporal e constante e F , mas não é rejeitada para o t da variável defasada, o que indica que, nesse modelo, essa variável não é significativa estatisticamente.

A análise de correlação das variáveis por meio do correlograma (Anexo C) e o comportamento da distribuição dos desvios padrões (Anexo B) acusaram a presença de sazonalidade, sendo positiva moderada nos meses de fevereiro e dezembro de 2000 e abril de 2001; positiva forte no mês de abril de 2000, e negativa moderada em julho, setembro e novembro de 2000 e janeiro, março e setembro de 2001.

Assim, com base nos resultados obtidos no melhor estimador (modelo 1), conclui-se que as variáveis, isolada e conjuntamente, possuem significância estatística. Os resultados dos

testes τ , por seu turno, indicam que a série é estacionária e que o programa Educação de Jovens e Adultos – nas condições e critérios da pesquisa – não é *random walk*.

3.2.2.14 Programa 0065 - Atenção à Pessoa Portadora de Deficiência

A participação desse programa no total do gasto realizado pelos três Ministérios sociais com os programas analisados foi 2,45%, como mostram as Tabelas constantes dos Apêndices R e S. Nesse programa, 99,84% dos recursos foram aplicados pelo MS e pelo MPAS. Os 0,16% remanescentes foram gastos pelo Ministério da Justiça.

A Tabela 17 denota os resultados obtidos para esse programa social nos quatro modelos testados.

Tabela 17 - Testes do Programa Atenção à Pessoa Portadora de Deficiência

Modelos	Valores tabelados (t_t)	Teste t			Teste F		Teste τ Parâmetros: a 1% = -3,689; a 5% = -2,975 e a 10% = -2,619
		Valores calculados (t_c) L1	Temporal	Constante	F_t	F_c	
1	2,0301	13,76	-	-	4,17	189,22	-5745
2	2,0322	-1,31	-	6,68	4,17	1,72	-5416
3	2,0322	-1,31	-	6,68	4,17	1,72	-5745
4	2,0345	-1,89	-1,83	6,47	3,32	2,60	-

Fonte: Elaboração própria.

Esses resultados demonstram que, quando utilizado o modelo 1, rejeita-se H_0 em todos os testes. No entanto, os modelos 2 e 3 indicam a rejeição de H_0 para os testes t da constante e τ , e a não rejeição de H_0 para os demais testes. No modelo 4, por seu turno, verifica-se a rejeição de H_0 apenas para o teste t da constante, sendo essa hipótese não rejeitada nos demais testes. O resultado da estatística F indica que o modelo 4 não é estatisticamente válido, vez que o valor encontrado na regressão é menor que o valor tabelado $F(2, 30)$.

Analisadas a correlação das variáveis indicada no correlograma (Anexo C) e o gráfico da distribuição dos desvios padrões (Anexo B), constata-se que houve sazonalidade, sendo

essa positiva moderada nos meses de março de 2000, outubro de 2001 e janeiro de 2002; negativa moderada nos meses de abril, julho e setembro de 2000, junho e setembro de 2001 e fevereiro de 2002; e negativa forte em janeiro de 2000.

Portanto, ressaltando-se as ocorrências de não rejeição de H_0 , os resultados levam à conclusão de que as variáveis, tanto individual quanto em conjunto, são estatisticamente relevantes no caso do modelo 1. A ausência de raiz unitária indica que a série é estacionária e que o programa Atenção à Pessoa Portadora de Deficiência – no período e limitações da análise – não assume a característica de *random walk*.

3.2.2.15 Programa 0066 - Valorização e Saúde do Idoso

Como evidenciam as Tabelas dos Apêndices R e S, trata-se de programa executado conjuntamente pelo MS e pelo MPAS, cuja participação no gasto total realizado no período com os 24 programas chegou a 1,40%.

Os números reportados na Tabela 18 indicam os resultados obtidos para esse programa social nos quatro modelos adotados.

Tabela 18 - Testes do Programa Valorização e Saúde do Idoso

Modelos	Valores tabelados (t_t)	Teste t			Teste F		Teste τ
		Valores calculados (t_c) L1	Temporal	Constante	F_t	F_c	Parâmetros: a 1% = -3,689; a 5% = -2,975 e a 10% = -2,619
1	2,0301	10,85	-	-	4,17	117,71	-4877
2	2,0322	-0,58	-	5,42	4,17	0,33	-5017
3	2,0322	-0,58	-	5,42	4,17	0,33	-4877
4	2,0345	-1,13	-1,49	4,88	3,32	1,28	-

Fonte: Elaboração própria.

Nota-se que, no modelo 1, rejeita-se H_0 em todos os testes. Quanto aos modelos 2 e 3, indicam a rejeição de H_0 para os testes t da constante e τ . No modelo 4, por sua vez, H_0 só é rejeitada no teste t da constante. As demais estatísticas não rejeitam H_0 , indicando que os resultados obtidos nos testes, nesses casos, não são estatisticamente relevantes.

O gráfico de correlação, correlograma (Anexo C), e a curva da distribuição dos desvios padrões (Anexo B), atestam a ocorrência de sazonalidade moderada na execução do programa 0066, sendo positiva em fevereiro, março e agosto de 2000 e janeiro de 2001; e negativa nos meses de agosto e outubro de 2001 e março de 2002.

Conclui-se, pois, com base nos resultados, que as variáveis são estatisticamente relevantes, tanto isolada quanto conjuntamente. Como em todos os modelos os testes τ indicaram estacionariedade na série, pode-se afirmar - nas limitações e critérios assumidos - que o programa Valorização e Saúde do Idoso não assume a característica de *random walk*.

3.2.2.16 Programa 0067 - Atenção à Criança

Esse programa, como mostram as Tabelas dos Apêndices R e S, respondeu por 0,26% do total gasto com os 24 programas sociais pelos três Ministérios. Do total da despesa realizada no período, 88,35% foi executado pelos três Ministérios, o restante, 11,65%, equivale ao gasto realizado pelos demais Ministérios do Governo Federal brasileiro.

A Tabela 19 evidencia os resultados obtidos para esse programa social nos quatro modelos adotados neste estudo.

Tabela 19 - Testes do Programa Atenção à Criança

Modelos	Valores tabelados (t_t)	Teste t			Teste F		Teste τ
		Valores calculados (t_c)			F_t	F_c	Parâmetros: a 1% = -3,689; a 5% = -2,975 e a 10% = -2,619
		L1	Temporal	Constante			
1	2,0301	3,85	-	-	4,17	14,84	-8143
2	2,0322	-1,00	-	5,19	4,17	1,00	-5212
3	2,0322	-1,00	-	5,19	4,17	1,00	-8143
4	2,0345	-1,50	2,10	2,39	3,32	2,77	-

Fonte: Elaboração própria.

Verifica-se que os testes realizados de acordo com o modelo 1 apontam para a rejeição de H_0 em todos as estatísticas testadas. Porém, quanto aos demais modelos, os modelos 2 e 3

indicam a rejeição de H_0 para os testes t da constante e τ e no modelo 4, a hipótese nula só é rejeitada nos testes t das variáveis temporal e constante. Os testes t da variável defasada e F , nos três modelos – 2, 3 e 4 – não rejeitam a hipótese nula, indicando que essa variável não é significativa nas regressões e que esses modelos não são estatisticamente relevantes.

A análise de correlação, com base no correlograma (Anexo C) e no gráfico da distribuição dos desvios padrões (Anexo B), mostra a presença de sazonalidade moderada, sendo essa variação positiva nos meses de setembro de 2000 e janeiro e outubro de 2001; e negativa nos meses de janeiro, fevereiro, julho e dezembro de 2000, março e abril de 2001 e maio de 2002.

Com base nos resultados obtidos nos testes realizados por meio do modelo 1, portanto, pode-se afirmar que as variáveis são estatisticamente relevantes, tanto individual quanto no modelo agregado. A ausência de raiz unitária, indicada em todos os testes τ , mostra que a série é estacionária. Isso significa que o programa Atenção à Criança – considerando-se o período da análise e as limitações e critérios assumidos neste estudo – não assume a característica de *random walk*.

3.2.2.17 Programa 0068 - Erradicação do Trabalho Infantil

O volume gasto nesse programa durante os três anos, como mostram as Tabelas constantes dos Apêndices R e S, responde por 0,28% do somatório do gasto dos três Ministérios com os 24 programas estudados. A maior parte do gasto com esse programa foi realizada pelo MPAS, apenas 0,47% da despesa ocorreu em outro Ministério (Trabalho e Emprego).

A Tabela 20 reporta os resultados dos testes efetuados nas regressões das séries históricas desse programa social nos quatro modelos adotados neste trabalho.

Tabela 20 - Testes do Programa Erradicação do Trabalho Infantil

Modelos	Valores tabelados (t_t)	Teste t			Teste F		Teste τ
		Valores calculados (t_c)			F_t	F_c	Parâmetros: a 1% = -3,689; a 5% = -2.975 e a 10% = -2.619
		L1	Temporal	Constante			
1	2,0301	2,33	-	-	4,17	5,42	-6350
2	2,0322	-0,60	-	4,34	4,17	0,37	-5711
3	2,0322	-0,60	-	4,34	4,17	0,37	-6350
4	2,0345	-0,79	-1,08	3,24	3,32	0,77	-

Fonte: Elaboração própria.

Percebe-se pela leitura da Tabela 20 que somente os resultados encontrados mediante a utilização do modelo 1 indicam a rejeição de H_0 em todos os testes realizados. Quanto às regressões dos modelos 2 e 3, indicam a rejeição de H_0 apenas para os testes t da constante e τ . No modelo 4, por sua vez, a hipótese nula é rejeitada somente no teste t da constante, sendo não rejeitada nos demais testes. Esses resultados, indicam que os três modelos – 2, 3 e 4 – não são estatisticamente relevantes.

Constata-se pelo correlograma (Anexo C) e pelo gráfico da distribuição dos desvios padrões (Anexo B) que houve variação sazonal tanto positiva quanto negativa no período do estudo, sendo positiva moderada em novembro de 2000, janeiro e março de 2001; positiva forte em abril de 2000 e julho de 2001; negativa moderada em março de 2000, fevereiro, abril, e junho de 2001 e negativa forte em janeiro, maio e dezembro de 2000.

Dessa forma, os resultados dos testes do modelo 1 permitem concluir que as variáveis, tanto individual quanto em conjunto, são estatisticamente relevantes. Considerando que todos os testes τ indicaram ausência de raiz unitária, pode-se afirmar que a série é estacionária e, portanto, que o programa Erradicação do Trabalho Infantil – no período da análise e considerando-se as limitações e critérios assumidos neste estudo – não assume a característica de *random walk*.

3.2.2.18 Programa 0083 - Previdência Social Básica

Como mostram as Tabelas constantes dos Apêndices R e S, trata-se de programa executado integralmente pelo MPAS, cuja participação percentual no gasto total dos três Ministérios com os programas selecionados durante o período - 64,24% - demonstra sua relevância para a análise do gasto social do Governo.

A Tabela 21 evidencia os resultados obtidos para esse programa social nos quatro modelos adotados nesta pesquisa.

Tabela 21 - Testes do Programa Previdência Social Básica

Modelos	Valores tabelados (t_t)	Teste t			Teste F		Teste τ
		Valores calculados (t_c)	L1	Temporal	Constante	F_t	F_c
1	2,0301	14,38	-	-	4,17	206,89	-6330
2	2,0322	-067	-	6,00	4,17	0,45	-
3	2,0322	-067	-	6,00	4,17	0,45	-6330
4	2,0345	-0,68	-0,21	5,18	3,32	0,24	-

Fonte: Elaboração própria.

Nesse programa, verifica-se na Tabela 21, que a hipótese nula, H_0 , é rejeitada em todos os testes realizados de acordo com o modelo 1. Quanto às demais especificações testadas, os modelos 2 e 3 indicam a rejeição de H_0 para os testes t da constante e τ e a não rejeição para as demais estatísticas. Vale dizer que, nesses modelos um dos testes de raiz unitária, o teste de *Dickey-Fuller*, não apresentou resultado. Porém quando se utiliza os valores críticos do teste Z de *Phillips-Perron*, H_0 é rejeitada. No modelo 4, H_0 só é rejeitada no teste t da constante, sendo não rejeitada nas demais estatísticas. Ressalte-se que a rejeição de H_0 no teste F dos três modelos (2, 3 e 4) indica que esses modelos não são estatisticamente relevantes. Outro fator que merece destaque, no caso desse programa, são os valores bastante significativos obtidos nas estatísticas do modelo 1. Infere-se que os altos graus de significância das variáveis e do modelo decorrem do caráter vinculado da execução orçamentária desse programa. A liberação de recursos para custear benefícios previdenciários

não admite ingerência por parte do Governo por se tratar de despesas mandatárias, que representam direitos adquiridos concedidos por ato legal.

Todavia, na análise de correlação das variáveis, por meio do correlograma (Anexo C) e do gráfico da distribuição dos desvios padrões (Anexo B), verifica-se que houve comportamento sazonal dos dados, sendo essa sazonalidade positiva moderada nos meses de março e julho de 2000 e março de 2001; negativa moderada nos meses de setembro de 2000, abril, agosto, setembro e novembro de 2001; e negativa forte em janeiro de 2001.

Os resultados obtidos nos testes do melhor estimador (modelo 1) permitem, pois, concluir que as variáveis, tanto individual quanto em conjunto, são estatisticamente relevantes. Os resultados dos testes τ indicam que a série é estacionária, o que equivale a dizer que o programa Previdência Social Básica – no período da análise e considerando-se as limitações e critérios assumidos neste estudo – não assume a característica de *random walk*.

3.2.2.19 Programa 0088 – Indenizações e Pensões Especiais de Responsabilidade da União

Como mostram as Tabelas constantes dos Apêndices R e S, trata-se de programa do MPAS que respondeu por 0,60% do gasto do período.

A Tabela 22 indica os resultados obtidos para esse programa social nos quatro modelos adotados neste estudo.

Modelos	Valores tabelados (t_t)	Teste t			Teste F		Teste τ
		Valores calculados (t_c)	F_t	F_c	Parâmetros: a 1% = -3,689; a 5% = -2,975 e a 10% = -2,619		
		L1	Temporal	Constante			
1	2,0301	6,23	-	-	4,17	38,85	-7741
2	2,0322	-1,58	-	6,44	4,17	2,49	-5477
3	2,0322	-1,58	-	6,44	4,17	2,49	-7741
4	2,0345	-2,06	2,18	4,36	3,32	3,77	-

Fonte: Elaboração própria.

Pelo exame da Tabela 22, verifica-se que os testes aplicados nos dados relativos a esse programa indicaram a rejeição de H_0 em todas as estatísticas quando utilizado o modelo 1. Os modelos 2 e 3 indicam a rejeição de H_0 para os testes t da constante e τ , sendo essa hipótese não rejeitada nos demais testes. A rejeição de H_0 no teste F , indica que as variáveis, quando agregadas, não são relevantes estatisticamente. O modelo 4, por fim, rejeita H_0 em todos os testes a 5%, indicando significância estatística, tanto do modelo agregado quanto de cada variável isoladamente. Vale ressaltar, como no caso do programa Previdência Social Básica, o elevado grau de significância detectado nos testes do modelo 1, sinalizando o caráter regrado da execução orçamentária também desse programa social.

A ocorrência de sazonalidade moderada foi observada no período, conforme indicam o correlograma (Anexo C) e o gráfico da distribuição dos desvios padrões (Anexo B), sendo positiva nos meses de março, maio e setembro de 2000; e negativa nos meses de janeiro e outubro de 2000, julho, outubro e dezembro de 2001.

Conclui-se, portanto, com base nos resultados obtidos nos testes, que as variáveis, tanto individual quanto em conjunto, são estatisticamente relevantes, salvo quanto aos modelos 2 e 3. A ausência de raiz unitária na série, indicada em todos os testes τ , mostra que o programa Indenizações e Pensões Especiais de Responsabilidade da União – dentro das limitações e critérios assumidos neste estudo – não assume a característica de *random walk*.

3.2.2.20 Programa 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União

Esse programa participou com 5,98% no volume total gasto pelos três Ministérios com os 24 programas durante o período estudado, como evidenciam as Tabelas dos Apêndices R e S. Vale registrar que trata-se de programa cuja execução é realizada por toda a estrutura do Governo. Assim, no período da análise, a soma da despesa dos três Ministérios sociais

correspondeu a apenas 23,74% da despesa registrada no SIAFI referente a esse programa. Os outros 76,26%, foram executados pelos demais Ministérios da estrutura do Governo.

A Tabela 23 apresenta os resultados dos testes aplicados na série temporal desse programa social utilizando-se as quatro especificações adotadas nesta pesquisa.

Tabela 23 - Testes do Programa Previdência de Inativos e Pensionistas da União

Modelos	Valores tabelados (t_t)	Teste t			Teste F		Teste τ
		Valores calculados (t_c)	F_t	F_c	Parâmetros: a 1% = -3,689; a 5% = -2,975 e a 10% = -2,619		
		L1	Temporal	Constante			
1	2,0301	23,74	-	-	4,17	563,76	-4319
2	2,0322	1,22	-	4,54	4,17	1,49	-5222
3	2,0322	1,22	-	4,54	4,17	1,49	-5222
4	2,0345	1,20	0,14	4,15	3,32	0,73	-

Fonte: Elaboração própria.

Os números da Tabela 23 denotam que os testes aplicados a esse programa rejeitaram H_0 em todas as estatísticas no caso do modelo 1. De acordo com os resultados das regressões dos demais modelos, a hipótese nula é rejeitada apenas em dois testes: estatística t da constante e τ , nos demais testes, H_0 não é rejeitada, o que mostra que os valores encontrados nesses testes não são significativos estatisticamente, e que, portanto esses modelos não são explicativos. Ressalte-se, como nos casos de outros programas da previdência, a natureza vinculada das liberações de recursos relacionados a esse programa, fato que fica evidenciado nos expressivos resultados dos testes aplicados pelo modelo 1.

O correlograma (Anexo C) e o gráfico da distribuição dos desvios padrões (Anexo B) evidenciam que houve sazonalidade moderada, sendo positiva nos meses de maio e outubro de 2000, março de 2001 e janeiro de 2002; e negativa nos meses de janeiro e novembro de 2000, abril e setembro de 2001, e fevereiro e abril de 2002.

Pode-se concluir, pois, com fundamento nos resultados obtidos no melhor estimador – modelo 1 –, que as variáveis, tanto individual quanto em conjunto, são estatisticamente relevantes. A ausência de raiz unitária indica que a série é estacionária, donde se conclui que

o programa Previdência de Inativos e Pensionistas da União – no período da análise e considerando-se as limitações e critérios assumidos neste estudo – não assume a característica de *random walk*.

3.2.2.21 Programa 0100 - Assistência ao Trabalhador

Como mostram as Tabelas dos Apêndices R e S esse programa também é executado em toda a estrutura do Governo. Os três Ministérios analisados neste trabalho foram responsáveis por 23,36% do gasto total registrado no SIAFI relativos a esse programa. O volume de recursos empregados nesse programa representou 0,39% do montante gasto pelos três Ministérios com os 24 programas durante os 3 anos do estudo.

A Tabela 24 evidencia os resultados obtidos para os testes aplicados na série temporal desse programa social nos quatro modelos de regressão adotados.

Tabela 24 - Testes do Programa Assistência ao Trabalhador

Modelos	Valores tabelados (t_t)	Teste t			Teste F		Teste τ
		Valores calculados (t_c)	F_t	F_c	Parâmetros: a 1% = -3,689; a 5% = -2,975 e a 10% = -2,619		
		L1	Temporal	Constante			
1	2,0301	11,32	-	-	4,17	128,23	-2276
2	2,0322	6,16	-	2,10	4,17	37,94	-5966
3	2,0322	6,16	-	2,10	4,17	37,94	-2276
4	2,0345	3,12	2,19	0,06	3,32	23,54	-

Fonte: Elaboração própria.

Verifica-se, pelos resultados da Tabela 24, que a regressão do modelo 1 aponta para a rejeição de H_0 nos testes t e F . Quanto ao teste τ , porém, o valor obtido, $\tau_c = -2276$, é menor que o valor crítico de 10%, o que importa a não rejeição da hipótese nula e indica a existência de raiz unitária na série. Quanto aos modelos 2 e 3, indicam a rejeição de H_0 para todos os testes, exceto quanto ao teste τ , em que foram encontrados dois resultados, sendo que o último deles, -2276, mesmo resultado obtido com o modelo 1, por ser menor que o valor crítico de

10%, não rejeita H_0 , confirmando, assim, a presença de raiz unitária na série. O modelo 4, por sua vez, apresenta um t calculado menor que o tabelado para a constante da regressão, o que importa a não rejeição de H_0 e indica que esse valor não possui significância estatística.

Os testes de correlação visíveis no correlograma (Anexo C) e o gráfico da distribuição dos desvios padrões (Anexo B) demonstram que houve sazonalidade moderada durante o período. Essa variação foi positiva nos meses de junho, julho e novembro de 2000, janeiro, junho e agosto de 2001. As sazonalidades negativas ocorreram nos meses de janeiro, agosto, outubro e dezembro de 2000, abril e novembro de 2001.

Portanto, os resultados obtidos nos testes, principalmente no modelo 1, permitem concluir que as variáveis, tanto individual quanto em conjunto, são estatisticamente relevantes, com valores, ressalte-se, bastante representativos em relação aos valores tabelados. Porém, considerando-se que o modelo 1 é o melhor estimador e que é o modelo que possui maior poder explicativo, a presença de raiz unitária indicada pela não rejeição da hipótese nula no teste τ nesse modelo, significa que a série é não estacionária, ou seja, que o programa Assistência ao Trabalhador – dentro das condições e critérios adotados neste estudo – assume a característica de *random walk*.

3.2.2.22 Programa 0119 - Saneamento Básico

A participação desse programa do MS, como mostram as Tabelas constantes dos Apêndices R e S, chegou a 0,62% do montante gasto pelos três Ministérios com os programas selecionados.

A Tabela 25 demonstra os resultados obtidos para esse programa social nos quatro modelos testados.

Tabela 25 - Testes do Programa Saneamento Básico

Modelos	Valores tabelados (t_t)	Teste t			Teste F		Teste τ
		L1	Temporal	Constante	F_t	F_c	Parâmetros: a 1% = -3,689; a 5% = -2.975 e a 10% = -2.619
1	2,0301	0,06	-	-	4,17	0	-5939
2	2,0322	-0,29	-	1,55	4,17	0,09	-5645
3	2,0322	-0,29	-	1,55	4,17	0,09	-5925
4	2,0345	-0,32	0,48	0,31	3,32	0,16	-

Fonte: Elaboração própria.

Com base nos números da Tabela 25, verifica-se que no modelo 1, o único teste em que rejeitou-se a hipótese nula foi o teste de raiz unitária, sendo essa hipótese não rejeitada nas demais estatísticas. Quanto aos modelos 2 e 3, a hipótese nula só é rejeitada para o teste de raiz unitária, sendo não rejeitada nos demais testes, o que indica que nem as variáveis isoladas nem os modelos agregados são estatisticamente relevantes. Por sua vez, o modelo 4 não rejeita a hipótese nula em todas as estatísticas, demonstrando, assim, irrelevância estatística desses valores.

Quanto à análise de correlação, conforme indicam o correlograma (Anexo C) e o gráfico da distribuição dos desvios padrões (Anexo B), identificou-se a presença de variação sazonal moderada durante o período. A sazonalidade foi positiva nos meses de maio, setembro e novembro de 2000, setembro de 2001 e abril de 2002 e foi negativa nos meses de janeiro, fevereiro, março, agosto e setembro de 2000, janeiro, julho, agosto e dezembro de 2001.

Nesse programa social, portanto, os resultados dos testes permitem concluir que as variáveis, tanto individual quanto em conjunto, não são estatisticamente relevantes, vez que, como se observa, em todos os modelos os testes t e F resultaram em valores calculados menores que os valores tabelados. Todavia, todos os testes de raiz unitária indicaram que a série é estacionária, e que, portanto, o programa Saneamento Básico – no período da análise e dadas as limitações e critérios do estudo – não assume a característica de *random walk*.

3.2.2.23 Programa 0791 - Valorização do Servidor Público

Como pode ser constatado nas Tabelas constantes dos Apêndices R e S, trata-se de programa executado em toda a estrutura do Governo, cabendo aos três Ministérios aqui estudados, 42,07% do gasto total registrado no SIAFI, ficando os outros 57,93% a cargo dos demais Ministérios. O volume de recursos empregados nesse programa representou 0,21% do montante gasto pelos três Ministérios com os 24 programas durante os 3 anos do estudo.

A Tabela 26 apresenta os resultados dos testes desse programa social nos quatro modelos adotados nesta pesquisa.

Tabela 26 - Testes do Programa Valorização do Servidor Público

Modelos	Teste t			Teste F		Teste τ	
	Valores tabelados (t_t)	Valores calculados (t_c) L1 Temporal Constante	F_t	F_c	Parâmetros: a 1% = -3,689; a 5% = -2,975 e a 10% = -2,619		
1	2,0301	11,00 - -	4,17	121,00	-1532		
2	2,0322	8,29 - 0,88	4,17	68,78	-7485		
3	2,0322	8,29 - 0,88	4,17	68,78	-1532		
4	2,0345	3,95 -2,36 2,53	3,32	41,90	-		

Fonte: Elaboração própria.

Vê-se que os resultados do modelo 1 indicaram a rejeição de H_0 para os testes t , e F , entretanto, no caso do teste τ , $\tau_c = -1532$, H_0 não foi rejeitada, o que importa em presença de raiz unitária. Nos modelos 2 e 3, H_0 foi não foi rejeitada para o teste t da constante, mas foi rejeitada para os testes t da variável defasada e F . Esses modelos apresentaram, ainda, resultados conflitantes para o teste τ , na medida em que um deles H_0 foi aceita e em outro, foi rejeitada. No modelo 4, por seu turno, os resultados indicam a rejeição de H_0 em todos os testes, o que demonstra serem todos os valores estatisticamente significativos.

Conforme indicam o correlograma (Anexo C) e o gráfico da distribuição dos desvios padrões (Anexo B), houve variação sazonal no período. Essas sazonalidades se comportaram de forma positiva moderada nos meses de fevereiro de 2000, janeiro e abril de 2001; de forma

positiva forte em abril de 2000; de forma negativa moderada em março, junho, julho e agosto de 2000, outubro de 2001 e fevereiro de 2002; e de forma negativa forte em outubro de 2000.

A partir dos resultados obtidos, portanto, pode-se concluir que as variáveis são estatisticamente relevantes, tanto individual quanto em conjunto, com exceção dos testes em que não se rejeitou H_0 . Entretanto, considerando-se que no modelo 1 não se rejeitou H_0 no teste de raiz unitária, pode-se afirmar – considerando-se as limitações deste estudo – que a série é não estacionária e que o programa Valorização do Servidor Público assume a característica de *random walk*.

3.2.2.24 Programa 0809 - Enfrentamento à Pobreza

Esse programa, como mostram as Tabelas dos Apêndices R e S, participou com apenas 0,06% do gasto total dos três Ministérios com os 24 programas. Da despesa total, 94,40% foram executados pelo MPAS e os 5,60% restantes, pelo Ministério da Integração Nacional.

A Tabela 27 demonstra os resultados obtidos para esse programa social nos quatro modelos adotados neste estudo.

Tabela 27 - Testes do Programa Enfrentamento à Pobreza

Modelos	Valores tabelados (t_t)	Teste t			Teste F		Teste τ
		Valores calculados (t_c)	F_t	F_c	Parâmetros: a 1% = -3,689; a 5% = -2,975 e a 10% = -2,619		
		L1	Temporal	Constante			
1	2,0301	0,40	-	-	4,17	0,16	-5740
2	2,0322	-0,07	-	1,82	4,17	0,01	-4758
3	2,0322	-0,07	-	1,82	4,17	0,01	-5740
4	2,0345	-0,28	1,55	-0,45	3,32	1,21	-

Fonte: Elaboração própria.

Em todos os modelos testados, vê-se pelos números da Tabela 27, os únicos testes em que se rejeitou a hipótese nula foram os testes de raiz unitária, acusando a estacionariedade da série. Porém, em todos os testes t e F , H_0 não foi rejeitada, o que indica que nem as variáveis isoladamente nem os modelos agregados são estatisticamente relevantes.

Com fundamento na análise do correlograma (Anexo C) e do gráfico da distribuição dos desvios padrões (Anexo B), conclui-se pela presença de sazonalidade, sendo ela positiva nos meses de maio de 2000 e novembro de 2001 e negativa nos meses de fevereiro, março, julho e agosto de 2000. Vale frisar que em março de 2000 a variação sazonal negativa foi mais intensa do que nos demais meses mencionados.

Nesse programa, portanto, os resultados obtidos em todos os modelos de regressão testados conduzem à conclusão de que as variáveis, tanto individual quanto em conjunto, não são estatisticamente relevantes, não possuem poder explicativo. Contudo, como os testes de raiz unitária indicaram que a série é estacionária, pode-se afirmar que o programa Enfrentamento à Pobreza – no período da análise e considerando-se as limitações e critérios assumidos neste estudo – não assume a característica de *random walk*.

3.3 Conclusões da Pesquisa Empírica

Com base no que foi exposto nas seções 3.2.2.1 a 3.2.2.24 - onde se analisam os resultados obtidos nos testes estatísticos de cada programa - constata-se que, dos 24 programas selecionados para o estudo, apenas 5 não foram aprovados nos testes. Três deles por apresentarem resultados não significativos estatisticamente para os testes t e F em todas as especificações testadas e os outros dois por terem os testes τ indicado presença de raiz unitária em suas respectivas séries temporais.

Os programas 0045 – Desenvolvimento do Ensino Médio, 0119 – Saneamento Básico, e 0809 – Enfrentamento à Pobreza, como já comentado nas seções 3.2.2.11, 3.2.2.22 e 3.2.2.24, apresentaram resultados não significativos estatisticamente, tanto para as variáveis isoladas como para os modelos agregados, nos quatro modelos testados, significando, assim, que nenhum dos modelos, dentro das condições e critérios assumidos, é explicativo das respectivas séries temporais desses programas.

Quanto aos programas 0100 – Assistência ao Trabalhador e 0791 – Valorização do Servidor Público, conforme análises constantes das seções 3.2.2.21 e 3.2.2.23, os problemas de suas séries temporais foram detectados pelos resultados obtidos nos testes de *Dickey-Fuller* para raiz unitária, utilizando-se os valores críticos do teste *Z* de *Phillips-Perron* baseados na estimativa do coeficiente auto-regressivo da *OLS*, que indicaram que esses programas sociais são não estacionários. Esses resultados importam presença de raiz unitária nas respectivas séries temporais, donde se conclui que esses dois programas assumem a característica de *random walk*, e suas execuções orçamentárias – levando-se em conta as delimitações e condições assumidas na pesquisa – não são estáveis ao longo do tempo. Portanto, a rigor, apenas nesses dois programas não se confirmou a hipótese adotada neste estudo. Tendo em vista que a análise das séries históricas dos outros vinte e dois programas escolhidos não detectou a presença de raiz unitária, pode-se afirmar que, nas condições e delimitações da pesquisa, as execuções orçamentárias desses programas não se comportam como *random walk*.

Vale observar que os dois programas em que se constatou presença de raiz unitária, 0100 – Assistência ao Trabalhador e 0791 – Valorização do Servidor Público, são programas executados em toda a estrutura do governo e não apenas nos três Ministérios estudados. A tabela constante do Apêndice S mostra que – com exceção do programa 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União, que também apresenta o mesmo perfil – esses são os únicos programas entre os selecionados para o estudo em que menos de 50% da despesa total foi executada no âmbito dos três Ministérios (MEC, MS e MPAS). Essa limitação pode ter influenciado no resultado obtido nesses programas. A análise da execução da despesa total desses programas poderia apresentar resultado diverso do encontrado.

4 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Os gestores públicos devem ter em mente a responsabilidade de se preocupar constantemente com os produtos, bens e serviços, que oferecem para os cidadãos aos quais devem prestar contas permanentemente, ou seja, praticar o conceito de *accountability*.

Para atender a essa premissa, devem estar estruturados de maneira que possam demonstrar contabilmente a origem e a aplicação dos recursos públicos. Nos anos recentes o Brasil deu salto de qualidade nesse sentido ao implementar a transição da filosofia administrativa, que prega a saída de uma administração patrimonialista e burocrática para a adoção de uma gestão moderna, gerencial e com foco no resultado, na qual o agente público passa a ser cobrado e a ter de responder pelos atos que pratica no exercício do serviço público e na administração de recursos públicos.

Nesse sentido, diversos são os mecanismos de *accountability* implementados no âmbito do serviço público, com destaques para a nova configuração e atuação da Controladoria Geral da União (CGU) e para o impacto provocado pela aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal. Entende-se que antigas práticas, tais como a utilização da liberação de recursos orçamentários como arma de negociação com os parlamentares para aprovação de matérias que interessem ao Governo, não devem, doravante, achar guarida na nova filosofia administrativa. Tais práticas tornam-se ainda mais proibitivas quando se tratam de programas de reconhecida importância social como os que foram escolhidos para serem objeto deste estudo.

As demandas da sociedade por serviços sociais e o caráter indispensável dos programas governamentais para atendê-las justificam e reforçam a necessidade de existência do Governo para promover o tão almejado bem estar da sociedade.

Não restam dúvidas, portanto, de que os programas sociais constantes do orçamento público são decisivos na atuação do Governo buscando alcançar o nível de bem-estar social almejado pela sociedade. Assim, o problema inicial, exarado na seção 1.1, questiona se a execução orçamentária dos programas sociais do Governo Federal brasileiro é estável ao longo do tempo ou se assume um comportamento aleatório. A pesquisa e os testes realizados neste estudo responderam a este questionamento de forma satisfatória, na medida em que demonstraram que a execução orçamentária dos programas sociais é estável ao longo do tempo e comprovaram – com exceção dos cinco programas mencionados na seção 3.3 – que não houve represamento das verbas orçamentárias consignadas aos principais programas sociais do Governo federal, no período de 2000 a 2002, dentro das condições e limitações assumidas neste trabalho, donde se pode concluir que a execução orçamentária desses programas é estável ao longo do tempo. Por outro lado, verificou-se, a presença de variações sazonais na execução de todos os programas, o que – por se tratar de recursos destinados ao atendimento de necessidades sociais – não condiz com a proposta do Governo de atenuar as diferenças e injustiças existentes na sociedade brasileira, por meio, principalmente, de políticas públicas voltadas para o combate à pobreza e à concentração de renda e para a promoção de uma distribuição mais equânime da riqueza nacional.

Vale ressaltar que este trabalho analisou o somatório da despesa realizada nos programas escolhidos. Não se cogitou do fato de que determinados programas possuem ações de execução tipicamente concentrada em certo período do ano, sendo normal, portanto, que apresentem variações sazonais. Além disso, não se distinguiu a natureza do gasto. As despesas de pessoal e com precatórios judiciais (sentenças judiciais transitadas em julgado), por exemplo, são mandatárias e, assim, sua execução não se comporta como a dos Investimentos, que possuem alto grau de discricionariedade e que, portanto, são mais propensos às manobras de natureza política por parte dos agentes públicos.

Assim, para maior fundamentação científica das teses enunciadas neste trabalho, apresenta-se, a título de sugestão para futuros trabalhos, alguns aspectos que deveriam ser investigados acerca desse assunto:

- repetição da pesquisa por um período mais longo e com um maior número de programas sociais envolvendo outros setores sociais importantes como agricultura, habitação etc;
- análise da execução de programas sociais envolvendo mais de um mandato governamental, a fim de aferir se a mudança de governo altera - e se altera, em que consiste essa alteração - ou não o gerenciamento e distribuição de verbas sociais;
- a confrontação da execução orçamentária com a execução financeira dos programas sociais, inclusive no que se refere à execução de restos a pagar;
- identificar as causas das variações sazonais observadas na execução orçamentária dos programas sociais e mensurar seu impacto na efetividade desses programas;
- verificação junto aos destinatários finais das verbas sociais se os recursos estão efetivamente sendo recebidos com regularidade.

REFERÊNCIAS

BARBERIS, Peter. The new public management and a new accountability. *Public Administration*, v. 76, p. 451-470, 1998.

BARRETT, Pat. Balancing accountability and efficiency in a more competitive public sector environment. *Australian Journal of Public Administration*, v. 59, n. 3, p. 58-71, set. 2000.

BERTELLI, Anthony M.; LYNN Jr, Laurence E. Managerial Responsibility. *Public Administration Review*, v. 63, n. 3, maio/jun. 2003.

BRASIL. Banco Central do Brasil. Disponível em <http://www.bcb.gov.br>. Acesso em 4 de janeiro de 2004.

_____. *Constituição da República Federativa do Brasil*, 1988. Disponível em <http://www.interlegis.gov.br>. Acesso em 3/1/2004.

_____. *Decreto n 701, de 24 de julho de 1969*. Disponível em <http://www.interlegis.gov.br>. Acesso em 3/7/2004.

_____. *Decreto n 3.081, de 10 de junho de 1999*. Disponível em <http://www.interlegis.gov.br>. Acesso em 4/7/2004.

_____. *Decreto-Lei n 200, de 25 de fevereiro de 1967*. Disponível em <http://www.interlegis.gov.br>. Acesso em 3/7/2004.

_____. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 10/1/2004.

_____. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em <http://www.ipea.gov.br>. Acesso em 10/1/2004.

_____. *Lei Complementar n 101, de 04 de maio de 2000*. Lei de Responsabilidade Fiscal, Disponível em <http://www.interlegis.gov.br>. Acesso em 3-4/7/2004.

_____. *Lei federal n 4.320, de 17 de março de 1964*. Disponível em <http://www.interlegis.gov.br>. Acesso em 3-4/7/2004.

_____. *Lei federal n 5.537, de 21 de novembro de 1968*. Disponível em <http://www.interlegis.gov.br>. Acesso em 3/7/2004.

_____. *Lei federal n 8.080, de 19 de setembro de 1990*. Disponível em <http://www.interlegis.gov.br>. Acesso em 3/7/2004.

_____. *Lei federal n 8.142, de 28 de dezembro de 1990*. Disponível em <http://www.interlegis.gov.br>. Acesso em 3/7/2004.

_____. *Lei federal n 8.742, de 7 de dezembro de 1993*. Disponível em <http://www.interlegis.gov.br>. Acesso em 3/7/2004.

_____. *Lei federal n 9.782, de 26 de janeiro de 1999*. Disponível em <http://www.interlegis.gov.br>. Acesso em 3/7/2004.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Disponível em: <http://www.desenvolvimentosocial.gov.br/mds/>. Acesso em 17/1/2004.

_____. Ministério da Educação. Disponível em <http://www.mec.gov.br>. Acesso em 17/1/2004.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Orçamento Federal. *Manual Técnico de Orçamento – MTO-02*. Brasília, 2001.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br>. Acesso em 17/1/2004.

_____. Ministério da Previdência Social. Disponível em <http://www.mps.gov.br>. Acesso em 17/1/2004.

_____. Ministério da Saúde. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/saude>. Acesso em 24/1/2004.

_____. Presidência da República. Disponível em <https://www.presidencia.gov.br/>. Acesso em 25/1/2004.

_____. Secretaria do Tesouro Nacional. Disponível em: <http://www.stn.fazenda.gov.br>. Acesso em 31/1/2004.

CALDAS W. Ricardo e PEIXOTO, João Paulo M. *Regimes Políticos, Eleições, e Reformas Econômicas: de João Figueiredo a Fernando Henrique Cardoso*. Brasília: Brasília Jurídica, 2001.

CASTRO, J. A. de; et al. *Evolução do Gasto Social Federal: 1995-2001*. Texto para Discussão Nº 988: Diretoria de Estudos Sociais (Disoc) do IPEA. Brasília: Outubro, 2003.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. *Lei de Responsabilidade Fiscal LRFácil: guia contábil da lei de responsabilidade fiscal*. Brasília: CFC, 2000.

CONSIDINI, Mark.; LEWIS, Jenny M. Bureaucracy. Network, or Enterprise? Comparing Models of Governance in Australia, Britain, The Netherlands, and New Zealand. *Public Administration Review*, v. 63, n. 2, mar./abr. 2003.

CRUZ, Flávio da. *Comentários à lei 4.320*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

DOWNES, John; GOODMAN, Jordan E. *Dicionário de Termos Financeiros e de Investimento*. Tradução Ana Rocha Tradutores Associados. São Paulo: Nobel, 1993.

DRAÍBE, Sônia M. *Brasil 1980-2000: proteção e insegurança sociais em tempos difíceis*. Anais do PNUD - Taller Inter-Regional. Santiago, Chile, Mayo 14-16, 2002.

EVANS, Peter. *The Eclipse of the state? Reflections on stateness in an era of globalization*. Paper, University of California, Berkeley, 1997.

FERREIRA, Brancolina, et al. *Políticas Sociais – Acompanhamento e Análise - nº 6*. Brasília: IPEA, fev., 2003.

GIACOMONI, James. *Orçamento Público*. 8.ed. São Paulo: Atlas, 1998.

GOMES, Josir Simeone; SALAS, Joan M. Amat. *Controle de gestão: uma abordagem contextual e organizacional*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GUJARATI, Damodar N. *Econometria Básica*. São Paulo: Makron Books, 2000.

HAMILTON, James. *Time series analysis*. Princeton: Princeton University, 1994.

HAQUE, M. Shansul. The Diminishing Publicness of Public Service under the Current Mode of Governance. *Public Administration Review*, v. 61, n. 1, jan./fev. 2001.

KLINGNER, Donaldo E.; NALBANDIAN, John; ROMZEK, Barbara S. Politics, Administration, and Markets Conflicting Expectations and Accountability. *American Review of Public Administration*, v. 32, nº 2, p. 117-144, Jun. 2002.

KLUVERS, Ron. Accountability for Performance in Local Government. *Australian Journal of Public Administration*, p. 57-69, mar. 2003.

LEVINE, David M.; BERENSON, Mark L.; STEPHAN, David. *Estatística Teoria e Aplicações*. Rio de Janeiro: LTC Editores, 2000.

MACHADO Jr., José Teixeira; REIS, Heraldo da Costa. *A lei 4.320 comentada*. 22. ed. Rio de Janeiro: IBAM, 1990.

MOTTA, Carlos Coelho Pinto. *Gestão fiscal: e resolutividade nas licitações*. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.

MULGAN, Richard. Comparing Accountability in the Public and Private Sectors. *Australian Journal of Public Administration*, p. 87-97, mar. 2000.

PEIXE, Blênio César Severo. *Finanças Públicas: controladoria governamental*. Curitiba: Juruá, 2002.

PEIXOTO, João Paulo M. (Ed) *Reforma e Modernização do Estado no Brasil*. São Paulo: Edições UVA/Sobral, 2000.

PESSOA, Robertônio. *Curso de Direito Administrativo Moderno*. Brasília: Consulex, 2000.

PINDYCK, Robert S. e RUBINFELD, Daniel L. *Econometric Models e Economics Forecasts*. Third Edition. São Paulo : MC Grow-Hill Interation Editions, 1991

REZENDE, Fernando. *Finanças Públicas*. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

REVISTA CONJUNTURA ECONÔMICA. Rio de Janeiro: FGV, v. 55, 2001; v. 56, 2002 e v. 57, 2003.

ROBERTS, Nancy C. Keeping. Public Officials Accountable through Dialogue: Resolving the Accountability Paradox. *Public Administration Review*, v. 62, n. 6, nov./dez. 2002.

SCHWARTZ, Robert; SULITZEANU-KENAN, Raanan. The Politics of Accountability: Institutionalising Internal Auditing in Israel. *Financial Accountability and Management*, p. 211-231. Oxford, UK: Blackwell Publishing Ltda, Ago. 2002.

SCOTT, Colin. Private Regulation of the Public Sector: A Neglected Facet of Contemporary Governance. *Journal of Law and Society*, v. 29, n. 1, p. 56-76, mar. 2002.

SILVEIRA, Roberto Z. da. *Tributo, educação e cidadania*. Vitória: IHGES, 2002.

SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL e SIAFI GERENCIAL - disponíveis em rede interna (<https://acesso.serpro.gov.br>) interligada ao site www.stn.fazenda.gov.br. Acessos diários pelo primeiro endereço em 2003 e de jan. a jul. de 2004.

SILVA, Luiz Inácio Lula da. *Mensagem ao Congresso Nacional 2003*. Encaminhada na abertura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura. Brasília, 2003. Disponível em <https://www.presidencia.gov.br/>. Acesso em 8/2/2004.

STIRTON, Lindsay; LODGE, Martin. Transparency Mechanisms: Building Publicness into Public Services. *Journal of Law and Society*, v. 28, n. 4, p. 471-489, dez. 2001.

TANZI, V. *The Changing Role of the State in the Economy: A Historical Perspective*. Conferência apresentada na ESAF, em Brasília, em jun.1997. IMF working paper, 1997.

VASCONCELLOS, M. A. S.; ALVES, D. *Manual de Econometria*. São Paulo: Atlas, 2000.

WANG, Xiaohu. Assessing Administrative Accountability. Results from a National Survey. *American Review of Public Administration*, v. 32, n. 3, p. 350-370, set. 2002.

YOUNG, Dennis R. The Influence of Business on Nonprofit Organizations and the Complexity of Nonprofit Accountability. Looking inside as well as outside - caso Western Reserve University. *American Review of Public Administration*, vol. 32, nº 1, p. 3-19. Mar. 2002.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Consolidação das Despesas Realizadas dos Ministérios da Educação, da Saúde e da Previdência e Assistência Social

**MINISTÉRIOS DA SAÚDE, EDUCAÇÃO E PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL
Consolidação da Despesa Realizada – Período de 2000 a 2002 - Em RS de Dezembro de 2002**

Por Modalidade de Aplicação	EDUCAÇÃO	SAÚDE	PREVID.	TOTAL	%
15 Transf.a Ent.não Integ.do OGU	-	554.224.014	-	554.224.014	0,13%
30 Transf.a Est.e Dist. Federal	4.353.408.088	8.934.602.968	718.469.491	14.006.480.547	3,22%
40 Res.Cont.Transf.a Municípios	4.573.020.200	29.859.149.804	2.419.884.571	36.852.054.576	8,48%
50 Transf.a Instit. Privadas	649.578.889	1.342.978.530	51.848.578	2.044.405.997	0,47%
72 Transf.a Organ. Internacionais	189.235.841	1.311.031.413	57.830.694	1.558.097.948	0,36%
80 Transferências ao Exterior	51.818.299	-	34.053.694	85.871.993	0,02%
90 Aplicações Diretas	41.266.790.709	46.536.025.576	291.925.972.480	379.728.788.765	87,33%
TOTAL	51.083.852.028	88.538.012.305	295.208.059.508	434.829.923.840	100,00%

Fonte: SIDOR E SIAFI GERENCIAL

Por Grupo da Despesa	EDUCAÇÃO	SAÚDE	PREVID.	TOTAL	%
1 Pessoal e Encargos Sociais	26.600.823.308	17.563.553.833	14.896.592.773	59.060.969.914	13,58%
2 Juros e Encargos da Dívida	288.705.655	286.930.981	1.151.432	576.788.068	0,13%
3 Outras Despesas Correntes	18.529.213.868	64.366.321.926	279.973.709.291	362.869.245.085	83,45%
4 Investimentos	2.691.175.410	5.749.837.317	336.593.744	8.777.606.471	2,02%
5 Inversões Financeiras	2.425.357.620	-	12.269	2.425.369.889	0,56%
6 Amortiz./Refinanc.da Dívida	548.576.167	571.368.248	-	1.119.944.414	0,26%
TOTAL	51.083.852.028	88.538.012.305	295.208.059.508	434.829.923.841	100,00%

Fonte: SIDOR E SIAFI GERENCIAL

Por Função	EDUCAÇÃO	SAÚDE	PREVID.	TOTAL	%
08 Assistência Social	-	-	18.079.576.285	18.079.576.285	4,16%
9 Previdência Social	8.725.303.743	8.053.270.535	274.685.800.347	291.464.374.624	67,03%
10 Saúde	11.263.138	79.383.236.969	-	79.394.500.107	18,26%
12 Educação	40.659.518.938	-	-	40.659.518.938	9,35%
18 Gestão Ambiental	-	8.104.450	-	8.104.450	0,00%
28 Encargos Especiais	1.687.766.209	1.093.400.352	2.442.682.876	5.223.849.437	1,20%
TOTAL	51.083.852.028	88.538.012.305	295.208.059.508	434.829.923.841	100,00%

Fonte: SIDOR E SIAFI GERENCIAL

Por Subfunção:	EDUCAÇÃO	SAÚDE	PREVID.	TOTAL	%
121 Planejamento e Orçamento	4.502.150	-	-	4.502.150	0,00%
122 Administração Geral	517.346.641	9.205.113.296	7.634.320.829	17.356.780.767	3,99%
123 Administração Financeira	140.626.728	-	-	140.626.728	0,03%
125 Normatização e Fiscalização	2.766.047	73.085.786	141.301.251	217.153.084	0,05%
126 Tecnologia da Informação	177.752.480	409.032.416	1.369.565.033	1.956.349.930	0,45%
128 Formação de Rec. Humanos	158.962.384	141.062.153	64.525.319	364.549.856	0,08%
129 Administração de Receitas	5.224.026	-	20.984.434	26.208.460	0,01%
131 Comunicação Social	29.005.638	68.473.221	465.144.896	562.623.754	0,13%
183 Informação e Inteligência	12.707.152	-	-	12.707.152	0,00%
212 Cooperação Internacional	23.608.440	94.878.284	748.439	119.235.163	0,03%
241 Assistência ao Idoso	2.230.882.937	146.159	5.353.829.936	7.584.859.033	1,74%
242 Assist. ao Port. de Deficiência	-	2.641.250	9.763.118.002	9.765.759.252	2,25%
243 Assist. à Criança e ao Adolesc.	-	1.817.986	2.410.279.440	2.412.097.426	0,55%
244 Assist. Comunitária	5.424.766	40.784.779	340.968.916	387.178.461	0,09%
271 Previdência Básica	-	-	173.000.084.675	173.000.084.675	39,79%
272 Previd.do Regime Estatutário	8.725.303.743	8.053.270.535	89.254.360.482	106.032.934.759	24,38%
273 Previdência Complementar	-	16.634.086	3.881.935	20.516.021	0,00%
274 Previdência Especial	-	-	2.390.322.382	2.390.322.382	0,55%

MINISTÉRIOS DA SAÚDE, EDUCAÇÃO E PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL
Consolidação da Despesa Realizada – Período de 2000 a 2002 - Em RS de Dezembro de 2002
Continuação

Por Subfunção:		EDUCAÇÃO	SAÚDE	PREVID.	TOTAL	%
301	Atenção Básica	50.957.340	10.575.848.970	307.201.933	10.934.008.243	2,51%
302	Assist. Hosp.e Ambulatorial	757.422.755	45.507.939.980	-	46.265.362.734	10,64%
303	Suporte Profil.e Terapêutico	17.217.049	5.389.660.462	-	5.406.877.511	1,24%
304	Vigilância Sanitária	-	531.511.983	-	531.511.983	0,12%
305	Vigilância Epidemiológica	-	2.608.540.197	-	2.608.540.197	0,60%
306	Alimentação e Nutrição	3.586.095.496	960.787.380	128.589.627	4.675.472.503	1,08%
331	Prot.e Benef.ao Trabalhador	216.219.638	149.677.016	53.722.563	419.619.218	0,10%
361	Ensino Fundamental	5.251.518.486	-	-	5.251.518.486	1,21%
362	Ensino Médio	1.552.223.048	-	-	1.552.223.048	0,36%
363	Ensino Profissional	2.144.617.071	309.623.359	-	2.454.240.430	0,56%
364	Ensino Superior	22.626.115.918	70.909.630	-	22.697.025.547	5,22%
365	Educação Infantil	123.312.405	65.443.200	25.342.831	214.098.436	0,05%
366	Educ.de Jovens e Adultos	822.238.705	-	-	822.238.705	0,19%
367	Educação Especial	128.756.145	-	-	128.756.145	0,03%
391	Patr.Hist., Art.e Arqueológico	2.114.737	-	-	2.114.737	0,00%
392	Difusão Cultural	1.358.681	-	-	1.358.681	0,00%
423	Assist. Povos Indígenas	660.595	-	-	660.595	0,00%
511	Saneamento Básico Rural	-	2.620.686.279	-	2.620.686.279	0,60%
541	Preservação e Cons. Ambiental	-	8.043.839	-	8.043.839	0,00%
571	Desenvolvimento Científico	38.213.343	393.667.208	-	431.880.551	0,10%
572	Desenv. Tecnol.e Engenharia	42.459.947	15.146.507	-	57.606.455	0,01%
573	Dif. Conh.Cient.e Tecnológico	470.487	61.326.221	-	61.796.708	0,01%
665	Normalização e Qualidade	-	68.799.159	37.083.709	105.882.868	0,02%
843	Serviço da Dívida Interna	4.225.052	4.606.617	-	8.831.669	0,00%
844	Serviço da Dívida Externa	833.056.770	853.692.612	1.151.432	1.687.900.814	0,39%
845	Transferências	-	-	-	-	0,00%
846	Outros Encargos Especiais	850.485.225	235.161.734	2.441.531.445	3.527.178.404	0,81%
TOTAL		51.083.852.028	88.538.012.305	295.208.059.508	434.829.923.841	100,00%

Fonte: SIDOR E SIAFI GERENCIAL

Por Programas		EDUCAÇÃO	SAÚDE	PREVID.	TOTAL	%	%
0001	Saúde da Família	-	9.586.552.245	-	9.586.552.245	2,20%	2,20%
0002	Prev. Doenç.Transm.P/Vetores	-	2.163.388.273	-	2.163.388.273	0,50%	
0003	Prev.Cont.Assist. Port.Doenças	-	2.440.701.976	-	2.440.701.976	0,56%	0,56%
0004	Qualidade e Eficiência do SUS	-	3.083.739.050	-	3.083.739.050	0,71%	
0005	Assistência Farmacêutica	17.217.049	1.226.540.384	-	1.243.757.433	0,29%	0,29%
0006	Prev. Cont.Doenç.Imunoprev.	-	1.002.291.811	-	1.002.291.811	0,23%	
0007	Qualidade do Sangue	-	667.304.321	-	667.304.321	0,15%	
0008	Alimentação Saudável	-	653.407.713	-	653.407.713	0,15%	0,15%
0009	Profission. da Enfermagem	-	309.623.359	-	309.623.359	0,07%	
0010	Vigil. Sanit.de Prod. e Serviços	-	504.966.244	-	504.966.244	0,12%	
0011	Prev.Cont.Cânc.e Assist.Oncol.	-	736.950.555	-	736.950.555	0,17%	
0012	Pesquisa e Desenv.em Saúde	-	420.816.394	-	420.816.394	0,10%	
0013	Vigil. Epidem.e Amb.em Saúde	-	357.522.573	-	357.522.573	0,08%	
0014	Prevenção e Cont.da Malária	-	198.964.351	-	198.964.351	0,05%	
0015	Prevenção e Cont.da Dengue	-	166.056.691	-	166.056.691	0,04%	
0016	Gestão da Política de Saúde	-	186.102.730	-	186.102.730	0,04%	
0017	Prev.Cont.Doen.Crôn.-Degen.	-	145.459.399	-	145.459.399	0,03%	
0018	Saúde Mental	-	33.690.642	-	33.690.642	0,01%	
0019	Prev.Cont.Tuberc.e Out. Pneumop.	-	62.147.865	-	62.147.865	0,01%	
0020	Cont.da Hans.e Out. Dermat.	-	14.500.456	-	14.500.456	0,00%	
0021	Saúde da Mulher	-	34.094.220	-	34.094.220	0,01%	

MINISTÉRIOS DA SAÚDE, EDUCAÇÃO E PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL
Consolidação da Despesa Realizada – Período de 2000 a 2002 – Em R\$ de Dezembro de 2002
Continuação

Por Programas		EDUCAÇÃO	SAÚDE	PREVID.	TOTAL	%	%
0022	Saúde do Trabalhador	-	9.874.917	-	9.874.917	0,00%	
0023	Atend.Ambul., Emerg.e Hosp.	-	41.680.802.271	-	41.680.802.271	9,59%	9,59%
0024	Vig.Sanit.Port., Aerop.e Front.	-	24.646.166	-	24.646.166	0,01%	
0025	Saúde Suplementar	-	56.816.432	-	56.816.432	0,01%	
0026	Saúde do Jovem	-	18.485.282	-	18.485.282	0,00%	
0027	Saúde Criança e Aleit. Materno	-	48.038.041	-	48.038.041	0,01%	
0028	Prev.e Cont.das Infec. Hosp.	-	4.418.638	-	4.418.638	0,00%	
0040	Toda Criança na Escola	10.052.298.946	-	-	10.052.298.946	2,31%	2,31%
0041	Desenv.do Ens. de Graduação	20.667.147.684	-	-	20.667.147.684	4,75%	4,75%
0042	Esc. De Qualidade para Todos	783.246.180	-	203.019.189	986.265.368	0,23%	0,23%
0043	Des.do Ens.de Pós-Graduação	1.881.844.320	-	-	1.881.844.320	0,43%	0,43%
0044	Desenv.da Educ.do Profissional	2.154.833.737	-	-	2.154.833.737	0,50%	0,50%
0045	Desenv.do Ensino Médio	1.430.405.123	-	-	1.430.405.123	0,33%	0,33%
0046	Hospitais de Ensino	762.286.156	-	-	762.286.156	0,18%	0,18%
0047	Educação de Jovens e Adultos	850.619.748	-	-	850.619.748	0,20%	0,20%
0048	Estat.e Avaliações Educac.	282.302.948	-	-	282.302.948	0,06%	
0049	Desenv.da Educação Especial	116.975.013	-	-	116.975.013	0,03%	
0050	Extensão Universitária	28.202.315	-	-	28.202.315	0,01%	
0051	Gestão da Política de Educação	41.302.870	-	-	41.302.870	0,01%	
0053	Educ.Profis. Port.de Def. Aud.	10.882.671	-	-	10.882.671	0,00%	
0054	Educ.e Profis.Port.Defic.Visual	8.332.884	-	-	8.332.884	0,00%	
0055	Arrec.do Salário Educação	5.519.523	-	-	5.519.523	0,00%	
0065	Atenção a Pess. Port.de Defic.	-	4.185.079	9.841.122.312	9.845.307.390	2,26%	2,26%
0066	Valorização e Saúde do Idoso	-	206.081.546	5.397.787.801	5.603.869.347	1,29%	1,29%
0067	Atenção à Criança	86.765.401	24.693.284	941.345.912	1.052.804.598	0,24%	0,24%
0068	Erradicação do Trab. Infantil	-	-	1.140.267.014	1.140.267.014	0,26%	0,26%
0070	Centros da Juventude	-	-	161.571.845	161.571.845	0,04%	
0071	Comunidade Ativa	-	-	32.399.632	32.399.632	0,01%	
0072	Gestão Polít.de Assist. Social	-	-	24.961.000	24.961.000	0,01%	
0073	Comb.Abus.Expl.Sex.Crianç.Adol.	-	-	19.687.991	19.687.991	0,00%	
0083	Previdência Social Básica	-	-	257.793.967.767	257.793.967.767	59,29%	59,29%
0084	Arrec.de Rec. Previdenciárias	-	-	823.679.909	823.679.909	0,19%	
0085	Qual.do Atend.na Prev. Social	-	-	329.769.194	329.769.194	0,08%	
0086	Previdência Complementar	-	-	12.969.985	12.969.985	0,00%	
0087	Gestão Polít.de Previd. Social.	-	-	31.391.284	31.391.284	0,01%	
0088	Inden. Pens.Esp.de Resp.União	-	-	2.395.879.511	2.395.879.511	0,55%	0,55%
0089	Prev. Inativos e Pens.da União	8.725.303.743	8.053.270.535	7.200.336.017	23.978.910.294	5,51%	5,51%
0100	Assistência ao Trabalhador	522.890.070	686.748.000	336.121.788	1.545.759.859	0,36%	0,36%
0119	Saneamento Básico	-	2.477.578.584	-	2.477.578.584	0,57%	0,57%
0150	Etnodes.das Socied. Indígenas	1.104.386	320.284.525	-	321.388.911	0,07%	
0154	Direitos Hum., Dir.de Todos	-	-	76.432.500	76.432.500	0,02%	
0167	Brasil Patrimônio Cultural	2.114.737	-	-	2.114.737	0,00%	
0170	Produção e Difusão Cultural	1.358.681	-	-	1.358.681	0,00%	
0172	Cultura Afro-Brasileira	277.197	-	-	277.197	0,00%	
0461	Exp.Cons.Conh.Cient.Tecnol.	36.423.143	-	-	36.423.143	0,01%	
0465	Socied.da Inform. – Internet	42.459.947	-	-	42.459.947	0,01%	
0466	Biotec. Rec.Genéticos–Genoma	-	2.335.259	-	2.335.259	0,00%	
0495	Proágua – Gestão	-	8.043.839	-	8.043.839	0,00%	
0666	Segurança do Cidadão	-	-	9.741.003	9.741.003	0,00%	
0668	Paz nas Escolas	3.522.869	-	-	3.522.869	0,00%	
0681	Gestão Partic. Organ.Internac.	23.608.440	94.878.284	748.439	119.235.163	0,03%	
0750	Apoio Administrativo	557.164.174	9.269.921.428	5.536.984.263	15.364.069.865	3,53%	

MINISTÉRIOS DA SAÚDE, EDUCAÇÃO E PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL
Consolidação da Despesa Realizada – Período de 2000 a 2002 – Em R\$ de Dezembro de 2002
Continuação

Por Programas		EDUCAÇÃO	SAÚDE	PREVID.	TOTAL	%	%
0752	Gestão Polit.Comum.do Gov.	29.005.638	68.473.221	23.377.398	120.856.256	0,03%	
0755	Desenv.Reg.Prev.Soc.Estat.	-	-	1.610.704	1.610.704	0,00%	
0791	Valorização do Serv. Público	270.670.226	390.154.761	189.981.368	850.806.354	0,20%	0,20%
0809	Enfrentamento à Pobreza	-	-	240.222.806	240.222.806	0,06%	0,06%
0901	Oper.Esp.: Cump.Sent.Judiciais	850.484.387	235.161.734	2.441.531.445	3.527.177.566	0,81%	
0905	Op.Esp.:Serv.Div.Int.(Juros/Amort)	4.225.052	4.606.617	-	8.831.669	0,00%	
0906	Op.Esp.:Serv.Div.Ext(Juros/Amort)	833.056.770	853.692.612	1.151.432	1.687.900.814	0,39%	
TOTAL		51.083.852.028	88.538.012.305	295.208.059.508	434.829.923.841	100,00%	92,29%

Fonte: SIDOR E SIAFI GERENCIAL

APÊNDICE B - MEC – Despesa Realizada Consolidada no período de 2000 a 2002

MEC – Despesa Realizada Consolidada – Período de 2000 a 2002 – Em RS de Dezembro de 2002

Por Modalidade de Aplicação		2000	2001	2002	TOTAL	%
30	Transf.a Est.e Dist. Federal	1.341.832.063	1.632.255.484	1.379.320.541	4.353.408.088	8,52%
40	Res.Cont.Transf.a Municípios	1.578.218.924	1.521.267.577	1.473.533.699	4.573.020.200	8,95%
50	Transf.a Instit. Privadas	191.025.466	243.513.779	215.039.644	649.578.889	1,27%
72	Transf.a Organ. Internacionais	85.349.468	103.886.373	-	189.235.841	0,37%
80	Transferências ao Exterior	-	-	51.818.299	51.818.299	0,10%
90	Aplicações Diretas	13.378.537.953	13.247.004.371	14.641.248.385	41.266.790.709	80,78%
TOTAL		16.574.963.874	16.747.927.585	17.760.960.569	51.083.852.028	100,00%

Fonte: SIDOR E SIAFI GERENCIAL

Por Grupo da Despesa		2000	2001	2002	TOTAL	%
1	Pessoal e Encargos Sociais	8.896.112.007	8.441.506.449	9.263.204.852	26.600.823.308	52,07%
2	Juros e Encargos da Dívida	74.192.668	98.094.173	116.418.814	288.705.655	0,57%
3	Outras Despesas Correntes	5.453.125.508	6.230.804.408	6.845.283.952	18.529.213.868	36,27%
4	Investimentos	819.263.867	1.216.079.746	655.831.797	2.691.175.410	5,27%
5	Inversões Financeiras	1.180.691.791	591.484.616	653.181.214	2.425.357.620	4,75%
6	Amortiz./Refinanc.da Dívida	151.578.032	169.958.193	227.039.941	548.576.167	1,07%
TOTAL		16.574.963.874	16.747.927.585	17.760.960.569	51.083.852.028	100,00%

Fonte: SIDOR E SIAFI GERENCIAL

Por Função		2000	2001	2002	TOTAL	%
09	Previdência Social	2.835.926.876	2.802.190.371	3.087.186.495	8.725.303.743	17,08%
10	Saúde	-	11.263.138	-	11.263.138	0,02%
12	Educação	13.134.765.546	13.438.400.567	14.086.352.824	40.659.518.938	79,59%
28	Encargos Especiais	604.271.451	496.073.508	587.421.250	1.687.766.209	3,30%
TOTAL		16.574.963.874	16.747.927.585	17.760.960.569	51.083.852.028	100,00%

Fonte: SIDOR E SIAFI GERENCIAL

Por Subfunção:		2000	2001	2002	TOTAL	%
121	Planejamento e Orcamento	-	-	4.502.150	4.502.150	0,01%
122	Administração Geral	157.993.299	188.798.215	170.555.128	517.346.641	1,01%
123	Administração Financeira	-	-	140.626.728	140.626.728	0,28%
125	Normatização e Fiscalização	912.674	1.853.373	-	2.766.047	0,01%
126	Tecnologia da Informação	35.541.306	75.844.284	66.366.890	177.752.480	0,35%
128	Formação de Rec. Humanos	32.706.134	73.529.919	52.726.331	158.962.384	0,31%
129	Administração de Receitas	1.799.185	1.866.965	1.557.876	5.224.026	0,01%
131	Comunicação Social	9.817.335	11.562.587	7.625.715	29.005.638	0,06%
183	Informação e Inteligência	7.367.699	5.339.454	-	12.707.152	0,02%
212	Cooperação Internacional	8.258.054	7.930.550	7419836,022	23.608.440	0,05%
243	Assist. à Criança e ao Adolesc.	-	570.104.076	1660778862	2.230.882.937	4,37%
244	Assistência Comunitária	228.938	5.113.869	81958,77133	5.424.766	0,01%
272	Previd.do Regime Estatutário	2.835.926.876	2.802.190.371	3.087.186.495	8.725.303.743	17,08%
301	Atenção Básica	25.596.029	17.576.190	7.785.121	50.957.340	0,10%
302	Assist. Hosp.e Ambulatorial	267.201.111	259.048.301	231.173.343	757.422.755	1,48%
303	Suporte Profil.e Terapêutico	-	11.263.138	5.953.911	17.217.049	0,03%
306	Alimentação e Nutrição	1.292.523.683	1.209.597.080	1.083.974.734	3.586.095.496	7,02%
331	Prot.e Benef.ao Trabalhador	74.475.353	79.607.265	62.137.020	216.219.638	0,42%
361	Ensino Fundamental	2.046.244.307	1.874.347.094	1.330.927.085	5.251.518.486	10,28%
362	Ensino Médio	300.053.506	636.676.738	615.492.804	1.552.223.048	3,04%
363	Ensino Profissional	709.972.667	735.955.599	698.688.805	2.144.617.071	4,20%
364	Ensino Superior	8.003.643.406	7.254.305.427	7.368.167.085	22.626.115.918	44,29%
365	Educação Infantil	51.433.768	36.670.985	35.207.652	123.312.405	0,24%
366	Educ.de Jovens e Adultos	41.558.396	320.438.239	460.242.071	822.238.705	1,61%
367	Educação Especial	53.063.277	37.700.893	37.991.974	128.756.145	0,25%
391	Patr.Hist., Art.e Arqueológico	663.577	630.520	820.640	2.114.737	0,00%

MEC – Despesa Realizada Consolidada – Período de 2000 a 2002 – Em RS de Dezembro de 2002
Continuação

Por Subfunção:		2000	2001	2002	TOTAL	%
392	Difusão Cultural	435.493	427.043	496.144	1.358.681	0,00%
423	Assist. Povos Indígenas	488.433	107.453	64.709	660.595	0,00%
571	Desenvolvimento Científico	12.708.450	12.648.188	12.856.705	38.213.343	0,07%
572	Desenv. Tecnol.e Engenharia	-	20.527.551	21.932.396	42.459.947	0,08%
573	Dif. Conh.Cient.e Tecnológico	79.466	191.871	199.150	470.487	0,00%
843	Serviço da Dívida Interna	899.658	770.590	2.554.804	4.225.052	0,01%
844	Serviço da Dívida Externa	224.871.043	267.281.777	340.903.950	833.056.770	1,63%
845	Transferências	-	-	-	-	0,00%
846	Outros Encargos Especiais	378.500.750	228.021.980	243.962.495	850.485.225	1,66%
TOTAL		16.574.963.874	16.747.927.585	17.760.960.569	51.083.852.028	100,00%

Fonte: SIDOR E SIAFI GERENCIAL

Por Programas		2000	2001	2002	TOTAL	%
0005	Assistência Farmacêutica	-	11.263.138	5.953.911	17.217.049	0,03%
0040	Toda Criança na Escola	2.579.923.080	3.481.276.835	3.991.099.031	10.052.298.946	19,68%
0041	Desenv.do Ens. De Graduação	7.342.969.657	6.594.646.441	6.729.531.585	20.667.147.684	40,46%
0042	Esc. de Qualidade para Todos	627.899.284	76.274.535	79.072.361	783.246.180	1,53%
0043	Des.do Ens.de Pós-Graduação	629.345.644	629.654.528	622.844.148	1.881.844.320	3,68%
0044	Desenv.da Educ.do Profissional	712.744.842	742.556.695	699.532.201	2.154.833.737	4,22%
0045	Desenv.do Ensino Médio	286.248.408	588.385.588	555.771.127	1.430.405.123	2,80%
0046	Hospitais de Ensino	267.570.134	263.542.679	231.173.343	762.286.156	1,49%
0047	Educação de Jovens e Adultos	52.471.524	327.301.129	470.847.095	850.619.748	1,67%
0048	Estat.e Avaliações Educac.	44.843.016	112.194.606	125.265.326	282.302.948	0,55%
0049	Desenv.da Educação Especial	34.701.399	40.404.347	41.869.267	116.975.013	0,23%
0050	Extensão Universitária	12.616.717	15.585.598	-	28.202.315	0,06%
0051	Gestão da Política de Educação	11.546.581	14.476.300	15.279.988	41.302.870	0,08%
0053	Educ.Profis. Port.de Def. Aud.	10.882.671	-	-	10.882.671	0,02%
0054	Educ.e Profis.Port.Defic.Visual	8.332.884	-	-	8.332.884	0,02%
0055	Arrec.do Salário Educação	1.799.185	3.720.338	-	5.519.523	0,01%
0067	Atenção à Criança	55.640.241	15.211.943	15.913.217	86.765.401	0,17%
0089	Prev. Inativos e Pens.da União	2.835.926.876	2.802.190.371	3.087.186.495	8.725.303.743	17,08%
0100	Assistência ao Trabalhador	248.543.966	274.346.104	-	522.890.070	1,02%
0150	Etnodes.das Socied. Indígenas	488.433	333.283	282.671	1.104.386	0,00%
0167	Brasil Patrimônio Cultural	663.577	630.520	820.640	2.114.737	0,00%
0170	Produção e Difusão Cultural	435.493	427.043	496.144	1.358.681	0,00%
0172	Cultura Afro-Brasileira	120.593	107.501	49.103	277.197	0,00%
0461	Exp.Cons.Conh.Cient.Tecnol.	11.759.525	12.388.818	12.274.800	36.423.143	0,07%
0465	Socied.da Inform. – Internet II	-	20.527.551	21.932.396	42.459.947	0,08%
0668	Paz nas Escolas	1.341.186	896.325	1.285.358	3.522.869	0,01%
0681	Gestão Partic. Organ.Internac.	8.258.054	7.930.550	7.419.836	23.608.440	0,05%
0750	Apoio Administrativo	171.908.434	201.513.645	183.742.096	557.164.174	1,09%
0752	Gestão Polit.Comun.do Gov.	9.817.335	11.562.587	7.625.715	29.005.638	0,06%
0791	Valorização do Serv. Público	1.893.684	2.505.078	266.271.464	270.670.226	0,53%
0901	Oper.Esp.: Cump.Sent.Judiciais	378.500.750	228.021.142	243.962.495	850.484.387	1,66%
0905	Op.Esp.:Serv.Div.Int.(Juros/Amort)	899.658	770.590	2.554.804	4.225.052	0,01%
0906	Op.Esp.:Serv.Div.Ext(Juros/Amort)	224.871.043	267.281.777	340.903.950	833.056.770	1,63%
TOTAL		16.574.963.874	16.747.927.585	17.760.960.569	51.083.852.028	100,00%

Fonte: SIDOR E SIAFI GERENCIAL

APÊNDICE C - MEC – Despesa Realizada, Dotação Autorizada e Percentuais de Execução e de Participação no período de 2000 a 2002

MEC – MINISTÉRIO (UO 26101)
Despesa Realizada, Dotação Orçamentária e Percentuais de Realização e de Participação
Período de 2000 a 2002 – Em RS de Dezembro de 2002

Por Modalidade de Aplicação		Desp. Real.	% Part.	Dotação	% Real.	% MEC
30	Transf.a Est.e Dist. Federal	1.327.418.916	18,69%	1.521.863.817	87,22%	30,49%
40	Res.Cont.Transf.a Municípios	2.444.233	0,03%	1.911.320.694	0,13%	0,05%
50	Transf.a Instit. Privadas	118.545.437	1,67%	138.213.661	85,77%	18,25%
72	Transf.a Organ. Internacionais	64.110.245	0,90%	59.236.647	108,23%	33,88%
80	Transferências ao Exterior	27.522.186	0,39%	49.640.255	55,44%	53,11%
90	Aplicações Diretas	5.560.375.863	78,31%	6.610.340.081	84,12%	13,47%
99	A Classificar	-	0,00%	132.283.869	0,00%	0,00%
TOTAL		7.100.416.881	100,00%	10.422.899.025	68,12%	13,90%

Fonte: SIDOR E SIAFI GERENCIAL

Por Grupo da Despesa		Desp. Real.	% Part.	Dotação	% Real.	% MEC
1	Pessoal e Encargos Sociais	467.720.624	6,59%	552.448.063	84,66%	1,76%
2	Juros e Encargos da Dívida	287.629.601	4,05%	477.237.084	60,27%	99,63%
3	Outras Despesas Correntes	3.754.721.469	52,88%	5.642.204.126	66,55%	20,26%
4	Investimentos	1.803.168.568	25,40%	2.604.119.169	69,24%	67,00%
5	Inversões Financeiras	242.488.859	3,42%	292.352.583	82,94%	10,00%
6	Amortiz./Refinanc.da Dívida	544.687.759	7,67%	854.538.000	63,74%	99,29%
TOTAL		7.100.416.881	100,00%	10.422.899.025	68,12%	13,90%

Fonte: SIDOR E SIAFI GERENCIAL

Por Função		Desp. Real.	% Part.	Dotação	% Real.	% MEC
09	Previdência Social	313.255.686	4,41%	347.700.516	90,09%	3,59%
12	Educação	5.954.843.835	83,87%	8.743.423.425	68,11%	14,65%
28	Encargos Especiais	832.317.360	11,72%	1.331.775.084	62,50%	49,31%
TOTAL		7.100.416.881	100,00%	10.422.899.025	68,12%	13,90%

Fonte: SIDOR E SIAFI GERENCIAL

Por Subfunção:		Desp. Real.	% Part.	Dotação	% Real.	% MEC
122	Administração Geral	248.821.879	3,50%	305.033.288	81,57%	48,10%
123	Administração Financeira	118.838.025	1,67%	173.519.220	68,49%	84,51%
126	Tecnologia da Informação	4.019.272	0,06%	4.116.037	97,65%	2,26%
128	Formação de Rec. Humanos	30.652.873	0,43%	55.754.332	54,98%	19,28%
131	Comunicação Social	29.005.638	0,41%	32.453.806	89,38%	100,00%
212	Cooperação Internacional	23.110.883	0,33%	24.138.126	95,74%	97,89%
243	Assist. à Criança e ao Adolesc.	2.230.882.937	31,42%	3.827.501.421	58,29%	100,00%
272	Previd.do Regime Estatutário	313.255.686	4,41%	347.738.800	90,08%	3,59%
301	Atenção Básica	8.974.285	0,13%	10.620.881	84,50%	17,61%
302	Assist. Hosp.e Ambulatorial	108.817.029	1,53%	115.173.506	94,48%	14,37%
306	Alimentação e Nutrição	5.268.256	0,07%	5.838.530	90,23%	0,15%
331	Prot.e Benef.ao Trabalhador	3.318.389	0,05%	3.793.000	87,49%	1,53%
361	Ensino Fundamental	63.240.529	0,89%	72.318.952	87,45%	1,20%
362	Ensino Médio	1.214.412.170	17,10%	1.377.792.497	88,14%	78,24%
363	Ensino Profissional	417.867.719	5,89%	562.600.911	74,27%	19,48%
364	Ensino Superior	1.401.670.044	19,74%	2.124.895.491	65,96%	6,19%
365	Educação Infantil	903.646	0,01%	1.016.869	88,87%	0,73%
366	Educ.de Jovens e Adultos	1.182.093	0,02%	1.249.845	94,58%	0,14%

MEC – MINISTÉRIO (UO 26101)
Despesa Realizada, Dotação Orçamentária e Percentuais de Realização e de Participação
Período de 2000 a 2002 – Em RS de Dezembro de 2002
- Continuação -

Por Subfunção:		Desp. Real.	% Part.	Dotação	% Real.	% MEC
367	Educação Especial	1.398.220	0,02%	1.758.119	79,53%	1,09%
572	Desenv. Tecnol.e Engenharia	42.459.947	0,60%	43.810.311	96,92%	100,00%
843	Serviço da Dívida Interna	4.096.405	0,06%	15.168.952	27,01%	96,96%
844	Serviço da Dívida Externa	828.220.955	11,66%	1.316.606.132	62,91%	99,42%
TOTAL		7.100.416.881	100,00%	10.422.899.025	68,12%	13,90%

Fonte: SIDOR E SIAFI GERENCIAL

Por Programas		Desp. Real.	% Part.	Dotação	% Real.	% MEC
0040	Toda Criança na Escola	2.349.720.962	33,09%	4.001.020.641	58,73%	23,37%
0041	Desenv.do Ens. De Graduação	1.248.289.790	17,58%	1.957.244.530	63,78%	6,04%
0042	Esc. De Qualidade para Todos	50.316.531	0,71%	57.476.507	87,54%	6,42%
0043	Des.do Ens.de Pós-Graduação	141.910.984	2,00%	153.098.016	92,69%	7,54%
0044	Desenv.da Educ.do Profissional	424.546.366	5,98%	576.649.328	73,62%	19,70%
0045	Desenv.do Ensino Médio	1.228.848.523	17,31%	1.408.089.714	87,27%	85,91%
0046	Hospitais de Ensino	109.784.790	1,55%	116.209.618	94,47%	14,40%
0047	Educação de Jovens e Adultos	1.182.093	0,02%	1.249.845	94,58%	0,14%
0051	Gestão da Política de Educação	35.728.612	0,50%	43.532.545	82,07%	86,50%
0067	Atenção à Criança	358.006	0,01%	379.225	94,40%	0,41%
0089	Prev. Inativos e Pens.da União	313.255.686	4,41%	347.738.800	90,08%	3,59%
0100	Assistência ao Trabalhador	11.982.072	0,17%	14.050.495	85,28%	2,29%
0465	Socied.da Inform. – Internet II	42.459.947	0,60%	43.810.311	96,92%	100,00%
0681	Gestão Partic. Organ.Internac.	23.110.883	0,33%	24.138.126	95,74%	97,89%
0750	Apoio Administrativo	250.410.785	3,53%	306.000.284	81,83%	44,94%
0752	Gestão Polit.Comum.do Gov.	29.005.638	0,41%	32.453.806	89,38%	100,00%
0791	Valorização do Serv. Público	7.187.852	0,10%	7.982.150	90,05%	2,66%
0905	Op.Esp.:Serv.Div.Int.(Juros/Amort)	4.096.405	0,06%	15.168.952	27,01%	96,96%
0906	Op.Esp.:Serv.Div.Ext(Juros/Amort)	828.220.955	11,66%	1.316.606.132	62,91%	99,42%
TOTAL		7.100.416.881	100,00%	10.422.899.025	68,12%	13,90%

Fonte: SIDOR E SIAFI GERENCIAL

APÊNDICE D - CAPES – Despesa Realizada, Dotação Autorizada e Percentuais de Execução e de Participação no período de 2000 a 2002

**MEC – Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)
Despesa Realizada, Dotação Orçamentária e Percentuais de Realização e de Participação
Período de 2000 a 2002 – Em R\$ de Dezembro de 2002**

Por Modalidade de Aplicação		Desp. Real.	% Part.	Dotação	% Real.	% MEC
30	Transf.a Est.e Dist. Federal	311.578.977	18,52%	298.916.694	104,24%	7,16%
40	Res.Cont.Transf.a Municípios	1.490.157	0,09%	2.520.046	59,13%	0,03%
50	Transf.a Instit. Privadas	124.956.625	7,43%	111.863.525	111,70%	19,24%
72	Transf.a Organ. Internacionais	699.939	0,04%	-	0,00%	0,37%
90	Aplicações Diretas	1.243.290.558	73,92%	1.350.331.101	92,07%	3,01%
TOTAL		1.682.016.256	100,00%	1.763.631.367	95,37%	3,29%

Fonte: SIDOR E SIAFI GERENCIAL

Por Grupo da Despesa		Desp. Real.	% Part.	Dotação	% Real.	% MEC
1	Pessoal e Encargos Sociais	32.811.707	1,95%	33.823.138	97,01%	0,12%
3	Outras Despesas Correntes	1.616.928.486	96,13%	1.693.653.605	95,47%	8,73%
4	Investimentos	32.276.063	1,92%	36.154.624	89,27%	1,20%
TOTAL		1.682.016.256	100,00%	1.763.631.367	95,37%	3,29%

Fonte: SIDOR E SIAFI GERENCIAL

Por Função		Desp. Real.	% Part.	Dotação	% Real.	% MEC
09	Previdência Social	9.190.995	0,55%	9.499.243	96,76%	0,11%
12	Educação	1.672.812.014	99,45%	1.754.117.278	95,36%	4,11%
28	Encargos Especiais	13.247	0,00%	14.846	89,23%	0,00%
TOTAL		1.682.016.256	100,00%	1.763.631.367	95,37%	3,29%

Fonte: SIDOR E SIAFI GERENCIAL

Por Subfunção:		Desp. Real.	% Part.	Dotação	% Real.	% MEC
122	Administração Geral	50.996.965	3,03%	60.728.260	83,98%	9,86%
128	Formação de Rec. Humanos	107.765	0,01%	128.540	83,84%	0,07%
272	Previd.do Regime Estatutário	9.190.995	0,55%	9.499.243	96,76%	0,11%
301	Atenção Básica	830.651	0,05%	857.380	96,88%	1,63%
306	Alimentação e Nutrição	585.867	0,03%	604.920	96,85%	0,02%
331	Prot.e Benef.ao Trabalhador	188.900	0,01%	215.711	87,57%	0,09%
364	Ensino Superior	1.619.957.771	96,31%	1.691.429.609	95,77%	7,16%
365	Educação Infantil	144.094	0,01%	152.858	94,27%	0,12%
846	Outros Encargos Especiais	13.247	0,00%	14.846	89,23%	0,00%
TOTAL		1.682.016.256	100,00%	1.763.631.367	95,37%	3,29%

Fonte: SIDOR E SIAFI GERENCIAL

Por Programas		Desp. Real.	% Part.	Dotação	% Real.	% MEC
0043	Des.do Ens.de Pós-Graduação	1.619.957.771	96,31%	1.691.429.609	95,77%	86,08%
0067	Atenção à Criança	61.888	0,00%	64.370	96,14%	0,07%
0089	Prev. Inativos e Pens.da União	9.190.995	0,55%	9.499.243	96,76%	0,11%
0100	Assistência ao Trabalhador	1.158.258	0,07%	1.213.998	95,41%	0,22%
0750	Apoio Administrativo	50.996.965	3,03%	60.728.260	83,98%	9,15%
0791	Valorização do Serv. Público	637.132	0,04%	681.041	93,55%	0,24%
0901	Oper.Esp.: Cump.Sent.Judiciais	13.247	0,00%	14.846	89,23%	0,00%
TOTAL		1.682.016.256	100,00%	1.763.631.367	95,37%	3,29%

Fonte: SIDOR E SIAFI GERENCIAL

APÊNDICE E - FNDE – Despesa Realizada, Dotação Autorizada e Percentuais de Execução e de Participação no período de 2000 a 2002

MEC – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)
Despesa Realizada, Dotação Orçamentária e Percentuais de Realização e de Participação
Período de 2000 a 2002 – Em R\$ de Dezembro de 2002

Por Modalidade de Aplicação		Desp. Real.	% Part.	Dotação	% Real.	% MEC
30	Transf.a Est.e Dist. Federal	2.710.723.649	28,04%	3.197.506.861	84,78%	62,27%
40	Res.Cont.Transf.a Municípios	4.568.920.778	47,27%	5.513.968.799	82,86%	99,91%
50	Transf.a Instit. Privadas	401.626.767	4,16%	390.695.017	102,80%	61,83%
72	Transf.a Organ. Internacionais	110.963.991	1,15%	18.134.192	611,90%	58,64%
80	Transferências ao Exterior	17.044.939	0,18%	14.889.069	114,48%	32,89%
90	Aplicações Diretas	1.856.698.783	19,21%	2.450.713.632	75,76%	4,50%
99	A Classificar	-	-	282.016	-	-
TOTAL		9.665.978.907	100,00%	11.586.189.585	83,43%	18,92%

Fonte: SIDOR E SIAFI GERENCIAL

Por Grupo da Despesa		Desp. Real.	% Part.	Dotação	% Real.	% MEC
1	Pessoal e Encargos Sociais	99.824.975	1,03%	103.498.561	96,45%	0,38%
3	Outras Despesas Correntes	9.016.307.594	93,28%	10.586.437.157	85,17%	48,66%
4	Investimentos	549.846.339	5,69%	896.253.868	61,35%	20,43%
TOTAL		9.665.978.907	100,00%	11.586.189.585	83,43%	18,92%

Fonte: SIDOR E SIAFI GERENCIAL

Por Função		Desp. Real.	% Part.	Dotação	% Real.	% MEC
09	Previdência Social	40.864.352	0,42%	42.105.803	97,05%	0,47%
12	Educação	9.585.342.638	99,17%	11.502.944.214	83,33%	23,57%
28	Encargos Especiais	39.771.916	0,41%	41.139.569	96,68%	2,36%
TOTAL		9.665.978.907	100,00%	11.586.189.585	83,43%	18,92%

Fonte: SIDOR E SIAFI GERENCIAL

Por Subfunção:		Desp. Real.	% Part.	Dotação	% Real.	% MEC
122	Administração Geral	117.615.110	1,22%	130.792.601	89,92%	22,73%
125	Normatização e Fiscalização	2.766.047	0,03%	4.079.890	67,80%	100,00%
126	Tecnologia da Informação	113.005.500	1,17%	181.952.729	62,11%	63,57%
128	Formação de Rec. Humanos	100.520.349	1,04%	133.019.050	75,57%	63,24%
129	Administração de Receitas	5.224.026	0,05%	7.004.672	74,58%	100,00%
183	Informação e Inteligência	7.367.699	0,08%	7.607.273	96,85%	57,98%
243	Assist. à Criança e ao Adolesc.	-	-	26.263.007	-	-
272	Previd.do Regime Estatutário	40.864.352	0,42%	42.105.803	97,05%	0,47%
301	Atenção Básica	34.803.975	0,36%	61.013.959	57,04%	68,30%
306	Alimentação e Nutrição	3.097.115.530	32,04%	3.285.868.752	94,26%	86,36%
331	Prot.e Benef.ao Trabalhador	1.466.483	0,02%	1.537.166	95,40%	0,68%
361	Ensino Fundamental	5.186.502.548	53,66%	6.592.683.426	78,67%	98,76%
364	Ensino Superior	-	-	6.412	-	-
365	Educação Infantil	24.915.822	0,26%	60.833.142	40,96%	20,21%
366	Educ.de Jovens e Adultos	821.056.612	8,49%	908.543.283	90,37%	99,86%
367	Educação Especial	72.322.342	0,75%	97.654.900	74,06%	56,17%
423	Assist. Povos Indígenas	660.595	0,01%	1.083.952	60,94%	100,00%
846	Outros Encargos Especiais	39.771.916	0,41%	41.139.569	96,68%	4,68%
TOTAL		9.665.978.907	100,00%	11.586.189.585	83,43%	18,92%

Fonte: SIDOR E SIAFI GERENCIAL

MEC – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)
Despesa Realizada, Dotação Orçamentária e Percentuais de Realização e de Participação
Período de 2000 a 2002 - Em R\$ de Dezembro de 2002
- Continuação -

Por Programas		Desp. Real.	% Part.	Dotação	% Real.	% MEC
0040	Toda Criança na Escola	7.701.530.818	79,68%	9.233.520.689	83,41%	76,61%
0041	Desenv.do Ens. De Graduação	-	-	6.412	-	-
0042	Esc. De Qualidade para Todos	732.201.405	7,58%	921.250.414	79,48%	93,48%
0047	Educação de Jovens e Adultos	849.437.655	8,79%	954.964.720	88,95%	99,86%
0048	Estat.e Avaliações Educac.	7.367.699	0,08%	7.607.273	96,85%	2,61%
0049	Desenv.da Educação Especial	79.438.989	0,82%	105.263.729	75,47%	67,91%
0051	Gestão da Política de Educação	1.557.876	0,02%	2.182.984	71,36%	3,77%
0055	Arrec.do Salário Educação	5.519.523	0,06%	6.809.578	81,06%	100,00%
0067	Atenção à Criança	48.629.293	0,50%	94.229.208	51,61%	56,05%
0089	Prev. Inativos e Pens.da União	40.864.352	0,42%	42.105.803	97,05%	0,47%
0100	Assistência ao Trabalhador	4.122.037	0,04%	4.253.396	96,91%	0,79%
0150	Etnodes.das Socied. Indígenas	1.104.386	0,01%	1.548.804	71,31%	100,00%
0172	Cultura Afro-Brasileira	277.197	0,00%	359.214	77,17%	100,00%
0668	Paz nas Escolas	3.522.869	0,04%	4.775.089	73,78%	100,00%
0750	Apoio Administrativo	148.030.153	1,53%	163.417.648	90,58%	26,57%
0791	Valorização do Serv. Público	2.602.740	0,03%	2.755.057	94,47%	0,96%
0901	Oper.Esp.: Cump.Sent.Judiciais	39.771.916	0,41%	41.139.569	96,68%	4,68%
TOTAL		9.665.978.907	100,00%	11.586.189.585	83,43%	18,92%

Fonte: SIDOR E SIAFI GERENCIAL

APÊNDICE F - Despesa Realizada, Dotação Autorizada e Percentuais de Execução e de Participação no período de 2000 a 2002

**MEC – Demais Unidades Orçamentárias (Exceto MINISTÉRIO, CAPES e FNDE)
Despesa Realizada, Dotação Orçamentária e Percentuais de Realização e de Participação
Período de 2000 a 2002 – Em RS de Dezembro de 2002**

Por Modalidade de Aplicação		Desp. Real.	% Part.	Dotação	% Real.	% MEC
30	Transf.a Est.e Dist. Federal	3.686.546	0,01%	7.679.241.925	0,05%	0,08%
40	Res.Cont. Transf.a Municípios	165.032	0,00%	686.888	24,03%	0,00%
50	Transf.a Instit. Privadas	4.450.061	0,01%	4.839.519	91,95%	0,69%
72	Transf.a Organ. Internacionais	13.461.666	0,04%	16.675.456	80,73%	7,11%
80	Transferências ao Exterior	7.251.175	0,02%	15.617.382	46,43%	13,99%
90	Aplicações Diretas	32.606.425.504	99,91%	34.901.121.183	93,43%	79,01%
99	A Classificar	-	-	565.104	-	-
TOTAL		32.635.439.984	100,00%	42.618.747.457	76,58%	63,89%

Fonte: SIDOR E SIAFI GERENCIAL

Por Grupo da Despesa		Desp. Real.	% Part.	Dotação	% Real.	% MEC
1	Pessoal e Encargos Sociais	26.000.466.002	79,67%	26.852.745.989	96,83%	97,74%
2	Juros e Encargos da Dívida	1.076.054	0,00%	3.868.702	27,81%	0,37%
3	Outras Despesas Correntes	4.141.256.319	12,69%	12.610.077.063	32,84%	22,35%
4	Investimentos	305.884.440	0,94%	662.820.542	46,15%	11,37%
5	Inversões Financeiras	2.182.868.760	6,69%	2.481.143.380	87,98%	90,00%
6	Amortiz./Refinanc.da Dívida	3.888.408	0,01%	8.091.782	48,05%	0,71%
TOTAL		32.635.439.984	100,00%	42.618.747.457	76,58%	63,89%

Fonte: SIDOR E SIAFI GERENCIAL

Por Função		Desp. Real.	% Part.	Dotação	% Real.	% MEC
09	Previdência Social	8.361.992.710	25,62%	8.596.281.277	97,27%	95,84%
10	Saúde	11.263.138	0,03%	11.975.532	94,05%	100,00%
12	Educação	23.446.520.450	71,84%	25.410.207.415	92,27%	57,67%
28	Encargos Especiais	815.663.686	2,50%	8.600.283.234	9,48%	48,33%
TOTAL		32.635.439.984	100,00%	42.618.747.457	76,58%	63,89%

Fonte: SIDOR E SIAFI GERENCIAL

Por Subfunção:		Desp. Real.	% Part.	Dotação	% Real.	% MEC
121	Planejamento e Orcamento	4.502.150	0,01%	5.373.498	83,78%	100,00%
122	Administração Geral	99.912.687	0,31%	107.880.646	92,61%	19,31%
123	Administração Financeira	21.788.703	0,07%	22.359.323	97,45%	15,49%
126	Tecnologia da Informação	60.727.708	0,19%	68.844.728	88,21%	34,16%
128	Formação de Rec. Humanos	27.681.397	0,08%	43.571.338	63,53%	17,41%
183	Informação e Inteligência	5.339.454	0,02%	5.782.953	92,33%	42,02%
212	Cooperação Internacional	497.556	0,00%	773.519	64,32%	2,11%
244	Assistência Comunitária	5.424.766	0,02%	34.337.167	15,80%	100,00%
272	Previd.do Regime Estatutário	8.361.992.710	25,62%	8.596.281.277	97,27%	95,84%
301	Atenção Básica	6.348.429	0,02%	8.751.881	72,54%	12,46%
302	Assist. Hosp.e Ambulatorial	648.605.725	1,99%	808.135.007	80,26%	85,63%
303	Suporte Profil.e Terapêutico	17.217.049	0,05%	18.933.093	90,94%	100,00%
306	Alimentação e Nutrição	483.125.844	1,48%	510.893.477	94,56%	13,47%
331	Prot.e Benef.ao Trabalhador	211.245.866	0,65%	240.103.424	87,98%	97,70%
361	Ensino Fundamental	1.775.409	0,01%	1.964.014	90,40%	0,03%
362	Ensino Médio	337.810.878	1,04%	379.383.580	89,04%	21,76%
363	Ensino Profissional	1.726.749.353	5,29%	1.829.150.349	94,40%	80,52%
364	Ensino Superior	19.604.488.102	60,07%	21.082.873.563	92,99%	86,65%
365	Educação Infantil	97.348.844	0,30%	107.406.839	90,64%	78,94%
367	Educação Especial	55.035.582	0,17%	57.878.399	95,09%	42,74%
391	Patr.Hist., Art.e Arqueológico	2.114.737	0,01%	2.381.975	88,78%	100,00%

MEC – Demais Unidades Orçamentárias (Exceto MINISTÉRIO, CAPES e FNDE)
Despesa Realizada, Dotação Orçamentária e Percentuais de Realização e de Participação
Período de 2000 a 2002 – Em R\$ de Dezembro de 2002
- Continuação -

Por Subfunção:		Desp. Real.	% Part.	Dotação	% Real.	% MEC
392	Difusão Cultural	1.358.681	0,00%	2.538.446	53,52%	100,00%
571	Desenvolvimento Científico	38.213.343	0,12%	82.313.585	46,42%	100,00%
573	Dif. Conh.Cient.e Tecnológico	470.487	0,00%	550.815	85,42%	100,00%
843	Serviço da Dívida Interna	128.647	0,00%	5.510.423	2,33%	3,04%
844	Serviço da Dívida Externa	4.835.815	0,01%	6.450.061	74,97%	0,58%
845	Transferências	-	0,00%	7.675.360.410	0,00%	0,00%
846	Outros Encargos Especiais	810.700.062	2,48%	912.963.668	88,80%	95,32%
TOTAL		32.635.439.984	100,00%	42.618.747.457	76,58%	63,89%

Fonte: SIDOR E SIAFI GERENCIAL

Por Programas		Desp. Real.	% Part.	Dotação	% Real.	% MEC
0005	Assistência Farmacêutica	17.217.049	0,05%	18.933.093	90,94%	100,00%
0040	Toda Criança na Escola	1.047.165	0,00%	1.174.783	89,14%	0,01%
0041	Desenv.do Ens. De Graduação	19.418.857.894	59,50%	20.836.249.468	93,20%	93,96%
0042	Esc. De Qualidade para Todos	728.244	0,00%	789.230	92,27%	0,09%
0043	Des.do Ens.de Pós-Graduação	119.975.564	0,37%	140.462.561	85,41%	6,38%
0044	Desenv.da Educ.do Profissional	1.730.287.371	5,30%	1.833.591.413	94,37%	80,30%
0045	Desenv.do Ensino Médio	201.556.600	0,62%	209.390.250	96,26%	14,09%
0046	Hospitais de Ensino	652.501.366	2,00%	830.851.539	78,53%	85,60%
0048	Estat.e Avaliações Educac.	274.935.249	0,84%	326.968.781	84,09%	97,39%
0049	Desenv.da Educação Especial	37.536.024	0,12%	39.989.522	93,86%	32,09%
0050	Extensão Universitária	28.202.315	0,09%	91.778.482	30,73%	100,00%
0051	Gestão da Política de Educação	4.016.382	0,01%	5.929.114	67,74%	9,72%
0053	Educ.Profis. Port.de Def. Aud.	10.882.671	0,03%	11.217.341	97,02%	100,00%
0054	Educ.e Profis.Port.Defic. Visual	8.332.884	0,03%	8.572.782	97,20%	100,00%
0067	Atenção à Criança	37.716.215	0,12%	39.232.463	96,14%	43,47%
0089	Prev. Inativos e Pens.da União	8.361.992.710	25,62%	8.596.281.277	97,27%	95,84%
0100	Assistência ao Trabalhador	505.627.703	1,55%	542.029.178	93,28%	96,70%
0167	Brasil Patrimônio Cultural	2.114.737	0,01%	2.381.975	88,78%	100,00%
0170	Produção e Difusão Cultural	1.358.681	0,00%	2.538.446	53,52%	100,00%
0461	Exp.Cons.Conh.Cient.Tecnol.	36.423.143	0,11%	67.417.814	54,03%	100,00%
0681	Gestão Partic. Organ.Internac.	497.556	0,00%	773.519	64,32%	2,11%
0750	Apoio Administrativo	107.726.273	0,33%	116.325.293	92,61%	19,33%
0791	Valorização do Serv. Público	260.242.503	0,80%	295.585.898	88,04%	96,15%
0901	Oper.Esp.: Cump.Sent.Judiciais	810.699.223	2,48%	912.962.341	88,80%	95,32%
0903	Oper. Esp.: Transf.Constit.	-	-	7.675.360.410	-	-
0905	Op.Esp.:Serv.Div.Int.(Juros/Amort)	128.647	0,00%	5.510.423	2,33%	3,04%
0906	Op.Esp.:Serv.Div.Ext(Juros/Amort)	4.835.815	0,01%	6.450.061	74,97%	0,58%
TOTAL		32.635.439.984	100,00%	42.618.747.457	76,58%	63,89%

Fonte: SIDOR E SIAFI GERENCIAL

APÊNDICE G - MS – Despesa Realizada Consolidada no período de 2000 a 2002

MS – Despesa Realizada Consolidada – Período de 2000 A 2002 – Em RS de Dezembro de 2002

Por Modalidade de Aplicação		2000	2001	2002	TOTAL	%
15	Transf.a Ent.não Integ.do OGU	267.775.119	286.448.895	-	554.224.014	0,63%
30	Transf.a Est.e Dist. Federal	2.205.637.025	3.387.336.593	3.341.629.350	8.934.602.968	10,09%
40	Res.Cont. Transf.a Municípios	9.027.379.942	10.410.874.241	10.420.895.621	29.859.149.804	33,72%
50	Transf.a Instit. Privadas	407.106.093	467.373.851	468.498.586	1.342.978.530	1,52%
72	Transf.a Organ. Internacionais	371.264.011	391.680.536	548.086.865	1.311.031.413	1,48%
90	Aplicações Diretas	15.905.687.586	15.338.659.461	15.291.678.529	46.536.025.576	52,56%
TOTAL		28.184.849.776	30.282.373.578	30.070.788.951	88.538.012.305	100,00%

Fonte: SIDOR E SIAFI GERENCIAL

Por Grupo da Despesa		2000	2001	2002	TOTAL	%
1	Pessoal e Encargos Sociais	6.012.607.071	5.698.298.262	5.852.648.500	17.563.553.833	19,84%
2	Juros e Encargos da Dívida	67.302.521	90.524.159	129.104.302	286.930.981	0,32%
3	Outras Despesas Correntes	20.416.832.188	21.656.832.652	22.292.657.085	64.366.321.926	72,70%
4	Investimentos	1.564.929.956	2.654.677.972	1.530.229.390	5.749.837.317	6,49%
6	Amortiz./Refinanc.da Dívida	123.178.040	182.040.533	266.149.674	571.368.248	0,65%
TOTAL		28.184.849.776	30.282.373.578	30.070.788.951	88.538.012.305	100,00%

Fonte: SIDOR E SIAFI GERENCIAL

Por Função		2000	2001	2002	TOTAL	%
09	Previdência Social	2.736.784.037	2.642.324.829	2.674.161.669	8.053.270.535	9,10%
10	Saúde	25.138.542.621	27.289.598.313	26.955.096.035	79.383.236.969	89,66%
18	Gestão Ambiental	8.043.839	-	60.611	8.104.450	0,01%
28	Encargos Especiais	301.479.280	350.450.436	441.470.636	1.093.400.352	1,23%
TOTAL		28.184.849.776	30.282.373.578	30.070.788.951	88.538.012.305	100,00%

Fonte: SIDOR E SIAFI GERENCIAL

Por Subfunção:		2000	2001	2002	TOTAL	%
122	Administração Geral	3.062.243.412	3.003.147.956	3.139.721.929	9.205.113.296	10,40%
125	Normatização e Fiscalização	14.915.722	26.686.621	31.483.443	73.085.786	0,08%
126	Tecnologia da Informação	89.387.429	140.546.101	179.098.887	409.032.416	0,46%
128	Formação de Rec. Humanos	49.438.857	39.023.504	52.599.792	141.062.153	0,16%
131	Comunicação Social	18.141.616	18.132.663	32.198.942	68.473.221	0,08%
212	Cooperação Internacional	33.492.921	32.569.087	28.816.276	94.878.284	0,11%
241	Assistência ao Idoso	-	-	146.159	146.159	0,00%
242	Assist. ao Port. De Deficiência	-	860.093	1.781.158	2.641.250	0,00%
243	Assist. à Criança e ao Adolec.	829.209	136.162	852.616	1.817.986	0,00%
244	Assistência Comunitária	14.286.219	9.430.905	17.067.654	40.784.779	0,05%
272	Previd.do Regime Estatutário	2.736.784.037	2.642.324.829	2.674.161.669	8.053.270.535	9,10%
273	Previdência Complementar	5.227.996	6.325.946	5.080.144	16.634.086	0,02%
301	Atenção Básica	3.332.324.510	3.537.465.679	3.706.058.780	10.575.848.970	11,94%
302	Assist. Hosp.e Ambulatorial	14.948.151.436	15.460.251.381	15.099.537.163	45.507.939.980	51,40%
303	Suporte Profil.e Terapêutico	1.668.663.050	1.696.874.461	2.024.122.951	5.389.660.462	6,09%
304	Vigilância Sanitária	190.487.745	169.255.596	171.768.642	531.511.983	0,60%
305	Vigilância Epidemiológica	757.364.038	911.707.114	939.469.046	2.608.540.197	2,95%
306	Alimentação e Nutrição	292.208.596	298.610.089	369.968.695	960.787.380	1,09%
331	Prot.e Benef.ao Trabalhador	45.513.035	50.361.008	53.802.973	149.677.016	0,17%
363	Ensino Profissional	64.700.928	76.078.094	168.844.337	309.623.359	0,35%
364	Ensino Superior	22.152.482	22.954.248	25.802.899	70.909.630	0,08%

MS – Despesa Realizada Consolidada – Período de 2000 A 2002 – Em RS de Dezembro de 2002
- Continuação -

Por Subfunção:		2000	2001	2002	TOTAL	%
365	Educação Infantil	24.693.284	23.889.983	16.859.933	65.443.200	0,07%
511	Saneamento Básico Rural	334.762.863	1.593.956.235	691.967.180	2.620.686.279	2,96%
541	Preservação e Cons. Ambiental	8.043.839	-	-	8.043.839	0,01%
571	Desenvolvimento Científico	122.269.267	124.558.405	146.839.536	393.667.208	0,44%
572	Desenv. Tecnol.e Engenharia	3.775.281	4.635.085	6.736.141	15.146.507	0,02%
573	Dif. Conh.Cient.e Tecnológico	21.133.064	18.282.413	21.910.745	61.326.221	0,07%
665	Normalização e Qualidade	22.379.662	23.859.485	22.560.012	68.799.159	0,08%
843	Serviço da Dívida Interna	-	1.143.450	3.463.166	4.606.617	0,01%
844	Serviço da Dívida Externa	190.480.561	271.421.241	391.790.810	853.692.612	0,96%
846	Outros Encargos Especiais	110.998.719	77.885.744	46.277.271	235.161.734	0,27%
TOTAL		28.184.849.776	30.282.373.578	30.070.788.951	88.538.012.305	100,00%

Fonte: SIDOR E SIAFI GERENCIAL

Por Programas		2000	2001	2002	TOTAL	%
0001	Saúde da Família	2.968.064.669	3.214.954.782	3.403.532.794	9.586.552.245	10,83%
0002	Prev. Doenç. Transm.P/Vetores	537.165.345	741.917.441	884.305.487	2.163.388.273	2,44%
0003	Prev.Cont.Assist. Port.Doenças	861.583.127	743.359.308	835.759.542	2.440.701.976	2,76%
0004	Qualidade e Eficiência do SUS	1.086.554.559	1.079.211.170	917.973.320	3.083.739.050	3,48%
0005	Assistência Farmacêutica	335.380.297	403.815.346	487.344.742	1.226.540.384	1,39%
0006	Prev. Cont.Doenç.Imunoprev.	257.474.781	311.101.491	433.715.540	1.002.291.811	1,13%
0007	Qualidade do Sangue	226.399.166	195.308.587	245.596.567	667.304.321	0,75%
0008	Alimentação Saudável	188.777.296	197.096.332	267.534.084	653.407.713	0,74%
0009	Profission. da Enfermagem	64.700.928	76.078.094	168.844.337	309.623.359	0,35%
0010	Vigil. Sanit.de Prod. e Serviços	183.952.844	159.325.074	161.688.326	504.966.244	0,57%
0011	Prev.Cont.Cânc.e Assist.Oncol.	219.245.792	252.893.714	264.811.050	736.950.555	0,83%
0012	Pesquisa e Desenv.em Saúde	135.547.430	136.256.480	149.012.485	420.816.394	0,48%
0013	Vigil. Epidem.e Amb.em Saúde	143.767.187	111.748.287	102.007.099	357.522.573	0,40%
0014	Prevenção e Cont.da Malária	109.854.943	89.109.408	-	198.964.351	0,22%
0015	Prevenção e Cont.da Dengue	81.279.086	84.777.606	-	166.056.691	0,19%
0016	Gestão da Política de Saúde	47.067.414	61.033.480	78.001.837	186.102.730	0,21%
0017	Prev.Cont.Doen.Crôn.-Degen.	53.431.472	49.064.901	42.963.027	145.459.399	0,16%
0018	Saúde Mental	1.119.485	4.578.377	27.992.780	33.690.642	0,04%
0019	Prev.Cont.Tub.e Out. Pneumop.	20.564.625	17.957.673	23.625.566	62.147.865	0,07%
0020	Cont.da Hans.e Out. Dermat.	6.279.659	2.252.066	5.968.731	14.500.456	0,02%
0021	Saúde da Mulher	11.806.858	10.228.356	12.059.005	34.094.220	0,04%
0022	Saúde do Trabalhador	5.375.092	1.060.708	3.439.117	9.874.917	0,01%
0023	Atend.Ambul., Emerg.e Hosp.	13.627.801.205	14.131.858.465	13.921.142.601	41.680.802.271	47,08%
0024	Vig.Sanit.Port., Aerop.e Front.	5.829.454	9.786.508	9.030.204	24.646.166	0,03%
0025	Saúde Suplementar	11.901.670	19.832.661	25.082.100	56.816.432	0,06%
0026	Saúde do Jovem	6.132.915	5.030.381	7.321.986	18.485.282	0,02%
0027	Saúde Criança e Aleit. Materno	16.411.940	15.314.273	16.311.828	48.038.041	0,05%
0028	Prev.e Cont.das Infec. Hosp.	1.177.574	1.685.958	1.555.106	4.418.638	0,00%
0065	Atenção a Pess. Port.de Defic.	273.483	1.358.885	2.552.711	4.185.079	0,00%
0066	Valorização e Saúde do Idoso	62.790.504	67.437.427	75.853.615	206.081.546	0,23%
0067	Atenção à Criança	24.693.284	-	-	24.693.284	0,03%
0089	Prev. Inativos e Pens.da União	2.736.784.037	2.642.324.829	2.674.161.669	8.053.270.535	9,10%
0100	Assistência ao Trabalhador	335.691.910	351.056.090	-	686.748.000	0,78%
0119	Saneamento Básico	290.277.183	1.535.838.901	651.462.500	2.477.578.584	2,80%
0150	Etnodes.das Socied. Indígenas	72.151.340	115.204.747	132.928.438	320.284.525	0,36%

MS – Despesa Realizada Consolidada – Período de 2000 A 2002 – Em RS de Dezembro de 2002
Continuação

Por Programas		2000	2001	2002	TOTAL	%
0466	Biotec. Rec.Genéticos-Genoma	763.600	786.915	784.743	2.335.259	0,00%
0495	Proágua – Gestão	8.043.839	-	-	8.043.839	0,01%
0681	Gestão Partic. Organ.Internac.	33.492.921	32.569.087	28.816.276	94.878.284	0,11%
0750	Apoio Administrativo	3.074.602.924	3.028.886.905	3.166.431.599	9.269.921.428	10,47%
0752	Gestão Polit.Comun.do Gov.	18.141.616	18.132.663	32.198.942	68.473.221	0,08%
0791	Valorização do Serv. Público	11.017.046	11.689.764	367.447.950	390.154.761	0,44%
0901	Oper.Esp.: Cump.Sent.Judiciais	110.998.719	77.885.744	46.277.271	235.161.734	0,27%
0905	Op.Esp.Serv.Div.Int.(Jur/Amort)	-	1.143.450	3.463.166	4.606.617	0,01%
0906	Op.Esp.Serv.Div.Ext(Jur/Amort)	190.480.561	271.421.241	391.790.810	853.692.612	0,96%
TOTAL		28.184.849.776	30.282.373.578	30.070.788.951	88.538.012.305	100,00%

Fonte: SIDOR E SIAFI GERENCIAL

APÊNDICE H - FIOCRUZ – Despesa Realizada, Dotação Autorizada e Percentuais de Execução e de Participação no período de 2000 a 2002

MS – Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ)
Despesa Realizada, Dotação Orçamentária e Percentuais de Realização e de Participação
Período de 2000 a 2002 – Em RS de Dezembro de 2002

Por Modalidade de Aplicação		Desp. Real.	% Part.	Dotação	% Real.	% MS
30	Transf.a Est.e Dist. Federal	11.345.110	0,93%	10.874.159	104,33%	0,13%
40	Res.Cont.Transf.a Municípios	-	0,00%	51.195	0,00%	0,00%
50	Transf.a Instit. Privadas	59.872.314	4,89%	33.582.533	178,28%	4,46%
72	Transf.a Organ. Internacionais	391.635	0,03%	537.786	72,82%	0,03%
80	Transferências ao Exterior	-	0,00%	223.896	0,00%	0,00%
90	Aplicações Diretas	1.152.830.746	94,15%	1.303.223.693	88,46%	2,48%
TOTAL		1.224.439.804	100%	1.348.493.261	90,80%	1,38%

Fonte: SIDOR E SIAFI GERENCIAL

Por Grupo da Despesa		Desp. Real.	% Part.	Dotação	% Real.	% MS
1	Pessoal e Encargos Sociais	723.416.435	59,08%	760.103.921	95,17%	4,12%
3	Outras Despesas Correntes	397.693.618	32,48%	459.679.624	86,52%	0,62%
4	Investimentos	103.329.751	8,44%	128.709.716	80,28%	1,80%
TOTAL		1.224.439.804	100%	1.348.493.261	90,80%	1,38%

Fonte: SIDOR E SIAFI GERENCIAL

Por Função		Desp. Real.	% Part.	Dotação	% Real.	% MS
09	Previdência Social	125.247.066	10,23%	129.616.621	96,63%	1,56%
10	Saúde	1.073.087.528	87,64%	1.192.674.880	89,97%	1,35%
28	Encargos Especiais	26.105.211	2,13%	26.201.760	99,63%	2,39%
TOTAL		1.224.439.804	100%	1.348.493.261	90,80%	1,38%

Fonte: SIDOR E SIAFI GERENCIAL

Por Subfunção:		Desp. Real.	% Part.	Dotação	% Real.	% MS
122	Administração Geral	639.246.308	52,21%	673.448.272	94,92%	6,94%
272	Previd.do Regime Estatutário	125.247.066	10,23%	129.616.621	96,63%	1,56%
273	Previdência Complementar	5.301.904	0,43%	5.477.663	96,79%	31,87%
301	Atenção Básica	14.882.752	1,22%	15.041.725	98,94%	0,14%
303	Suporte Profil.e Terapêutico	62.990.110	5,14%	125.780.716	50,08%	1,17%
306	Alimentação e Nutrição	11.292.480	0,92%	12.065.410	93,59%	1,18%
331	Prot.e Benef.ao Trabalhador	6.255.185	0,51%	7.005.551	89,29%	4,18%
364	Ensino Superior	25.545.306	2,09%	26.500.738	96,39%	36,03%
365	Educação Infantil	1.558.235	0,13%	2.010.745	77,50%	2,38%
571	Desenvolvimento Científico	211.417.770	17,27%	224.068.128	94,35%	53,70%
572	Desenv. Tecnol.e Engenharia	15.146.507	1,24%	16.551.211	91,51%	100,00%
573	Dif. Conh.Cient.e Tecnológico	33.674.886	2,75%	34.983.377	96,26%	54,91%
665	Normalização e Qualidade	45.776.083	3,74%	49.741.344	92,03%	66,54%
846	Outros Encargos Especiais	26.105.211	2,13%	26.201	99,63%	11,10%
TOTAL		1.224.439.804	100%	1.348.493.261	90,80%	1,38%

Fonte: SIDOR E SIAFI GERENCIAL

MS – Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ)
Despesa Realizada, Dotação Orçamentária e Percentuais de Realização e de Participação
Período de 2000 a 2002 – Em RS de Dezembro de 2002
- Continuação -

Por Programas		Desp. Real.	% Part.	Dotação	% Real.	% MS
0005	Assistência Farmacêutica	52.791.729	4,31%	109.337.359	48,28%	4,30%
0006	Prev. Cont.Doenç.Imunoprev.	10.198.381	0,83%	16.443.356	62,02%	1,02%
0012	Pesquisa e Desenv.em Saúde	329.225.294	26,89%	348.995.612	94,34%	78,23%
0067	Atenção à Criança	616.024	0,05%	710.494	86,70%	2,49%
0089	Prev. Inativos e Pens.da União	125.247.066	10,23%	129.616.621	96,63%	1,56%
0100	Assistência ao Trabalhador	22.029.977	1,80%	22.948.228	96,00%	3,21%
0466	Biotec. Rec.Genéticos-Genoma	2.335.259	0,19%	2.849.186	81,96%	100,00%
0750	Apoio Administrativo	644.548.212	52,64%	678.925.935	94,94%	6,95%
0791	Valorização do Serv. Público	11.342.651	0,93%	12.464.708	91,00%	2,91%
0901	Oper.Esp.: Cump.Sent.Judiciais	26.105.211	2,13%	26.201.760	99,63%	11,10%
TOTAL		1.224.439.804	100%	1.348.493.261	90,80%	1,38%

Fonte: SIDOR E SIAFI GERENCIAL

APÊNDICE I - FUNASA – Despesa Realizada, Dotação Autorizada e Percentuais de Execução e de Participação no período de 2000 a 2002

MS – Fundação Nacional da Saúde (FUNASA)
Despesa Realizada, Dotação Orçamentária e Percentuais de Realização e de Participação
Período de 2000 a 2002 – Em R\$ de Dezembro de 2002

Por Modalidade de Aplicação		Desp. Real.	% Part.	Dotação	% Real.	% MS
30	Transf.a Est.e Dist. Federal	1.120.026.409	10,73%	2.643.594.213	42,37%	12,54%
40	Res.Cont.Transf.a Municípios	1.561.523.128	14,95%	1.544.060.335	101,13%	5,23%
50	Transf.a Instit. Privadas	558.676.022	5,35%	276.870.638	201,78%	41,60%
72	Transf.a Organ. Internacionais	320.131.423	3,07%	659.187.169	48,56%	24,42%
80	Transferências ao Exterior	249.932.406	2,39%	-	S/DOTAÇÃO	0,00%
90	Aplicações Diretas	6.632.595.286	63,51%	7.295.266.264	90,92%	14,25%
99	A Classificar	-	0,00%	26.930.105	0,00%	0,00%
TOTAL		10.442.884.675	100,00%	12.445.908.725	83,91%	11,79%

Fonte: SIDOR E SIAFI GERENCIAL

Por Grupo da Despesa		Desp. Real.	% Part.	Dotação	% Real.	% MS
1	Pessoal e Encargos Sociais	4.472.740.269	42,83%	4.616.578.922	96,88%	25,47%
3	Outras Despesas Correntes	3.073.416.974	29,43%	3.335.822.651	92,13%	4,77%
4	Investimentos	2.896.727.431	27,74%	4.493.507.152	64,46%	50,38%
TOTAL		10.442.884.675	100,00%	12.445.908.725	83,91%	11,79%

Fonte: SIDOR E SIAFI GERENCIAL

Por Função		Desp. Real.	% Part.	Dotação	% Real.	% MS
09	Previdência Social	1.384.393.589	13,26%	1.427.426.239	96,99%	17,19%
10	Saúde	8.841.390.724	84,66%	10.781.571.592	82,00%	11,14%
12	Educação	8.043.839	0,08%	10.212.509	S/DOTAÇÃO	100,00%
28	Encargos Especiais	209.056.523	2,00%	226.698.386	92,22%	19,12%
TOTAL		10.442.884.675	100,00%	12.445.908.725	83,91%	11,79%

Fonte: SIDOR E SIAFI GERENCIAL

Por Subfunção:		Desp. Real.	% Part.	Dotação	% Real.	% MS
122	Administração Geral	3.061.533.954	29,32%	3.161.394.892	96,84%	33,26%
126	Tecnologia da Informação	107.815.872	1,03%	128.205.967	84,10%	26,36%
128	Formação de Rec. Humanos	19.082.436	0,18%	20.714.155	92,12%	13,53%
244	Assistência Comunitária	6.103.012	0,06%	8.948.462	68,20%	14,96%
272	Previd.do Regime Estatutário	1.384.393.589	13,26%	1.427.426.239	96,99%	17,19%
273	Previdência Complementar	10.092.582	0,10%	10.387.021	97,17%	60,67%
301	Atenção Básica	336.698.831	3,22%	360.726.508	93,34%	3,18%
302	Assist. Hosp.e Ambulatorial	305.957.620	2,93%	320.361.474	95,50%	0,67%
303	Suporte Profil.e Terapêutico	1.239.879.680	11,87%	1.290.051.847	96,11%	23,00%
305	Vigilância Epidemiológica	827.054.898	7,92%	985.627.163	83,91%	31,71%
306	Alimentação e Nutrição	122.138.911	1,17%	132.758.602	92,00%	12,71%
331	Prot.e Benef.ao Trabalhador	53.149.885	0,51%	57.093.196	93,09%	35,51%
365	Educação Infantil	37.728.793	0,36%	48.209.612	78,26%	57,65%
511	Saneamento Básico Rural	2.616.853.175	25,06%	4.150.144.662	63,05%	99,85%
541	Preservação e Cons. Ambiental	8.043.839	0,08%	10.212.509	78,76%	100,00%
571	Desenvolvimento Científico	97.301.076	0,93%	106.948.030	90,98%	24,72%
846	Outros Encargos Especiais	209.056.523	2,00%	226.698.386	92,22%	88,90%
TOTAL		10.442.884.675	100,00%	12.445.908.725	83,91%	11,79%

Fonte: SIDOR E SIAFI GERENCIAL

MS – Fundação Nacional da Saúde (FUNASA)
Despesa Realizada, Dotação Orçamentária e Percentuais de Realização e de Participação
Período de 2000 a 2002 – Em R\$ de Dezembro de 2002
- Continuação -

Por Programas		Desp. Real.	% Part.	Dotação	% Real.	% MS
0001	Saúde da Família	-	0,00%	4.059	0,00%	0,00%
0002	Prev. Doenç.Transm.P/Vetores	501.547.948	4,80%	622.186.291	80,61%	23,18%
0004	Qualidade e Eficiência do SUS	257.934.292	2,47%	6.048.027	4264,77%	8,36%
0006	Prev. Cont.Doenç.Imunoprev.	768.416.350	7,36%	1.036.172.897	74,16%	76,67%
0012	Pesquisa e Desenv.em Saúde	203.676.515	1,95%	100.465.016	202,73%	48,40%
0013	Vigil. Epidem.e Amb.em Saúde	318.378.855	3,05%	448.215.721	71,03%	89,05%
0014	Prevenção e Cont.da Malária	161.022.590	1,54%	213.605.250	75,38%	80,93%
0015	Prevenção e Cont.da Dengue	95.436.938	0,91%	191.649.734	49,80%	57,47%
0019	Prev.Cont.Tuberc.e Out. Pneumop.	5.709.976	0,05%	6.483.014	88,08%	9,19%
0023	Atend.Ambul., Emerg.e Hosp.	-	0,00%	6.764	0,00%	0,00%
0027	Saúde Criança e Aleit. Materno	91.457.609	0,88%	44.831.805	204,00%	190,39%
0066	Valorização e Saúde do Idoso	157.182.389	1,51%	209.047.145	75,19%	76,27%
0067	Atenção à Criança	477.138.609	4,57%	20.521.181	2325,10%	1932,26%
0089	Prev. Inativos e Pens.da União	1.025.720.002	9,82%	1.427.426.239	71,86%	12,74%
0100	Assistência ao Trabalhador	415.612.190	3,98%	262.597.995	158,27%	60,52%
0119	Saneamento Básico	2.255.619.638	21,60%	3.926.675.195	57,44%	91,04%
0150	Etnodes.das Socied. Indígenas	256.177.023	2,45%	337.903.629	75,81%	79,98%
0495	Proágua – Gestão	1.083.004.555	10,37%	10.212.509	10604,69%	13463,78%
0750	Apoio Administrativo	2.015.730.237	19,30%	3.194.875.158	63,09%	21,74%
0791	Valorização do Serv. Público	253.265.767	2,43%	160.282.710	158,01%	64,91%
0901	Oper.Esp.: Cump.Sent.Judiciais	99.853.191	0,96%	226.698.386	44,05%	42,46%
TOTAL		10.442.884.675	100,00%	12.445.908.725	83,91%	11,79%

Fonte: SIDOR E SIAFI GERENCIAL

APÊNDICE J - ANVISA – Despesa Realizada, Dotação Autorizada e Percentuais de Execução e de Participação no período de 2000 a 2002

MS – Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)
Despesa Realizada, Dotação Orçamentária e Percentuais de Realização e de Participação
Período de 2000 a 2002 - Em RS de Dezembro de 2002

Por Modalidade de Aplicação		Desp. Real.	% Part.	Dotação	% Real.	% MS
30	Transf.a Est.e Dist. Federal	93.329.812	16,24%	121.007.314	77,13%	1,04%
40	Res.Cont.Transf.a Municípios	1.591.773	0,28%	1.119.963	142,13%	0,01%
50	Transf.a Instit. Privadas	28.665.928	4,99%	17.532.325	163,50%	2,13%
72	Transf.a Organ. Internacionais	59.408.145	10,34%	35.698.622	166,42%	4,53%
80	Transferências ao Exterior	41.518.407	7,22%	24.726.688	167,91%	0,00%
90	Aplicações Diretas	350.307.462	60,94%	447.666.473	78,25%	0,75%
TOTAL		574.821.526	100,00%	647.751.386	88,74%	0,65%

Fonte: SIDOR E SIAFI GERENCIAL

Por Grupo da Despesa		Desp. Real.	% Part.	Dotação	% Real.	% MS
1	Pessoal e Encargos Sociais	134.193.225	23,35%	142.453.517	94,20%	0,76%
3	Outras Despesas Correntes	396.476.186	68,97%	449.123.926	88,28%	0,62%
4	Investimentos	44.152.115	7,68%	56.173.944	78,60%	0,77%
TOTAL		574.821.526	100,00%	647.751.386	88,74%	0,65%

Fonte: SIDOR E SIAFI GERENCIAL

Por Função		Desp. Real.	% Part.	Dotação	% Real.	% MS
09	Previdência Social	2.170.808	0,38%	2.968.073	73,14%	0,03%
10	Saúde	572.650.718	99,62%	644.783.314	88,81%	0,72%
TOTAL		574.821.526	100,00%	647.751.386	88,74%	0,65%

Fonte: SIDOR E SIAFI GERENCIAL

Por Subfunção:		Desp. Real.	% Part.	Dotação	% Real.	% MS
122	Administração Geral	209.098.092	36,38%	236.440.551	88,44%	2,27%
126	Tecnologia da Informação	12.103.228	2,11%	14.014.110	86,36%	2,96%
128	Formação de Rec. Humanos	346.575	0,06%	1.303.040	26,60%	0,25%
272	Previd.do Regime Estatutário	2.170.808	0,38%	2.968.073	73,14%	0,03%
301	Atenção Básica	2.008.833	0,35%	6.810.503	29,50%	0,02%
304	Vigilância Sanitária	325.532.637	56,63%	352.721.824	92,29%	61,25%
306	Alimentação e Nutrição	3.141.195	0,55%	7.274.656	43,18%	0,33%
331	Prot.e Benef.ao Trabalhador	2.008.911	0,35%	3.889.817	51,65%	1,34%
365	Educação Infantil	406.982	0,07%	2.016.094	20,19%	0,62%
573	Dif. Conh.Cient.e Tecnológico	3.975.075	0,69%	4.585.962	86,68%	6,48%
665	Normalização e Qualidade	14.029.189	2,44%	15.726.757	89,21%	20,39%
TOTAL		574.821.526	100,00%	647.751.386	88,74%	0,65%

Fonte: SIDOR E SIAFI GERENCIAL

Por Programas		Desp. Real.	% Part.	Dotação	% Real.	% MS
0007	Qualidade do Sangue	14.130.297	2,46%	15.402.431	91,74%	2,12%
0010	Vigil. Sanit.de Prod. e Serviços	300.341.800	52,25%	322.477.503	93,14%	59,48%
0024	Vig.Sanit.Port., Aerop.e Front.	24.646.166	4,29%	29.499.867	83,55%	100,00%
0028	Prev.e Cont.das Infec. Hosp.	4.418.638	0,77%	5.654.741	78,14%	100,00%
0067	Atenção à Criança	62.494	0,01%	925.044	6,76%	0,25%
0089	Prev. Inativos e Pens.da União	2.170.808	0,38%	2.968.073	73,14%	0,03%
0100	Assistência ao Trabalhador	4.322.255	0,75%	11.427.821	37,82%	0,63%
0750	Apoio Administrativo	221.201.320	38,48%	250.454.661	88,32%	2,39%
0791	Valorização do Serv. Público	3.527.748	0,61%	8.941.244	39,45%	0,90%
TOTAL		574.821.526	100,00%	647.751.386	88,74%	0,65%

Fonte: SIDOR E SIAFI GERENCIAL

APÊNDICE K - FNS – Despesa Realizada, Dotação Autorizada e Percentuais de Execução e de Participação no período de 2000 a 2002

MS – Fundo Nacional da Saúde (FNS)
Despesa Realizada, Dotação Orçamentária e Percentuais de Realização e de Participação
Período de 2000 a 2002 - Em R\$ de Dezembro de 2002

Por Modalidade de Aplicação		Desp. Real.	% Part.	Dotação	% Real.	% MS
15	Transf.a Ent.não Integ.do OGU	554.224.014	0,73%	-	S/DOT.	100,00%
30	Transf.a Est.e Dist. Federal	7.709.900.373	10,12%	5.547.262.862	138,99%	86,29%
40	Res.Cont.Transf.a Municípios	28.296.034.903	37,16%	33.067.630.048	85,57%	94,77%
50	Transf.a Instit. Privadas	695.331.032	0,91%	1.020.566.296	68,13%	51,78%
72	Transf.a Organ. Internacionais	350.303.737	0,46%	264.675.671	132,35%	26,72%
80	Transferências ao Exterior	245.363.837	0,32%	226.687.426	108,24%	0,00%
90	Aplicações Diretas	38.298.793.591	50,29%	40.851.484.910	93,75%	82,30%
99	A Classificar	-	0,00%	232.666.958	0,00%	0,00%
TOTAL		76.149.951.488	100,00%	81.210.974.172	93,77%	86,01%

Fonte: SIDOR E SIAFI GERENCIAL

Por Grupo da Despesa		Desp. Real.	% Part.	Dotação	% Real.	% MS
1	Pessoal e Encargos Sociais	12.204.638.811	16,03%	12.584.865.411	96,98%	69,49%
2	Juros e Encargos da Dívida	286.930.981	0,38%	543.226.145	52,82%	100,00%
3	Outras Despesas Correntes	60.395.089.664	79,31%	63.669.139.224	94,86%	93,83%
4	Investimentos	2.691.923.784	3,54%	3.709.851.823	72,56%	46,82%
6	Amortiz./Refinanc.da Dívida	571.368.248	0,75%	740.822.880	77,13%	100,00%
TOTAL		76.149.951.488	100,00%	81.210.974.172	93,77%	86,01%

Fonte: SIDOR E SIAFI GERENCIAL

Por Função		Desp. Real.	% Part.	Dotação	% Real.	% MS
09	Previdência Social	6.541.458.241	8,59%	6.717.895.419	97,37%	81,23%
10	Saúde	68.750.194.018	90,28%	73.245.961.039	93,86%	86,61%
28	Encargos Especiais	858.299.229	1,13%	1.284.049.024	66,84%	78,50%
TOTAL		76.149.951.488	100,00%	81.210.974.172	93,77%	86,01%

Fonte: SIDOR E SIAFI GERENCIAL

Por Subfunção:		Desp. Real.	% Part.	Dotação	% Real.	% MS
122	Administração Geral	5.227.686.100	6,86%	5.411.044.071	96,61%	56,79%
125	Normatização e Fiscalização	17.761.169	0,02%	28.255.068	62,86%	24,30%
126	Tecnologia da Informação	270.223.360	0,35%	347.611.921	77,74%	66,06%
128	Formação de Rec. Humanos	119.234.616	0,16%	136.334.927	87,46%	84,53%
131	Comunicação Social	68.473.221	0,09%	70.007.589	97,81%	100,00%
212	Cooperação Internacional	94.878.284	0,12%	97.773.980	97,04%	100,00%
241	Assistência ao Idoso	146.159	0,00%	-	S/DOT.	100,00%
242	Assist. ao Port. De Deficiência	2.641.250	0,00%	5.933.799	44,51%	100,00%
243	Assist. à Criança e ao Adolesc.	1.817.986	0,00%	3.334.844	54,51%	100,00%
244	Assistência Comunitária	34.681.767	0,05%	38.601.938	89,84%	85,04%
272	Previd.do Regime Estatutário	6.541.458.241	8,59%	6.717.895.419	97,37%	81,23%
301	Atenção Básica	10.223.452.385	13,43%	10.865.866.332	94,09%	96,67%
302	Assist. Hosp.e Ambulatorial	45.201.982.359	59,36%	47.945.429.703	94,28%	99,33%
303	Suporte Profil.e Terapêutico	4.086.790.671	5,37%	4.298.139.759	95,08%	75,83%
304	Vigilância Sanitária	205.979.346	0,27%	224.734.569	91,65%	38,75%
305	Vigilância Epidemiológica	1.781.485.299	2,34%	1.908.811.249	93,33%	68,29%
306	Alimentação e Nutrição	823.416.003	1,08%	1.176.284.243	70,00%	85,70%

MS – Fundo Nacional da Saúde (FNS)
Despesa Realizada, Dotação Orçamentária e Percentuais de Realização e de Participação
Período de 2000 a 2002 – Em RS de Dezembro de 2002
- Continuação -

Por Subfunção:		Desp. Real.	% Part.	Dotação	% Real.	% MS
331	Prot.e Benef.ao Trabalhador	88.181.843	0,12%	94.535.476	93,28%	58,91%
363	Ensino Profissional	309.623.359	0,41%	332.283.404	93,18%	100,00%
364	Ensino Superior	45.364.323	0,06%	48.446.484	93,64%	63,97%
365	Educação Infantil	25.663.549	0,03%	33.223.614	77,24%	39,21%
511	Saneamento Básico Rural	3.833.104	0,01%	6.480.704	59,15%	0,15%
571	Desenvolvimento Científico	84.948.362	0,11%	115.995.341	73,23%	21,58%
573	Dif. Conh.Cient.e Tecnológico	23.676.260	0,03%	42.069.744	56,28%	156,31%
665	Normalização e Qualidade	8.253.242	0,01%	12.523.321	65,90%	12,00%
843	Serviço da Dívida Interna	4.606.617	0,01%	7.591.944	60,68%	100,00%
844	Serviço da Dívida Externa	853.692.612	1,12%	1.276.457.081	66,88%	100,00%
TOTAL		76.149.951.488	100,00%	81.210.974.172	93,77%	86,01%

Fonte: SIDOR E SIAFI GERENCIAL

Por Programas		Desp. Real.	% Part.	Dotação	% Real.	% MS
0001	Saúde da Família	9.586.552.245	12,59%	10.153.332.376	94,42%	100,00%
0002	Prev. Doenç.Transm.P/Vetores	1.663.142.097	2,18%	1.776.962.133	93,59%	76,88%
0003	Prev.Cont.Assist. Port.Doenças	2.440.701.976	3,21%	2.561.448.135	95,29%	100,00%
0004	Qualidade e Eficiência do SUS	3.079.861.838	4,04%	4.259.433.180	72,31%	99,87%
0005	Assistência Farmacêutica	1.173.748.655	1,54%	1.271.075.912	92,34%	95,70%
0007	Qualidade do Sangue	653.174.024	0,86%	704.787.341	92,68%	97,88%
0008	Alimentação Saudável	653.407.713	0,86%	995.038.458	65,67%	100,00%
0009	Profission. Da Enfermagem	309.623.359	0,41%	332.283.404	93,18%	100,00%
0010	Vigil. Sanit.de Prod. e Serviços	204.624.444	0,27%	221.901.599	92,21%	40,52%
0011	Prev.Cont.Cânc.e Assist.Oncol.	736.950.555	0,97%	774.187.996	95,19%	100,00%
0014	Prevenção e Cont.da Malária	10.807.421	0,01%	11.398.362	94,82%	5,43%
0015	Prevenção e Cont.da Dengue	7.221.955	0,01%	7.363.767	98,07%	4,35%
0016	Gestão da Política de Saúde	186.102.730	0,24%	207.981.317	89,48%	100,00%
0017	Prev.Cont.Doen.Crôn.-Degen.	145.459.399	0,19%	160.772.991	90,48%	100,00%
0018	Saúde Mental	33.690.642	0,04%	56.295.020	59,85%	100,00%
0019	Prev.Cont.Tuberc.e Out. Pneumop.	56.437.889	0,07%	73.483.785	76,80%	90,81%
0020	Cont.da Hans.e Out. Dermat.	14.500.456	0,02%	38.113.240	38,05%	100,00%
0021	Saúde da Mulher	34.094.220	0,04%	36.657.378	93,01%	100,00%
0022	Saúde do Trabalhador	9.874.917	0,01%	23.384.384	42,23%	100,00%
0023	Atend.Ambul., Emerg.e Hosp.	41.680.802.271	54,74%	43.251.190.233	96,37%	100,00%
0025	Saúde Suplementar	26.494	0,00%	125.059	21,19%	0,05%
0026	Saúde do Jovem	18.485.282	0,02%	21.121.651	87,52%	100,00%
0027	Saúde Criança e Aleit. Materno	5.252.417	0,01%	9.606.209	54,68%	10,93%
0065	Atenção a Pess. Port.de Defic.	4.185.079	0,01%	11.142.524	37,56%	100,00%
0066	Valorização e Saúde do Idoso	1.080.920	0,00%	9.817.423	11,01%	0,52%
0067	Atenção à Criança	9.064.266	0,01%	11.522.119	78,67%	36,71%
0089	Prev. Inativos e Pens.da União	6.541.458.241	8,59%	6.717.895.419	97,37%	81,23%
0100	Assistência ao Trabalhador	416.324.747	0,55%	438.460.125	94,95%	60,62%
0119	Saneamento Básico	3.833.104	0,01%	6.480.704	59,15%	0,15%
0466	Biotec. Rec.Genéticos-Genoma	-	-	1.217.784	0,00%	0,00%
0681	Gestão Partic. Organ.Internac.	94.878.284	0,12%	97.773.980	97,04%	100,00%
0750	Apoio Administrativo	5.226.872.896	6,86%	5.409.057.744	96,63%	56,39%
0752	Gestão Polit.Comun.do Gov.	68.473.221	0,09%	70.007.589	97,81%	100,00%
0791	Valorização do Serv. Público	220.938.505	0,29%	242.537.119	91,09%	56,63%
0905	Op.Esp.:Serv.Div.Int.(Juros/Amort)	4.606.617	0,01%	7.591.944	60,68%	100,00%
0906	Op.Esp.:Serv.Div.Ext(Juros/Amort)	853.692.612	1,12%	1.276.457.081	66,88%	100,00%
TOTAL		76.149.951.488	100,00%	81.210.974.172	93,77%	86,01%

Fonte: SIDOR E SIAFI GERENCIAL

APÊNDICE L - Demais UO do MS – Despesa Realizada, Dotação Autorizada e Percentuais de Execução e de Participação no período de 2000 a 2002

**MS – Demais Unidades Orçamentárias (Exceto Ministério, FIOCRUZ, FUNASA, ANVS e FNS)
Despesa Realizada, Dotação Orçamentária e Percentuais de Realização e de Participação
Período de 2000 a 2002 - Em R\$ de Dezembro de 2002**

Por Modalidade de Aplicação		Desp. Real.	% Part.	Dotação	% Real.	% MS
30	Transf.a Est.e Dist. Federal	1.264	0,00%	964.799	0,13%	0,00%
40	Res.Cont.Transf.a Municípios	-	-	311.997	-	-
50	Transf. A Instituições Privadas	433.234	0,30%	-	S/DOTAÇÃO	0,03%
72	Transf.a Organ. Internacionais	32.709.607	22,42%	16.901.585	193,53%	2,49%
80	Transferências ao Exterior	11.272.215	7,73%	8.616.629	130,82%	0,00%
90	Aplicações Diretas	101.498.492	69,56%	193.590.747	52,43%	0,22%
TOTAL		145.914.812	100,00%	220.385.757	66,21%	0,16%

Fonte: SIDOR E SIAFI GERENCIAL

Por Grupo da Despesa		Desp. Real.	% Part.	Dotação	% Real.	% MS
1	Pessoal e Encargos Sociais	28.565.093	19,58%	32.809.370	87,06%	0,16%
3	Outras Despesas Correntes	103.645.484	71,03%	161.219.162	64,29%	0,16%
4	Investimentos	13.704.235	9,39%	26.357.225	51,99%	0,24%
TOTAL		145.914.812	100,00%	220.385.757	66,21%	0,16%

Fonte: SIDOR E SIAFI GERENCIAL

Por Função		Desp. Real.	% Part.	Dotação	% Real.	% MS
09	Previdência Social	831	0,00%	15.532	5,35%	0,00%
10	Saúde	145.913.981	100,00%	220.370.225	66,21%	0,18%
TOTAL		145.914.812	100,00%	220.385.757	66,21%	0,16%

Fonte: SIDOR E SIAFI GERENCIAL

Por Subfunção:		Desp. Real.	% Part.	Dotação	% Real.	% MS
122	Administração Geral	67.548.843	46,29%	87.843.126	76,90%	0,73%
125	Normatização e Fiscalização	55.324.617	37,92%	78.073.740	70,86%	75,70%
126	Tecnologia da Informação	18.889.957	12,95%	33.758.411	55,96%	4,62%
128	Formação de Rec. Humanos	2.398.526	1,64%	6.035.147	39,74%	1,70%
272	Previd.do Regime Estatutário	831	0,00%	15.532	5,35%	0,00%
301	Atenção Básica	45.770	0,03%	1.749.273	2,62%	0,00%
306	Alimentação e Nutrição	798.791	0,55%	1.856.225	43,03%	0,08%
331	Prot.e Benef.ao Trabalhador	81.192	0,06%	1.177.447	6,90%	0,05%
365	Educação Infantil	85.640	0,06%	694.481	12,33%	0,13%
665	Normalização e Qualidade	740.645	0,51%	9.182.376	8,07%	1,08%
TOTAL		145.914.812	100,00%	220.385.757	66,21%	0,16%

Fonte: SIDOR E SIAFI GERENCIAL

Por Programas		Desp. Real.	% Part.	Dotação	% Real.	% MS
0025	Saúde Suplementar	56.789.938	38,92%	89.378.410	63,54%	99,95%
0067	Atenção à Criança	5.421	0,00%	90.625	5,98%	0,02%
0089	Prev. Inativos e Pens.da União	831	0,00%	15.532	5,35%	0,00%
0100	Assistência ao Trabalhador	270.992	0,19%	3.004.549	9,02%	0,04%
0750	Apoio Administrativo	85.714.124	58,74%	119.479.243	71,74%	0,92%
0791	Valorização do Serv. Público	3.133.506	2,15%	8.417.398	37,23%	0,80%
TOTAL		145.914.812	100,00%	220.385.757	66,21%	0,16%

Fonte: SIDOR E SIAFI GERENCIAL

APÊNDICE M - MPAS - Despesa Realizada Consolidada no período de 2000 a 2002

Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS)
Despesa Realizada Consolidada - Período de 2000 a 2002 - Em RS de Dezembro de 2002

Por Modalidade de Aplicação	2000	2001	2002	TOTAL	%
30 Transf.a Est.e Dist. Federal	257.483.815	230.378.087	230.607.588	718.469.491	0,24%
40 Res.Cont.Transf.a Municípios	749.427.698	729.736.458	940.720.416	2.419.884.571	0,82%
50 Transf.a Instit. Privadas	7.778.157	33.949.834	10.120.587	51.848.578	0,02%
72 Transf.a Organ. Internacionais	33.097.048	24.733.646	-	57.830.694	0,02%
80 Transferências ao Exterior	-	-	34.053.694	34.053.694	0,01%
90 Aplicações Diretas	92.534.412.474	94.144.406.564	105.247.153.442	291.925.972.480	98,89%
TOTAL	93.582.199.191	95.163.204.590	106.462.655.727	295.208.059.508	100,00%

Fonte: SIDOR E SIAFI GERENCIAL

Por Grupo da Despesa	2000	2001	2002	TOTAL	%
1 Pessoal e Encargos Sociais	5.077.123.286	4.696.356.869	5.123.112.618	14.896.592.773	5,05%
2 Juros e Encargos da Dívida	10.606	188.201	952.625	1.151.432	0,00%
3 Outras Despesas Correntes	88.412.133.821	90.328.330.405	101.233.245.065	279.973.709.291	94,84%
4 Investimentos	92.931.479	138.329.115	105.333.149	336.593.744	0,11%
5 Inversões Financeiras	-	-	12.269	12.269	0,00%
TOTAL	93.582.199.191	95.163.204.590	106.462.655.727	295.208.059.508	100,00%

Fonte: SIDOR E SIAFI GERENCIAL

Por Função	2000	2001	2002	TOTAL	%
08 Assistência Social	5.395.412.669	5.746.241.928	6.937.921.687	18.079.576.285	6,12%
09 Previdência Social	87.350.880.484	88.525.693.171	98.809.226.692	274.685.800.347	93,05%
28 Encargos Especiais	835.906.038	891.269.490	715.507.348	2.442.682.876	0,83%
TOTAL	93.582.199.191	95.163.204.590	106.462.655.727	295.208.059.508	100,00%

Fonte: SIDOR E SIAFI GERENCIAL

Por Subfunção:	2000	2001	2002	TOTAL	%
122 Administração Geral	2.629.966.893	2.456.712.816	2.547.641.120	7.634.320.829	2,59%
125 Normatização e Fiscalização	49.508.699	54.265.140	37.527.412	141.301.251	0,05%
126 Tecnologia da Informação	480.594.561	441.537.555	447.432.917	1.369.565.033	0,46%
128 Formação de Rec. Humanos	21.132.529	20.594.248	22.798.541	64.525.319	0,02%
129 Administração de Receitas	8.358.835	5.134.401	7.491.197	20.984.434	0,01%
131 Comunicação Social	6.918.741	8.571.229	449.654.926	465.144.896	0,16%
212 Cooperação Internacional	244.755	300.407	203.277	748.439	0,00%
241 Assistência ao Idoso	1.553.220.647	1.712.514.130	2.088.095.159	5.353.829.936	1,81%
242 Assist. ao Port. de Deficiência	2.934.458.475	3.130.883.083	3.697.776.444	9.763.118.002	3,31%
243 Assist. à Criança e ao Adolesc.	788.898.593	708.657.492	912.723.354	2.410.279.440	0,82%
244 Assist. Comunitária	94.798.169	137.839.640	108.331.108	340.968.916	0,12%
271 Previdência Básica	80.715.160.528	279.215.366	92.005.708.781	173.000.084.675	58,60%
272 Previd.do Regime Estatutário	2.391.363.514	84.346.674.008	2.516.322.960	89.254.360.482	30,23%
273 Previdência Complementar	981.096	1.045.926	1.854.913	3.881.935	0,00%
274 Previdência Especial	900.446.679	767.278.362	722.597.341	2.390.322.382	0,81%
301 Atenção Básica	86.455.631	120.362.031	100.384.272	307.201.933	0,10%
306 Alimentação e Nutrição	43.242.244	42.386.202	42.961.181	128.589.627	0,04%
331 Prot.e Benef.ao Trabalhador	16.957.893	16.801.462	19.963.208	53.722.563	0,02%

Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS)
Despesa Realizada Consolidada - Período de 2000 a 2002 - Em R\$ de Dezembro de 2002
Continuação

Por Subfunção:		2000	2001	2002	TOTAL	%
365	Educação Infantil	8.982.721	9.916.325	6.443.786	25.342.831	0,01%
665	Normalização e Qualidade	14.601.949	11.245.277	11.236.483	37.083.709	0,01%
844	Serviço da Dívida Externa	10.606	188.201	952.625	1.151.432	0,00%
846	Outros Encargos Especiais	835.895.433	891.081.289	714.554.723	2.441.531.445	0,83%
TOTAL		93.582.199.191	95.163.204.590	106.462.655.727	295.208.059.508	100,00%

Fonte: SIDOR E SIAFI GERENCIAL

Por Programas		2000	2001	2002	TOTAL	%
0042	Esc. de Qualidade para Todos	203.019.189	-	-	203.019.189	0,07%
0065	Atenção a Pess. Port.de Defic.	2.943.594.153	3.147.718.033	3.749.810.126	9.841.122.312	3,33%
0066	Valorização e Saúde do Idoso	1.559.666.858	1.722.396.761	2.115.724.182	5.397.787.801	1,83%
0067	Atenção à Criança	341.556.475	304.115.920	295.673.517	941.345.912	0,32%
0068	Erradicação do Trab. Infantil	221.967.254	356.562.629	561.737.130	1.140.267.014	0,39%
0070	Centros da Juventude	25.122.962	50.371.726	86.077.157	161.571.845	0,05%
0071	Comunidade Ativa	-	-	32.399.632	32.399.632	0,01%
0072	Gestão Polít.de Assist. Social	8.454.896	7.642.942	8.863.162	24.961.000	0,01%
0073	Comb.Abus.Expl.Sex.Crianç.Adol.	6.215.434	7.315.678	6.156.880	19.687.991	0,01%
0083	Previdência Social Básica	81.464.346.649	83.179.321.174	93.150.299.944	257.793.967.767	87,33%
0084	Arrec.de Rec. Previdenciárias	316.381.079	252.005.130	255.293.700	823.679.909	0,28%
0085	Qual.do Atend.na Prev. Social	140.945.411	112.369.058	76.454.725	329.769.194	0,11%
0086	Previdência Complementar	5.745.697	5.369.374	1.854.913	12.969.985	0,00%
0087	Gestão Polít.de Previd. Social.	5.535.633	17.697.136	8.158.515	31.391.284	0,01%
0088	Inden. Pens.Esp.de Resp.União	900.901.748	769.567.547	725.410.216	2.395.879.511	0,81%
0089	Prev. Inativos e Pens.da União	2.390.630.828	2.297.025.055	2.512.680.134	7.200.336.017	2,44%
0100	Assistência ao Trabalhador	146.655.768	189.466.019	-	336.121.788	0,11%
0154	Direitos Hum., Dir.de Todos	-	21.359.651	55.072.849	76.432.500	0,03%
0666	Segurança do Cidadão	-	5.451.975	4.289.028	9.741.003	0,00%
0681	Gestão Partic. Organ.Internac.	244.755	300.407	203.277	748.439	0,00%
0750	Apoio Administrativo	1.951.734.480	1.689.706.831	1.895.542.951	5.536.984.263	1,88%
0752	Gestão Polít.Comun.do Gov.	6.918.741	8.571.229	7.887.428	23.377.398	0,01%
0755	Desenv.Reg.Prev.Soc.Estat.	916.200	-	694.504	1.610.704	0,00%
0791	Valorização do Serv. Público	10.940.773	4.294.210	174.746.385	189.981.368	0,06%
0809	Enfrentamento à Pobreza	94.798.169	123.306.613	22.118.024	240.222.806	0,08%
0901	Oper.Esp.: Cump.Sent.Judiciais	835.895.433	891.081.289	714.554.723	2.441.531.445	0,83%
0906	Op.Esp.:Serv.Div.Ext(Juros/Amort)	10.606	188.201	952.625	1.151.432	0,00%
TOTAL		93.582.199.191	95.163.204.590	106.462.655.727	295.208.059.508	100,00%

Fonte: SIDOR E SIAFI GERENCIAL

APÊNDICE N - MINISTÉRIO – UO 33101 – Despesa Realizada, Dotação Autorizada e Percentuais de Execução e de Participação no período de 2000 a 2002

**MPAS – Ministério (UO 33101)
Despesa Realizada, Dotação Orçamentária e Percentuais de Realização e de Participação
Período de 2000 a 2002 – Em R\$ de Dezembro de 2002**

Por Modalidade de Aplicação		Desp. Real.	% Part.	Dotação	% Real.	% MPAS
30	Transf.a Est.e Dist. Federal	11.830	0,00%	-	S/DOT	0,00%
50	Transf.a Instit. Privadas	205.626	0,04%	-	S/DOT	0,40%
72	Transf.a Organ. Internacionais	16.423.568	3,28%	8.924.140	184,04%	28,40%
80	Transferências ao Exterior	6.151.376	1,23%	9.995.124	61,54%	18,06%
90	Aplicações Diretas	477.477.787	95,44%	541.006.034	88,26%	0,16%
TOTAL		500.270.187	100,00%	559.925.298	89,35%	0,17%

Fonte: SIDOR E SIAFI GERENCIAL

Por Grupo da Despesa		Desp. Real.	% Part.	Dotação	% Real.	% MPAS
1	Pessoal e Encargos Sociais	335.505.963	67,06%	351.430.793	95,47%	2,25%
2	Juros e Encargos da Dívida	1.151.432	0,23%	12.819.787	8,98%	100,00%
3	Outras Despesas Correntes	159.267.153	31,84%	186.992.297	85,17%	0,06%
4	Investimentos	4.345.640	0,87%	8.682.421	50,05%	1,29%
TOTAL		500.270.187	100,00%	559.925.298	89,35%	0,17%

Fonte: SIDOR E SIAFI GERENCIAL

Por Função		Desp. Real.	% Part.	Dotação	% Real.	% MPAS
08	Assistência Social	25.077.160	5,01%	27.968.068	89,66%	0,14%
09	Previdência Social	474.041.596	94,76%	519.137.443	91,31%	0,17%
28	Encargos Especiais	1.151.432	0,23%	12.819.787	8,98%	0,05%
TOTAL		500.270.187	100,00%	559.925.298	89,35%	0,17%

Fonte: SIDOR E SIAFI GERENCIAL

Por Subfunção:		Desp. Real.	% Part.	Dotação	% Real.	% MPAS
122	Administração Geral	192.644.618	38,51%	210.277.672	91,61%	2,52%
125	Normatização e Fiscalização	2.698.820	0,54%	8.449.505	31,94%	1,91%
126	Tecnologia da Informação	21.757.082	4,35%	25.701.502	84,65%	1,59%
128	Formação de Rec. Humanos	3.265.653	0,65%	3.727.719	87,60%	5,06%
131	Comunicação Social	9.549.406	1,91%	9.857.311	96,88%	2,05%
212	Cooperação Internacional	748.439	0,15%	849.284	88,13%	100,00%
243	Assist. à Criança e ao Adolesc.	1.844.502	0,37%	1.981.478	93,09%	0,08%
271	Previdência Básica	13.862.316	2,77%	18.806.117	73,71%	0,02%
272	Previd.do Regime Estatutário	234.587.399	46,89%	244.743.735	95,85%	0,13%
273	Previdência Complementar	3.881.935	0,78%	5.240.576	74,07%	100,00%
301	Atenção Básica	6.744.330	1,35%	7.817.880	86,27%	2,20%
306	Alimentação e Nutrição	3.712.011	0,74%	4.509.913	82,31%	2,89%
331	Prot.e Benef.ao Trabalhador	3.108.340	0,62%	3.995.926	77,79%	5,79%
365	Educação Infantil	713.904	0,14%	1.146.892	62,25%	2,82%
844	Serviço da Dívida Externa	1.151.432	0,23%	12.819.787	8,98%	100,00%
TOTAL		500.270.187	100,00%	559.925.298	89,35%	0,17%

Fonte: SIDOR E SIAFI GERENCIAL

MPAS – Ministério (UO 33101)
Despesa Realizada, Dotação Orçamentária e Percentuais de Realização e de Participação
Período de 2000 a 2002 – Em RS de Dezembro de 2002
- Continuação -

Por Programas		Desp. Real.	% Part.	Dotação	% Real.	% MPAS
0067	Atenção à Criança	297.593	0,06%	1.945.490	15,30%	0,03%
0068	Erradicação do Trab. Infantil	1.246.596	0,25%	-	S/DOT	0,11%
0072	Gestão Polít.de Assist. Social	23.232.658	4,64%	25.986.590	89,40%	93,08%
0073	Comb.Abus.Expl.Sex.Crianç.Adol.	597.906	0,12%	638.103	93,70%	4,23%
0084	Arrec.de Rec. Previdenciárias	10.909.782	2,18%	14.016.328	77,84%	1,32%
0085	Qual.do Atend.na Prev. Social	13.381.228	2,67%	18.300.769	73,12%	4,06%
0086	Previdência Complementar	12.969.985	2,59%	15.547.014	83,42%	100,00%
0087	Gestão Polít.de Previd. Social.	12.177.065	2,43%	14.021.464	86,85%	38,79%
0089	Prev. Inativos e Pens.da União	230.211.887	46,02%	239.098.596	96,28%	3,19%
0100	Assistência ao Trabalhador	9.386.955	1,88%	11.849.882	79,22%	2,79%
0154	Direitos Hum., Dir.de Todos	244.755	0,05%	-	S/DOT	0,32%
0681	Gestão Partic. Organ.Internac.	60.538.945	12,10%	849.284	7128,23%	100,00%
0750	Apoio Administrativo	107.401.805	21,47%	181.688.244	59,11%	1,96%
0752	Gestão Polít.Comun.do Gov.	10.384.076	2,08%	9.857.311	105,34%	42,89%
0755	Desenv.Reg.Prev.Soc.Estat.	1.249.735	0,25%	7.296.948	17,13%	100,00%
0791	Valorização do Serv. Público	5.086.591	1,02%	6.009.487	84,64%	2,68%
0906	Op.Esp.:Serv.Div.Ext(Juros/Amort)	952.625	0,19%	12.819.787	7,43%	100,00%
TOTAL		500.270.187	100,00%	559.925.298	89,35%	0,17%

Fonte: SIDOR E SIAFI GERENCIAL

APÊNDICE O - INSS – Despesa Realizada, Dotação Autorizada e Percentuais de Execução e de Participação no período de 2000 a 2002

MPAS - Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)
Despesa Realizada, Dotação Orçamentária e Percentuais de Realização e de Participação
Período de 2000 a 2002 – Em RS de Dezembro de 2002

Por Modalidade de Aplicação		Desp. Real.	% Part.	Dotação	% Real.	% MPAS
30	Transf.a Est.e Dist. Federal	1.368.700	0,00%	-	S/DOT	0,19%
72	Transf.a Organ. Internacionais	21.776.022	0,02%	-	S/DOT	37,65%
80	Transferências ao Exterior	27.902.318	0,03%	30.418.257	91,73%	81,94%
90	Aplicações Diretas	103.020.217.897	99,95%	105.926.025.716	97,26%	35,29%
99	A Classificar	-	0,00%	-	S/DOT	0,00%
TOTAL		103.071.264.937	100,00%	105.956.443.973	97,28%	34,91%

Fonte: SIDOR E SIAFI GERENCIAL

Por Grupo da Despesa		Desp. Real.	% Part.	Dotação	% Real.	% MPAS
1	Pessoal e Encargos Sociais	14.561.086.810	14,13%	15.170.387.955	95,98%	97,75%
3	Outras Despesas Correntes	88.470.290.444	85,83%	90.711.497.253	97,53%	31,60%
4	Investimentos	39.875.415	0,04%	74.545.030	53,49%	11,85%
5	Inversões Financeiras	12.269	0,00%	13.735	89,33%	100,00%
TOTAL		103.071.264.937	100,00%	105.956.443.973	97,28%	34,91%

Fonte: SIDOR E SIAFI GERENCIAL

Por Função		Desp. Real.	% Part.	Dotação	% Real.	% MPAS
08	Assistência Social	1.873.315.861	1,82%	1.913.954.680	97,88%	10,36%
09	Previdência Social	100.160.925.333	97,18%	102.966.138.407	97,28%	36,46%
28	Encargos Especiais	1.037.023.743	1,01%	1.076.350.886	96,35%	42,45%
TOTAL		103.071.264.937	100,00%	105.956.443.973	97,28%	34,91%

Fonte: SIDOR E SIAFI GERENCIAL

Por Subfunção:		Desp. Real.	% Part.	Dotação	% Real.	% MPAS
122	Administração Geral	7.365.855.705	7,15%	7.783.699.103	94,63%	96,48%
125	Normatização e Fiscalização	123.508.563	0,12%	132.358.289	93,31%	87,41%
126	Tecnologia da Informação	1.273.693.757	1,24%	1.319.917.125	96,50%	93,00%
128	Formação de Rec. Humanos	38.140.900	0,04%	42.770.962	89,17%	59,11%
129	Administração de Receitas	20.984.434	0,02%	24.694.153	84,98%	100,00%
131	Comunicação Social	455.595.490	0,44%	482.558.660	94,41%	97,95%
241	Assistência ao Idoso	706.419.125	0,69%	3.226.285.746	21,90%	13,19%
242	Assist. ao Port. De Deficiência	1.166.896.736	1,13%	1.192.237.747	97,87%	11,95%
271	Previdência Básica	80.985.037.893	78,57%	82.807.025.078	97,80%	99,98%
272	Previd.do Regime Estatutário	6.970.124.130	6,76%	4.738.374.471	147,10%	3,85%
274	Previdência Especial	2.390.322.382	2,32%	2.562.494.734	93,28%	100,00%
301	Atenção Básica	300.457.603	0,29%	312.442.929	96,16%	97,80%
306	Alimentação e Nutrição	124.877.616	0,12%	133.351.578	93,65%	97,11%
331	Prot.e Benef.ao Trabalhador	50.614.223	0,05%	52.222.407	96,92%	94,21%
365	Educação Infantil	24.628.927	0,02%	29.947.209	82,24%	97,18%
665	Normalização e Qualidade	37.083.709	0,04%	39.712.898	93,38%	100,00%
843	Serviço da Dívida Interna	126.963.532	0,12%	-	S/DOT	100,00%
846	Outros Encargos Especiais	910.060.211	0,88%	1.076.350.886	84,55%	39,32%
TOTAL		103.071.264.937	100,00%	105.956.443.973	97,28%	34,91%

Fonte: SIDOR E SIAFI GERENCIAL

MPAS - Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)
Despesa Realizada, Dotação Orçamentária e Percentuais de Realização e de Participação
Período de 2000 a 2002 – Em R\$ de Dezembro de 2002
- Continuação -

Por Programas		Desp. Real.	% Part.	Dotação	% Real.	% MPAS
0065	Atenção a Pess. Port.de Defic.	1.166.896.736	1,13%	1.192.237.747	97,87%	11,86%
0066	Valorização e Saúde do Idoso	706.419.125	0,69%	721.716.933	97,88%	13,09%
0067	Atenção à Criança	8.685.127	0,01%	12.485.804	69,56%	0,92%
0083	Previdência Social Básica	83.743.134.349	81,25%	85.783.915.501	97,62%	32,48%
0084	Arrec.de Rec. Previdenciárias	812.770.127	0,79%	872.253.889	93,18%	98,68%
0085	Qual.do Atend.na Prev. Social	316.387.966	0,31%	359.941.049	87,90%	95,94%
0087	Gestão Polít.de Previd. Social.	19.214.219	0,02%	23.846.999	80,57%	61,21%
0088	Inden. Pens.Esp.de Resp.União	2.395.879.511	2,32%	2.576.617.462	92,99%	100,00%
0089	Prev. Inativos e Pens.da União	6.970.124.130	6,76%	7.242.943.284	96,23%	96,73%
0100	Assistência ao Trabalhador	326.734.833	0,32%	346.040.617	94,42%	97,21%
0750	Apoio Administrativo	5.369.628.727	5,21%	5.541.837.643	96,89%	98,04%
0752	Gestão Polit.Comun.do Gov.	13.827.992	0,01%	14.909.184	92,75%	57,11%
0791	Valorização do Serv. Público	184.538.351	0,18%	191.346.976	96,44%	97,32%
0901	Oper.Esp.: Cump.Sent.Judiciais	1.037.023.743	1,01%	1.076.350.886	96,35%	42,47%
TOTAL		103.071.264.937	100,00%	105.956.443.973	97,28%	34,91%

Fonte: SIDOR E SIAFI GERENCIAL

APÊNDICE P - FNAS – Despesa Realizada, Dotação Autorizada e Percentuais de Execução e de Participação no período de 2000 a 2002

MPAS – Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS
Desp. Realizada, Dotação Orçam. e Perc. de Realiz. e de Partic. – Período de 2000 a 2002 – Em RS de Dez. 2002

Por Modalidade de Aplicação		Desp. Real.	% Part.	Dotação	% Real.	% MPAS
30	Transf.a Est.e Dist. Federal	717.088.961	5,72%	1.270.203.571	56,45%	99,81%
40	Res.Cont.Transf.a Municípios	2.419.884.571	19,30%	2.374.938.895	101,89%	100,00%
50	Transf.a Instit. Privadas	51.642.952	0,41%	(180.000)	S/DOT	99,60%
72	Transf.a Organ. Internacionais	19.631.104	0,16%	-	S/DOT	33,95%
90	Aplicações Diretas	9.332.201.359	74,42%	9.859.907.115	94,65%	3,20%
99	A Classificar	-	-	67.009.639	-	-
TOTAL		12.540.448.947	100,00%	13.571.879.220	92,40%	4,25%

Fonte: SIDOR E SIAFI GERENCIAL

Por Grupo da Despesa		Desp. Real.	% Part.	Dotação	% Real.	% MPAS
3	Outras Despesas Correntes	12.248.076.258	97,67%	13.145.789.603	93,17%	4,37%
4	Investimentos	292.372.689	2,33%	426.089.617	68,62%	86,86%
TOTAL		12.540.448.947	100,00%	13.571.879.220	92,40%	4,25%

Fonte: SIDOR E SIAFI GERENCIAL

Por Função		Desp. Real.	% Part.	Dotação	% Real.	% MPAS
08	Assistência Social	12.540.448.947	100,00%	13.571.879.220	92,40%	69,36%
TOTAL		12.540.448.947	100,00%	13.571.879.220	92,40%	4,25%

Fonte: SIDOR E SIAFI GERENCIAL

Por Subfunção:		Desp. Real.	% Part.	Dotação	% Real.	% MPAS
122	Administração Geral	75.820.506	0,60%	125.877.620	60,23%	0,99%
125	Normatização e Fiscalização	15.093.867	0,12%	21.272.284	70,96%	10,68%
126	Tecnologia da Informação	74.114.194	0,59%	79.598.125	93,11%	5,41%
128	Formação de Rec. Humanos	23.118.766	0,18%	24.621.978	93,89%	35,83%
241	Assistência ao Idoso	3.312.712.437	26,42%	3.533.134.888	93,76%	61,88%
242	Assist. ao Port. De Deficiência	6.290.185.322	50,16%	6.675.883.854	94,22%	64,43%
243	Assist. à Criança e ao Adolesc.	2.408.434.938	19,21%	2.658.461.375	90,60%	99,92%
244	Assist. Comunitária	340.968.916	2,72%	453.029.096	75,26%	100,00%
TOTAL		12.540.448.947	100,00%	13.571.879.220	92,40%	4,25%

Fonte: SIDOR E SIAFI GERENCIAL

Por Programas		Desp. Real.	% Part.	Dotação	% Real.	% MPAS
0042	Esc. de Qualidade para Todos	203.019.189	1,62%	244.005.281	83,20%	100,00%
0065	Atenção a Pess. Port.de Defic.	6.368.189.632	50,78%	6.786.545.792	0,00%	64,71%
0066	Valorização e Saúde do Idoso	3.356.670.303	26,77%	3.590.736.658	0,00%	62,19%
0067	Atenção à Criança	932.363.192	7,43%	1.031.241.223	90,41%	99,05%
0068	Erradicação do Trab. Infantil	1.139.020.418	9,08%	1.212.529.323	93,94%	99,89%
0070	Centros da Juventude	161.571.845	1,29%	206.333.633	78,31%	100,00%
0071	Comunidade Ativa	32.399.632	0,26%	-	0,00%	100,00%
0072	Gestão Polít.de Assist. Social	1.728.342	0,01%	44.675.796	3,87%	6,92%
0073	Comb.Abus.Expl.Sex.Crianç.Adol.	13.531.112	0,11%	20.366.287	66,44%	95,77%
0089	Prev. Inativos e Pens.da União	5.558.974	0,04%	-	S/DOT	0,08%
0154	Direitos Hum., Dir.de Todos	76.432.500	0,61%	90.570.095	84,39%	99,68%
0666	Segurança do Cidadão	9.741.003	0,08%	10.273.322	94,82%	100,00%
0809	Enfrentamento à Pobreza	240.222.806	1,92%	334.601.810	71,79%	100,00%
TOTAL		12.540.448.947	100,00%	13.571.879.220	92,40%	4,25%

Fonte: SIDOR E SIAFI GERENCIAL

APÊNDICE Q - Demais UO do MPAS – Despesa Realizada, Dotação Autorizada e Percentuais de Execução e de Participação no período de 2000 a 2002

**MPAS – Demais Unidades Orçamentárias (Exceto Ministério, INSS e FNAS)
Despesa Realizada – Período de 2000 a 2002 - Em RS de Dezembro de 2002**

Por Modalidade de Aplicação		Desp. Real.	% Part.	Dotação	% Real.	% MPAS
90	Aplicações Diretas	179.096.075.437	100,00%	191.962.523.419	93,30%	61,35%
TOTAL		179.096.075.437	100,00%	191.962.523.419	93,30%	60,67%

Fonte: SIDOR E SIAFI GERENCIAL

Por Grupo da Despesa		Desp. Real.	% Part.	Dotação	% Real.	% MPAS
3	Outras Despesas Correntes	179.096.075.437	100,00%	191.962.523.419	93,30%	63,97%
TOTAL		179.096.075.437	100,00%	191.962.523.419	93,30%	60,67%

Fonte: SIDOR E SIAFI GERENCIAL

Por Função		Desp. Real.	% Part.	Dotação	% Real.	% MPAS
08	Assistência Social	3.640.734.317	2,03%	3.928.202.861	92,68%	20,14%
09	Previdência Social	174.050.833.418	97,18%	186.550.590.059	93,30%	63,36%
28	Encargos Especiais	1.404.507.702	0,78%	1.483.730.499	94,66%	57,50%
TOTAL		179.096.075.437	100,00%	191.962.523.419	93,30%	60,67%

Fonte: SIDOR E SIAFI GERENCIAL

Por Subfunção:		Desp. Real.	% Part.	Dotação	% Real.	% MPAS
241	Assistência ao Idoso	1.334.698.374	0,75%	1.433.829.967	93,09%	24,93%
242	Assist. ao Port. De Deficiência	2.306.035.944	1,29%	2.494.372.894	92,45%	23,62%
272	Previdência do Regime Estatutário	174.050.833.418	97,18%	186.550.590.059	93,30%	96,03%
846	Outros Encargos Especiais	1.404.507.702	0,78%	1.483.730.499	94,66%	60,68%
TOTAL		179.096.075.437	100,00%	191.962.523.419	93,30%	60,67%

Fonte: SIDOR E SIAFI GERENCIAL

Por Programas		Desp. Real.	% Part.	Dotação	% Real.	% MPAS
0065	Atenção a Pess. Port.de Defic.	2.306.035.944	1,29%	2.494.372.894	92,45%	23,43%
0066	Valorização e Saúde do Idoso	1.334.698.374	0,75%	1.433.829.967	93,09%	24,73%
0083	Previdência Social Básica	174.050.833.418	97,18%	186.550.590.059	93,30%	67,52%
0901	Oper.Esp.: Cump.Sent.Judiciais	1.404.507.702	0,78%	1.483.730.499	94,66%	57,53%
TOTAL		179.096.075.437	100,00%	191.962.523.419	93,30%	60,67%

Fonte: SIDOR E SIAFI GERENCIAL

APÊNDICE R - Programas Selecionados – Desp. Realizada e Gasto Total no período de 2000 a 2002

MINISTÉRIOS DA SAÚDE, EDUCAÇÃO E PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL
Despesa Realizada nos Programas Selecionados Durante o Período de 2000 a 2002 – Em RS de Dezembro de 2002

Min. Respons.	Programas	2000	2001	2002	TOTAL	PART TOTAL	
MS	0001	Saúde da Família	2.968.064.669	3.214.954.782	3.403.532.794	9.586.552.245	2,39%
MS	0003	Prev. Cont. e Assist. aos Portadores de Doenças	861.583.127	743.359.308	835.759.542	2.440.701.976	0,61%
MS/MEC	0005	Assistência Farmacêutica	335.380.297	415.078.483	493.298.653	1.243.757.433	0,31%
MS	0008	Alimentação Saudável	188.777.296	197.096.332	267.534.084	653.407.713	0,16%
MS	0023	Atend. Ambulatorial, Emergencial e Hospitalar	13.627.801.205	14.131.858.465	13.921.142.601	41.680.802.271	10,39%
MEC	0040	Toda Criança na Escola	2.579.923.080	3.481.276.835	3.991.099.031	10.052.298.946	2,50%
MEC	0041	Desenvolvimento do Ensino de Graduação	7.342.969.657	6.594.646.441	6.729.531.585	20.667.147.684	5,15%
MEC/MPAS	0042	Escola de Qualidade para Todos	830.918.472	76.274.535	79.072.361	986.265.368	0,25%
MEC	0043	Desenvolvimento do Ensino de Pós-Graduação	629.345.644	629.654.528	622.844.148	1.881.844.320	0,47%
MEC	0044	Desenvolvimento da Educação do Profissional	712.744.842	742.556.695	699.532.201	2.154.833.737	0,54%
MEC	0045	Desenvolvimento do Ensino Médio	286.248.408	588.385.588	555.771.127	1.430.405.123	0,36%
MEC	0046	Hospitais de Ensino	267.570.134	263.542.679	231.173.343	762.286.156	0,19%
MEC	0047	Educação de Jovens e Adultos	52.471.524	327.301.129	470.847.095	850.619.748	0,21%
MS/MPAS	0065	Atenção à Pessoa Portadores de Deficiência	2.943.867.636	3.149.076.918	3.752.362.837	9.845.307.390	2,45%
MS/MPAS	0066	Valorização e Saúde do Idoso	1.622.457.363	1.789.834.187	2.191.577.797	5.603.869.347	1,40%
MS/MEC/MPAS	0067	Atenção à Criança	421.890.000	319.327.863	311.586.735	1.052.804.598	0,26%
MPAS	0068	Erradicação do Trabalho Infantil	221.967.254	356.562.629	561.737.130	1.140.267.014	0,28%
MPAS	0083	Previdência Social Básica	81.464.346.649	83.179.321.174	93.150.299.944	257.793.967.767	64,24%
MPAS	0088	Índen.e Pens. Especiais de Resp.da União	900.901.748	769.567.547	725.410.216	2.395.879.511	0,60%
MS/MEC/MPAS	0089	Previdência de Inativos e Pens. da União	7.963.341.741	7.741.540.255	8.274.028.298	23.978.910.294	5,98%
MS/MEC/MPAS	0100	Assistência ao Trabalhador	730.891.645	814.868.214	-	1.545.759.859	0,39%
MS	0119	Saneamento Básico	290.277.183	1.535.838.901	651.462.500	2.477.578.584	0,62%
MS/MEC/MPAS	0791	Valorização do Servidor Público	23.851.503	18.489.052	808.465.799	850.806.354	0,21%
MPAS	0809	Enfrentamento à Pobreza	94.798.169	123.306.613	22.118.024	240.222.806	0,06%
TOTAL			127.362.389.246	131.203.719.156	142.750.187.846	401.316.296.247	100,00%

Fonte: SIDOR E SIAFI GERENCIAL 2000 A 2002

APÊNDICE S - Programas Selecionados – Gasto Total de 2000 a 2002

TODOS OS MINISTÉRIOS

Despesa Realizada nos Programas Selecionados Durante o Período de 2000 a 2002 - Em RS de Dezembro de 2002

Por Programas	2000 (a)	2001 (b)	2002 (c)	SOMA (d) = (a + b + c)	% Tot. Geral (e) = (d/h)	Min Sociais (f)	% Tot. Geral (g) = (f/h)	TOT. GERAL (h)	% SÉRIE (i)
0001 Saúde da Família	-	-	-	-	0,00%	9.586.552.245	100,00%	9.586.552.245	1,98%
0003 Prev. Cont. e Assist. aos Portadores de Doenças	-	-	-	-	0,00%	2.440.701.976	100,00%	2.440.701.976	0,50%
0005 Assistência Farmacêutica	2.221.429	1.844.863	921.168	4.987.460	0,40%	1.243.757.433	99,60%	1.248.744.894	0,26%
0008 Alimentação Saudável	-	-	-	-	0,00%	653.407.713	100,00%	653.407.713	0,13%
0023 Atend. Ambulatorial, Emergencial e Hospitalar	-	-	-	-	0,00%	41.680.802.271	100,00%	41.680.802.271	8,60%
0040 Toda Criança na Escola	-	-	-	-	0,00%	10.052.298.946	100,00%	10.052.298.946	2,07%
0041 Desenvolvimento do Ensino de Graduação	4.339	196.057	102.278	302.674	0,00%	20.667.147.684	100,00%	20.667.450.358	4,26%
0042 Escola de Qualidade para Todos	-	-	-	-	0,00%	986.265.368	100,00%	986.265.368	0,20%
0043 Desenvolvimento do Ensino de Pós-Graduação	201.169	208.226	334.566	743.961	0,04%	1.881.844.320	99,96%	1.882.588.281	0,39%
0044 Desenvolvimento da Educação do Profissional	15.387.291	22.505.413	20.121.207	58.013.912	2,62%	2.154.833.737	97,38%	2.212.847.650	0,46%
0045 Desenvolvimento do Ensino Médio	-	-	-	-	0,00%	1.430.405.123	100,00%	1.430.405.123	0,30%
0046 Hospitais de Ensino	-	-	-	-	0,00%	762.286.156	100,00%	762.286.156	0,16%
0047 Educação de Jovens e Adultos	-	10.193.424	9.975.676	20.169.101	2,32%	850.619.748	97,68%	870.788.849	0,18%
0065 Atenção à Pessoa Portadores de Deficiência	5.148.232	6.402.586	4.149.465	15.700.284	0,16%	9.845.307.390	99,84%	9.861.007.674	2,03%
0066 Valorização e Saúde do Idoso	-	-	-	-	0,00%	5.603.869.347	100,00%	5.603.869.347	1,16%
0067 Atenção à Criança	138.812.924	-	-	138.812.924	11,65%	1.052.804.598	88,35%	1.191.617.521	0,25%
0068 Erradicação do Trabalho Infantil	2.189.623	1.573.670	1.637.299	5.400.592	0,47%	1.140.267.014	99,53%	1.145.667.606	0,24%
0083 Previdência Social Básica	-	-	-	-	0,00%	257.793.967.767	100,00%	257.793.967.767	53,17%
0088 Inden.e Pens. Especiais de Resp.da União	-	-	-	-	0,00%	2.395.879.511	100,00%	2.395.879.511	0,49%
0089 Previdência de Inativos e Pens. da União	23.363.224.279	26.330.178.695	27.320.143.821	77.013.546.795	76,26%	23.978.910.294	23,74%	100.992.457.090	20,83%
0100 Assistência ao Trabalhador	1.611.209.512	2.037.814.760	1.421.579.268	5.070.603.540	76,64%	1.545.759.859	23,36%	6.616.363.399	1,36%
0119 Saneamento Básico	-	-	-	-	0,00%	2.477.578.584	100,00%	2.477.578.584	0,51%
0791 Valorização do Servidor Público	62.260.380	65.766.515	1.043.304.140	1.171.331.035	57,93%	850.806.354	42,07%	2.022.137.389	0,42%
0809 Enfrentamento à Pobreza	-	-	14.255.862	14.255.862	5,60%	240.222.806	94,40%	254.478.668	0,05%
TOTAL	25.200.659.178	28.476.684.210	29.836.524.752	83.513.868.139	17,23%	401.316.296.247	82,77%	484.830.164.386	100,00%

Fonte: SIDOR E SIAFI GERENCIAL 2000 A 2002

ANEXOS

ANEXO A - Demais Unidades Orçamentárias do MEC, exceto o Ministério (UO 26101), a CAPES, e o FNDE

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	
CÓDIGO	NOME
104	INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS
105	INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT
201	COLEGIO PEDRO II
202	CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE ALAGOAS
203	CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO AMAZONAS
205	CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE CAMPOS
206	ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO CEARÁ
207	CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO ESPÍRITO SANTO
208	CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE GOIÁS
210	ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE MATO GROSSO
211	ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE OURO PRETO
212	CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO PARA
213	CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DA PARAÍBA
214	CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE PELOTAS
215	CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE PERNAMBUCO
216	ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO PIAUÍ
217	CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE QUÍMICA-RJ
218	ESC TÉCNICA FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
219	CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE SANTA CATARINA
220	CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE SÃO PAULO
221	ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE SERGIPE
222	ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE RORAIMA
-	ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE PALMAS
231	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
232	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
233	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
234	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
235	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
236	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
237	UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
238	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
239	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
240	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
241	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
242	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
243	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
244	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
245	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
246	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
247	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
248	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
249	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
250	UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
-	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE TOCANTINS
253	FACULDADE DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS DO PARÁ
254	FACULDADE DE MEDICINA DO TRIÂNGULO MINEIRO
255	FACULDADES FEDERAIS INTEGRADAS DE DIAMANTINA
256	CEFET CELSO SUCKOW DA FONSECA
257	CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS

Demais Unidades Orçamentárias do MEC

- Continuação -

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	
CÓDIGO	NOME
258	CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO PARANÁ
260	ESCOLA DE FARMÁCIA E ODONTOLOGIA DE ALFENAS
261	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ - MG
262	ESCOLA PAULISTA DE MEDICINA
263	ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA DE LAVRAS
264	ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA DE MOSSORÓ
265	CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO MARANHÃO
268	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
269	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO
270	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS
271	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
272	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO MARANHÃO
273	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE – RS
274	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
275	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
276	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
277	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
278	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
279	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
280	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
281	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
282	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
283	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
284	FUNDAÇÃO FACULDADE FEDERAL DE CIÊNCIAS MÉDICAS DE PORTO ALEGRE
285	FUNDAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DE SÃO JOÃO DEL REI
286	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
290	INEP-INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS
292	FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO
294	HOSPITAL DE CLÍNICAS DE PORTO ALEGRE
301	CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DA BAHIA
302	ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE ALEGRE - ES
303	ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE ALEGRETE – RS
304	ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE ARAGUATINS – TO
305	ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE BAMBUÍ - MG
306	ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE BARBACENA – MG
307	ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE BARREIROS - PE
308	ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE BELO JARDIM - PE
309	ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK – RS
310	ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE CÁCERES – MT
311	ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE CASTANHAL - PA
312	ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE CATU - BA
313	ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE COLATINA - ES
314	ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE CONCÓRDIA – SC
315	ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE CRATO – CE
316	ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE CUIABÁ – MT
317	ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE IGUAÇU – CE
318	ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE INCONFIDENTES-MG
319	ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE JANUÁRIA - MG

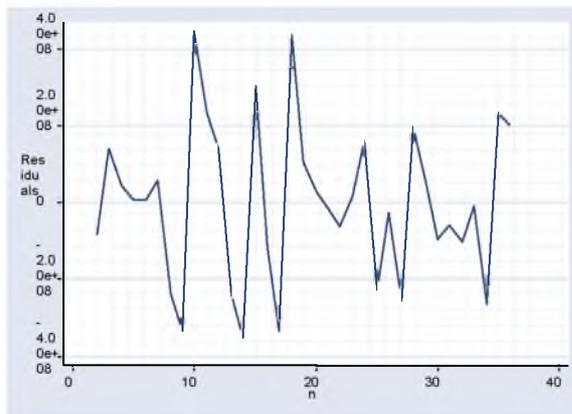
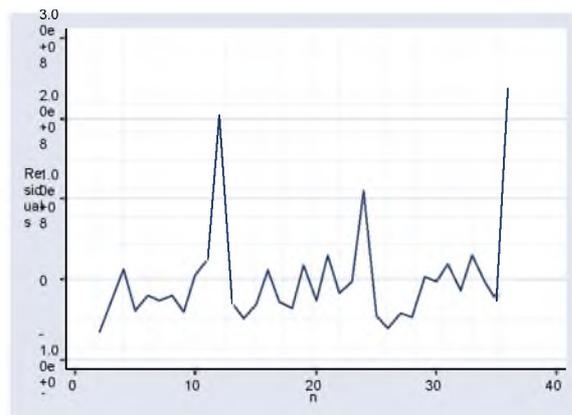
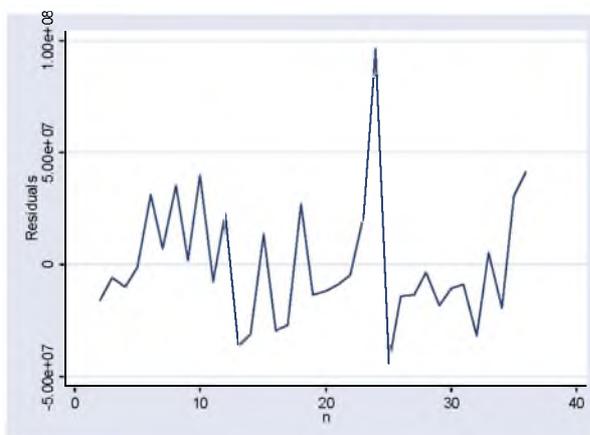
Demais Unidades Orçamentárias do MEC

- Continuação -

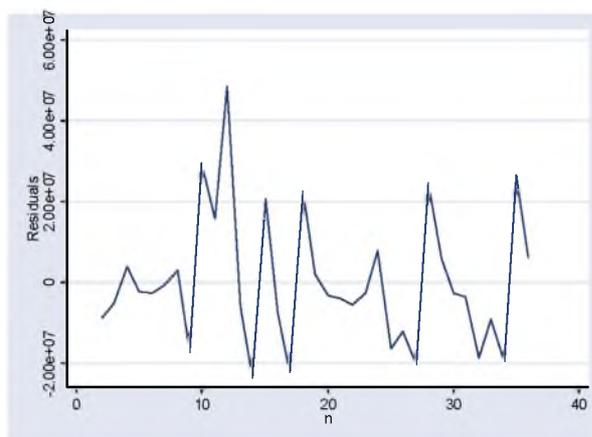
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	
CÓDIGO	NOME
320	ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE MACHADO - MG
321	ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE MANAUS – AM
322	ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE MUZAMBINHO – MG
323	CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE PETROLINA – PE
324	ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE RIO POMBA - MG
325	ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE RIO VERDE - GO
326	ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE SALINAS – MG
327	ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE SANTA TERESA – ES
328	ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE SAO CRISTÓVÃO - SE
329	ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE SÃO JOÃO EVANGELISTA - MG
330	ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE SAO LUIS - MA
331	CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE SÃO VICENTE DO SUL-RS
332	ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE SATUBA - AL
333	ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE SERTÃO - RS
334	ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE SOUSA - PB
335	CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE UBERABA – MG
336	ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE UBERLÂNDIA - MG
337	CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE URUTAÍ – GO
338	ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO – PE
339	ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA-AM
340	ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE SOMBRIO – SC
341	ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE CERES - GO
342	ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE COLORADO DO OESTE – RO
343	ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE CODÓ – MA
344	ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE GUANAMBI - BA
345	ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE RIO DO SUL - SC
346	ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE SANTA INÊS – BA
347	ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE SENHOR DO BOMFIM – BA
907	FUNDO DE FINANCIAMENTO AO ESTUDANTE DO ENSINO SUPERIOR

Fonte: MTO-02 (2001)

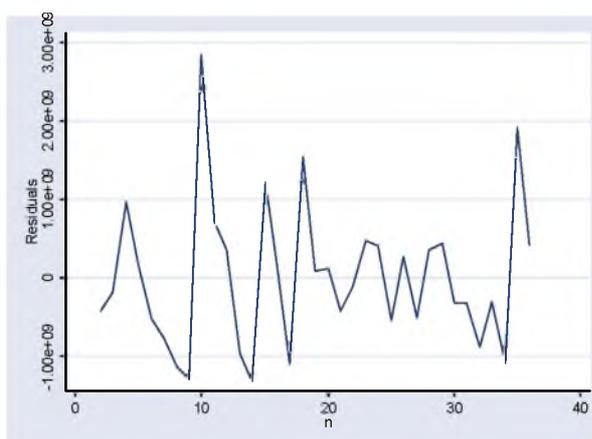
ANEXO B - Gráficos de Distribuição dos Desvios Padrões

1) Programa Saúde da Família**2) Programa Prevenção, Controle e Assistência aos Portadores de Doenças****3) Programa Assistência Farmacêutica**

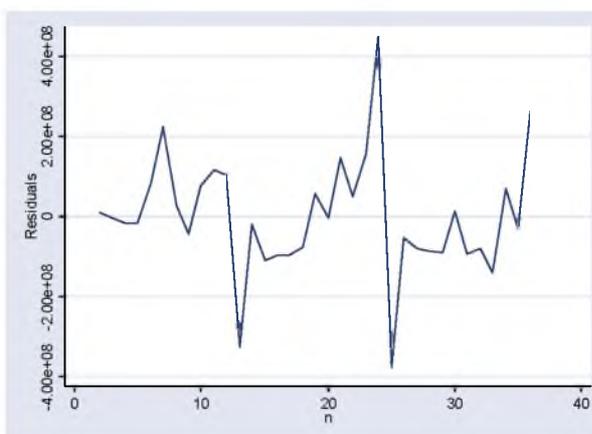
4) Programa Alimentação Saudável



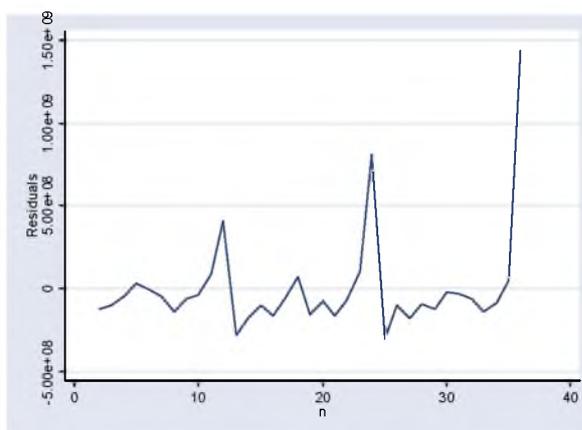
5) Programa Atendimento Ambulatorial, Emergencial e Hospitalar



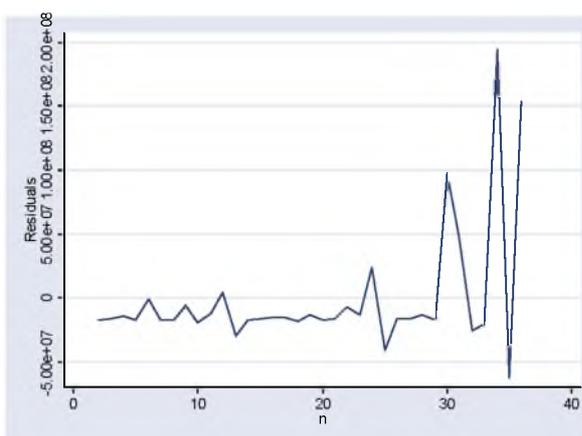
6) Programa Toda Criança na Escola



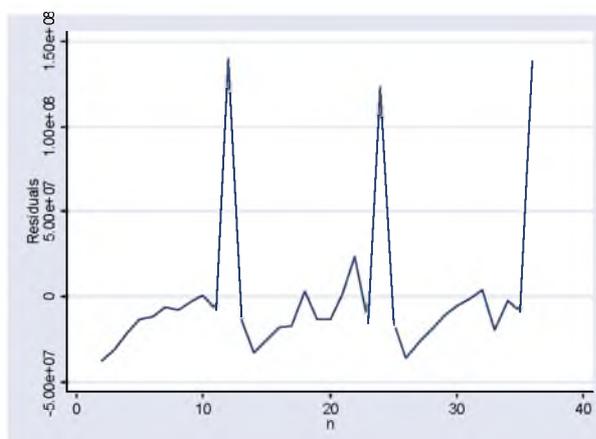
7) Programa Desenvolvimento do Ensino de Graduação



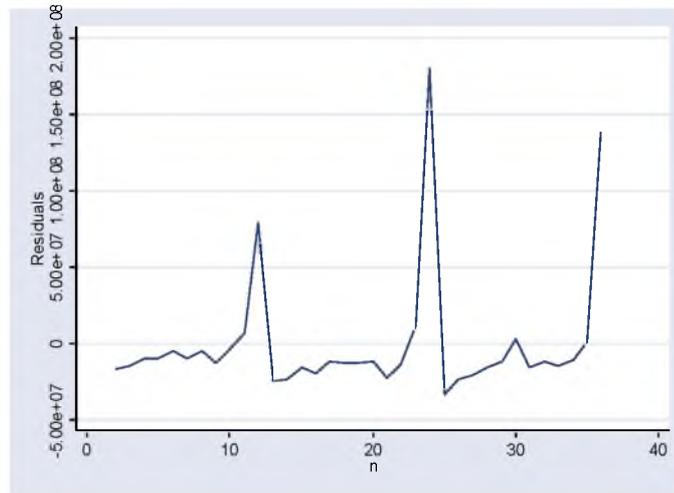
8) Programa Escola de Qualidade para Todos



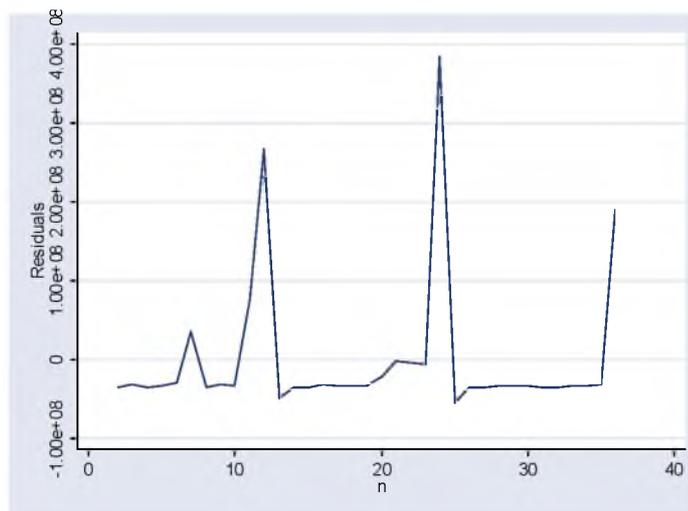
9) Programa Desenvolvimento do Ensino de Pós-Graduação



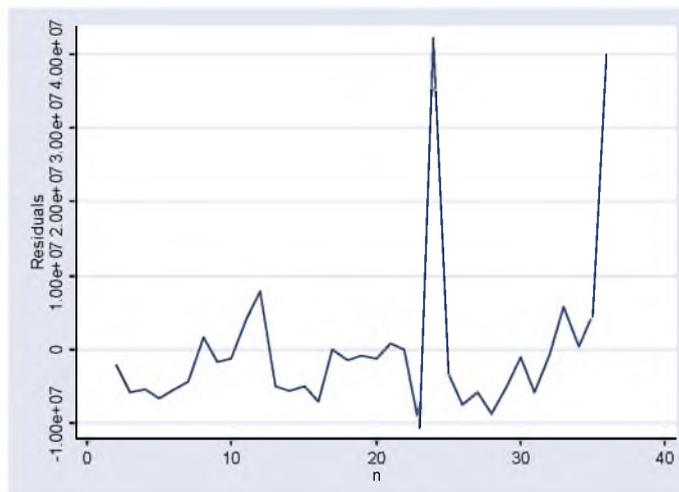
10) Programa Desenvolvimento da Educação Profissional



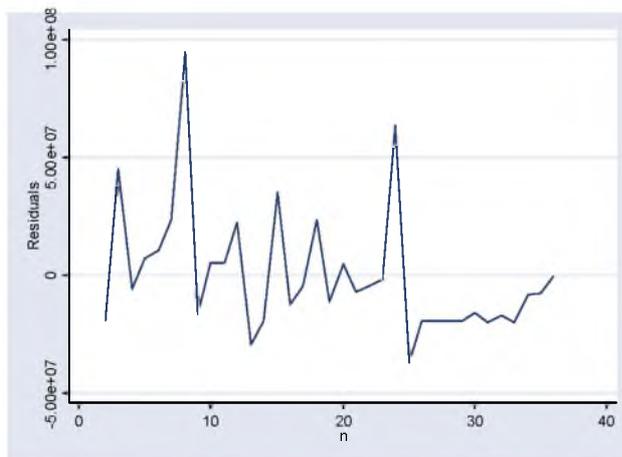
11) Programa Desenvolvimento do Ensino Médio



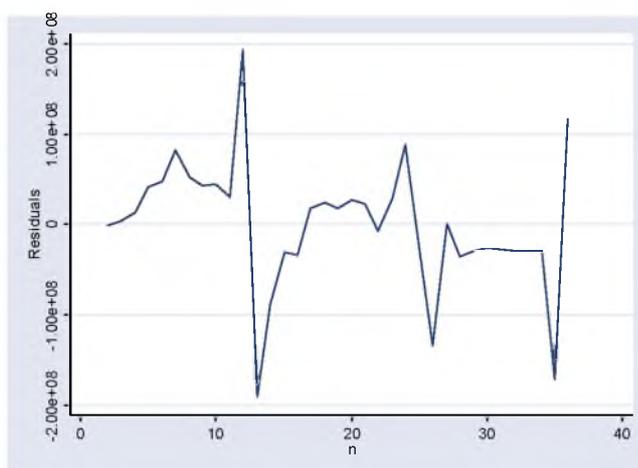
12) Programa Hospitais de Ensino



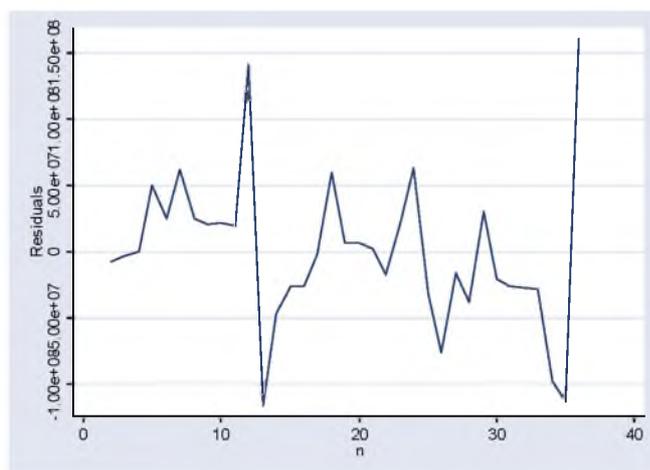
13) Programa Educação de Jovens e Adultos

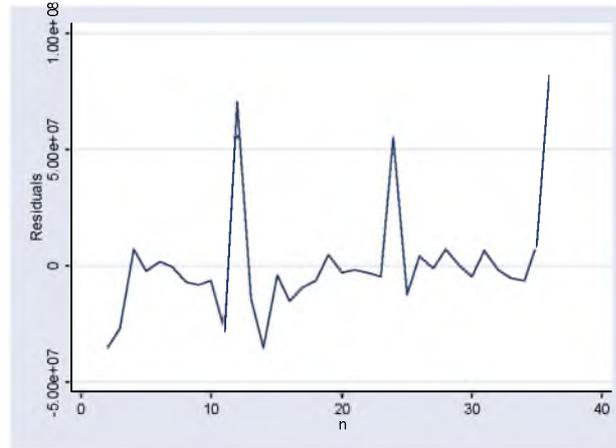
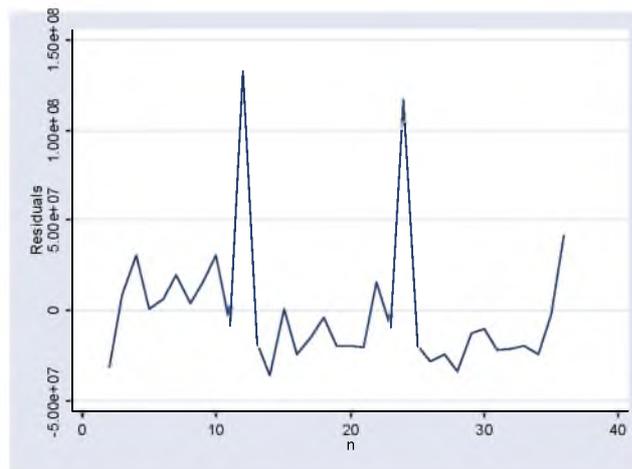
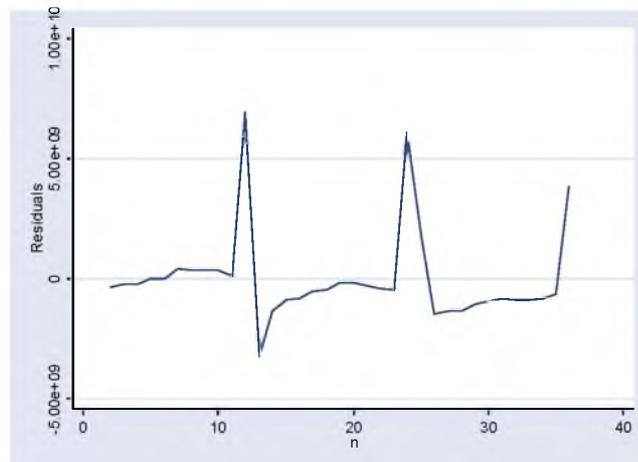


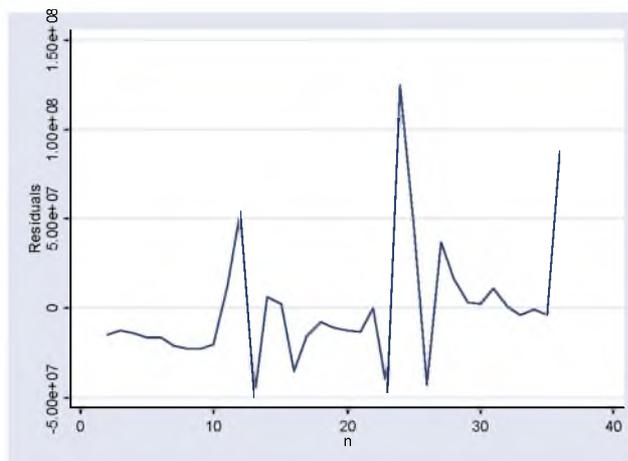
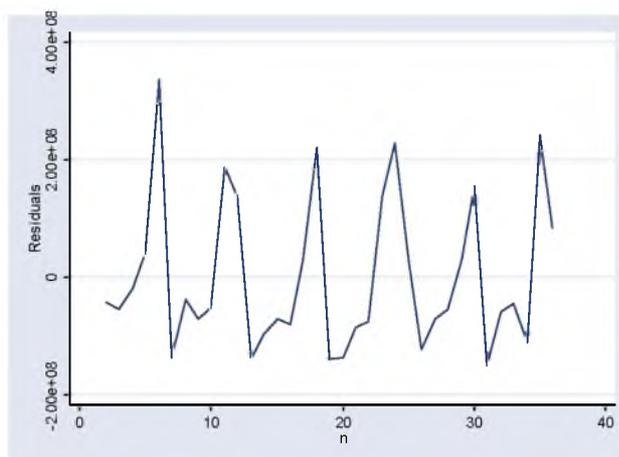
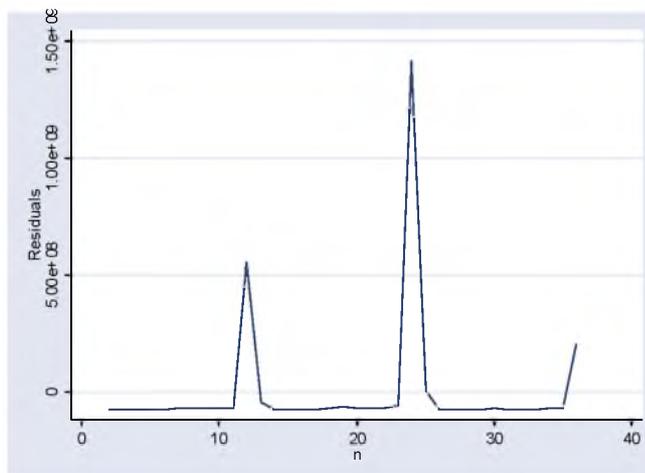
14) Programa Atenção à Pessoal Portadora de Deficiência



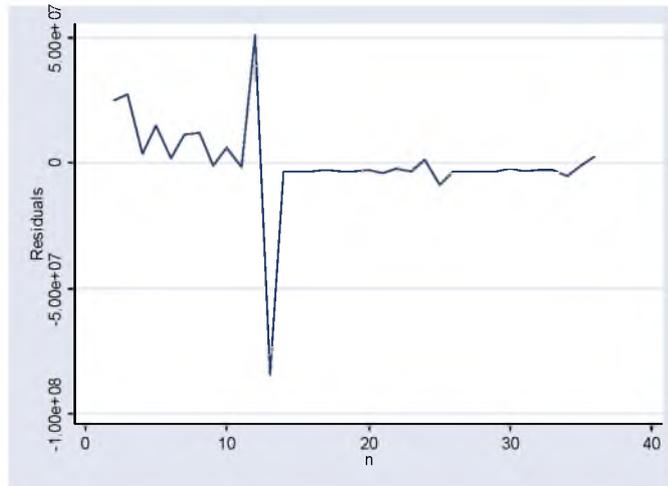
15) Programa Valorização da Saúde do Idoso



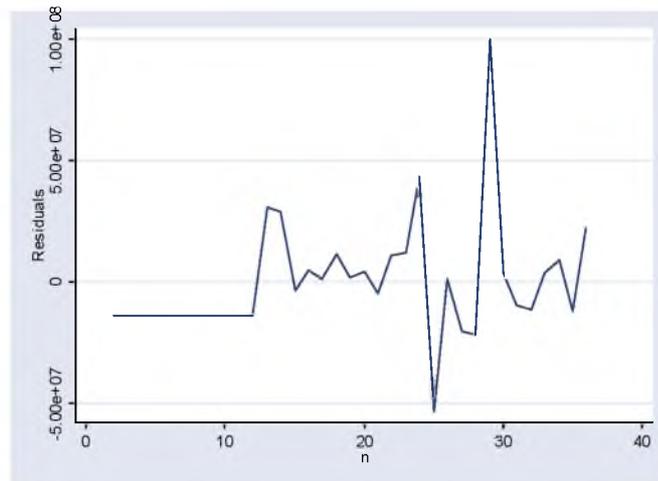
16) Programa Atenção à Criança**17) Programa Erradicação do Trabalho Infantil****18) Programa Previdência Social Básica**

19) Programa Indenizações e Pensões Especiais de Responsabilidade da União**20) Programa Previdência de Inativos e Pensionistas da União****21) Programa Assistência ao Trabalhador**

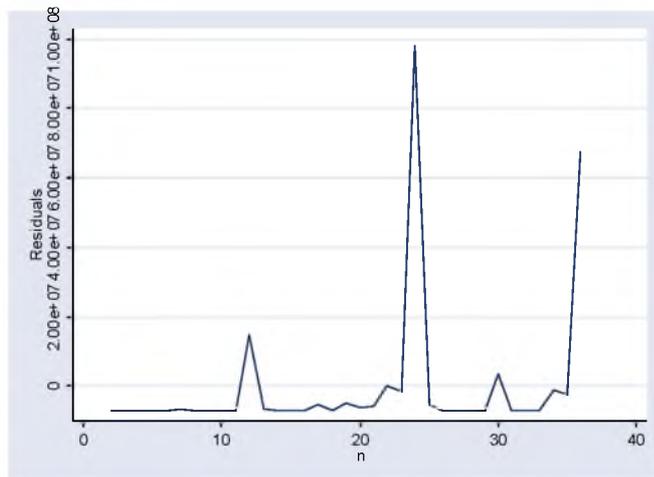
22) Programa Saneamento Básico

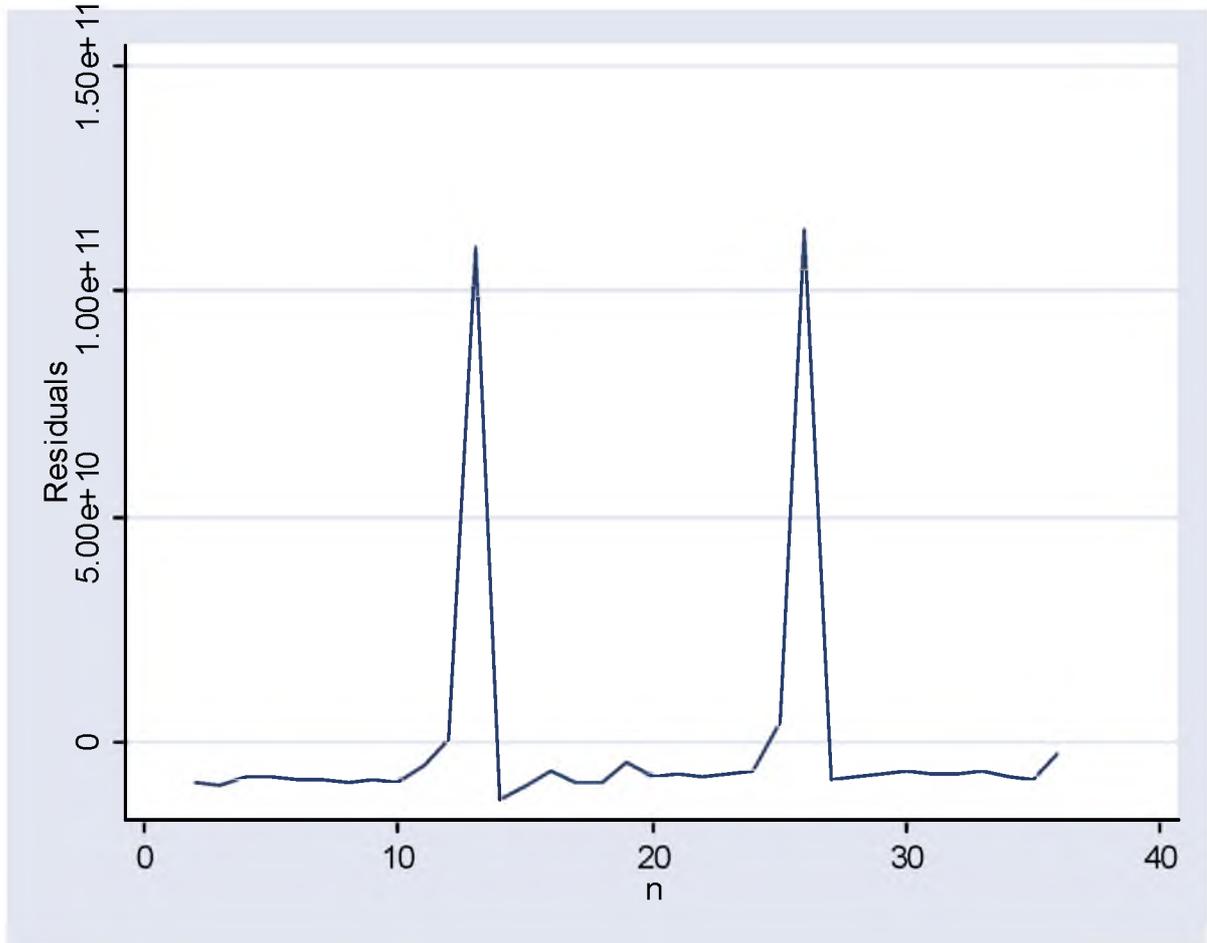


23) Programa Valorização do Servidor Público



24) Programa Enfrentamento à Pobreza



25) Gráfico da distribuição dos Desvios Padrões da soma dos 24 programas estudados

ANEXO C - Correlogramas

Programa 001 - Saúde da Família

LAG	AC	PAC	Q	Prob>Q	-1 [Autocorrelation]	0	1	-1 [Partial Autocor]	0	1
1	-0.1825	-0.1835	1.3024	0.2538	-			-		
2	-0.1960	-0.2369	2.848	0.2407	-			-		
3	-0.1889	-0.3254	4.3265	0.2283	-			-		
4	0.0805	-0.1496	4.6037	0.3304	-			-		
5	0.1752	0.0642	5.9581	0.3103	-			-		
6	-0.0459	-0.0389	6.054	0.4172	-			-		
7	0.1025	0.2450	6.55	0.4772	-			-		
8	-0.2166	-0.1829	8.8417	0.3558	-			-		
9	-0.2038	-0.4037	10.946	0.2794	-			-		
10	0.1622	-0.1039	12.329	0.2636	-			-		
11	0.2305	0.0633	15.237	0.1719	-			-		
12	-0.0066	0.0291	15.24	0.2286	-			-		
13	-0.1800	0.0615	17.166	0.1918	-			-		
14	-0.0058	0.2269	17.168	0.2473	-			-		
15	0.0357	0.1368	17.252	0.3040	-			-		
16	0.0194	-0.2610	17.277	0.3679	-			-		
17	0.0206	.	17.308	0.4337	-			-		
18	0.0394	.	17.426	0.4940	-			-		
19	-0.2410	.	22.099	0.2794	-			-		
20	-0.1447	.	23.889	0.2473	-			-		
21	0.2423	.	29.245	0.1082	-			-		
22	0.0199	.	29.284	0.1369	-			-		
23	0.0408	.	29.459	0.1656	-			-		
24	-0.1540	.	32.161	0.1230	-			-		
25	0.0293	.	32.268	0.1504	-			-		
26	0.0544	.	32.672	0.1718	-			-		

Programa 003 - Prevenção, Controle e Assistência aos Portadores de Doenças

LAG	AC	PAC	Q	Prob>Q	-1 [Autocorrelation]	0	1	-1 [Partial Autocor]	0	1
1	-0.0583	-0.0582	.13299	0.7153	-			-		
2	0.1555	0.1628	1.1058	0.5753	-			-		
3	-0.2127	-0.2191	2.9811	0.3945	-			-		
4	0.3316	0.3559	7.6819	0.1040	-			-		
5	-0.1194	-0.1545	8.3105	0.1399	-			-		
6	-0.2154	-0.3796	10.427	0.1078	-			-		
7	-0.1766	0.0453	11.897	0.1040	-			-		
8	-0.1649	-0.3098	13.227	0.1043	-			-		
9	-0.0962	-0.2036	13.695	0.1336	-			-		
10	-0.3665	-0.4199	20.763	0.0228	-			-		
11	0.0732	-0.0391	21.056	0.0328	-			-		
12	-0.0167	0.0031	21.072	0.0493	-			-		
13	0.1725	-0.0257	22.842	0.0436	-			-		
14	-0.0089	0.0257	22.847	0.0628	-			-		
15	0.0725	-0.5584	23.19	0.0802	-			-		
16	0.1553	0.1984	24.839	0.0727	-			-		
17	0.0742	.	25.236	0.0896	-			-		
18	-0.0167	.	25.257	0.1180	-			-		
19	0.0194	.	25.287	0.1513	-			-		
20	0.1126	.	26.371	0.1539	-			-		
21	-0.0504	.	26.603	0.1844	-			-		
22	-0.1788	.	29.728	0.1252	-			-		
23	-0.0166	.	29.757	0.1565	-			-		
24	0.0421	.	29.959	0.1861	-			-		
25	0.0665	.	30.509	0.2058	-			-		
26	-0.2039	.	36.195	0.0881	-			-		

Programa 0005 – Programa Assistência Farmacêutica

LAG	AC	PAC	Q	Prob>Q	-1 [Autocorrelation]	0	1	-1 [Partial]	0	1 Autocor]
1	-0.1427	-0.1430	.79616	0.3722	-			-		
2	-0.1212	-0.1411	1.3867	0.4999	-			-		
3	-0.0345	-0.0731	1.436	0.6971	-			-		
4	-0.1081	-0.1597	1.936	0.7475	-			-		
5	-0.0371	-0.1217	1.9968	0.8496	-			-		
6	0.1971	0.2097	3.7691	0.7079	-			-		
7	0.2330	0.3731	6.3306	0.5017	-			-		
8	-0.1851	-0.1844	8.0041	0.4331	-			-		
9	-0.0696	-0.1323	8.2494	0.5092	-			-		
10	-0.1387	-0.7664	9.2612	0.5075	-			-		
11	0.1654	0.3095	10.758	0.4638	-			-		
12	-0.1653	-0.7684	12.315	0.4207	-			-		
13	0.1303	0.1300	13.325	0.4230	-			-		
14	0.0848	-0.2794	13.772	0.4668	-			-		
15	-0.1055	-0.1458	14.498	0.4881	-			-		
16	-0.1549	-0.1499	16.14	0.4433	-			-		
17	-0.0567	.	16.371	0.4977	-			-		
18	0.1564	.	18.229	0.4407	-			-		
19	-0.0623	.	18.541	0.4866	-			-		
20	0.1316	.	20.022	0.4566	-			-		
21	0.0039	.	20.023	0.5198	-			-		
22	-0.1063	.	21.129	0.5128	-			-		
23	-0.1948	.	25.122	0.3440	-			-		
24	0.1207	.	26.784	0.3146	-			-		
25	0.0749	.	27.481	0.3323	-			-		
26	-0.0342	.	27.641	0.3763	-			-		

Programa 0008 – Alimentação Saudável

LAG	AC	PAC	Q	Prob>Q	-1 [Autocorrelation]	0	1	-1 [Partial]	0	1 Autocor]
1	0.0329	0.0331	.04228	0.8371	-			-		
2	-0.1631	-0.1663	1.112	0.5735	-			-		
3	-0.3203	-0.3212	5.3636	0.1470	--			--		
4	0.0375	0.0158	5.4237	0.2465	-			-		
5	0.1985	0.1179	7.1619	0.2089	-			-		
6	0.0738	-0.0055	7.4101	0.2846	-			-		
7	-0.1310	-0.0896	8.2199	0.3136	-			-		
8	-0.2079	-0.1850	10.331	0.2425	-			-		
9	-0.1158	-0.2182	11.01	0.2750	-			-		
10	0.0460	-0.0857	11.122	0.3481	-			-		
11	0.0593	-0.1856	11.314	0.4173	-			-		
12	-0.0793	-0.4354	11.672	0.4723	-			-		
13	-0.0375	-0.1519	11.756	0.5478	-			-		
14	-0.0889	-0.4044	12.248	0.5864	-			-		
15	0.0282	-0.2857	12.3	0.6562	-			-		
16	0.1067	0.5261	13.078	0.6670	-			-		
17	0.0058	.	13.081	0.7308	-			-		
18	-0.0909	.	13.709	0.7479	-			-		
19	0.1199	.	14.866	0.7311	-			-		
20	0.0171	.	14.891	0.7826	-			-		
21	0.0538	.	15.155	0.8151	-			-		
22	-0.0857	.	15.872	0.8222	-			-		
23	0.1621	.	18.638	0.7220	-			-		
24	0.0601	.	19.05	0.7493	-			-		
25	-0.0547	.	19.422	0.7765	-			-		
26	-0.0786	.	20.266	0.7788	-			-		

Programa 0023 – Atendimento Ambulatorial, Emergencial e Hospitalar

LAG	AC	PAC	Q	Prob>Q	-1 [Autocorrelation]	0	1	-1 [Partial]	0	1 Autocor]
1	0.1157	0.1249	.5235	0.4694						
2	-0.0058	-0.0014	.52485	0.7692						
3	-0.0286	-0.0186	.55886	0.9058						
4	-0.0023	0.0133	.55908	0.9675						
5	-0.0819	-0.1065	.85516	0.9734						
6	0.2082	0.3417	2.8319	0.8296		-			--	
7	-0.0465	-0.1591	2.934	0.8910					-	
8	-0.1325	-0.0907	3.7916	0.8754		-				
9	-0.3426	-0.5411	9.7401	0.3719		--			----	
10	-0.0739	-0.1082	10.027	0.4381						
11	-0.0441	-0.1801	10.134	0.5184					-	
12	-0.0439	-0.2660	10.244	0.5946					--	
13	0.0471	0.2796	10.376	0.6629						--
14	-0.0735	-0.0230	10.712	0.7085						
15	-0.1671	0.0015	12.532	0.6384		-				
16	-0.0566	-0.1153	12.751	0.6909						
17	-0.0830	.	13.247	0.7195						
18	0.0552	.	13.479	0.7624						
19	0.1508	.	15.309	0.7028		-				
20	-0.0434	.	15.469	0.7489						
21	0.0347	.	15.58	0.7928						
22	-0.0888	.	16.35	0.7981						
23	0.0090	.	16.359	0.8395						
24	0.1739	.	19.807	0.7077		-				
25	0.2674	.	28.698	0.2767		--				
26	0.0114	.	28.716	0.3242						

Programa 0040 – Toda Criança na Escola

LAG	AC	PAC	Q	Prob>Q	-1 [Autocorrelation]	0	1	-1 [Partial]	0	1 Autocor]
1	-0.2599	-0.2743	2.6395	0.1042		--			--	
2	0.2520	0.1982	5.1941	0.0745		--			--	-
3	-0.1911	-0.1034	6.708	0.0818		-				-
4	0.2435	0.1809	9.2418	0.0553		-				-
5	-0.2706	-0.2248	12.474	0.0288		--			-	
6	0.1836	0.0342	14.01	0.0295		-				
7	-0.3259	-0.2815	19.02	0.0081		--			--	
8	0.2114	0.0355	21.204	0.0066		-				
9	-0.3236	-0.2235	26.508	0.0017		--			--	
10	0.2719	0.1305	30.399	0.0007		--				-
11	-0.1171	0.2336	31.149	0.0010		-				-
12	0.2905	0.4585	35.96	0.0003		--			----	
13	-0.1702	0.0838	37.682	0.0003		-				
14	0.1551	0.0028	39.177	0.0003		-				
15	-0.1283	-0.1061	40.25	0.0004		-				
16	0.0590	-0.3288	40.488	0.0007					--	
17	-0.0717	.	40.859	0.0010						
18	0.0438	.	41.004	0.0015						
19	-0.1881	.	43.851	0.0010		-				
20	-0.0016	.	43.851	0.0016						
21	-0.1804	.	46.819	0.0010		-				
22	0.1975	.	50.631	0.0005		-				
23	-0.0802	.	51.309	0.0006						
24	-0.0314	.	51.421	0.0009						
25	0.0158	.	51.452	0.0014						
26	0.0466	.	51.748	0.0019						
27	-0.0231	.	51.829	0.0028						
28	0.0008	.	51.83	0.0040						
29	-0.0913	.	53.457	0.0037						
30	0.0145	.	53.505	0.0052						

Programa 0041 – Desenvolvimento do Ensino de Graduação

LAG	AC	PAC	Q	Prob>Q	-1	0	1	-1	0	1
					[Autocorre] [Partial]	relation]	Autocor]	Autocor]	Autocor]	Autocor]
1	-0.2010	-0.2018	1.5785	0.2090	-	-	-	-	-	-
2	-0.0828	-0.1461	1.8546	0.3956	-	-	-	-	-	-
3	0.0427	-0.0258	1.9304	0.5870	-	-	-	-	-	-
4	-0.1186	-0.1492	2.5318	0.6389	-	-	-	-	-	-
5	-0.0932	-0.1769	2.9154	0.7130	-	-	-	-	-	-
6	-0.0141	-0.1340	2.9244	0.8183	-	-	-	-	-	-
7	-0.0792	-0.1833	3.2203	0.8639	-	-	-	-	-	-
8	0.0240	-0.0951	3.2484	0.9178	-	-	-	-	-	-
9	-0.0613	-0.2158	3.4385	0.9443	-	-	-	-	-	-
10	0.0131	-0.1875	3.4476	0.9688	-	-	-	-	-	-
11	-0.0437	-0.2819	3.5519	0.9812	-	-	-	-	-	-
12	0.2692	0.3035	7.6821	0.8095	-	-	-	-	-	-
13	-0.0153	0.2271	7.696	0.8628	-	-	-	-	-	-
14	-0.0967	-0.1706	8.278	0.8743	-	-	-	-	-	-
15	0.0442	0.0502	8.4053	0.9065	-	-	-	-	-	-
16	-0.0968	0.3007	9.0462	0.9115	-	-	-	-	-	-
17	0.0125	.	9.0574	0.9384	-	-	-	-	-	-
18	-0.0457	.	9.2159	0.9545	-	-	-	-	-	-
19	-0.0860	.	9.8106	0.9575	-	-	-	-	-	-
20	-0.0016	.	9.8108	0.9715	-	-	-	-	-	-
21	0.0118	.	9.8825	0.9804	-	-	-	-	-	-
22	0.0589	.	9.8961	0.9872	-	-	-	-	-	-
23	0.0589	.	10.261	0.9895	-	-	-	-	-	-
24	0.1170	.	11.821	0.9819	-	-	-	-	-	-
25	0.0853	.	12.726	0.9797	-	-	-	-	-	-
26	-0.1142	.	14.512	0.9656	-	-	-	-	-	-
27	-0.0219	.	14.585	0.9749	-	-	-	-	-	-
28	-0.0025	.	14.586	0.9825	-	-	-	-	-	-
29	0.0027	.	14.588	0.9880	-	-	-	-	-	-
30	-0.0506	.	15.171	0.9887	-	-	-	-	-	-

Programa 0042 – Escola de Qualidade para Todos

LAG	AC	PAC	Q	Prob>Q	-1	0	1	-1	0	1
					[Autocorre] [Partial]	relation]	Autocor]	Autocor]	Autocor]	Autocor]
1	-0.1773	-0.1774	1.2287	0.2677	-	-	-	-	-	-
2	0.1356	0.1100	1.9686	0.3737	-	-	-	-	-	-
3	-0.0919	-0.0535	2.319	0.5089	-	-	-	-	-	-
4	0.1114	0.0806	2.8497	0.5833	-	-	-	-	-	-
5	-0.1370	-0.1032	3.6785	0.5966	-	-	-	-	-	-
6	0.0157	-0.0433	3.6897	0.7186	-	-	-	-	-	-
7	0.0779	0.1301	3.976	0.7825	-	-	-	-	-	-
8	-0.1075	-0.1096	4.5408	0.8053	-	-	-	-	-	-
9	-0.2306	-0.3418	7.2341	0.6128	-	-	-	-	-	-
10	-0.0132	0.0003	7.2433	0.7023	-	-	-	-	-	-
11	-0.0659	-0.0173	7.4808	0.7589	-	-	-	-	-	-
12	0.1593	0.1574	8.9272	0.7091	-	-	-	-	-	-
13	-0.0379	-0.0004	9.0128	0.7720	-	-	-	-	-	-
14	0.1675	0.0445	10.757	0.7050	-	-	-	-	-	-
15	-0.0213	0.2969	10.787	0.7676	-	-	-	-	-	-
16	-0.1192	-0.3714	11.759	0.7604	-	-	-	-	-	-
17	-0.0199	.	11.787	0.8129	-	-	-	-	-	-
18	0.1171	.	12.83	0.8016	-	-	-	-	-	-
19	-0.0274	.	12.89	0.8442	-	-	-	-	-	-
20	-0.1037	.	13.809	0.8400	-	-	-	-	-	-
21	-0.0048	.	13.811	0.8776	-	-	-	-	-	-
22	-0.0579	.	14.139	0.8965	-	-	-	-	-	-
23	-0.0535	.	14.44	0.9136	-	-	-	-	-	-
24	-0.0201	.	14.486	0.9349	-	-	-	-	-	-
25	0.0966	.	15.648	0.9249	-	-	-	-	-	-
26	-0.0237	.	15.724	0.9426	-	-	-	-	-	-
27	-0.0533	.	16.155	0.9499	-	-	-	-	-	-
28	0.0008	.	16.155	0.9635	-	-	-	-	-	-
29	0.0222	.	16.252	0.9726	-	-	-	-	-	-
30	-0.0299	.	16.455	0.9785	-	-	-	-	-	-

Programa 0043 – Desenvolvimento do Ensino de Pós-Graduação

LAG	AC	PAC	Q	Prob>Q	-1 [Autocorrelation]	0	1	-1 [Partial]	0	1 Autocor]
1	-0.1503	-0.1537	.88237	0.3476		-			-	
2	0.0551	0.0357	1.0045	0.6052						
3	0.2138	0.2374	2.8991	0.4074		-			-	
4	-0.1670	-0.1235	4.0909	0.3938		-			-	
5	0.3753	0.4129	10.306	0.0670		---			---	
6	-0.1111	-0.0403	10.869	0.0925						
7	-0.0341	0.0495	10.923	0.1420						
8	0.1769	0.1362	12.453	0.1321		-			-	
9	-0.3507	-0.2855	18.685	0.0280		--			--	
10	0.0856	-0.0545	19.071	0.0394						
11	-0.0050	-0.0693	19.073	0.0598						
12	-0.0824	0.1417	19.46	0.0780					-	
13	0.2185	0.3739	22.298	0.0509		-			--	
14	-0.1423	0.2947	23.558	0.0518		-			--	
15	0.0515	1.3614	23.731	0.0698					-----	
16	0.0718	0.8828	24.084	0.0877					-----	
17	-0.1152	.	25.04	0.0938						
18	0.1126	.	26.004	0.0997						
19	-0.0325	.	26.089	0.1277						
20	-0.0448	.	26.26	0.1574						
21	-0.0735	.	26.753	0.1792						
22	-0.0619	.	27.127	0.2065						
23	-0.0194	.	27.166	0.2490						
24	-0.1593	.	30.059	0.1828		-				
25	-0.0353	.	30.214	0.2164						
26	-0.0709	.	30.902	0.2319						
27	-0.0588	.	31.428	0.2539						
28	-0.0623	.	32.091	0.2708						
29	-0.0193	.	32.164	0.3127						
30	-0.0264	.	32.322	0.3527						

Programa 0044 – Desenvolvimento da Educação Profissional

LAG	AC	PAC	Q	Prob>Q	-1 [Autocorrelation]	0	1	-1 [Partial]	0	1 Autocor]
1	-0.1063	-0.1078	.44159	0.5064						
2	-0.0290	-0.0214	.47537	0.7884						
3	0.0862	0.0946	.78327	0.8535						
4	-0.2847	-0.3014	4.2485	0.3734		--			--	
5	-0.2115	-0.2721	6.223	0.2851		-			--	
6	0.1969	0.2453	7.9902	0.2388		-			-	
7	-0.0742	0.0203	8.2496	0.3111						
8	0.1236	0.0666	8.9957	0.3427						
9	0.2517	0.0692	12.207	0.2019		---				
10	-0.0766	0.0130	12.515	0.2520						
11	-0.1876	-0.3536	14.44	0.2096		-			--	
12	0.0698	0.2184	14.718	0.2572					-	
13	-0.2149	-0.0113	17.465	0.1789		-				
14	0.1005	0.1809	18.094	0.2026					-	
15	0.1203	-0.0321	19.036	0.2121						
16	-0.0956	0.0652	19.661	0.2359						
17	0.0887	.	20.227	0.2628						
18	0.0637	.	20.535	0.3035						
19	-0.3353	.	29.584	0.0573		--				
20	0.0764	.	30.083	0.0685						
21	-0.0674	.	30.497	0.0824						
22	-0.0727	.	31.013	0.0959						
23	0.1895	.	34.792	0.0545		-				
24	0.0547	.	35.133	0.0664						
25	-0.1268	.	37.132	0.0561		-				
26	0.0623	.	37.663	0.0651						
27	-0.0430	.	37.944	0.0787						
28	-0.0345	.	38.148	0.0956						
29	-0.0023	.	38.149	0.1191						
30	0.0723	.	39.341	0.1183						

Programa 0045 – Desenvolvimento do Ensino Médio

LAG	AC	PAC	Q	Prob>Q	-1 [Autocorrelation]	0	1	-1 [Partial]	0	1 Autocor]
1	0.0936	0.0936	.34223	0.5585						
2	0.0583	0.0489	.47911	0.7870						
3	-0.0622	-0.0708	.63971	0.8873						
4	-0.0956	-0.0921	1.0306	0.9051						
5	-0.0067	0.0207	1.0326	0.9599						
6	0.0534	0.1020	1.1625	0.9787						
7	-0.0807	-0.1518	1.47	0.9833					-	
8	-0.2029	-0.3468	3.4806	0.9007		-			--	
9	-0.1984	-0.3563	5.4755	0.7910		-			--	
10	0.1093	0.3599	6.1037	0.8065					--	
11	0.0019	-0.0621	6.1039	0.8663					--	
12	0.1469	0.3349	7.3335	0.8348		-			--	
13	-0.1048	-0.1324	7.9872	0.8444					-	
14	-0.0725	-0.1737	8.3138	0.8723					-	
15	-0.1108	-1.0815	9.1138	0.8715				-----	--	
16	0.1134	0.3548	9.9932	0.8670					--	
17	-0.1167	.	10.973	0.8580						
18	-0.0927	.	11.626	0.8659						
19	-0.1868	.	14.435	0.7577		-				
20	-0.0554	.	14.697	0.7935						
21	-0.0594	.	15.02	0.8220						
22	0.0723	.	15.531	0.8385						
23	0.1413	.	17.633	0.7771		-				
24	-0.0667	.	18.14	0.7962						
25	0.0352	.	18.294	0.8297						
26	0.1859	.	23.02	0.6318		-				
27	0.0436	.	23.309	0.6683						
28	0.0977	.	24.941	0.6310						
29	-0.0205	.	25.023	0.6771						
30	-0.0361	.	25.32	0.7094						

Programa 0046 – Hospitais de Ensino

LAG	AC	PAC	Q	Prob>Q	-1 [Autocorrelation]	0	1	-1 [Partial]	0	1 Autocor]
1	0.1697	0.1759	1.1262	0.2886						
2	-0.1235	-0.1647	1.7394	0.4191					-	
3	-0.0668	-0.0206	1.9246	0.5882						
4	-0.0453	-0.0441	2.0125	0.7335						
5	0.1179	0.1473	2.6258	0.7574						
6	0.1467	0.1366	3.6078	0.7296						
7	0.0185	0.0589	3.6239	0.8219						
8	-0.2633	-0.2440	7.0112	0.5354		--				
9	-0.1901	-0.1541	8.842	0.4520		-				
10	0.1587	0.1846	10.167	0.4259						
11	0.0607	-0.0133	10.369	0.4975						
12	-0.0369	-0.1405	10.447	0.5768						
13	0.0511	0.1148	10.602	0.6441						
14	-0.0465	0.1287	10.736	0.7066						
15	-0.0058	0.1482	10.739	0.7709						
16	0.1541	0.4498	12.362	0.7187						---
17	0.0053	.	12.364	0.7776						
18	-0.0805	.	12.857	0.8000						
19	-0.0340	.	12.95	0.8411						
20	0.0637	.	13.297	0.8643						
21	0.0194	.	13.331	0.8966						
22	-0.1066	.	14.442	0.8851						
23	-0.0342	.	14.565	0.9095						
24	-0.1626	.	17.58	0.8229		-				
25	-0.0561	.	17.972	0.8436						
26	0.0227	.	18.042	0.8742						
27	0.0356	.	18.234	0.8962						
28	-0.0433	.	18.555	0.9113						
29	-0.1012	.	20.557	0.8748						
30	-0.0726	.	21.759	0.8627						

Programa 0047 – Educação de Jovens e Adultos

LAG	AC	PAC	Q	Prob>Q	-1 [Autocorrelation]	0	1	-1 [Partial]	0	1 Autocor]
1	-0.0383	-0.0386	.05729	0.8108						
2	0.1971	0.2268	1.6208	0.4447		-			-	
3	0.0549	0.0690	1.7455	0.6269						
4	0.2928	0.3273	5.4099	0.2478		--			--	
5	-0.0771	-0.1550	5.6725	0.3394					-	
6	0.0238	-0.0788	5.6984	0.4578						
7	-0.1664	-0.3084	7.0041	0.4285		-			--	
8	0.1142	0.1788	7.6412	0.4693					-	
9	-0.2042	-0.1632	9.7536	0.3708		-			-	
10	0.0121	0.1397	9.7612	0.4617					-	
11	-0.2243	-0.1084	12.514	0.3263		-			-	
12	0.1365	0.2869	13.576	0.3286		-			--	
13	-0.1954	-0.2200	15.847	0.2575		-			-	
14	-0.0372	-0.1511	15.933	0.3175		-			-	
15	-0.1591	-0.4310	17.583	0.2852		-			---	
16	0.1365	-0.1106	18.857	0.2761		-				
17	-0.0837	.	19.362	0.3082						
18	-0.0620	.	19.654	0.3526						
19	-0.0198	.	19.685	0.4137						
20	0.0787	.	20.214	0.4446						
21	-0.1436	.	22.096	0.3940		-				
22	-0.0088	.	22.104	0.4537						
23	-0.0936	.	23.025	0.4593						
24	-0.0069	.	23.03	0.5180						
25	-0.0912	.	24.065	0.5156						
26	0.0053	.	24.069	0.5720						
27	0.0309	.	24.214	0.6184						
28	-0.0033	.	24.216	0.6701						
29	0.0069	.	24.225	0.7177						
30	0.0429	.	24.646	0.7421						

Programa 0065 – Atenção a Pessoas Portadoras de Deficiência

LAG	AC	PAC	Q	Prob>Q	-1 [Autocorrelation]	0	1	-1 [Partial]	0	1 Autocor]
1	-0.3094	-0.3212	3.7412	0.0531		--			--	
2	0.1082	0.0213	4.2121	0.1217						
3	0.2186	0.3257	6.1931	0.1026		-			--	
4	-0.1610	0.0092	7.3009	0.1208		-				
5	0.1131	0.0060	7.8659	0.1638						
6	-0.0015	0.0006	7.866	0.2481						
7	-0.2408	-0.3772	10.602	0.1570		-			---	
8	0.1152	-0.1332	11.25	0.1879					-	
9	-0.2157	-0.4761	13.608	0.1370		-			---	
10	0.0512	-0.0290	13.747	0.1849						
11	-0.0522	-0.2459	13.895	0.2388					-	
12	0.0467	-0.0698	14.02	0.2994						
13	0.0095	0.0524	14.025	0.3721						
14	0.0748	0.2866	14.373	0.4223						
15	-0.1065	-1.6709	15.113	0.4433						
16	0.0600	0.4203	15.359	0.4985					-----	
17	0.1038	.	16.135	0.5143						
18	-0.1460	.	17.756	0.4719		-				
19	0.0412	.	17.892	0.5297						
20	0.0562	.	18.162	0.5767						
21	-0.2176	.	22.482	0.3722		-				
22	0.1257	.	24.025	0.3459		-				
23	-0.0896	.	24.869	0.3571						
24	-0.0438	.	25.088	0.4010						
25	0.1768	.	28.974	0.2650		-				
26	-0.1784	.	33.329	0.1528		-				
27	0.0286	.	33.453	0.1825						
28	-0.0049	.	33.457	0.2193						
29	0.0197	.	33.533	0.2568						
30	0.0615	.	34.397	0.2653						

Programa 0066 – Valorização e Saúde do Idoso

LAG	AC	PAC	Q	Prob>Q	-1 [Autocorrelation]	0	1	-1 [Partial]	0	1 Autocor]
1	0.0535	0.0535	.11185	0.7380						
2	0.2057	0.2156	1.8144	0.4036		-			-	
3	0.1355	0.1249	2.5758	0.4618		-			-	
4	0.0834	0.0534	2.873	0.5793						
5	0.0884	0.0872	3.2179	0.6664						
6	-0.0369	-0.0215	3.2801	0.7730						
7	-0.0658	-0.1546	3.4843	0.8369					-	
8	0.1536	0.1669	4.6367	0.7956		-			-	
9	-0.0783	0.0412	4.9476	0.8389						
10	0.0181	-0.0683	4.9648	0.8935						
11	0.0696	0.1825	5.2296	0.9195						
12	-0.0114	0.0714	5.237	0.9496						
13	0.2176	0.4320	8.0538	0.8401		-				---
14	-0.0728	0.2518	8.3832	0.8684						--
15	-0.0510	0.3061	8.5524	0.8997						--
16	-0.0310	0.2635	8.618	0.9283						--
17	-0.1214	.	9.6795	0.9165						
18	-0.1192	.	10.76	0.9043						
19	-0.0588	.	11.038	0.9225						
20	-0.2204	.	15.192	0.7653		-				
21	0.0824	.	15.811	0.7802						
22	-0.1486	.	17.969	0.7079		-				
23	-0.0597	.	18.343	0.7386						
24	-0.0899	.	19.264	0.7378						
25	0.0712	.	19.894	0.7524						
26	-0.0111	.	19.911	0.7958						
27	-0.1448	.	23.098	0.6797		-				
28	-0.1012	.	24.849	0.6361						
29	-0.1002	.	26.812	0.5818						
30	-0.0668	.	27.83	0.5794						

Programa 0067 - Atenção à Criança

LAG	AC	PAC	Q	Prob>Q	-1 [Autocorrelation]	0	1	-1 [Partial]	0	1 Autocor]
1	-0.1649	-0.1694	1.0629	0.3026		-			-	
2	-0.2173	-0.2516	2.9633	0.2273		-			--	
3	-0.0185	-0.1244	2.9775	0.3951						
4	-0.0239	-0.1396	3.0019	0.5575						
5	0.0504	-0.0536	3.114	0.6824						
6	-0.0116	-0.0902	3.1202	0.7936						
7	-0.1920	-0.3936	4.8586	0.6772		-			---	
8	0.0279	-0.1802	4.8967	0.7686					-	
9	0.1602	0.0706	6.1978	0.7200		-				
10	-0.0573	-0.1020	6.3705	0.7832						
11	0.0186	-0.0080	6.3894	0.8462						
12	-0.1481	-0.3296	7.6395	0.8126		-			--	
13	0.2484	0.4178	11.309	0.5849		-				---
14	0.0002	0.0995	11.309	0.6616						
15	-0.1681	-0.4727	13.15	0.5907		-			---	
16	-0.1595	-0.3809	14.889	0.5328		-			---	
17	0.1153	.	15.846	0.5348						
18	-0.0045	.	15.848	0.6032						
19	0.0377	.	15.962	0.6598						
20	-0.0579	.	16.249	0.7011						
21	-0.0344	.	16.357	0.7493						
22	0.2080	.	20.583	0.5466		-				
23	0.0248	.	20.648	0.6026						
24	-0.0649	.	21.129	0.6311						
25	-0.0467	.	21.401	0.6701						
26	-0.0474	.	21.708	0.7046						
27	0.0230	.	21.788	0.7480						
28	0.0499	.	22.213	0.7713						
29	-0.1774	.	28.366	0.4984		-				
30	0.0998	.	30.636	0.4335						

Programa 0068 – Erradicação do Trabalho Infantil

LAG	AC	PAC	Q	Prob>Q	-1 [Autocorrelation]	0	1	-1 [Partial]	0	1 Autocor]
1	-0.2615	-0.2635	2.6732	0.1020		--			--	
2	0.1069	0.0395	3.1326	0.2088						
3	-0.1771	-0.1717	4.4335	0.2183		-			-	
4	0.2758	0.2457	7.6852	0.1038			--			-
5	-0.2860	-0.2293	11.295	0.0458		--			--	
6	-0.0634	-0.2876	11.478	0.0747					--	
7	-0.1186	-0.0940	12.142	0.0960						
8	0.0378	-0.2188	12.212	0.1420					-	
9	-0.0684	0.0109	12.449	0.1892						
10	-0.0710	-0.1376	12.715	0.2401					-	
11	0.2283	0.1365	15.567	0.1580			-			-
12	-0.2657	-0.5435	19.59	0.0753		--			----	
13	0.1770	0.0798	21.453	0.0644			-			
14	-0.1308	-0.2268	22.517	0.0686			-			-
15	0.2330	-0.2294	26.053	0.0375			-			-
16	-0.1841	-0.0025	28.371	0.0285			-			
17	0.0696	.	28.721	0.0372						
18	-0.1316	.	30.037	0.0371			-			
19	0.2885	.	36.733	0.0086			--			
20	-0.1086	.	37.74	0.0095						
21	0.0074	.	37.745	0.0138						
22	-0.0702	.	38.226	0.0173						
23	0.0142	.	38.248	0.0240						
24	0.0184	.	38.286	0.0324						
25	-0.0734	.	38.957	0.0372						
26	0.0151	.	38.988	0.0489						
27	0.0175	.	39.035	0.0629						
28	0.0169	.	39.083	0.0796						
29	0.0345	.	39.316	0.0958						
30	0.0155	.	39.371	0.1176						

Programa 0083 – Erradicação do Trabalho Infantil

LAG	AC	PAC	Q	Prob>Q	-1 [Autocorrelation]	0	1	-1 [Partial]	0	1 Autocor]
1	0.0368	0.0484	.05307	0.8178						
2	-0.1129	-0.1493	.56597	0.7535					-	--
3	0.2131	0.2967	2.4484	0.4847			-			
4	0.1191	0.1159	3.055	0.5487						
5	0.0147	0.1086	3.0645	0.6900						
6	-0.1060	-0.1837	3.5765	0.7338					-	--
7	0.1900	0.2697	5.2787	0.6260						
8	0.0260	-0.0394	5.3118	0.7238						
9	-0.1847	-0.1052	7.0409	0.6329						
10	-0.0575	-0.1407	7.2146	0.7050						
11	-0.0560	-0.2223	7.3864	0.7670						
12	0.1012	0.2493	7.9707	0.7874						-
13	-0.2501	-0.8577	11.691	0.5532		--			----	
14	0.0108	0.0099	11.698	0.6305						
15	0.1535	-0.3321	13.233	0.5843						--
16	-0.1760	-0.0751	15.351	0.4991			-			
17	-0.0953	.	16.005	0.5235						
18	-0.0070	.	16.009	0.5919						
19	-0.0002	.	16.009	0.6567						
20	-0.1686	.	18.441	0.5584			-			
21	-0.1349	.	20.1	0.5149			-			
22	0.0295	.	20.185	0.5715						
23	-0.2363	.	26.063	0.2979			-			
24	-0.0544	.	26.401	0.3331						
25	0.0426	.	26.626	0.3748						
26	0.0361	.	26.805	0.4196						
27	-0.0252	.	26.902	0.4691						
28	-0.0320	.	27.076	0.5141						
29	0.0470	.	27.508	0.5443						
30	0.0407	.	27.886	0.5765						

Programa 0088 – Indenizações e Pensões Especiais de Responsabilidade da União

LAG	AC	PAC	Q	Prob>Q	-1 [Autocorrelation]	0	1	-1 [Partial Autocor]	0	1
1	-0.1591	-0.1715	.98926	0.3199	-			-		
2	0.1101	0.1087	1.4769	0.4779	-			-		
3	0.2312	0.3036	3.6928	0.2966	-			-		
4	0.0417	0.0978	3.7671	0.4384	-			-		
5	0.2235	0.2212	5.9705	0.3091	-			-		
6	0.0216	0.0417	5.9917	0.4241	-			-		
7	-0.0062	-0.0987	5.9935	0.5405	-			-		
8	-0.0109	-0.1649	5.9993	0.6473	-			-		
9	0.1285	0.1316	6.8355	0.6542	-			-		
10	-0.1412	-0.0933	7.8838	0.6402	-			-		
11	-0.0524	-0.2456	8.034	0.7103	-			-		
12	0.0414	0.0689	8.1319	0.7747	-			-		
13	-0.1212	0.0182	9.0056	0.7725	-			-		
14	-0.0781	-0.2513	9.3853	0.8056	-			-		
15	-0.1023	-0.8159	10.067	0.8155	-			-		
16	-0.0654	0.4498	10.36	0.8471	-			-		
17	-0.1246	.	11.477	0.8307	-			-		
18	0.0191	.	11.505	0.8717	-			-		
19	-0.2102	.	15.062	0.7187	-			-		
20	0.0387	.	15.19	0.7654	-			-		
21	0.0555	.	15.47	0.7986	-			-		
22	-0.1406	.	17.401	0.7409	-			-		
23	0.0154	.	17.426	0.7878	-			-		
24	-0.1261	.	19.239	0.7391	-			-		
25	0.0749	.	19.938	0.7501	-			-		
26	-0.0388	.	20.143	0.7847	-			-		
27	-0.0039	.	20.145	0.8246	-			-		
28	-0.0406	.	20.427	0.8484	-			-		
29	-0.0362	.	20.683	0.8704	-			-		
30	0.0308	.	20.899	0.8910	-			-		

Programa 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União

LAG	AC	PAC	Q	Prob>Q	-1 [Autocorrelation]	0	1	-1 [Partial Autocor]	0	1
1	-0.2356	-0.2382	2.1686	0.1409	-			-		
2	-0.0402	-0.0935	2.2336	0.3273	-			-		
3	-0.0180	-0.0612	2.2471	0.5227	-			-		
4	-0.0366	-0.0607	2.3043	0.6800	-			-		
5	0.1572	0.1356	3.3954	0.6393	-			-		
6	0.0337	0.0945	3.4471	0.7510	-			-		
7	0.0894	0.1706	3.8244	0.7998	-			-		
8	-0.1091	-0.0572	4.406	0.8188	-			-		
9	0.0744	0.1157	4.6864	0.8607	-			-		
10	0.1794	0.3056	6.38	0.7824	-			-		
11	-0.2462	-0.2684	9.698	0.5577	-			-		
12	-0.0284	-0.2640	9.7441	0.6384	-			-		
13	-0.1100	-0.5160	10.464	0.6556	-			-		
14	0.0493	-0.5678	10.615	0.7160	-			-		
15	0.1946	-0.1597	13.083	0.5959	-			-		
16	-0.1548	-0.0116	14.722	0.5451	-			-		
17	-0.0856	.	15.249	0.5776	-			-		
18	-0.1134	.	16.227	0.5767	-			-		
19	0.0243	.	16.274	0.6389	-			-		
20	0.1004	.	17.135	0.6442	-			-		
21	-0.1809	.	20.121	0.5136	-			-		
22	0.0122	.	20.136	0.5746	-			-		
23	-0.0071	.	20.141	0.6334	-			-		
24	-0.0248	.	20.211	0.6847	-			-		
25	0.1261	.	22.189	0.6248	-			-		
26	-0.1631	.	25.826	0.4727	-			-		
27	0.0587	.	26.349	0.4993	-			-		
28	-0.1313	.	29.296	0.3976	-			-		
29	0.1156	.	31.909	0.3239	-			-		
30	-0.0237	.	32.037	0.3658	-			-		

Programa 0100 - Assistência ao Trabalhador

LAG	AC	PAC	Q	Prob>Q	-1 [Autocorrelation]	0	1	-1 [Partial]	0	1 Autocor]
1	-0.1427	-0.1430	.79616	0.3722	-			-		
2	-0.1212	-0.1411	1.3867	0.4999	-			-		
3	-0.0345	-0.0731	1.436	0.6971	-			-		
4	-0.1081	-0.1597	1.936	0.7475	-			-		
5	-0.0371	-0.1217	1.9968	0.8496	-			-		
6	0.1971	0.2097	3.7691	0.7079	-			-		
7	0.2330	0.3731	6.3306	0.5017	-			-		
8	-0.1851	-0.1844	8.0041	0.4331	-			-		
9	-0.0696	-0.1323	8.2494	0.5092	-			-		
10	-0.1387	-0.7664	9.2612	0.5075	-			-		
11	0.1654	0.3095	10.758	0.4638	-			-		
12	-0.1653	-0.7684	12.315	0.4207	-			-		
13	0.1303	0.1300	13.325	0.4230	-			-		
14	0.0848	-0.2794	13.772	0.4668	-			-		
15	-0.1055	-0.1458	14.498	0.4881	-			-		
16	-0.1549	-0.1499	16.14	0.4433	-			-		
17	-0.0567	.	16.371	0.4977	-			-		
18	0.1564	.	18.229	0.4407	-			-		
19	-0.0623	.	18.541	0.4866	-			-		
20	0.1316	.	20.022	0.4566	-			-		
21	0.0039	.	20.023	0.5198	-			-		
22	-0.1063	.	21.129	0.5128	-			-		
23	-0.1948	.	25.122	0.3440	-			-		
24	0.1207	.	26.784	0.3146	-			-		
25	0.0749	.	27.481	0.3323	-			-		
26	-0.0342	.	27.641	0.3763	-			-		
27	-0.0328	.	27.805	0.4211	-			-		
28	-0.0615	.	28.452	0.4407	-			-		
29	-0.0096	.	28.47	0.4929	-			-		
30	-0.0696	.	29.576	0.4875	-			-		

Programa 0119 – Saneamento Básico

LAG	AC	PAC	Q	Prob>Q	-1 [Autocorrelation]	0	1	-1 [Partial]	0	1 Autocor]
1	-0.1825	-0.1835	1.3024	0.2538	-			-		
2	-0.1960	-0.2369	2.848	0.2407	-			-		
3	-0.1889	-0.3254	4.3265	0.2283	-			-		
4	0.0805	-0.1496	4.6037	0.3304	-			-		
5	0.1752	0.0642	5.9581	0.3103	-			-		
6	-0.0459	-0.0389	6.054	0.4172	-			-		
7	0.1025	0.2450	6.55	0.4772	-			-		
8	-0.2166	-0.1829	8.8417	0.3558	-			-		
9	-0.2038	-0.4037	10.946	0.2794	-			-		
10	0.1622	-0.1039	12.329	0.2636	-			-		
11	0.2305	0.0633	15.237	0.1719	-			-		
12	-0.0066	0.0291	15.24	0.2286	-			-		
13	-0.1800	0.0615	17.166	0.1918	-			-		
14	-0.0058	0.2269	17.168	0.2473	-			-		
15	0.0357	0.1368	17.252	0.3040	-			-		
16	0.0194	-0.2610	17.277	0.3679	-			-		
17	0.0206	.	17.308	0.4337	-			-		
18	0.0394	.	17.426	0.4940	-			-		
19	-0.2410	.	22.099	0.2794	-			-		
20	-0.1447	.	23.889	0.2473	-			-		
21	0.2423	.	29.245	0.1082	-			-		
22	0.0199	.	29.284	0.1369	-			-		
23	0.0408	.	29.459	0.1656	-			-		
24	-0.1540	.	32.161	0.1230	-			-		
25	0.0293	.	32.268	0.1504	-			-		
26	0.0544	.	32.672	0.1718	-			-		
27	-0.0572	.	33.169	0.1915	-			-		
28	0.1374	.	36.396	0.1328	-			-		
29	-0.0551	.	36.989	0.1465	-			-		
30	-0.0154	.	37.043	0.1759	-			-		

Programa 0791 – Valorização do Servidor Público

LAG	AC	PAC	Q	Prob>Q	-1 [Autocorrelation]	0	1	-1 [Partial Autocor]	0	1
1	-0.0583	-0.0582	.13299	0.7153						
2	0.1555	0.1628	1.1058	0.5753		-			-	
3	-0.2127	-0.2191	2.9811	0.3945		-			-	
4	0.3316	0.3559	7.6819	0.1040		--			--	
5	-0.1194	-0.1545	8.3105	0.1399						
6	-0.2154	-0.3796	10.427	0.1078						
7	-0.1766	0.0453	11.897	0.1040						
8	-0.1649	-0.3098	13.227	0.1043						
9	-0.0962	-0.2036	13.695	0.1336						
10	-0.3665	-0.4199	20.763	0.0228		--			--	
11	0.0732	-0.0391	21.056	0.0328						
12	-0.0167	0.0031	21.072	0.0493						
13	0.1725	-0.0257	22.842	0.0436		-				
14	-0.0089	0.0257	22.847	0.0628						
15	0.0725	-0.5584	23.19	0.0802					----	
16	0.1553	0.1984	24.839	0.0727		-			-	
17	0.0742	.	25.236	0.0896						
18	-0.0167	.	25.257	0.1180						
19	0.0194	.	25.287	0.1513						
20	0.1126	.	26.371	0.1539						
21	-0.0504	.	26.603	0.1844						
22	-0.1788	.	29.728	0.1252		-				
23	-0.0166	.	29.757	0.1565						
24	0.0421	.	29.959	0.1861						
25	0.0665	.	30.509	0.2058						
26	-0.2039	.	36.195	0.0881		-				
27	0.0674	.	36.885	0.0972						
28	0.0421	.	37.189	0.1148						
29	0.0797	.	38.432	0.1130						
30	-0.1073	.	41.057	0.0860						

Programa 0809 – Enfrentamento à Pobreza

LAG	AC	PAC	Q	Prob>Q	-1 [Autocorrelation]	0	1	-1 [Partial Autocor]	0	1
1	0.0329	0.0331	.04228	0.8371						
2	-0.1631	-0.1663	1.112	0.5735		-			-	
3	-0.3203	-0.3212	5.3636	0.1470		--			--	
4	0.0375	0.0158	5.4237	0.2465						
5	0.1985	0.1179	7.1619	0.2089		-				
6	0.0738	-0.0055	7.4101	0.2846						
7	-0.1310	-0.0896	8.2199	0.3136		-				
8	-0.2079	-0.1850	10.331	0.2425		-				
9	-0.1158	-0.2182	11.01	0.2750						
10	0.0460	-0.0857	11.122	0.3481						
11	0.0593	-0.1856	11.314	0.4173						
12	-0.0793	-0.4354	11.672	0.4723					----	
13	-0.0375	-0.1519	11.756	0.5478						
14	-0.0889	-0.4044	12.248	0.5864					----	
15	0.0282	-0.2857	12.3	0.6562					--	
16	0.1067	0.5261	13.078	0.6670					----	
17	0.0058	.	13.081	0.7308						
18	-0.0909	.	13.709	0.7479						
19	0.1199	.	14.866	0.7311						
20	0.0171	.	14.891	0.7826						
21	0.0538	.	15.155	0.8151						
22	-0.0857	.	15.872	0.8222						
23	0.1621	.	18.638	0.7220		-				
24	0.0601	.	19.05	0.7493						
25	-0.0547	.	19.422	0.7765						
26	-0.0786	.	20.266	0.7788						
27	-0.1081	.	22.044	0.7352						
28	0.0356	.	22.261	0.7691						
29	-0.0006	.	22.261	0.8092						
30	0.0243	.	22.396	0.8393						

ANEXO D - Resultados obtidos nas Regressões do Modelo 1

Programa 001 - Saúde da Família

Source	SS	df	MS	Number of obs =	35
Model	1.0299e+18	1	1.0299e+18	F(1, 34) =	11.01
Residual	3.1818e+18	34	9.3583e+16	Prob > F =	0.0022
Total	4.2117e+18	35	1.2034e+17	R-squared =	0.2445
				Adj R-squared =	0.2223
				Root MSE =	3.1e+08

	Coef.	Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]
p0001					
p0001					
L1	.5032204	.1516913	3.32	0.002	.1949466 .8114942

. pperron 1.p0001

Phillips-Perron test for unit root

Number of obs = 34
Newey-West lags = 3

Test Statistic	Interpolated Dickey-Fuller			
	1% Critical Value	5% Critical Value	10% Critical Value	
Z(rho)	-36.918	-17.812	-12.788	-10.380
Z(t)	-9.393	-3.689	-2.975	-2.619

* MacKinnon approximate p-value for Z(t) = 0.0000

Programa 003 - Prevenção, Controle e Assistência aos Portadores de Doenças

Source	SS	df	MS	Number of obs =	35
Model	7.7804e+16	1	7.7804e+16	F(1, 34) =	11.65
Residual	2.2709e+17	34	6.6791e+15	Prob > F =	0.0017
Total	3.0489e+17	35	8.7112e+15	R-squared =	0.2552
				Adj R-squared =	0.2333
				Root MSE =	8.2e+07

	Coef.	Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]
p0003					
p0003					
L1	.6017507	.176309	3.41	0.002	.2434478 .9600536

. pperron 1.p0003

Phillips-Perron test for unit root

Number of obs = 34
Newey-West lags = 3

Test Statistic	Interpolated Dickey-Fuller			
	1% Critical Value	5% Critical Value	10% Critical Value	
Z(rho)	-35.382	-17.812	-12.788	-10.380
Z(t)	-6.534	-3.689	-2.975	-2.619

* MacKinnon approximate p-value for Z(t) = 0.0000

Programa 0005 – Programa Assistência Farmacêutica

Source	SS	df	MS	Number of obs =	35
Model	2.9370e+16	1	2.9370e+16	F(1, 34) =	23.91
Residual	4.1763e+16	34	1.2283e+15	Prob > F =	0.0000
Total	7.1133e+16	35	2.0324e+15	R-squared =	0.4129
				Adj R-squared =	0.3956
				Root MSE =	3.5e+07

	Coef.	Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]
p0005					
p0005					
L1	.6727285	.1375764	4.89	0.000	.3931397 .9523173

```

. pperron 1.p0005
Phillips-Perron test for unit root
Number of obs = 34
Newey-West lags = 3

----- Interpolated Dickey-Fuller -----
Test Statistic      1% Critical Value      5% Critical Value      10% Critical Value
-----
Z(rho)             -33.026                -17.812                 -12.788                 -10.380
Z(t)               -5.478                 -3.689                  -2.975                  -2.619
-----
* MacKinnon approximate p-value for Z(t) = 0.0000

```

Programa 0008 – Alimentação Saudável

Source	SS	df	MS	Number of obs =	35
Model	3.8027e+15	1	3.8027e+15	F(1, 34) =	7.05
Residual	1.8335e+16	34	5.3927e+14	Prob > F =	0.0120
Total	2.2138e+16	35	6.3251e+14	R-squared =	0.1718
				Adj R-squared =	0.1474
				Root MSE =	2.3e+07

p0008	Coef.	Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]
p0008					
L1	.416923	.157006	2.66	0.012	.0978483 .7359976

```

. pperron 1.p0008
Phillips-Perron test for unit root
Number of obs = 34
Newey-West lags = 3

----- Interpolated Dickey-Fuller -----
Test Statistic      1% Critical Value      5% Critical Value      10% Critical Value
-----
Z(rho)             -41.099                -17.812                 -12.788                 -10.380
Z(t)               -7.511                 -3.689                  -2.975                  -2.619
-----
* MacKinnon approximate p-value for Z(t) = 0.0000

```

Programa 0023 – Atendimento Ambulatorial, Emergencial e Hospitalar

Source	SS	df	MS	Number of obs =	35
Model	2.0103e+19	1	2.0103e+19	F(1, 34) =	11.27
Residual	6.0663e+19	34	1.7842e+18	Prob > F =	0.0020
Total	8.0766e+19	35	2.3076e+18	R-squared =	0.2489
				Adj R-squared =	0.2268
				Root MSE =	1.3e+09

p0023	Coef.	Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]
p0023					
L1	.5022903	.1496392	3.36	0.002	.1981868 .8063937

```

. pperron 1.p0023
Phillips-Perron test for unit root
Number of obs = 34
Newey-West lags = 3

----- Interpolated Dickey-Fuller -----
Test Statistic      1% Critical Value      5% Critical Value      10% Critical Value
-----
Z(rho)             -36.064                -17.812                 -12.788                 -10.380
Z(t)               -7.719                 -3.689                  -2.975                  -2.619
-----
* MacKinnon approximate p-value for Z(t) = 0.0000

```

Programa 0040 – Toda Criança na Escola

Source	SS	df	MS	Number of obs =	35
Model	2.5157e+18	1	2.5157e+18	F(1, 34) =	77.06
Residual	1.1100e+18	34	3.2648e+16	Prob > F =	0.0000
Total	3.6257e+18	35	1.0359e+17	R-squared =	0.6938
				Adj R-squared =	0.6848
				Root MSE =	1.8e+08

p0040	Coef.	Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]
p0040					
L1	.8657867	.0986293	8.78	0.000	.6653479 1.066226

. pperron l.p0040

Phillips-Perron test for unit root

Number of obs = 34
Newey-West lags = 3

Test Statistic	1% Critical Value	Interpolated Dickey-Fuller 5% Critical Value	10% Critical Value
Z(rho)	-25.052	-17.812	-12.788
Z(t)	-4.280	-3.689	-2.975

* MacKinnon approximate p-value for Z(t) = 0.0005

Programa 0041 – Desenvolvimento do Ensino de Graduação

Source	SS	df	MS	Number of obs =	35
Model	1.0955e+19	1	1.0955e+19	F(1, 34) =	88.88
Residual	4.1904e+18	34	1.2325e+17	Prob > F =	0.0000
Total	1.5145e+19	35	4.3272e+17	R-squared =	0.7233
				Adj R-squared =	0.7152
				Root MSE =	3.5e+08

p0041	Coef.	Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]
p0041					
L1	.9888595	.104888	9.43	0.000	.7757014 1.202018

. pperron l.p0041

Phillips-Perron test for unit root

Number of obs = 34
Newey-West lags = 3

Test Statistic	1% Critical Value	Interpolated Dickey-Fuller 5% Critical Value	10% Critical Value
Z(rho)	-24.812	-17.812	-12.788
Z(t)	-4.740	-3.689	-2.975

* MacKinnon approximate p-value for Z(t) = 0.0001

Programa 0042 – Escola de Qualidade para Todos

Source	SS	df	MS	Number of obs =	35
Model	4.0056e+16	1	4.0056e+16	F(1, 34) =	14.39
Residual	9.4642e+16	34	2.7836e+15	Prob > F =	0.0006
Total	1.3470e+17	35	3.8485e+15	R-squared =	0.2974
				Adj R-squared =	0.2767
				Root MSE =	5.3e+07

p0042	Coef.	Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]
p0042					
L1	.6613203	.1743329	3.79	0.001	.3070332 1.015607

. pperron l.p0042

Phillips-Perron test for unit root

Number of obs = 34
Newey-West lags = 3

	Test Statistic	Interpolated Dickey-Fuller		
		1% Critical Value	5% Critical Value	10% Critical Value
Z(rho)	-19.964	-17.812	-12.788	-10.380
Z(t)	-3.590	-3.689	-2.975	-2.619

* MacKinnon approximate p-value for Z(t) = 0.0059

Programa 0043 – Desenvolvimento do Ensino de Pós-Graduação

Source	SS	df	MS	Number of obs =	35
Model	4.6548e+16	1	4.6548e+16	F(1, 34) =	13.06
Residual	1.2119e+17	34	3.5643e+15	Prob > F =	0.0010
Total	1.6773e+17	35	4.7924e+15	R-squared =	0.2775
				Adj R-squared =	0.2563
				Root MSE =	6.0e+07

p0043	Coef.	Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]
p0043					
L1	.5969884	.1651981	3.61	0.001	.2612654 .9327114

. pperron l.p0043

Phillips-Perron test for unit root

Number of obs = 34
Newey-West lags = 3

	Test Statistic	Interpolated Dickey-Fuller		
		1% Critical Value	5% Critical Value	10% Critical Value
Z(rho)	-40.443	-17.812	-12.788	-10.380
Z(t)	-7.500	-3.689	-2.975	-2.619

* MacKinnon approximate p-value for Z(t) = 0.0000

Programa 0044 – Desenvolvimento da Educação Profissional

Source	SS	df	MS	Number of obs =	35
Model	9.4072e+16	1	9.4072e+16	F(1, 34) =	32.29
Residual	9.9052e+16	34	2.9133e+15	Prob > F =	0.0000
Total	1.9312e+17	35	5.5178e+15	R-squared =	0.4871
				Adj R-squared =	0.4720
				Root MSE =	5.4e+07

p0044	Coef.	Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]
p0044					
L1	.7785748	.1370131	5.68	0.000	.5001306 1.057019

. pperron l.p0044

Phillips-Perron test for unit root

Number of obs = 34
Newey-West lags = 3

	Test Statistic	Interpolated Dickey-Fuller		
		1% Critical Value	5% Critical Value	10% Critical Value
Z(rho)	-29.112	-17.812	-12.788	-10.380
Z(t)	-5.407	-3.689	-2.975	-2.619

* MacKinnon approximate p-value for Z(t) = 0.0000

Programa 0045 – Desenvolvimento do Ensino Médio

Source	SS	df	MS	Number of obs =	35
Model	1.2303e+16	1	1.2303e+16	F(1, 34) =	1.23
Residual	3.4009e+17	34	1.0003e+16	Prob > F =	0.2752
Total	3.5240e+17	35	1.0068e+16	R-squared =	0.0349
				Adj R-squared =	0.0065
				Root MSE =	1.0e+08

p0045	Coef.	Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]

```

-----
p0045 |
L1 | .2025365 .1826273 1.11 0.275 -.1686068 .5736798
-----

```

```

. pperron l.p0045

```

```

Phillips-Perron test for unit root

```

```

Number of obs = 34
Newey-West lags = 3

```

```

-----
Test Statistic      Interpolated Dickey-Fuller
-----
1% Critical Value   5% Critical Value   10% Critical Value
-----
Z(rho)             -30.071             -17.812             -12.788             -10.380
Z(t)                -5.278              -3.689              -2.975              -2.619
-----

```

```

* MacKinnon approximate p-value for Z(t) = 0.0000

```

Programa 0046 – Hospitais de Ensino

```

-----
Source |      SS      df      MS      Number of obs = 35
-----+-----
Model | 1.3208e+16   1 1.3208e+16   F( 1, 34) = 64.43
Residual | 6.9695e+15  34 2.0499e+14   Prob > F = 0.0000
-----+-----
Total | 2.0177e+16  35 5.7649e+14   R-squared = 0.6546
                                           Adj R-squared = 0.6444
                                           Root MSE = 1.4e+07
-----

```

```

-----
p0046 |      Coef.   Std. Err.      t    P>|t|     [95% Conf. Interval]
-----+-----
p0046 |
L1 | .8905619   .1109467     8.03   0.000   .665091   1.116033
-----

```

```

. pperron l.p0046

```

```

Phillips-Perron test for unit root

```

```

Number of obs = 34
Newey-West lags = 3

```

```

-----
Test Statistic      Interpolated Dickey-Fuller
-----
1% Critical Value   5% Critical Value   10% Critical Value
-----
Z(rho)             -38.015             -17.812             -12.788             -10.380
Z(t)                -6.643              -3.689              -2.975              -2.619
-----

```

```

* MacKinnon approximate p-value for Z(t) = 0.0000

```

Programa 0047 – Educação de Jovens e Adultos

```

-----
Source |      SS      df      MS      Number of obs = 35
-----+-----
Model | 1.4127e+16   1 1.4127e+16   F( 1, 34) = 14.82
Residual | 3.2409e+16  34 9.5321e+14   Prob > F = 0.0005
-----+-----
Total | 4.6536e+16  35 1.3296e+15   R-squared = 0.3036
                                           Adj R-squared = 0.2831
                                           Root MSE = 3.1e+07
-----

```

```

-----
p0047 |      Coef.   Std. Err.      t    P>|t|     [95% Conf. Interval]
-----+-----
p0047 |
L1 | .5537726   .1438459     3.85   0.000   .2614426   .8461026
-----

```

```

. pperron l.p0047

```

```

Phillips-Perron test for unit root

```

```

Number of obs = 34
Newey-West lags = 3

```

```

-----
Test Statistic      Interpolated Dickey-Fuller
-----
1% Critical Value   5% Critical Value   10% Critical Value
-----
Z(rho)             -28.728             -17.812             -12.788             -10.380
Z(t)                -4.705              -3.689              -2.975              -2.619
-----

```

```

* MacKinnon approximate p-value for Z(t) = 0.0001

```

Programa 0065 – Atenção a Pessoas Portadoras de Deficiência

Source	SS	df	MS	Number of obs =	35
Model	2.3813e+18	1	2.3813e+18	F(1, 34) =	189.22
Residual	4.2789e+17	34	1.2585e+16	Prob > F =	0.0000
Total	2.8092e+18	35	8.0264e+16	R-squared =	0.8477
				Adj R-squared =	0.8432
				Root MSE =	1.1e+08

p0065	Coef.	Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]
p0065					
L1	.9392102	.0682779	13.76	0.000	.8004529 1.077968

. pperron 1.p0065

Phillips-Perron test for unit root

Number of obs = 34
Newey-West lags = 3

Test Statistic	1% Critical Value	Interpolated Dickey-Fuller 5% Critical Value	10% Critical Value
Z(rho)	-39.730	-17.812	-12.788
Z(t)	-5.745	-3.689	-2.975

* MacKinnon approximate p-value for Z(t) = 0.0000

Programa 0066 – Valorização e Saúde do Idoso

Source	SS	df	MS	Number of obs =	35
Model	7.4946e+17	1	7.4946e+17	F(1, 34) =	117.71
Residual	2.1647e+17	34	6.3669e+15	Prob > F =	0.0000
Total	9.6594e+17	35	2.7598e+16	R-squared =	0.7759
				Adj R-squared =	0.7693
				Root MSE =	8.0e+07

p0066	Coef.	Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]
p0066					
L1	.9226952	.0850448	10.85	0.000	.7498633 1.095527

. pperron 1.p0066

Phillips-Perron test for unit root

Number of obs = 34
Newey-West lags = 3

Test Statistic	1% Critical Value	Interpolated Dickey-Fuller 5% Critical Value	10% Critical Value
Z(rho)	-32.262	-17.812	-12.788
Z(t)	-4.877	-3.689	-2.975

* MacKinnon approximate p-value for Z(t) = 0.0000

Programa 0067 - Atenção à Criança

Source	SS	df	MS	Number of obs =	35
Model	1.5903e+16	1	1.5903e+16	F(1, 34) =	14.84
Residual	3.6432e+16	34	1.0715e+15	Prob > F =	0.0005
Total	5.2336e+16	35	1.4953e+15	R-squared =	0.3039
				Adj R-squared =	0.2834
				Root MSE =	3.3e+07

p0067	Coef.	Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]
p0067					
L1	.6270406	.1627621	3.85	0.000	.2962683 .9578129

. pperron 1.p0067

Phillips-Perron test for unit root

Number of obs = 34
Newey-West lags = 3

Test	1% Critical Value	Interpolated Dickey-Fuller 5% Critical Value	10% Critical Value
------	-------------------	--	--------------------

	Statistic	Value	Value	Value
Z(rho)	-39.068	-17.812	-12.788	-10.380
Z(t)	-8.143	-3.689	-2.975	-2.619

* MacKinnon approximate p-value for Z(t) = 0.0000

Program 0068 – Erradicação do Trabalho Infantil

Source	SS	df	MS	Number of obs =	35
Model	1.1483e+16	1	1.1483e+16	F(1, 34) =	5.42
Residual	7.2005e+16	34	2.1178e+15	Prob > F =	0.0260
Total	8.3488e+16	35	2.3854e+15	R-squared =	0.1375
				Adj R-squared =	0.1122
				Root MSE =	4.6e+07

p0068	Coef.	Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]
p0068					
L1	.383818	.1648316	2.33	0.026	.0488399 .7187961

. pperron l.p0068

Phillips-Perron test for unit root

Number of obs = 34
Newey-West lags = 3

Test Statistic	Interpolated Dickey-Fuller		
	1% Critical Value	5% Critical Value	10% Critical Value
Z(rho)	-38.864	-17.812	-12.788
Z(t)	-6.350	-3.689	-2.975

* MacKinnon approximate p-value for Z(t) = 0.0000

Programa 0083 – Erradicação do Trabalho Infantil

Source	SS	df	MS	Number of obs =	35
Model	1.6583e+21	1	1.6583e+21	F(1, 34) =	206.89
Residual	2.7253e+20	34	8.0157e+18	Prob > F =	0.0000
Total	1.9309e+21	35	5.5168e+19	R-squared =	0.8589
				Adj R-squared =	0.8547
				Root MSE =	2.8e+09

p0083	Coef.	Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]
p0083					
L1	.9452751	.065719	14.38	0.000	.8117181 1.078832

. pperron l.p0083

Phillips-Perron test for unit root

Number of obs = 34
Newey-West lags = 3

Test Statistic	Interpolated Dickey-Fuller		
	1% Critical Value	5% Critical Value	10% Critical Value
Z(rho)	-35.908	-17.812	-12.788
Z(t)	-6.330	-3.689	-2.975

* MacKinnon approximate p-value for Z(t) = 0.0000

Programa 0088 – Indenizações e Pensões Especiais de Responsabilidade da União

Source	SS	df	MS	Number of obs =	35
Model	1.0725e+17	1	1.0725e+17	F(1, 34) =	38.85
Residual	9.3871e+16	34	2.7609e+15	Prob > F =	0.0000
Total	2.0112e+17	35	5.7464e+15	R-squared =	0.5333
				Adj R-squared =	0.5195
				Root MSE =	5.3e+07

p0088	Coef.	Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]
p0088					

```
p0088
L1 | .7713739 .1237612 6.23 0.000 .5198608 1.022887
-----
. pperron l.p0088
Phillips-Perron test for unit root          Number of obs = 34
                                           Newey-West lags = 3

              Test Statistic      ----- Interpolated Dickey-Fuller -----
              Test Statistic      1% Critical Value  5% Critical Value  10% Critical Value
-----
Z(rho)      -42.245              -17.812             -12.788             -10.380
Z(t)        -7.741               -3.689              -2.975              -2.619
-----
* MacKinnon approximate p-value for Z(t) = 0.0000
```

Programa 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União

Source	SS	df	MS	Number of obs =	35
Model	1.5270e+19	1	1.5270e+19	F(1, 34) =	563.76
Residual	9.2095e+17	34	2.7087e+16	Prob > F =	0.0000
Total	1.6191e+19	35	4.6261e+17	R-squared =	0.9431
				Adj R-squared =	0.9414
				Root MSE =	1.6e+08

```
p0089
Coef. Std. Err. t P>|t| [95% Conf. Interval]
-----
p0089
L1 | .9791142 .041237 23.74 0.000 .8953106 1.062918
-----
. pperron l.p0089
Phillips-Perron test for unit root          Number of obs = 34
                                           Newey-West lags = 3

              Test Statistic      ----- Interpolated Dickey-Fuller -----
              Test Statistic      1% Critical Value  5% Critical Value  10% Critical Value
-----
Z(rho)      -21.516              -17.812             -12.788             -10.380
Z(t)        -4.319               -3.689              -2.975              -2.619
-----
* MacKinnon approximate p-value for Z(t) = 0.0004
```

Programa 0100 - Assistência ao Trabalhador

Source	SS	df	MS	Number of obs =	35
Model	8.9530e+16	1	8.9530e+16	F(1, 34) =	128.23
Residual	2.3739e+16	34	6.9821e+14	Prob > F =	0.0000
Total	1.1327e+17	35	3.2362e+15	R-squared =	0.7904
				Adj R-squared =	0.7843
				Root MSE =	2.6e+07

```
p0100
Coef. Std. Err. t P>|t| [95% Conf. Interval]
-----
p0100
L1 | .9101092 .0803716 11.32 0.000 .7467744 1.073444
-----
. pperron l p0100
Phillips-Perron test for unit root          Number of obs = 34
                                           Newey-West lags = 3

              Test Statistic      ----- Interpolated Dickey-Fuller -----
              Test Statistic      1% Critical Value  5% Critical Value  10% Critical Value
-----
Z(rho)      -8.492               -17.812             -12.788             -10.380
Z(t)        -2.276               -3.689              -2.975              -2.619
-----
* MacKinnon approximate p-value for Z(t) = 0.1797
```

Programa 0119 – Saneamento Básico

Source	SS	df	MS	Number of obs =	35
Model	3.3147e+14	1	3.3147e+14	F(1, 34) =	0.00
Residual	2.6847e+18	34	7.8961e+16	Prob > F =	0.9487
				R-squared =	0.0001

```

-----+-----
Total | 2.6850e+18  35  7.6714e+16
-----+-----
Adj R-squared = -0.0293
Root MSE     = 2.8e+08

p0119      |      Coef.  Std. Err.      t    P>|t|    [95% Conf. Interval]
-----+-----
p0119      |      L1 |      .0112689  .1739268    0.06  0.949    - .342193    .3647307
-----+-----
. pperron l.p0119
Phillips-Perron test for unit root
Number of obs = 34
Newey-West lags = 3

-----+-----
Test Statistic      1% Critical Value      5% Critical Value      10% Critical Value
-----+-----
Interpolated Dickey-Fuller
Z(rho)      -33.886      -17.812      -12.788      -10.380
Z(t)         -5.939       -3.689       -2.975       -2.619
-----+-----
* MacKinnon approximate p-value for Z(t) = 0.0000

```

Programa 0791 – Valorização do Servidor Público

```

-----+-----
Source |      SS      df      MS      Number of obs = 35
-----+-----
Model  | 4.3975e+16  1  4.3975e+16  F( 1, 34) = 121.00
Residual | 1.2357e+16  34  3.6343e+14  Prob > F = 0.0000
-----+-----
Total  | 5.6332e+16  35  1.6095e+15  R-squared = 0.7806
                                           Adj R-squared = 0.7742
                                           Root MSE = 1.9e+07

p0791      |      Coef.  Std. Err.      t    P>|t|    [95% Conf. Interval]
-----+-----
p0791      |      L1 |      .8756422  .0796038   11.00  0.000    .7138678    1.037417
-----+-----
. pperron l.p0791
Phillips-Perron test for unit root
Number of obs = 34
Newey-West lags = 3

-----+-----
Test Statistic      1% Critical Value      5% Critical Value      10% Critical Value
-----+-----
Interpolated Dickey-Fuller
Z(rho)      -4.687      -17.812      -12.788      -10.380
Z(t)         -1.532       -3.689       -2.975       -2.619
-----+-----
* MacKinnon approximate p-value for Z(t) = 0.5160

```

Programa 0809 – Enfrentamento à Pobreza

```

-----+-----
Source |      SS      df      MS      Number of obs = 35
-----+-----
Model  | 8.0672e+13  1  8.0672e+13  F( 1, 34) = 0.16
Residual | 1.7230e+16  34  5.0677e+14  Prob > F = 0.6924
-----+-----
Total  | 1.7311e+16  35  4.9460e+14  R-squared = 0.0047
                                           Adj R-squared = -0.0246
                                           Root MSE = 2.3e+07

p0809      |      Coef.  Std. Err.      t    P>|t|    [95% Conf. Interval]
-----+-----
p0809      |      L1 |      .0827191  .2073236    0.40  0.692    - .338613    .5040513
-----+-----
. pperron l.p0809
Phillips-Perron test for unit root
Number of obs = 34
Newey-West lags = 3

-----+-----
Test Statistic      1% Critical Value      5% Critical Value      10% Critical Value
-----+-----
Interpolated Dickey-Fuller
Z(rho)      -33.805      -17.812      -12.788      -10.380
Z(t)         -5.740       -3.689       -2.975       -2.619
-----+-----
* MacKinnon approximate p-value for Z(t) = 0.0000

```

ANEXO E - IPCA mensal no período de janeiro de 2000 a dezembro de 2002

ANO	MÊS	ÍNDICE	NO MÊS		Acumulado no ano	
2000	Janeiro	1.598,41	0,62	1,00620000	-	0,62%
	Fevereiro	1.600,49	0,13	1,00130000	1,00750806	0,75%
	Março	1.604,01	0,22	1,00220000	1,00972458	0,97%
	Abril	1.610,75	0,42	1,00420000	1,01396542	1,40%
	Maiο	1.610,91	0,01	1,00010000	1,01406682	1,41%
	Junho	1.614,62	0,23	1,00230000	1,01639917	1,64%
	Julho	1.640,62	1,61	1,01610000	1,03276320	3,28%
	Agosto	1.662,11	1,31	1,01310000	1,04629240	4,63%
	Setembro	1.665,93	0,23	1,00230000	1,04869887	4,87%
	Outubro	1.668,26	0,14	1,00140000	1,05016705	5,02%
	Novembro	1.673,60	0,32	1,00320000	1,05352758	5,35%
	Dezembro	1.683,47	0,59	1,00590000	1,05974339	5,97%
2001	Janeiro	1.693,07	0,57	1,00570000	-	0,57%
	Fevereiro	1.700,86	0,46	1,00460000	1,01032622	1,03%
	Março	1.707,32	0,38	1,00380000	1,01416546	1,42%
	Abril	1.717,22	0,58	1,00580000	1,02004762	2,00%
	Maiο	1.724,26	0,41	1,00410000	1,02422981	2,42%
	Junho	1.733,23	0,52	1,00520000	1,02955581	2,96%
	Julho	1.756,28	1,33	1,01330000	1,04324890	4,32%
	Agosto	1.768,57	0,70	1,00700000	1,05055164	5,06%
	Setembro	1.773,52	0,28	1,00280000	1,05349319	5,35%
	Outubro	1.788,24	0,83	1,00830000	1,06223718	6,22%
	Novembro	1.800,94	0,71	1,00710000	1,06977907	6,98%
	Dezembro	1.812,65	0,65	1,00650000	1,07673263	7,67%
2002	Janeiro	1.822,08	0,52	1,00520000	-	0,52%
	Fevereiro	1.828,64	0,36	1,00360000	1,00881872	0,88%
	Março	1.839,61	0,60	1,00600000	1,01487163	1,49%
	Abril	1.854,33	0,80	1,00800000	1,02299061	2,30%
	Maiο	1.858,22	0,21	1,00210000	1,02513889	2,51%
	Junho	1.866,02	0,42	1,00420000	1,02944447	2,94%
	Julho	1.888,23	1,19	1,01190000	1,04169486	4,17%
	Agosto	1.900,50	0,65	1,00650000	1,04846587	4,85%
	Setembro	1.914,18	0,72	1,00720000	1,05601483	5,60%
	Outubro	1.939,26	1,31	1,01310000	1,06984862	6,98%
	Novembro	1.997,83	3,02	1,03020000	1,10215805	10,22%
	Dezembro	2.039,78	2,10	1,02100000	1,12530337	12,53%

Fonte: Primária: Banco Central do Brasil e Revista Conjunta Econômica da FGV; Secundária: IBGE